

BRUNO CÉSAR PEREIRA

O EXTREMO-LESTE ORLANDINO: NARRATIVAS E TRAJETÓRIAS DE  
MIGRANTES NORDESTINOS E MORADORES LOCAIS (1980-2010)

IRATI  
2021

BRUNO CÉSAR PEREIRA

O EXTREMO-LESTE ORLANDINO: NARRATIVAS E TRAJETÓRIAS DE  
MIGRANTES NORDESTINOS E MORADORES LOCAIS (1980-2010)

Dissertação apresentada como requisito parcial  
à obtenção do grau de Mestre em História,  
Curso de Pós-Graduação em História, Área de  
Concentração “História e Regiões”, da  
Universidade Estadual do Centro-Oeste/  
UNICENTRO-PR.

Orientador: Prof. Dr. Ancelmo Schörner

Linha de Pesquisa: Espaços de Práticas e  
Relações de Poder

IRATI  
2021

Catálogo na Publicação  
Rede de Bibliotecas da Unicentro

Pereira, Bruno César

P436e

O extremo-leste orlandino: narrativas e trajetórias de migrantes nordestinos e moradores locais (1980-2010) / Bruno César Pereira. – – Irati, 2021.

xiii, 193 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, 2021.

Orientador: Ancelmo Schörner

Banca examinadora: Ancelmo Schörner, Eunice Sueli Nodari, Ana Maria Rufino Gillies

Bibliografia

1. Extremo-Leste Orlandino. 2. Migração. 3. Sociabilidades. 4. Estigmatização. 5. Periferia. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em História.

CDD 981



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE/UNICENTRO  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESP  
Programa de Pós-Graduação em História – PPGH  
Área de Concentração – História e Regiões



## TERMO DE APROVAÇÃO

**Bruno César Pereira**

**O Extremo-Leste Orlandino: Narrativas e trajetórias de migrantes nordestinos e moradores locais (1980-2010)**

Dissertação aprovada em 27/10/2021, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte Banca Examinadora:

*Dr<sup>a</sup> Eunice Sueli Nodari*  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Titular

*Dr<sup>a</sup> Ana Maria Rufino Gillies*  
Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Titular

*Dr. Ancelmo Schörner*  
Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Orientador e Presidente da Banca Examinadora

Irati – PR  
2021

Dedico este estudo as minhas mães  
Adriana e Maria Magali  
e meus pais  
João Carlito (*In memoriam*) e Gilmar.

## **Agradecimentos**

Na trajetória da escrita deste estudo, muitos foram os sujeitos que contribuíram de alguma forma. Espero, aqui, não esquecer nenhum deles.

Agradeço, primeiramente, ao Professor Dr. Ancelmo Schörner, meu orientador, que sempre esteve à disposição para esclarecimentos e indicações na confecção desta investigação, seja pelas orientações na universidade, bem como em nossos encontros casuais, em meio às ruas do bairro Engenheiro Gutierrez, enquanto eu fazia minhas caminhadas todas as manhãs.

Agradeço a Daniela, minha companheira e primeira leitora desta dissertação, pelo afeto, carinho, companheirismo e paciência.

Aos colegas e professores/as da pós-graduação, em especial aos companheiros de mestrado, Wellerson e Jaqueline, e a secretária, Cibele, que sempre se encontrou pronta a sanar minhas dúvidas.

Nestes agradecimentos, dedico uma parte especial a minha família, sobretudo, a meus irmãos: Sandro, Alexandre, Tatiane, Franciele e Francisco, e, minha irmã de consideração, Ariane, que além do afeto, carinho e apoio, sempre que podiam ajudaram financeiramente, minha estadia em Irati, tanto ao longo da graduação como no mestrado.

Ana Paula Wagner e Vania Vaz, professoras de minha graduação e, agora, amigas, confidentes e parceiras para toda a vida.

Agradeço à banca examinadora desta dissertação, Ana Maria Rufino Gillies, Joaquin Perren, Eunice Sueli Nodari e Alexandra Lourenço, pelos apontamentos no aperfeiçoamento da investigação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa.

Aos funcionários da Biblioteca Municipal Geraldo Rodrigues, Museu de Ensino Lucas Monteiro e Casa da Cultura Cyro Armando pela atenção e recepção, sempre disponíveis para tirar minhas dúvidas e fazer indicações.

Por fim, agradeço a Adriana, Ana, André, Aparecida, Carlos, Erinaldo, Francisco, Lidiane, Lúcia, Luiza, Manoel, Marcos, Maria Dalva, Maria de Lurdes, João Mathias, João Carlos, José Osmar, Raimundo, Rosa, Tays e William que me emprestaram parte de suas memórias e de suas trajetórias no extremo-leste de Orlândia. Sem esses sujeitos esta pesquisa seria inviável.

“[...] esta é uma tentativa frustrada ou não, de escrever sobre o povo da minha Vila, que eu sei, ficará inacabada, porque alguém algum dia terá de prosseguir”  
(SERAFIM, *Gosto Amargo de Lama e Barro – Vila Tatu*, 1997, p. 31).

## Resumo

Este estudo concentra-se em investigar o cotidiano, as sociabilidades e as construções identitárias, no extremo-leste da cidade de Orlandia, localizada na região nordeste do Estado de São Paulo, entre as décadas de 1980-2010. Nesta investigação, concentramos nossas análises nos sujeitos que compõem a região, que corresponde aos bairros Jardim Santa Rita e Conjunto Habitacional José Vieira Brasão, dando atenção aos migrantes nordestinos e moradores locais que habitam tal espaço. A pesquisa se construiu, sobretudo, a partir de depoimentos orais dos moradores que narram suas trajetórias, cotidianos, dificuldades, também salientam as redes de amizade, solidariedade e de intrigas desenvolvidas nessa região. Esta dissertação encontra-se dividida em três capítulos, sendo o primeiro uma análise do fenômeno da migração nordestina para a cidade de Orlandia, destacando as motivações, as redes de solidariedade formadas pelos sujeitos, as dificuldades encontradas na cidade, os estranhamentos com o espaço, as atividades empregatícias e os locais de moradia. O segundo capítulo corresponde a uma investigação quanto ao extremo-leste de Orlandia, dando atenção à sua ocupação, aos problemas enfrentados pelos moradores, referente à falta de infraestrutura e de serviços, bem como ao desenvolvimento de um estigma sobre o espaço e seus moradores e as formas de contra-estigmatização praticadas pelas pessoas que vivem ali. Por fim, o terceiro capítulo concentra-se em uma análise das contribuições do cotidiano e das sociabilidades na formação e construção de certas identidades locais. Salientamos, nesse capítulo, que as formações identitárias, na região, deram-se por meio das redes de amizade, solidariedade e companheirismo, tais identidades foram, ainda, construídas enquanto formas de diferenciação entre os sujeitos. Nossa investigação, que corresponde a um estudo local, demonstra, pela bibliografia utilizada para sua confecção, que as questões encontradas, na respectiva cidade, podem ser observadas em quadros mais gerais, ou seja, ao longo da dissertação, buscamos destacar que as análises realizadas, nesta investigação, também podem ser observadas em diferentes cidades brasileiras, sejam elas pequenas, médias ou de grande porte, envolvendo diferentes grupos sociais. Contudo, cada qual, com suas especificidades.

**Palavras-Chave:** Extremo-Leste Orlandino; Migração; Sociabilidades; Estigmatização; Periferia.



## Abstract

This study focuses on investigating everyday life, sociabilities and identity constructions in the far east of the city of Orlandia, located in the northeast region of the State of São Paulo, between the decades of 1980-2010. In this investigation, we concentrated our analysis on the subjects that make up the region, which corresponds to the Jardim Santa Rita and José Vieira Brasão Housing Complex, paying attention to Northeastern migrants and local residents who inhabit this space. The research was built, above all, from oral testimonies of the residents who narrate their trajectories, daily life, difficulties, and also highlight the networks of friendship, solidarity and intrigues developed in this region. This dissertation is divided into three chapters, the first being an analysis of the phenomenon of northeastern migration to the city of Orlandia, highlighting the motivations, the solidarity networks formed by the subjects, the difficulties encountered in the city, the strangeness with space, employment activities and places of residence. The second chapter corresponds to an investigation into the far east of Orlandia, paying attention to its occupation, the problems faced by residents, regarding the lack of infrastructure and services, as well as the development of a stigma on the space and its residents and the forms of counter-stigmatization practiced by the people who live there. Finally, the third chapter focuses on an analysis of the contributions of everyday life and sociability in the formation and construction of certain local identities. In this chapter, we emphasize that the identity formations in the region took place through networks of friendship, solidarity and companionship, such identities were also constructed as forms of differentiation between subjects. Our investigation, which corresponds to a local study, demonstrates, through the bibliography used for its preparation, that the issues found in the respective city can be observed in more general frames, that is, throughout the dissertation, we seek to highlight that the analysis performed, in this investigation, can also be observed in different Brazilian cities, whether small, medium or large, involving different social groups. However, each one, with its specificities.

**Key-words:** Far East Orland; Migration; Sociabilities; Stigmatization; Periphery.

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b> - Localização do Município de Orlandia no Estado de São Paulo.....	15
<b>Mapa 2</b> - Trajetória de Migrantes Nordestinos no Tecido Urbano da Cidade das Avenidas....	65
<b>Mapa 3</b> – Orlandia: Evolução da área urbanizada.....	90
<b>Mapa 4</b> – Extremo-Leste Orlandino – Jd. Santa Rita e Conj. Hab. José Vieira Brasão.....	101
<b>Mapa Conceitual 1</b> - Trajetórias e Motivações de Migrantes Nordestinos na cidade das Avenidas .....	43
<b>Mapa Conceitual 2</b> – Redes (Solidariedade e Emprego) .....	54

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1</b> - Planta da Vila Orlando.....	79
<b>Imagem 2</b> - Planta da Cidade de Orlandia.....	81
<b>Imagem 3:</b> Município de Orlandia, 1922.....	84

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**CAROL** – Cooperativa dos Agricultores da Região de Orândia

**CDHU** – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano

**CH** – Conjunto Habitacional

**COHAB-RP** – Companhia Habitacional de Ribeirão Preto

**COMOVE** – Companhia Mogiana de Óleos Vegetais

**IGC-SP** – Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo

**INTELLI** – Indústria de Terminais Elétricos

**ITN** – Inspetoria de Trabalhadores Nacionais

**Jd.** – Jardim

**MORLAN** – Metalúrgica Orândia

**PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

**PROÁLCOOL** – Programa Nacional do Alcool

**RAP** – Rythm And Poetry

## SUMÁRIO

<b>Resumos.....</b>	<b>08</b>
<b>Lista de Mapas.....</b>	<b>10</b>
<b>Lista de Abreviaturas e Siglas.....</b>	<b>11</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>14</b>
<b>Capítulo 1</b>	
<b>“NA ÉPOCA QUANDO EU VIM JÁ TINHA, TINHA POUCOS, MAS TINHA, AÍ FOI SE CHEGANDO MUITO MAIS”: NARRATIVAS DE MIGRANTES NORDESTINOS NA CIDADE DAS AVENIDAS.....</b>	<b>27</b>
<b>1.1 Migrantes: breves balanços sobre os fluxos migratórios e as teorias dos movimentos populacionais.....</b>	<b>29</b>
<b>1.2 Motivos pra migrar... Motivos pra ficar: de safristas a moradores.....</b>	<b>37</b>
<b>1.3 “[...] aqueles que já estavam aqui, começaram a trabalhar em usina e fizeram amizade com os patrão”: recrutadores e a migração.....</b>	<b>44</b>
<b>1.4 “viviam, igual um carneiro amarrado, aonde passava eu tava junto [...]”: a socialização e moradia dos recém chegados em Orlândia.....</b>	<b>50</b>
<b>1.5 “[...] teve nego ai ó que teve duas três casa cortando cana, por causa do podão, tem casa de aluguel, tem tudo, só que também vive um homem doente, [...] acabou com a coluna”: consideração acerca das experiências nos canaviais.....</b>	<b>58</b>
<b>1.6 “Todos nós somos pobres, mas eles são um tipo de pobre diferente”: migrantes e moradores locais na zona leste orlandina.....</b>	<b>64</b>
<b>Capítulo 2</b>	
<b>A CIDADE, O BAIRRO E O CONJUNTO HABITACIONAL: MIGRANTES NORDESTINOS E PAULISTAS NA EXTREMO-LESTE ORLANDINO.....</b>	<b>74</b>
<b>2.1 A “cidade moderna”: Orlândia entre a utopia arquitetônica e a realidade segregadora.....</b>	<b>77</b>
<b>2.2 Entre loteamentos e conjuntos habitacionais: o crescimento da malha urbana orlandina frente a "interiorização do desenvolvimento".....</b>	<b>89</b>
<b>2.3 O extremo-leste orlandino enquanto “região periférica”.....</b>	<b>100</b>
<b>2.4 Arte e cultura do movimento Hip-Hop orlandino: músicas, danças e pichações enquanto táticas do processo contra estigmatização da região periférica.....</b>	<b>115</b>
<b>Capítulo 3</b>	
<b>COTIDIANO, SOCIABILIDADES E IDENTIDADES NO EXTREMO LESTE ORLANDINO: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS SUJEITOS PERIFÉRICOS, MORADORES LOCAIS E OS PIAUÍS.....</b>	<b>123</b>
<b>3.1 Cotidiano, lazer e a sociabilidade jovem: contribuições do movimento cultural do Hip-Hop e do grupo Família Brazão na construção da identidade de sujeitos periféricos.....</b>	<b>130</b>

3.2 Quermesse Santa Rita e a Festa Junina da Travessa X: espaços de lazer, sociabilidades e criação de sentimentos de unidade e pertença ao espaço.....	144
3.3 Piauí no cotidiano do extremo-leste: considerações sobre a identidade, sociabilidades e lazer de migrantes nordestinos.....	158
<b>Considerações Finais</b> .....	173
<b>Fontes</b> .....	177
<b>Referências</b> .....	179

## Introdução

João do Rio escreveu, há mais de cem anos, uma crônica sobre as ruas do Rio de Janeiro, necessário seria imitá-lo e fazer uma crônica de Orlandia [...]. Para pensar uma Orlandia de modo parecido, é preciso erguer os olhos e clarear as sobras. Assim, uma cidade surge entremeio às brumas (SERAFIM, 2010, p. 82-83).

A “descoberta” do tema desta pesquisa ocorreu a partir do contato com a obra *Os Estabelecidos e os Outsiders* de Norbert Elias e John Scotson (2000), quando de sua apresentação e discussão em um encontro do Núcleo de História da Violência da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (NUHVI-UNICENTRO), em meados de 2017.

Essa obra me possibilitou confrontar e compreender algumas questões que permearam minha trajetória e memórias de infância e adolescência na cidade de Orlandia. Especialmente, o referente estudo proporcionou analisar meu cotidiano, nessa pequena cidade do interior paulista, e compreender as redes de relações de segregação, estigmatização e exclusão que os sujeitos ali sofriam, principalmente os indivíduos que habitavam e habitam os extremos leste e oeste da cidade.

Contudo, o estudo de Elias e Scotson também permitiu rememorar outras redes no espaço em pauta, para além daquelas ligadas a aspectos negativos. A investigação em questão, me fez relembrar as redes ligadas às solidariedades, amizades e de companheirismos, as quais construí e mantenho ainda vivas.

Em minha trajetória acadêmica, dediquei os últimos três anos a pesquisar os processos supracitados, dando destaque ao extremo-leste do município, composto pelos bairros Jardim Santa Rita e Conjunto Habitacional José Vieira Brasão. Foi a partir de alguns estudos exploratórios, publicados em Anais de eventos e periódicos científicos de História, que construí o projeto de pesquisa desta dissertação (PEREIRA, 2020a).

A escolha pelo extremo-leste, deu-se, principalmente, por questões subjetivas. Nessa região, vivi mais de duas décadas e, junto a grande parte dos sujeitos que vivem ali, dividimos os laços de amizade e solidariedade, bem como partilhamos dos problemas de infraestrutura e dos processos de estigmatização.

Desde a construção e defesa do projeto de pesquisa que originaria esta dissertação, em julho de 2019, algumas mudanças foram necessárias. Ao longo da pesquisa, abriu-se um leque de novas questões para se debater, sejam as redes de solidariedade como também as questões que envolvem as construções identitárias. Mas, mesmo com a introdução de novas discussões e abordagens, que não se encontravam, enquanto objetivos do projeto, o interesse em estudar

o cotidiano, as sociabilidades e os processos de estigmatização, no extremo-leste de Orândia, mantiveram-se.<sup>1</sup>

Antes de adentrarmos na apresentação das complexas questões que envolvem o extremo-leste orlandino e na divisão de como este estudo se encontra, comecemos por uma breve apresentação acerca do município de Orândia e sua história.

### **Mapa 1: Localização do município de Orândia no Estado de São Paulo**



*Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC), 2020.*

Orândia situa-se na região nordeste do Estado de São Paulo. Faz parte da recém-criada região metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP).<sup>2</sup> Fundada, no início do século XX, como boa parte dos municípios desta região, no período, Orândia teve sua economia e desenvolvimento marcadas pelas lavouras de café.

A cidade nasce a partir de um visionário projeto de “cidade moderna”, desenvolvido pelo engenheiro civil Luiz de Mello Marques, a pedido do Coronel Francisco Orlando Diniz Junqueira. O esboço do que viria a ser Orândia se concretiza a partir da Vila Orlando, criada na Fazenda Boa Vista, de propriedade do coronel, em meados de 1905.

---

<sup>1</sup> Sobre a configuração do projeto de pesquisa ver: Pereira, 2020a.

<sup>2</sup> A RMRP, conhecida também como Grande Ribeirão Preto, foi criada a partir de um projeto de lei complementar, aprovado pela Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), em 15 de junho de 2016, sendo oficialmente sancionado pelo governador Geraldo Alckmin, em 6 de julho do mesmo ano. A região engloba, ao todo, 34 municípios e possui pouco mais de 1,738 milhões de habitantes.

A consolidação desta vila enquanto cidade e sede da comarca desta região, em 1909, encontram-se emaranhada em uma série de narrativas que evidenciam as tramas orquestradas pelas elites locais da Alta Mogiana, lideradas pelo coronel Orlando.

Sua narrativa oficial, tomada enquanto histórica, foi escrita por uma série de memorialistas que buscaram consolidar a imagem desta cidade, enquanto moderna, salubre e progressista, com as mais modernas características urbanísticas da época.

Cabe destacar que as narrativas que cercam a história deste município, aquelas tomadas como oficiais, guardadas em seus espaços de memória (Museu, Casa da Cultura e Biblioteca Municipal), concentram-se em apenas um período, as primeiras décadas do século XX, bem como nos apresentam apenas algumas figuras, ou melhor, alguns sujeitos, alguns nomes ligados às elites econômicas e sociais que viveram nesse município. Da mesma forma, tal narrativa concentra-se apenas em seu centro histórico, a antiga Vila Orlando.

A narrativa oficial de Orlandia, escrita por memorialistas e preservada nos espaços/lugares de memória, deve ser compreendida enquanto uma narrativa de “fundação” que visa criar um “mito fundador” para a cidade. Como destaca Chauí (2000), as “narrativas fundacionais” oferecem um repertório inicial de representações de certas realidades, neste sentido, tais narrativas referem-se a momentos passados, imaginários, tidos “[...] como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, isto é, a fundação visa a algo tido como perene (quase eterno) que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido [...]” (CHAUÍ, 2000, p. 6).

Existem outras narrativas sobre Orlandia, opostas à concepção de uma Orlandia moderna e de projeto visionário. Tais relatos nos contam outras histórias sobre a cidade, seja da antiga Vila Orlando, seja dos novos bairros criados ao longo do entorno do centro histórico da cidade, seu subúrbio.

Contudo, essas outras narrativas não foram incorporadas à história oficial, assim como não se encontram preservadas em espaços de memória ou não recebem o mesmo *status* que as oficiais. Tais narrativas estão dispersas em livros de memorialistas do município, esquecidas nas estantes da Biblioteca Municipal Geraldo Rodrigues<sup>3</sup> e de outras bibliotecas escolares.

---

<sup>3</sup> Em nossa consulta, no acervo “Orlandia e sua História”, na Biblioteca Municipal, observa-se um certo destaque pelas produções memorialísticas de Cyro Armando Catta Preta e de membros da família Junqueira, que, em síntese, são responsáveis pela construção da narrativa oficial que consolida Orlandia enquanto “cidade moderna”. Em contrapartida, narrativas que vão na contramão desta “história oficial” não possuem destaque, estão dispersas entre as prateleiras da biblioteca (ocupando espaços como das crônicas, literatura orlandina, contos etc.). As obras do acervo “Orlandia e sua História”, segundo os funcionários da Biblioteca, são constantemente acessadas por professores da rede estadual e municipal, para a realização de projetos sobre a história local, já as produções



Encontram-se em acervos particulares ou estampadas nas páginas já amareladas dos antigos jornais locais.

No decorrer de minha pesquisa, uma das maiores dificuldades encontradas foi a de conhecer essas outras Orlândias. Muito se conhece da antiga Vila Orlando: seus moradores, comércios, bailes e festas, mas, ao sair deste pequeno espaço, pouco se sabe, pouco se conhece.

Orlândia, após a década de 1930, romperia com os antigos limites do projeto do engenheiro Mello Marques. Ao longo das décadas que se seguem, a cidade abandonaria seu crescimento norte-sul, que seguia as linhas da antiga estrada de ferro Mogiana, para se aventurar a leste e oeste. Tal crescimento se acentuaria após a década de 1970. Orlândia, como boa parte dos municípios do interior paulista, seria afetada pelas políticas de interiorização do desenvolvimento engendradas pelos governos estadual e federal. Essa região do Estado de São Paulo tornar-se-ia um polo de atração de migrantes (BAENIGER, 2002; PAIVA, 2019b).

A migração para Orlândia atrairia centenas de pessoas de diferentes localidades, tanto de cidades de São Paulo quanto de outros Estados, notadamente de Minas Gerais e da região Nordeste do Brasil.

A partir da análise dos censos demográficos dessa localidade, observamos um enorme crescimento entre as décadas de 1970-2010. A população, na década de 1970, era composta de pouco mais de 15 mil habitantes, já, no final da primeira década do século XXI, atingia mais de 40 mil habitantes.

Com a chegada de novos moradores, o crescimento da cidade tornou-se inevitável, pois, a malha urbana não comportaria os novos habitantes. Desta forma, o poder público amplia seu tecido urbano, nos sentidos leste e oeste, a partir da autorização da construção de loteamentos, bem como pela construção de habitações sociais pelas empresas Companhia de Habitação de Ribeirão Preto (COHAB-RP) e Companhia de Desenvolvimento Habitacional de São Paulo (CDHU).<sup>4</sup>

É ao longo do processo de ampliação da rede urbana que ocorre a ocupação de seu extremo-leste. Nessa região, foram criados, em 1989, o loteamento que viria a ser o Jardim

---

dispersas são raramente consultadas, como, por exemplo, a obra *Vila Tatu*, de Luiz Serafim, importante fonte para este estudo, foi consultada três vezes na última década (2011; 2014; 2016) em contrapartida *Orlândia de Outros Tempos*, livro de Cyro Armando, teve uma média de 5 a 10 consultas anualmente na última década.

<sup>4</sup> Ao longo das últimas décadas, avolumou-se o número de estudos em História, Arquitetura, Urbanismo e em outras áreas do saber que se debruçam sobre a importância destas empresas para a ampliação da malha urbana em diferentes cidades paulistas. Sobre isto, indicamos a leitura de alguns estudos da pesquisadora Eulalia Portela Negrelos, que investiga a atuação, importância e impacto destas empresas no contexto da construção de habitações sociais em São Paulo.

Santa Rita e, em 1992 a 1994, ocorre a construção, por parte da CDHU, do Conjunto Habitacional José Vieira Brasão. Será esse espaço o palco central das análises desta dissertação.

A narrativa oficial da cidade de Orlândia, como supracitado, pouco nos conta sobre quem foram os sujeitos que passaram a viver nessa região, ou melhor, nada nos conta. Neste sentido, para se conhecer a história do espaço e dos sujeitos que viveram e vivem ali, foi necessário o uso de um outro tipo de fonte, a oral. Assim, na elaboração de nossas análises do respectivo espaço e das trajetórias dos sujeitos que vivem ali, e se encontram às margens da história de Orlândia, construímos fontes que buscavam trazer as experiências deles, por meio de suas narrativas.

As fontes foram construídas pelas entrevistas realizadas com moradores da região. Suas narrativas nos falam de suas trajetórias no local, as dificuldades que enfrentaram e enfrentam, as memórias da formação das redes de amizade e solidariedade, construídas em contatos entre os vizinhos, no cotidiano, assim como no trabalho e nos poucos espaços de lazer.

Em nossa proposta de visibilizar as trajetórias desses sujeitos, o seu cotidiano, suas redes de amizade e solidariedade, levamos em consideração a complexidade presente nas particularidades trazidas por suas memórias, compreendendo, partindo da perspectiva de Halbwachs (2006), que tais memórias, mesmo sendo colocadas no âmbito individual, negociam e se relacionam a todo momento com as memórias coletivas.

Isto ficou evidente quando, durante as entrevistas, memórias muito semelhantes emergiram, o que demonstra a possibilidade de elas terem sido discutidas, possivelmente, nos momentos de sociabilidades. Partindo de tais considerações, ressalta-se que os espaços de sociabilidades oportunizam não apenas o relaxamento próprio do lazer, mas também o compartilhamento de memórias do passado e/ou das agruras do presente, como construção do passado.

Da mesma forma, por intermédio das narrativas, das memórias dos sujeitos, trazidas nesta investigação, permitiram-nos traçar um panorama acerca de suas vivências e de suas trajetórias e de como elas se inscrevem e se relacionam com a dinâmica social do extremo-leste orlandino, bem como com o restante da cidade (PORTELLI, 2010).

Ao fazer uso das subjetividades dos cidadãos, as fontes orais contribuem, principalmente, no questionamento das fontes escritas, rompendo com o estabelecido e apontando outros olhares nas formas como essas pessoas percebem e interpretam seus modos de vida.

Segundo Portelli (1996, p. 4), “[...] a subjetividade se revelará mais do que uma interferência; será a maior riqueza, a maior contribuição cognitiva que chega a nós das memórias e das fontes orais”. Partindo da proposta do autor, é através da subjetividade que os sujeitos atribuem significados as suas respectivas experiências. Neste sentido, não é o fato ocorrido em si, mas o significado atribuído a ele que faz toda diferença.

Da mesma forma, as fontes orais nos permitiram ter acesso a narrativas sobre o cotidiano, trabalho e sociabilidades não encontrados em outras fontes. Tais relatos contribuem significativamente em evidenciar outras representações dos espaços e dos moradores. Os depoimentos orais, neste estudo, serviram para observamos outras características, principalmente as positivas, seja sobre o extremo-leste, seus moradores e espaços de sociabilidades, que vão na contramão das narrativas encontradas em outras fontes, como as jornalísticas.

Para construção das análises desta dissertação foram entrevistados 21 sujeitos, sendo 10 mulheres e 11 homens, todos são, ou foram, moradores da cidade de Orlândia, pôr em média duas décadas. Da mesma forma, a grande maioria dos entrevistados viveu ou vive por algum período de sua vida na região do extremo-leste orlandino.<sup>5</sup>

As idades dos participantes variaram entre 24 e 68 anos. A escolha por uma diversidade entre faixas etárias se deu, pois buscávamos observar as diferentes experiências dos habitantes quanto aos espaços, também suas relações com os processos da migração, estigmatização e redes de amizade e solidariedade em diferentes períodos do nosso recorte (1980/1990/2000/2010). Neste sentido, nossa proposta buscou observar as continuidades e discontinuidades a partir da experiência de, em média, duas gerações em Orlândia.

Para uma melhor visualização de quem são os sujeitos, os protagonistas deste estudo, optamos, partindo da autorização deles, por utilizar seus nomes reais, quando citamos um fragmento de suas entrevistas. Da mesma forma, a primeira vez que essas pessoas aparecerem nesta pesquisa, apresentaremos seus nomes completos e, em nota de rodapé, alguns dados complementares (idade, naturalidade, ocupação, data e local da realização da entrevista), no restante do estudo optaremos apenas por identificá-los por seus primeiros nomes.

A escolha dos entrevistados deu-se a partir de dois pontos. O primeiro, correspondente às primeiras entrevistas, ocorreu por uma escolha particular minha, por sujeitos que possuíam certo reconhecimento nesta região, por exemplo, comerciantes de longa data. A

---

<sup>5</sup> A exceção, corresponde a Tays Coelho. Esta entrevistada viveu boa parte de sua vida na cidade de Orlândia no bairro São João, extremo-oeste do município.

segunda, corresponde à escolha por “indicação” ou “menção”, ou seja, optamos por entrevistar sujeitos mencionados ou indicados pelos entrevistados, os quais faziam parte das redes pertencentes ao entrevistado, sejam elas de amizades, intrigas, vizinhança, compadrio ou trabalho.

As entrevistas ocorreram em dois períodos, a maioria (17 das 21) ocorreram, entre os meses de dezembro de 2019 a março de 2020, e foram realizadas na residência dos próprios entrevistados. Já as demais (4), foram realizadas entre julho e outubro de 2020, por meio de ligações de telefone celular e de aplicativos de conversa virtuais (como *WhatsApp* e *Messenger*).

O uso dessas ferramentas digitais, para a coleta dos depoimentos, buscou seguir as recomendações dos principais órgãos de saúde (nacional e internacional), acerca do isolamento social, devido à pandemia, gerada pelo COVID-19, provocada pelo novo corona vírus (SARS-COV-2). Desta forma, optou-se pelo uso de novas estratégias para a coleta de fonte, visando preservar a saúde do pesquisador e dos entrevistados. Em nossa investigação, utilizamos plataformas virtuais de troca de mensagens, telefonemas, para a coleta dos depoimentos orais e uso de plataformas de correios eletrônicos (*e-mail*), para o recebimento de documentos escritos de órgãos como a Biblioteca Municipal e Museu Municipal, ambos da cidade de Orlandia.

As entrevistas seguiam a estrutura “semiestruturada”, ou seja, construímos um breve roteiro com perguntas que versavam sobre temáticas específicas, mas abordavam, também, um pouco as trajetórias de vida dos sujeitos, as relações de vizinhança, amizades, dificuldades, preconceitos e espaços de lazer frequentados pelos entrevistados. Partindo de suas respostas, outras perguntas foram realizadas, na busca de explorar questões as quais acreditei serem importantes. Neste sentido, algumas informações obtidas, ao longo das narrativas, levavam a outras perguntas que não estavam no roteiro, até então pré-estabelecido. Posso dizer que foi pelas perguntas, que não se encontravam pré-escritas, que encontrei boa parte da riqueza deste estudo.

Os relatos coletados, utilizados como fontes nesta dissertação, mesmo sendo consideradas enquanto individuais, ou seja, fala-se sobre si, sobre suas memórias, estas encontram-se entrelaçadas a questões mais amplas, isto é, o falar sobre si acaba por envolver outros sujeitos, outras trajetórias, também destacam contextos mais amplos do seu dia a dia ou de sua experiência. Partindo de Portelli (1997), e buscando destacar isto em nosso estudo, observaremos que a memória dos sujeitos (individual), evidenciada em sua narrativa, também

pode ser compreendida enquanto uma memória social (coletiva), que está dentro de um quadro de referências dos indivíduos que estão narrando as suas histórias.

Na construção desta dissertação, optamos por dividi-la em três capítulos. Sendo o primeiro, “*Na época quando eu vim já tinha, tinha poucos, mas tinha, aí foi se chegando muito mais*”: *narrativas de migrantes nordestinos na cidade das avenidas*, corresponde a uma reflexão acerca da temática ‘migração’, salientando, em um primeiro momento, os debates clássicos das teorias das dinâmicas dos deslocamentos humanos. Verifica-se que a migração também pode ser compreendida enquanto um fenômeno social que imprime significados, tanto de âmbito individual quanto coletivo, na vida de todos os sujeitos que vivenciaram e vivenciam o processo migratório.

Neste capítulo, para além das questões teórico-metodológicas da migração, dedicamos atenção a esse processo na cidade de Orlandia, destacando, a partir da narrativa dos sujeitos, as motivações que os levaram a migrar, levando em consideração as questões subjetivas e estruturais. Ainda, no mesmo capítulo, procuramos compreender, através da narrativa de suas experiências, seus sentimentos e estranhamentos com o novo espaço e com os moradores locais, as experiências no trabalho, a primeira moradia, os contatos que os ajudaram a se estabelecer e se localizar na cidade e o “vai-e-vem dos safristas”.

Nessa primeira parte, busca-se, ainda, evidenciar que a migração, na cidade de Orlandia, ocorreu em diferentes momentos da história deste município, contudo, pouco se conhece dos movimentos migratórios. Da mesma forma, destacaremos que os migrantes nordestinos ocuparam diferentes regiões desse município ao longo das décadas finais do século XX.

Todavia, com a ampliação da cidade, principalmente a leste e oeste, a concentração de migrantes nas regiões centrais reduziu drasticamente. Os migrantes nordestinos, a partir da década de 1990, concentraram-se nas regiões periféricas de Orlandia. Isto teria se dado por dois motivos: as recém-criadas regiões periféricas, a leste e oeste, ofereciam menores preços de aluguéis e os moradores, proprietários de moradias nas regiões centrais da cidade, negavam-se a alugar residências para recrutadores e famílias nordestinas em tais bairros.

O extremo-leste orlandino, composto pelos bairros Santa Rita e Brasão, serão temas centrais do segundo capítulo desta dissertação, intitulado de *A cidade, o bairro e o conjunto habitacional: migrantes nordestinos e paulistas na extremo-leste orlandino*. Na construção do capítulo, as produções de áreas das Humanas, sobretudo da História e Geografia, bem como das Sociais, com a Sociologia e a Antropologia Urbana, foram de grande importância nas discussões conceituais, em especial, nas questões que relacionam as temáticas da segregação urbana, vazios urbanos e periferia.

Contudo, antes de adentrarmos às questões sobre essa região periférica e os impactos das políticas municipais que corroboraram para a segregação urbana dos sujeitos que habitam a região, dedicamos a primeira parte do capítulo à Orlândia, ou melhor, às narrativas e representações quanto à história de Orlândia. A proposta de conhecer os relatos, antes de adentrarmos ao palco das análises desta dissertação, qual seja, o extremo-leste, foi a de revelar o silenciamento que paira sobre as regiões periféricas e sobre os sujeitos que habitam tais regiões em Orlândia. Também buscamos evidenciar que a periferia, local dos homens comuns, nunca foi tema central da história desta cidade, utilizando-se de um trecho da fala de um de nossos entrevistados, nas regiões periféricas: “não tem heróis né, então não tem história bonita, aqui tem homem e mulher comum, aqui é o povinho [risos]” (JOSÉ OSMAR, 2020), como diria Luís Serafim, cronista orlandino, na periferia encontramos apenas a “ralé”.

Na primeira parte deste segundo capítulo, dedicar-nos-emos a conhecer um pouco melhor as narrativas que cercam a construção e consolidação de Orlândia. Por um lado, analisaremos a narrativa oficial construída por alguns memorialistas, que partem de certos marcos da história desta cidade, como o projeto urbanístico, as lutas pela emancipação e a consolidação deste município enquanto “Cidade das Avenidas” a Orlândia “cidade moderna”. Por outro lado, voltaremos atenção a uma outra narrativa que nos fala de outros espaços de Orlândia, especialmente da sua antiga periferia, a Vila Tatu. Da mesma forma, esta segunda narrativa, que será compreendida enquanto marginal, traz outras representações aos marcos narrados pela história oficial.

Ambas as partes nos falam sobre a história da referida cidade, de sua fundação até meados da década de 1980. Relata heróis e homens comuns, imigrantes italianos e migrantes mineiros e baianos, a elite e a “ralé”, o centro (antiga Vila Orlando) e a periferia (antiga Vila Tatu), coronéis e boias-frias, mansões e taperas.

Com o aumento do tecido urbano de Orlândia, ao longo das décadas de 1980 e 1990, a periferia da cidade deslocou-se, da antiga Vila Tatu, para o extremo-leste, um deslocamento que corresponde a vários sentidos, seja: o geográfico, social e simbólico. O conceito de periferia, empregado ao longo do capítulo, não será compreendido somente enquanto locais mais afastados do centro urbano, mas também como um “espaço urbano particular” que possui “um sentido explicativo de lógicas que determinam o modo de produção do espaço urbano e a segregação das classes sociais na cidade” (TANAKA, 2006, p. 145), ou seja, “periferia” para além da compreensão geo-espacial de região/localidade distante do centro, mas também um espaço urbano “de moradia da classe trabalhadora, marcado por carências urbanas, e resultante de processos de segregação urbana” (TANAKA, 2006, p. 146).

Partindo desta perspectiva, a periferia, enquanto “espaço urbano particular”, corresponde a um local que, não necessariamente, encontra-se longe do centro. A periferia, aqui, pode ser compreendida, ainda, em um sentido social e econômico. Assim, as regiões periféricas, de um modo geral, correspondem a espaços que passaram por um processo de urbanização marcado pelo abandono do poder público, falta de equipamentos urbanos e acessibilidade a outras regiões (em especial a central), lutas pelo direito à cidade e impactos ambientais (SCHÖRNER, 2006).

Tratando-se do contexto orlandino, e seu extremo-leste, o espaço pode ser compreendido, enquanto “periferia” de Orlândia, tanto no que se refere a seu sentido geográfico – ou seja, a distância entre essa região e seu centro urbano –, quanto social e econômico – nesta região encontramos a classe trabalhadora e buscaremos apresentar que esse espaço também foi marcado pela falta de infraestrutura e pela segregação urbana.

Para além das questões, que envolvem o conceito de “periferia” em sua dimensão geográfica, social e econômica, nestes locais, “não é apenas a carência de infra-estrutura, a contrastar com os bairros privilegiados da classe média e das elites, que é evidente”, tal qual a “estigmatização das pessoas em função do local de moradia” (SCHÖRNER, 2006, p. 155). Esse espaço, o extremo-leste orlandino, especialmente o Conjunto Habitacional José Vieira Brasão, ao longo das últimas décadas, passou por um intenso processo de estigmatização. O bairro passou a ser representado, a partir da perspectiva das mídias locais e de comentários e fofocas de moradores das regiões centrais do município, enquanto o “submundo”, local marcado pela pobreza, violência e tráfico de drogas. Nesta perspectiva, no extremo-leste de Orlândia, na periferia, encontravam-se, além das classes pobres, as classes perigosas (CHALHOUB, 1996).

Ainda, neste segundo capítulo, estão concentradas nossas discussões nos sistemas de contra-estigmatização. Tal processo se deu através das falas dos sujeitos que buscavam, sempre que podiam e que encontravam uma oportunidade, a menor que fosse, dar novas características a esta região. Bem como, chamaremos a atenção para importância do movimento cultural do *Hip-Hop* no modo de construção de um novo acervo de representações ao espaço e a seus moradores.

O movimento cultural do *Hip-Hop* também será tema da primeira parte das discussões do terceiro capítulo desta investigação. Em *Cotidiano, Sociabilidades e identidades no extremo leste orlandino: considerações sobre os sujeitos periféricos, moradores locais e os piauí*s, buscaremos destacar que ao longo do cotidiano, trabalho, lazer e sociabilidade, especialmente

através da criação das redes de amizade, solidariedade e compadrio, foram criadas algumas identidades nessa região.

No terceiro capítulo, discutiremos que o cotidiano periférico não pode ser resumido apenas no acordar, sair do bairro para trabalhar e retornar a sua habitação, a fim de descansar para próximo dia de trabalho, pois, ao considerarmos o dia a dia tão resumido, reforçamos ideais de que a região periférica é um mero local de mão de obra à espera de atender os desejos do capital. Nossa perspectiva de cotidiano partiu da ótica de Certeau (1994). Certeau rompe com a definição de cotidiano, como rotinização, para dar lugar à ideia de movimento. Para o autor, o cotidiano também se constitui de rupturas, e não apenas de regularidades normativamente esperadas.

Ao propormos nos debruçar às análises do trivial periférico, buscaremos destacar as relações dinâmicas, as formas distintas de apropriação do espaço, a formação de lugares e o rompimento e construção de fronteiras, que demarcam o sócio espacialmente da vida urbana. Nossa proposta, neste capítulo, é destacar, também, as relações de amizade, solidariedade, criação de laços de compadrio, assim como as relações de intrigas, brigas e disputas, todas presentes no cotidiano do extremo-leste orlandino.

Como salienta Andrade (2009), estudar o cotidiano corresponde a dar visibilidade ao "[...] conhecimento de realidades múltiplas, portadoras de minúcias muitas vezes menosprezadas", neste sentido "[...] refletir sobre o cotidiano é se debruçar sobre pequenas partes de um grande mosaico" (ANDRADE, 2009, p. 1).

Assim, pelas narrativas dos sujeitos que compõem esta pesquisa, observamos os caminhos percorridos por tais indivíduos “[...] itinerários que fazem aparecer à multiplicidade das experiências, a pluralidade de seus contextos de referência, as contradições internas e externas das quais elas são portadoras” (REVEL, 1998, p. 22).

Retomando as discussões de Andrade (2009), a autora destaca que:

Muitas vezes, é na vida de todo dia, que os historiadores encontram a chave de entendimento do conhecimento histórico produzido pelos indivíduos nas relações sociais. Sobretudo, num ramo da História onde as experiências de vida são fundamentais para compreensão da mesma (ANDRADE, 2009, p. 3).

Desta forma, partindo das discussões de Certeau (1994), destacamos que a vida social se torna espaço de negociação dentro de um cotidiano improvisado, sempre possível de ser re-inventado. A ação dos indivíduos ou suas “maneiras de fazer”, como salienta Certeau, “constituem mil práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sócio-cultural” (CERTEAU, 1994, p. 41). Assim, novamente, utilizando-



se de Andrade (2009), buscaremos compreender, através dos depoimentos de nossos entrevistados, que "[...] é na vida de todo dia que os sujeitos constroem suas histórias" (ANDRADE, 2009, p. 11).

Partindo das considerações acima, buscaremos demonstrar que, em meio ao cotidiano periférico, construíram-se uma série de identidades locais. Sejam elas a de “sujeito periférico”, “morador local”, ou de “piauí”.

Essas identidades, no extremo-leste orlandido, são compreendidas, enquanto processos de identificação entre os sujeitos, e construídas mediante laços de naturalidade, pertencimento, vizinhança, amizade, solidariedade, intrigas e companheirismo, a partir das relações cotidianas nos espaços do trabalho, de lazer e das sociabilidades. Partilhamos da perspectiva de Hall (2012), ao compreendermos as identidades sociais, enquanto construções que se criam, a partir das representações dos discursos culturais/sociais; que informam como um determinado grupo vive e compartilha seus significados.

Da mesma forma, salientaremos que as identidades, encontradas no extremo-leste orlandino e, em certo ponto, até mesmo fora dessa região, partindo da perspectiva de Oliveira (1976) e Pollak (1992), constituíram-se pela busca por uma criação e diferenciação entre o “nós” em contraponto aos “outros-eles”.

Como salienta Oliveira (1976, p. 05), “[...] quando uma pessoa ou grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição”. Seguindo a proposta deste pesquisador, as identidades, sejam elas individuais ou coletivas, não se afirmam de forma isolada, existe sempre a necessidade de um “outro” como seu contraponto.

Referente a esta questão levantada pelo autor, destacamos que a criação da identidade de “sujeito periférico” se deu a partir de um sentimento de oposição entre o “nós” (manos, irmãos, moradores da periferia) que sofrem diariamente com o racismo, preconceito e violência, em contraponto ao “eles” ou “outros” (os boys, playboys, coxinhas) que correspondem aos sujeitos “pertencentes a uma elite econômica, com privilégios, acesso ao consumo e ao poder e serviços públicos, principalmente à proteção policial”, observa-se “eles” como aqueles que propagam os estereótipos, violência e estigmas da região e de seus moradores (GATTI, 2018, p. 271).

Da mesma forma, a identidade de “morador local” se originou em sua busca pela diferenciação com outros sujeitos que habitavam a mesma região, os migrantes nordestinos. Estes, os migrantes, correspondem à terceira identidade. Diferente das duas primeiras, esta

identidade, os “piauí”, não corresponde a uma criação do grupo de migrantes para os migrantes, mas sim, uma construção do grupo de moradores locais para tais migrantes.

Contudo, com o passar dos anos, esta identidade, o “piauí”, foi incorporada por muitos dos migrantes que vivem na região e fora dela. A ela foram dadas outras características, acima de tudo, positivas.

O processo de construção, reconstrução e manutenção das identidades no extremo-leste, tema do terceiro capítulo, são decorrentes das memórias individuais e coletivas (ou sociais) dos sujeitos que habitam esta região. A memória gera pertencimento entre os membros de um mesmo grupo que compartilham sua significação, resultando na identidade, enquanto uma forma simbólica, pois se “veem” como iguais, por compartilharem uma mesma perspectiva de mundo.

Da mesma forma, salientamos que muitos dos sujeitos que habitavam a região, podiam se identificar com uma ou duas dessas identidades, ou seja, muitos migrantes nordestinos, principalmente os jovens, identificavam-se, também, como sujeitos periféricos, e o mesmo ocorria com os moradores locais. Contudo, a identificação de um migrante, enquanto local, é uma situação a qual este estudo não encontrou, pois, como identificamos, na construção da identidade do que corresponde ser um morador local, os dados para tal construção permanecem em constante movimento, em uma busca incessante em manter a diferenciação entre eles (locais) e os outros (piauí).

Por fim, nas considerações finais, buscaremos realizar um balanço da investigação. Destacando que, mesmo a prática se caracterizando, enquanto local, e possuindo como recorte espacial uma pequena região de uma pequena cidade interiorana, as questões apresentadas podem ser observadas em quadros mais gerais, ou seja, ao longo da dissertação. Buscamos destacar, também, que as análises realizadas podem ser observadas em diferentes cidades brasileiras, sejam elas pequenas, médias ou de grande porte, envolvendo diferentes grupos sociais. Contudo, cada qual, com suas especificidades.

## CAPÍTULO I

### **“Na época quando eu vim já tinha, tinha poucos, mas tinha, aí foi se chegando muito mais”:** narrativas de migrantes nordestinos na cidade das avenidas

Só Deus sabe  
O quanto sofre um nordestino  
Que vê seu sonho de menino  
Se acabando pelo ar  
Ele sofre quando tem que ir embora  
A família toda chora  
Mas não pode mais ficar  
[...]

Eu sei que vou  
Vou pra São Paulo  
Mas vou deixando  
A minha fonte de alegria  
Deus por favor  
Me dê trabalho  
E a esperança de poder voltar um dia  
[...]

(Frank Aguiar, *Lamento de um nordestino*, 2002)

A migração nordestina na/para a Cidade das Avenidas, Orlândia, não é um fenômeno recente. Entre as décadas de 1950 a 1970, dezenas, ou melhor, centenas de migrantes baianos e pernambucanos deslocaram-se ao município.

Contudo, a história oficial, guardada entre as gavetas dos arquivos de aço da Biblioteca Municipal Professor Geraldo Rodrigues, da Casa da Cultura Cyro Armando Catta Preta e expostas no Museu de História e Ensino Lucas Monteiro de Barros, pouco nos conta sobre esses indivíduos. Na verdade, nada nos contam. A história de Orlândia, da população orlandina, encontrada nestes “lugares de memória”<sup>6</sup> remonta somente aos imigrantes – sobretudo os de origem europeia, notadamente os italianos – e seus descendentes, que ocuparam e passaram a viver nesse município no início do século XX<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Compreendemos por “lugares de memória”, partindo da perspectiva de Nora (1993), os espaços que guardam fragmentos do passado (fotos, objetos, textos, pinturas, bem como os monumentos), que contribuem de forma significativa para a produção de saberes sobre o passado. Estes “lugares de memória” buscam produzir e construir significados para os sujeitos e, da mesma forma, permitem certas identificações e associações que servem enquanto locais de construção e preservação de certas identidades e representações culturais (NORA, 1993).

<sup>7</sup> A história oficial de Orlândia, construída através dos escritos memorialistas e preservada nos espaços de memória da cidade, destaca e representa os imigrantes italianos enquanto os primeiros moradores da cidade. Estes sujeitos

Da mesma forma, o quadro populacional dessa cidade, ao longo da segunda metade do século XX, também foi composto por migrantes de outras cidades do entorno de Orlandia, bem como de outros Estados, notadamente de Minas Gerais. Contudo, como explicitado, a narrativa oficial da história orlandina, não realiza nenhuma menção aos novos sujeitos.

A existência destes migrantes, nordestinos, mineiros e paulistas, na segunda metade do século XX, pode ser observada a partir de narrativas marginais que destoam daquela encontrada nos espaços da memória oficial. A primeira vez que nos deparamos com esses migrantes nacionais foi no livro de crônicas do memorialista Luiz Serafim<sup>8</sup> (1997), *Vila Tatu*. Outras menções a tais sujeitos surgiram, a partir de depoimentos orais coletados, por meio do contato com moradores do município - para a realização desta dissertação e de outros estudos.

É perceptível que as vozes desses indivíduos e a escrita do cronista Luiz Serafim não possuem o mesmo peso que as produções presentes no acervo dos locais de memória. De um lado, na narrativa oficial, presente nos livros dos principais memorialistas, nos contam histórias épicas dos coronéis, das grandes famílias e dos grandes homens, de uma maneira geral, histórias sobre os “heróis” do município. Por outro lado, estão as crônicas de Serafim, que narram acerca de cotidianos, sociabilidades, espaços de lazer e festas que fugiam a narrativa oficial.

A narrativa deste cronista remonta aos moradores da antiga “Vila Tatu” (atual Jardim Boa Vista), localizada ao leste da antiga Estrada de Ferro Mogiana, que cortava o município de Orlandia de Norte a Sul. Se de um lado, a narrativa oficial nos fala sobre “heróis”, Serafim nos fala de “homens ordinários”, seus personagens são pobres, negros, boias-frias, mulheres, migrantes (nordestinos, mineiros e paulistas). Em síntese, o autor narra a vida cotidiana e história da “ralé”<sup>9</sup>, do “Zé Povinho”.

Da mesma forma, os depoimentos orais, coletados para a confecção desta investigação, também se encontram na mesma categoria dos personagens das obras do cronista. Nas

---

executariam atividades nas lavouras de café, bem como, algumas famílias italianas seriam reesposáveis pela abertura dos primeiros empreendimentos na cidade, como farmácias, empório de calçados, padarias etc. Ressalta-se ainda que outros grupos de imigrantes são destacados na narrativa oficial, como sírios, lusitanos, japoneses e lituanos, contudo, há um maior apreço pelo grupo italiano. Buscaremos discorrer um pouco mais sobre esta questão no segundo capítulo desta investigação.

<sup>8</sup> Luís Serafim também é historiador, formado pela Universidade Estadual de São Paulo (UNESP, *Campus Franca*) e é Mestre em Teoria Literária pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade de Campinas (UNICAMP). Atualmente é Professor de História da rede de ensino municipal de Orlandia.

<sup>9</sup> Compreende-se aqui a expressão “ralé”, para além do significado usual (pobres, camada inferior), partindo da perspectiva de Souza (2009), a expressão “ralé” é compreendida enquanto um grupo privado de capital econômico, cultural e social.

narrativas, encontramos trajetórias comuns de sujeitos pobres que migram na busca por trabalho e/ou melhores condições de vida.

Nossa proposta, em certa medida, segue algumas das trajetórias desses sujeitos apresentados por Serafim, pois, parte deles, que outrora viviam na antiga Vila Tatu, migraram para regiões mais a leste da cidade de Orlandia, conforme o crescimento da malha urbana do município. Ao longo do capítulo, buscaremos traçar algumas considerações acerca da migração nordestina nesta cidade, especificamente, analisando as rotas de migrantes mais recentes (1980-2010). Da mesma forma, teremos por objetivo compreender as motivações que levaram essas pessoas a migrar, considerando as questões subjetivas e estruturais.

Procuraremos, ainda, compreender pelo relato de suas experiências, seus sentimentos e estranhamentos com o novo espaço e com os moradores locais, as experiências no trabalho, a primeira moradia, os contatos que os ajudaram a se estabelecer e a se localizarem na cidade, e o vai-e-vem dos safristas.

Como poderá ser observado neste capítulo, os migrantes nordestinos desse fluxo migratório recente, estabeleceram-se em diferentes partes da pequena cidade, inicialmente, em bairros próximos ao centro urbano, como por exemplo o Jardim Boa Vista. No entanto, com a ampliação dos fluxos migratórios e o crescimento da cidade, principalmente, a sentidos leste e oeste, a migração acabou por se concentrar nas regiões periféricas.

Antes de adentrarmos ao contexto da migração na cidade de Orlandia, buscaremos, no tópico seguinte, tecer breves análises acerca dos fluxos migratórios de nordestinos, no Estado de São Paulo. Bem como, procuraremos apresentar a complexidade dos debates sobre os movimentos migratórios, destacando que os movimentos populacionais (internacionais e intra-regionais), em diferentes recortes temporais, possuem suas complexidades próprias, sejam elas sociais, econômicas, demográficas e/ou políticas.

A partir de tal análise de cunho bibliográfico, ao longo do capítulo buscaremos observar as implicações dos processos migracionais, entre as décadas de 1980 a 2010, na trajetória de vida dos migrantes nordestinos que optaram por viver na cidade de Orlandia.

### **1.1 Migrantes: breves balanços sobre os fluxos migratórios e as teorias dos movimentos populacionais**

Existe uma razoável produção científica que aborda a questão da migração nordestina no Brasil. Na História, na Geografia, na Sociologia e na Antropologia, avolumou-se a preocupação com a discussão e compreensão deste fenômeno a partir de diferentes abordagens teóricas.

Esse fato histórico, a migração nordestina, como é discutido por Fusco e Ojima (2015), ocorreu, ao longo de vários momentos, nos últimos séculos (XIX, XX e XXI). Como pode ser observado, a partir das análises desses pesquisadores, os migrantes se deslocaram para todas as regiões do Brasil, contudo, a migração para a região Sudeste, em especial para o Estado de São Paulo, merece destaque, devido ao alto número de sujeitos que migraram para esse Estado.

Partindo das análises de Fontes (2002), acerca da migração nordestina na capital paulista, o historiador destaca que o deslocamento de sujeitos para essa cidade, acentua-se a partir das primeiras décadas do século XX. Segundo o autor, tais migrações seriam estimuladas pelo governo paulista que buscavam os chamados “trabalhadores nacionais” - principalmente nordestinos e mineiros – argumentando que faltavam “braços para a lavoura” – em especial, a de café, que, no final da década de 1930, expandia-se geograficamente para as regiões da Alta Paulista, Alta Araraquense e Norte do Paraná (FONTES, 2002, p. 50).

Dada a expansão e a diversificação da estrutura agrária paulista dos anos 1930 e o estancamento da imigração estrangeira para o país no mesmo período, a insuficiência de mão-de-obra na lavoura paulista tornou-se mais uma vez um problema social de primeira ordem, tornou-se uma questão social que ficou conhecida na época como a 'falta de braços' (SILVA, 2008, p. 21).

A partir do final da década de 1930, o governo paulista assumiria a responsabilidade pela migração, segundo Fontes (2002), isto se daria com o início da criação da Inspetoria de Trabalhadores Nacionais (ITN), ligada ao Departamento de Imigração e Colonização. Desta forma, o governo estadual assumiria a responsabilidade pela contratação e transferência dos trabalhadores, substituindo companhias especializadas – que, até então, eram responsáveis por tal tarefa. A ITN assumiria a responsabilidade pela contratação e transferência dos trabalhadores para São Paulo (capital), e, de lá, estes eram enviados às fazendas ao longo do Estado, e, parte desses migrantes se instalariam na capital e região metropolitana.

Desde a década de 1950, a migração de nordestinos e mineiros para o Estado de São Paulo deixaria de ser uma política governamental subsidiada pelo governo paulista. Porém, a mobilização desses grupos não cessaria, pelo contrário, com a industrialização da capital paulista e de sua região metropolitana, a migração de nordestinos e mineiros para esta região aumentaria, mas, diferente das décadas anteriores, o novo fluxo seria “voluntário”.

Segundo Silva (2008),

[...] foi durante a década de 1950 que pela primeira vez o número de migrantes vindos de outros estados ultrapassou o de migrantes oriundos do interior do Estado: a cidade recebeu 1.000.000 de pessoas no período, sendo 60% deles nasceram fora de São Paulo (SILVA, 2008, p. 25).

Silva (2008) ainda identifica que o Brasil, ao longo das décadas de 1950-1960, viveria “como projeto nacional” a industrialização. Entretanto, a industrialização brasileira não atingiria a todas as regiões, ela se concentraria na região Sudeste, notadamente no Estado de São Paulo – principalmente na região metropolitana ou em suas imediações, como a Baixada Santista, Vale do Parnaíba e Campinas.

Em um primeiro momento, as vagas geradas pelas indústrias, em São Paulo, foram ocupadas por trabalhadores rurais, oriundos do interior paulista e Norte do Paraná – essas regiões, na época, passavam por um intenso processo de modernização. Foi somente “[...] em um segundo momento, [que] migrantes vindos de outras regiões do país - novamente com predominância dos nordestinos e mineiros – vieram para ocupar as vagas nas fábricas da capital paulista e municípios do entorno” (SILVA, 2008, p. 25).

A partir da década de 1970, seria o interior paulista que passaria a se caracterizar como importante polo econômico e, desta forma, se tornaria, também, uma área de grande atração populacional, basicamente de migrantes nordestinos. Partindo das análises de Baeninger (2002), ao debater acerca do contexto dos movimentos migratórios interestaduais para o Estado de São Paulo, na década de 1970, a pesquisadora identifica que a atração de migrantes para o interior paulista se deu pela desconcentração industrial da região metropolitana paulista e a instalação de novas (e o desenvolvimento das antigas) indústrias na região interiorana. Esse movimento (“interiorização do desenvolvimento”) ocorreu nas

[...] áreas mais dinâmicas [...] em função dos seguintes fatores: implantação de refinarias de petróleo nas regiões de Campinas e de São José dos Campos e consolidação do principal polo petroquímico do país na região Litoral; implementação do PROALCOOL, com maiores reflexos nas regiões de Campinas e Ribeirão Preto; implantação dos institutos de pesquisa e de grandes plantas dos setores eletrônicos, de informática e de telecomunicações na região de Campinas; implantação do complexo aeronáutico e militar no Vale do Paraíba (BAENINGER, 2002, p. 121).

Baeninger (2002) ainda destaca que a pavimentação das principais rodovias, que ligavam a capital ao interior (e a outros estados) - como a Via Anhanguera, que liga a capital a região de Ribeirão Preto<sup>10</sup> – facilitou o desenvolvimento e o processo de migração para a região interiorana do Estado.

São Paulo, nas décadas seguintes (1980-2000), seria o principal Estado de destino de migrantes nordestinos e, se tratando do interior paulista, mais especificamente da região metropolitana de Ribeirão Preto – palco das análises de nossa dissertação – esta região

---

<sup>10</sup> A Rodovia Anhanguera faz parte do sistema BR-050 que possui a extensão de 1.105 Km, ligando a cidade de Santos a capital federal, Brasília. No Estado de São Paulo a Via Anhanguera nasce a partir de seu Km 10, localizado na capital paulista e se encerra no Km 443 na divisa entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais.

receberia milhares de migrantes, especialmente na década de 1980 devido à alta demanda de mão-de-obra para o trabalho na cana de açúcar (NOVAES; ALVES, 2007).

Até o momento, após alguns estudos das áreas da História, Sociologia e Geografia, nos detivemos em apresentar os “fluxos migratórios” de nordestinos que se dirigiram ao Estado de São Paulo ao longo do século XX. É importante destacar, que a migração nordestina não cessou, Ojima e Fusco (2015), em estudo recente sobre a migração nordestina no século XXI, demonstram isto. A migração nordestina ainda é um evento atual, que, de certa forma, difere-se das migrações ocorridas no século XX. Pois, como é destacado pelos pesquisadores, os movimentos populacionais, em diferentes recortes temporais, possuem suas complexidades próprias (social, econômico, demográfico e político).

Destacamos que os estudos quanto à “migração” (seja ela entre regiões geográficas da mesma nação, bem como a entre diferentes nações, internacional), ao longo dos anos, têm variado na forma de abordagem da temática. Cavalieri (2010), identifica, a partir das considerações de Povia Neto (1997) e Vainer (2007), três principais correntes em que se enquadram a maioria das produções teóricas sobre a questão migratória, sendo elas: *Neoclássica*; *Histórico-Estrutural* e *Mobilidade do Trabalho*.

Na primeira abordagem, à *Neoclássica*, Cavalieri (2010) destaca a relação "liberdade do trabalhador" e o "livre mercado", onde os estudos, que partem dessa teoria, consideram o trabalhador, enquanto um sujeito livre que "possui a si mesmo e suas inúmeras capacidades (inclusive a capacidade do trabalho) e deve colocá-las à venda" (CAVALIERI, 2010, p. 34). Desta forma, os estudos, que partem de tal abordagem, consideram que "o mercado orientará os trabalhadores [...] a locarem de maneira ótima o recurso de que dispõem - seu capital humano" (VAINER, 2007, p. 20, *Apud* CAVALIERI, 2010, p. 34). A perspectiva *Neoclássica*, entende a liberdade do trabalhador em sua positividade, ou seja, “ele [o trabalhador] tem sua força de trabalho para ser negociada no mercado de trabalho" (CAVALIERI, 2010, p. 34).

Já na segunda perspectiva, *Estrutural* ou *Histórico-Estrutural*, os indivíduos não fazem escolhas, "é o movimento do capital, sua expansão e retração, seu deslocamento ou permanência que comanda a mobilidade e localização do trabalho" (VAINER, 2007, p. 21), o protagonista, na ótica estrutural, é o capital.

Em ambos os modelos antagônicos, "o espaço de deslocamento [...] é um espaço econômico do mercado ou da estrutura. Espaço da razão (estrutural capitalista ou do mercado)" (CAVALIERI, 2010, p. 36). As duas correntes dispensam um trabalho de campo que se debruce na realidade vivida pelos migrantes/trabalhadores, pois as explicações já se encontram dadas.



Por fim, a última corrente, a da *Mobilidade do Trabalho*, segundo Cavalieri (2010), assenta-se nas formulações de Gaudemar (1976), onde, este, inspira-se em Marx, a partir de suas críticas às formulações *Neoclássicas*, ancoradas em Adam Smith.

Boechat (2019), em estudos sobre a *Mobilidade do Trabalho*, no contexto brasileiro, sintetiza que essa terceira corrente:

[...] fica definida como a característica da força de trabalho que permite sua utilização pelo capital, assim como conduz à existência das próprias condições de acumulação, ressaltando, com isso, que o trabalhador se porta também como proprietário de uma mercadoria especial, a força de trabalho, embora nem sempre seja sujeito de sua utilização (BOECHAT, 2019, p. 1202).

Assim, retomando as considerações de Cavalieri (2010), ela destaca que a abordagem *Estruturalista* e a de *Mobilidade do Trabalho* possuem uma “fronteira tênue”, na qual “[...] a primeira [*Histórico-Estruturalista*] enfoca o processo de acumulação capitalista em escala ampliada [já] a segunda [*Mobilidade do Trabalho*] enfoca os problemas estruturais causadores dos fluxos migratórios” (CAVALIERI, 2010, p. 38).

Segundo a pesquisadora, as diferenças entre essas duas correntes encontram-se nos estudos realizados por cada uma delas. Cavalieri (2010) nos indica que os estudos, vinculados à corrente *Mobilidade do Trabalho*, têm destacado questões que envolvem debates estruturais/objetivos e individuais/subjetivos, assim como “as formas como o capital mobiliza a todos nós, como dispõem da força de trabalho e como lança mão dos migrantes, na escala (relacional) estudada que for, para sua reprodução” (CAVALIERI, 2010, p. 38).

Singer (2002), em estudo referente às migrações internas, joga luz a questões importantes nos estudos concernentes à migração. O pesquisador observa que as principais investigações têm destacado que as causas e motivos dessas migrações estão centradas nos indivíduos (e em algumas exceções em famílias). Tais perspectivas, seguindo sua proposta, acabam por seguir um viés “psicologizante, em que as principais condicionantes macrosociais são desfiguradas quando não omitidas” (SINGER, 2002, p. 52). Para Singer (2002), se tratando das migrações internas, ele as compreende enquanto um processo social, cuja unidade atuante não é o indivíduo, mas o grupo. As propostas que têm destacado o indivíduo possuem uma tendência em se agrupar em duas respostas, sendo a primeira de cunho econômico (melhorar as condições de vida), e a segunda a de acompanhar a família (esposo, filhos etc.).

No entanto, o pesquisador não indica que sejam abandonadas as discussões acerca das motivações individuais.

Convém sempre distinguir os motivos (individuais) para migrar das causas (estruturais) da migração. Os motivos se manifestam no quadro geral de condições socioeconômicas que induzem a migrar. E é óbvio que os motivos, embora subjetivos

em parte, correspondem a características dos indivíduos [...] o importante é não esquecer que a primeira determinação de quem vai e de quem fica é social ou, se quiser, de classe (SINGER, 2002, p. 53).

Outra importante referência para esta discussão é Nodari (2002). Ela nos expõe que as classificações dos tipos de migração, como “expulsão/atração” ou a compreensão a partir da ideia de “subsistência” ou “melhoria de vida”, são as formas mais úteis para análise, mas, aconselha levar em consideração as suas limitações conceituais. Para a autora, deve-se ter uma melhor compreensão da construção do modo de vida que os migrantes estabelecem, e, é essencial sabermos as motivações e razões da opção para uma região específica.

Segundo Nodari (2002), as questões teóricas que envolvem os movimentos migratórios têm lugar privilegiado na historiografia internacional. E propõe, para compreensão das questões as quais envolvem a migração, como uma primeira chave de leitura, os autores Köllmann e Marschalck, que destacam que o fator decisivo para o aparecimento de movimentos migratórios são as condições: econômicas e sociais do local de origem dos migrantes. Da mesma forma, Nodari, identifica que,

[...] a direção e meta desses movimentos seriam determinados pelo fato de saberem que teriam melhores chances para um desenvolvimento econômico e social em outro local. Em síntese, os autores mostram que cada migração pode ser definida como um esforço para remover disparidades econômicas, sociais e mesmo culturais existentes entre as duas áreas (NODARI, 2002, p. 30).

Além disso, Nodari (2002), comenta que, para Köllmann e Marschalck (1973), “as pessoas que partem, além de terem conhecimento da região de destino, também têm feito uma avaliação do local pelas suas próprias normas sociais, fazendo com que o ato de migrar seja resultante de uma tomada de decisão consciente, independente do tipo de motivação [...]” (NODARI, 2002, p. 31), e acrescenta, partindo da teoria dos autores citados, que as motivações podem ser classificadas como: ideológicas e/ou religiosas, pessoais/ou econômicas, socioeconômicas e políticas.

Para Nodari (2002), outro grupo de pesquisadores importantes para os estudos dos movimentos migratórios são Pooley e Whyte (1991). Esses autores, segundo ela, possuíam preocupação com os efeitos causados pela migração, tanto nas áreas de saída quanto de chegada dos migrantes.

[...] apesar de considerarem importantes essas motivações, [Pooley e Whyte] preocuparam-se, principalmente, com os efeitos causados por essas migrações, tanto nas áreas de origem quanto nas de destino. O período em que seus estudos foram realizados coincidiu com o momento em que se intensificavam as preocupações sobre os efeitos das migrações contemporâneas na Europa e com o surgimento de movimentos se opondo à entrada de migrantes asiáticos, africanos e latino-americanos, que, além de onerarem os cofres públicos, eram contratados como mão-

de-obra barata, tirando a oportunidade de emprego dos habitantes do país (NODARI, 2002, p. 33).

Partindo da teoria dos autores citados, e de outros, Nodari (2002) teceu seus pontos básicos para a análise da migração. De acordo com a historiadora, para uma análise sobre os processos migracionais, deve-se compreender que o grupo ou os indivíduos levam em consideração: a possibilidade da manutenção da cultura étnica e religiosa, prosperidade ou pobreza econômica regional, disponibilidade de terra, variações salariais e oportunidades de emprego, a disponibilidade e o custo dos transportes e a topografia sobre a qual o movimento aconteceu, a possibilidade de informações através de familiares ou rede de amigos ou propaganda, barreiras sociais ou culturais da língua e cultura. Esses são os pontos centrais que os estudos sobre migração devem se concentrar, acrescenta.

De maneira geral, para a historiadora, os movimentos migracionais devem ser compreendidos, enquanto um conjunto de práticas socioculturais que podem ser adotadas, quando problemas estruturais colocam pressão em uma pessoa ou família e faz com que a migrem para um outro lugar.

Desta forma, compreendemos que, ao longo das últimas décadas, ocorreram variações nas abordagens teóricas que debatem os movimentos migracionais. Também compreendemos que estes movimentos são possuidores de complexidades próprias, sejam elas: sociais, econômicas, demográficas e ou políticas, que variam conforme as abordagens utilizadas e aos respectivos recortes temporal e espacial (OJIMA; FUSCO, 2015).

Levando em consideração as questões expostas até aqui – as investigações das correntes migratórias nordestinas e as questões teóricas, que envolvem as análises sobre os movimentos migratórios - buscaremos, ao longo do capítulo, destacar um período em especial, as décadas de 1980-2010. Da mesma forma, nos concentraremos na Região de Ribeirão Preto, dando certa atenção ao município de Orlândia.

A migração nordestina para a região de Ribeirão Preto, como destaca Estrela (2003), não é algo recente, em seu estudo, a pesquisadora identifica que essa região foi local de interesse de migrantes nordestinos do Alto-Médio São Francisco, desde o final da década de 1950. Eles se instalaram em diversas cidades da região e, em sua maioria, executariam atividades rurais.

Todavia, foi somente na década de 1960 que ocorreu o aumento do fluxo migratório para a região. Isto se deu, em grande parte, pelo desenvolvimento e ampliação da indústria canavieira. Em um primeiro momento, como discute Alves (2006), ao longo da década de 1960, o Estado brasileiro, a partir do boicote dos Estados Unidos à produção açucareira cubana, teve

como consequência o aumento internacional do preço do açúcar, “[...] implementou um vigoroso processo de modernização das usinas, com o aumento da capacidade de moagem e da área plantada” (ALVES, 2006, p. 25).

Da mesma forma, segundo Galiano (2010), na década seguinte, 1970, devido à crise energética de 1973, o preço do petróleo se elevou no mercado internacional, e, por isso, a produção de álcool foi estimulada pelo governo brasileiro, chegando a criar o chamado Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) em 1975.<sup>11</sup>

Silva (2005), ao analisar o Complexo Agroindustrial Canavieiro da região de Ribeirão Preto – a qual engloba vinte e cinco municípios - destacou que “tal região em meados dos anos 2000, era responsável por cerca de 30% de toda produção de álcool e açúcar brasileiro” (SILVA, 2005, p. 4), ao todo, a região canvieira possuía uma área de 384.758 hectares de cana-de-açúcar. Em 2004, em entrevista ao jornal paulista Folha de São Paulo, o então governador do Estado, Geraldo Alkimin, se referiu a esta região como um “mar de cana”, que produzia diariamente um “rio de álcool” (SILVA, 2005, p. 5).<sup>12</sup>

Retomando as discussões de Galiano (2010), o pesquisador identifica que “[...] para atender à expansão da produção, o setor canvieiro do Estado de São Paulo atraiu trabalhadores da região Nordeste do Brasil, do Norte do Paraná e do Vale do Jequitinhonha [...]” (GALIANO, 2010, p. 27). No final do século, década de 1990, a maioria dos trabalhadores, nos canaviais da região metropolitana de Ribeirão Preto, eram de origem nordestina e possuíam característica marcante de “volantes”, ou seja, trabalhadores que partem da cidade natal, no Nordeste, para trabalhar no corte da cana no Estado de São Paulo. Ao finalizarem a safra (período de colheita), regressavam às suas cidades de origem<sup>13</sup> e fixavam moradia, nas cidades paulistas, apenas no período em que estavam trabalhando na colheita da cana. Desde o PROÁLCOOL, o setor canvieiro paulista viveu períodos de expansão, demandando maior número de trabalhadores, especificamente, para a fase da colheita da cana-de-açúcar.

Como analisaremos no tópico seguinte, ao investigarmos a migração nordestina em Orlandia, notaremos que, em um primeiro momento, os migrantes nordestinos do fluxo

---

<sup>11</sup> O Proálcool, de maneira geral, consistia no oferecimento por parte do governo brasileiro de incentivos fiscais e empréstimos bancários com juros abaixo da taxa de mercado para os produtores de cana de açúcar adquirirem novas terras para o plantio e novas tecnologias. Ver: GALIANO, 2010.

<sup>12</sup> Em dados atualizados, coletados por Costa (2011), a região de Ribeirão Preto no ano de 2010 possuía aproximadamente 1.265.617 hectares, o que corresponde a 20% da produção nacional. Ver: COSTA, 2011, p. 36-37.

<sup>13</sup> Em Orlandia, como poderemos analisar nas páginas seguintes, estes trabalhadores volantes eram conhecidos como “safristas”.

migratório de 1980-2010 caracterizavam-se como volantes, mas, com o tempo, muitos fixaram-se na cidade, passando a viver em Orlândia além dos meses de duração da safra.

## 1.2 Motivos para migrar... Motivos para ficar: de safristas a moradores<sup>14</sup>

Conforme apresentado no tópico anterior, a migração nordestina para São Paulo não é uma temática nova, diversos estudos das áreas das Ciências Humanas e Sociais foram produzidos, ao longo das últimas décadas, que abordam este tema.

Entre os principais debates, que envolvem a temática da migração, as suas motivações devem receber certo destaque. Partindo das análises realizadas por Oliveira e Jannuzzi (2005), os motivos da migração nordestina têm sido um tema pouco levantado em pesquisas amostrais no país e, de maneira geral, quando debatidos estes estudos tendem a se resumir na “busca por trabalho”.

Os modelos explicativos e esquemas interpretativos do fenômeno migratório, de abordagem macro ou micro-social, inspirados em escolas clássicas ou histórico-estrutural, atribuem aos desequilíbrios espaciais de natureza econômica a determinação básica dos fluxos migratórios. As desigualdades das taxas de crescimento econômico, da oferta de empregos e de nível de salários tenderiam criar áreas propensas à evasão populacional e áreas destinadas à atração migratória, originando fluxos de pessoas em busca de trabalho ou melhores rendimentos (OLIVEIRA; JANNUZZI, 2005, p. 135).

Contudo, ao longo das investigações desses autores, outras motivações devem ser levadas em consideração, em especial as “micro-sociais”. Para Marinelli (2007), entre as causas que levam milhares de indivíduos a migrar da região Nordeste ao Sudeste, notadamente, para São Paulo, esteve ligado diretamente a questões estruturais, isto se agrava, devido “as políticas públicas pouco eficazes para a região nordeste acabam por favorecer a migração” (MARINELLI, 2007, p. 4).

Retomando as discussões de Oliveira e Jannuzzi (2005), eles, em concordância com as considerações de Marinelli (2007), destacam que “a disponibilidade de serviços públicos e políticas sociais, nas áreas mais dinâmicas, constituíram-se também em fatores potencializadores do fenômeno” (OLIVEIRA; JANNUZZI, 2005, p. 135). Da mesma forma, outras motivações ainda devem ser destacadas, por exemplo, as baseadas na busca por moradia, educação, dificuldades no relacionamento familiar e acompanhar a família.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> Parte das análises desta seção foram adaptadas e publicadas no dossiê *Migrações: identidades, culturas e trajetórias* organizado pela *Revista Aedos* (volume 12, número 27, 2020). Ver: Pereira, 2020c.

<sup>15</sup> Notadamente, este último motivo, segundo as investigações dos autores, partindo das análises do Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (2001), esteve ligado diretamente ao público feminino. Sobre isto, os pesquisadores identificam que “o quesito acerca dos motivos de migração foi aplicado a todos os indivíduos

Em relação ao município de Orlândia, os primeiros migrantes do fluxo migratório 1980-2010, inicialmente, eram sazonais (volantes), e se fixariam no município apenas durante o período do corte da cana (durante a safra – colheita), terminado esse período, retornavam às suas cidades de origem.

[...] o pessoal sempre vinha e trabalhava e ficavam para a safra e depois da safra ainda tinha o acerto com a empresa, a usina acertava com eles e depois de acertar com eles, eles iam embora aí voltavam no outro ano, e para nós do comércio aquela safra caía do céu [...] (JOÃO CARLOS, 2020)<sup>16</sup>.

Segundo João Carlos Barbim<sup>17</sup>, morador local, proprietário de uma farmácia no bairro Jardim Santa Rita, os migrantes nordestinos tinham como característica serem volantes ou “safristas”, termo utilizado pelos próprios migrantes. Contudo, com o passar dos anos, parte desses safristas passou a se estabelecer na cidade de Orlândia.

A maioria vinha e voltava, hoje tem muitos amigos meus que trabalhava comigo no corte de cana que estão estabilizados aqui também, mas foi depois que acabou isso aí, que entro a parte mecanizada, que eles foi se distribuindo, foi caçando outros serviço aí eles começaram a ficar aqui né, eles passaram a ficar, mas eles faziam essa migração, chegava novembro dezembro eles ia embora, que era época que acabava a safra, mas daí era março ou abril eles já estavam de volta. Tem bastante, quase todos faziam isso aí, eram poucos que ficavam, era isso aí, só tirava a safra (RAIMUNDO NONATO, 2020).<sup>18</sup>

Como nos indica a paulista Lúcia Dias Enos<sup>19</sup> e José Osmar Melo<sup>20</sup>, aos poucos “umas turmas dessas [de migrantes], começaram a ficar” (LÚCIA DIAS, 2020), “[...] eles vinham, alguns ficavam [...], eles mandavam dinheiro para a família deles lá [no Nordeste], e eles vinham aqui, uns ficava outros ia, mas só que todo ano eles voltavam para trabalhar, geralmente trabalhavam como safrista” (JOSÉ OSMAR, 2020).

---

que fizeram um deslocamento nos últimos quatro anos, indistintamente da idade. Assim, é natural que, para cada chefe de família que declarasse migrar em busca de trabalho, houvesse cônjuge e filhos que declarassem que o deslocamento decorria – para eles – como a necessidade de acompanhar o chefe ou os pais”, a partir dos dados coletados, os autores identificaram que “entre as mulheres, 63% declararam migrar pela necessidade de acompanhar a família, enquanto entre os homens, a cifra correspondente é significativamente mais baixa (39,6%)” (OLIVEIRA; JANNUZZI, 2005, p. 135-136).

<sup>16</sup> Reforçamos, aqui, que a utilização dos nomes reais dos entrevistados se deu por autorização de consentimento assinada por eles. A utilização dos nomes reais reforça uma busca pela visibilidade destes sujeitos, como nos disse Raimundo Nonato, um de nossos entrevistados, ao ser perguntado sobre esta questão: “[...] essa é minha história, tem que ter meu nome, nada disso de inventar outra pessoa, essa é a história do Raimundo [risos]”. Salientamos, ainda, que para os fragmentos das entrevistas utilizaremos os dois primeiros nomes de cada um de nossos entrevistados.

<sup>17</sup> João Carlos Barbim, 61 anos, paulista, farmacêutico. Entrevista realizada em seu estabelecimento comercial (Drogaria Santa Rita), avenida W, em 04 de fevereiro de 2020.

<sup>18</sup> Raimundo Nonato Pereira Alves, 55 anos, ex-safrista, atualmente operador de empilhadeira, natural de Valença-PI. Entrevista realizada em sua residência, na avenida Y, em 02 de fevereiro de 2020.

<sup>19</sup> Lúcia Dias Enos, 68 anos, paulista, cabelereira. Entrevista realizada em sua residência, na avenida Y, em 29 de janeiro de 2020.

<sup>20</sup> José Osmar Melo, 58 anos, paulista, auxiliar de comércio. Entrevista realizada em seu estabelecimento comercial (Sorveteria Lagoa Azul), rua 12, em 04 de fevereiro de 2020.

Os migrantes, que optavam por ficar, para conseguirem se manter no município, nos períodos “entre safras” da cana, buscariam outras atividades que garantissem subsistência. Em especial, as atividades empregatícias seriam voltadas ao trabalho rural, como por exemplo nas colheitas de: café, laranja, amendoim, algodão, entre outros. Entretanto, a partir da década de 1990, com o domínio da cana nas terras de plantio da região, ficaria cada vez mais difícil para os migrantes (SILVA, 2011). Uma solução encontrada por eles, no contexto orlandino, foram as atividades na construção civil (como pedreiros e serventes), na palha (trabalhando na extração, dobra, ou dentro das palheiras)<sup>21</sup> ou como domésticas, costureiras e babás. Também havia os raros casos de migrantes que conseguiam trabalho nas indústrias locais.

Entre estes “uns que ficaram”, estava Raimundo Nonato, migrante de Valência, Estado do Piauí, chegou pela primeira vez na cidade no ano 1986, trabalhou durante um ano e retornou a sua cidade natal, somente no ano seguinte voltaria, e, dessa vez, para ficar.

Aí eu vim, passei três meses e já trouxe a família, já arrumei uma casa, botei a família e fui pro corte de cana, comecei de novo minha vida por aqui. Eu entrei no corte de cana, foi onde me ajudou muito, o corte depende do esforço da pessoa, é puxado, mas foi aí que eu consegui adquirir minhas coisas, acabava a cana pegava outra coisa, ia panhar [colher] café, algodão, o que tivesse (RAIMUNDO NONATO, 2020).

Maria Dalva dos Santos Borges<sup>22</sup>, também piauiense, natural do município de Novo Horizonte, chegou em Orlândia no início dos anos de 1980, relata que estava, nessa “turma dos que ficaram”, no seu caso, o seu marido, Manoel, era safrista desde 1977, e sempre fazia o trajeto São Paulo-Piauí, até que, ao arrumar emprego em uma usina e saindo do trabalho na roça, “[...] acabou mandando buscar a família, aí a gente veio direto pra cá, e daí, a gente sempre morou aqui, não, eu morei um ano em São Joaquim [cidade vizinha a Orlândia], mas aí foi só pouco tempo, aí a gente já voltou pra cá, aí esse tempo todinho eu moro aqui” (MARIA DALVA, 2020).

Manoel Ferreira<sup>23</sup>, pernambucano, atualmente morador da cidade de Sales Oliveira (localizada a 9 km de Orlândia), chegou, na cidade das avenidas, em 2002, acompanhado da

---

<sup>21</sup> A extração da palha para a fabricação de cigarros artesanais é uma atividade tradicional de um município vizinho a Orlândia, Sales Oliveira. Este, pequeno município, possui pouco mais de 11 mil habitantes e 30% da economia desta cidade é derivada das mais de 100 empresas e microempresas que se dedicam a atividade da confecção de cigarros artesanais. A primeira etapa do processo de confecção de cigarros, trata-se da separação da palha do milho nas plantações, onde boa parte da mão de obra desta primeira etapa é proveniente da cidade de Orlândia (PEREIRA, 2020b). Os demais processos, exceto a dobra (que normalmente ocorre na residência dos dobradores, que em boa parte também são moradores de Orlândia), ocorre dentro das palheiras, processo como: a separação das palhas por qualidade, o corte dos excessos, empacotamento e venda.

<sup>22</sup> Maria Dalva dos Santos Borges, 62 anos, costureira, natural de Novo Oriente-PI. Entrevista realizada em sua residência, avenida Y, em 17 de fevereiro de 2020.

<sup>23</sup> Manoel Ferreira, 24 anos, soldador industrial, natural de São João Belmonte-PE. Entrevista realizada em sua residência, em Sales Oliveira (cidade vizinha), em 20 de fevereiro de 2020.

mãe e irmãos, vieram morar no município a pedido de seu pai, que já estava em Orlandia há dois anos, trabalhando como safrista. O mesmo ocorreria com a família de Tays Coelho, piauiense, natural do município de Aroazes, no caso dela (e de sua mãe e irmã), foram familiares que convidaram a migrar, em 2008. Segundo Tays, seus familiares trabalhavam no corte da cana e já haviam migrado no início dos anos 2000<sup>24</sup>. Ela comenta que seus familiares sempre “pintaram” uma Orlandia das oportunidades de emprego, levou oito anos para seus tios convencerem sua mãe a migrar, outro fator importante, foi o grande número de amigos e conhecidos que também optaram por migrar para o Estado de São Paulo, no mesmo período.

As motivações que levaram essas pessoas a migrarem variam entre a busca por trabalho, para acompanhar a família e a busca por melhores condições de vida (saúde e educação). Neste sentido, concordamos com a proposta de Oliveira e Jannuzzi (2005), a partir do caso de Orlandia, de que, o leque que compõe as motivações do “ato de migrar” é amplo, contudo, possuem, em Orlandia, em um primeiro momento, ligação com o trabalho.

Da mesma forma, como pudemos observar, especialmente nos depoimentos orais femininos, a família possui grande destaque nas questões que tocam as motivações. Como destaca Silva (2020):

[...] a família, não só norteia a disposição de partir, mas também aparece como parte fundamental na tomada de decisão, de tal modo age sob a forma de um elo necessário entre os que vão embora e os que ficam. Assim, podemos entender esse elo em duas perspectivas de ação: o elo efetivo e o elo afetivo. Por essa perspectiva em que a família se enquadra, não podemos dissociar uma relação da outra, não há como separar a efetividade e afetividade imbuídas na trajetória migratória. É necessário perceber a participação familiar como elo efetivo/afetivo uma vez que age como frente de apoio dando condições físicas e emocionais tanto na partida quanto na chegada, ela atua como suporte necessário na minimização das dificuldades dos contrastes impostos pelo deslocamento (SILVA, 2020, p. 112).

Tays Coelho, Manoel Ferreira, Maria Dalva, e muitos outros migrantes chegam à cidade de Orlandia por meio do convite de familiares, sobretudo de figuras masculinas (tios, pai e marido), que já se encontravam no local.

Cabe destacar, partindo das análises de Angelin (2012), que boa parte dos estudos e pesquisas, nas humanidades (Ciências Humanas e Sociais), costumam ser orientadas por valores tradicionais e patriarcais, onde “[...] a migração quase sempre foi contemplada como uma questão masculina, sendo ocultada a presença feminina nos fluxos migratórios” (ANGELIN, 2012, p. 70), acrescentamos ainda, que muitas dessas investigações, ao tratarem sobre a figura feminina nos processos migratórios, tendem, também, a colocá-las enquanto

---

<sup>24</sup> Tays Coelho de Assis, 24 anos, conferente de mercadorias, natural de Aroazes-PI. Entrevista realizada em sua residência (Bairro Jardim Boa Vista), em 14 de março de 2020.



sujeitos que migram somente para acompanhar a família, ou acompanhar figuras masculinas, marido, filhos, pai etc.

Todavia, isso enquadra-se como meia verdade, ou seja, corresponde a uma resposta imediata apenas. Pudemos observar, nas entrevistas das mulheres que migram para a cidade de Orlandia, como Maria Dalva, Luiza Marques, a esposa de seu João Mathias e de Raimundo Nonato, as mães de Tays Coelho e Manoel Ferreira etc., estas inicialmente, apontam, enquanto motivação central, terem migrado para acompanhar figuras masculinas (esposo, irmãos). Não obstante, as mesmas destacam outras motivações que permeiam, como a falta de infraestrutura básica (saúde e educação) e políticas públicas, as secas, a fome e a falta de empregos, nas regiões de origem dessas mulheres.

Neste sentido, cabe uma melhor problematização e compreensão acerca da temática da migração feminina, na busca de trazer luz a um protagonismo feminino nos processos migratórios, conforme destaca Angelin (2012), é necessário abandonar a perspectiva tradicional da migração que torna as mulheres migrantes "invisíveis e ocultas à sombra dos homens" (ANGELIN, 2012, p. 74).<sup>25</sup>

Se por um lado analisamos as motivações individuais (trabalho, saúde, educação, acompanhar a família), podemos, de maneira geral, identificar que são apenas partes de uma estrutura. A estrutura migracional revela uma região do país marcada pela falta ou precariedade de serviços básicos (como saúde e educação), falta de empregos e de terras para todos (COSTA, 2011), de maneira geral, um Nordeste "feito de fome, elites e interesses" (PRADO, 2019), um Nordeste marcado por "desigualdades socioespaciais" (CASSIA, 2015).

Luiza Marques da Silva, alagoana<sup>26</sup>, Erinaldo Barnabé<sup>27</sup> e Tays Coelho, ambos piauienses, relatam que migraram para o Estado de São Paulo devido à falta de empregos. Luiza Marques e Maria Dalva, destacaram, entre as suas motivações, também a falta ou precariedade de serviços básicos (como saúde e educação), assim como os problemas causados pelas secas.

Outra motivação, é destacada por Raimundo Nonato que, para além "do trabalhar", identificava que migrou por não haver, em sua cidade, terras para todos, "as que tinham já tinham dono", migrar, para ele "era buscar uma nova vida, um novo chão". Quanto a essa

---

<sup>25</sup> Para se compreender um pouco mais a fundo as questões sobre a temática da migração nordestina feminina, sugerimos a leitura do artigo *Mulheres e a migração: trajetórias e motivações de migrantes nordestinas na Cidade das Avenidas*, publicado no periódico científico *História em Revista* (v. 27, n. 1, 2021). Ver: PEREIRA; LOURENÇO, 2021.

<sup>26</sup> Luiza Marques da Silva, 55 anos, dobradora de palha, natural de Arapiraca-AL. Entrevista realizada em sua residência, avenida Y, em 28 de janeiro 2020.

<sup>27</sup> Erinaldo Barnabé, 40 anos, pintor e cantor de forró, natural de Valença-PI. Entrevista realizada em sua residência, Jardim Siena, em 29 de janeiro de 2020.

questão, Bacellar e Lima, em estudo, no início da década de 1990, sobre as *causas e tendências do processo migratório piauiense*, identificaram que a concentração de terras, nas mãos de grandes latifundiários, obrigou milhares de piauienses a migrar para outras cidades e Estados do Brasil<sup>28</sup>.

Assim, identificamos que a saída da maioria da população, ou melhor, sua expulsão, deu-se, de maneira geral, pela falta de políticas públicas que possibilitassem o desenvolvimento econômico e, consecutivamente, social de sua população. Ainda, a motivação que levou a maioria a migrar esteve relacionada à falta de terras, devido à concentração destas, nas mãos de poucos. Tal cenário foi agravado, desde as primeiras décadas do século XX, como discute Albuquerque Júnior (2018), em um complexo estudo sobre o Nordeste. O historiador identificou que as elites locais se utilizaram do discurso de que a região necessitava de grande ajuda do Estado, por motivo das duras secas que acabavam por gerar a fome e miséria de sua população. Esse discurso serviu para que as elites locais, detentoras da maioria das terras na região, se beneficiassem com subsídios do governo federal, e nenhuma política pública eficiente foi desenvolvida, desde então.

Foi somente nas últimas duas décadas (2000-2020) que o contexto começou a mudar, com o desenvolvimento de políticas públicas e incentivos federais e estaduais, e a abertura de empresas/indústrias na região (GONÇALVES; MONTENEGRO; AGRA, 2017). Entretanto, apesar da contínua melhora da condição econômica na região Nordeste (foi a renda que mais cresceu até 2009), em números absolutos, ainda é a região que apresenta a renda média mensal mais baixa (Nordeste: R\$ 734,00; Norte: R\$ 921,00; Sul: R\$ 1.251,00; Sudeste: R\$ 1.255,00; Centro-Oeste: R\$ 1.309,00; dados referentes a 2009) (IBGE, 2012).

Assim, buscamos compreender pelas narrativas de alguns migrantes parte das complexas questões que envolvem a migração em Orlândia, em seu sentido individual e coletivo, suas motivações e causas (SINGER, 2002, p. 53)<sup>29</sup>.

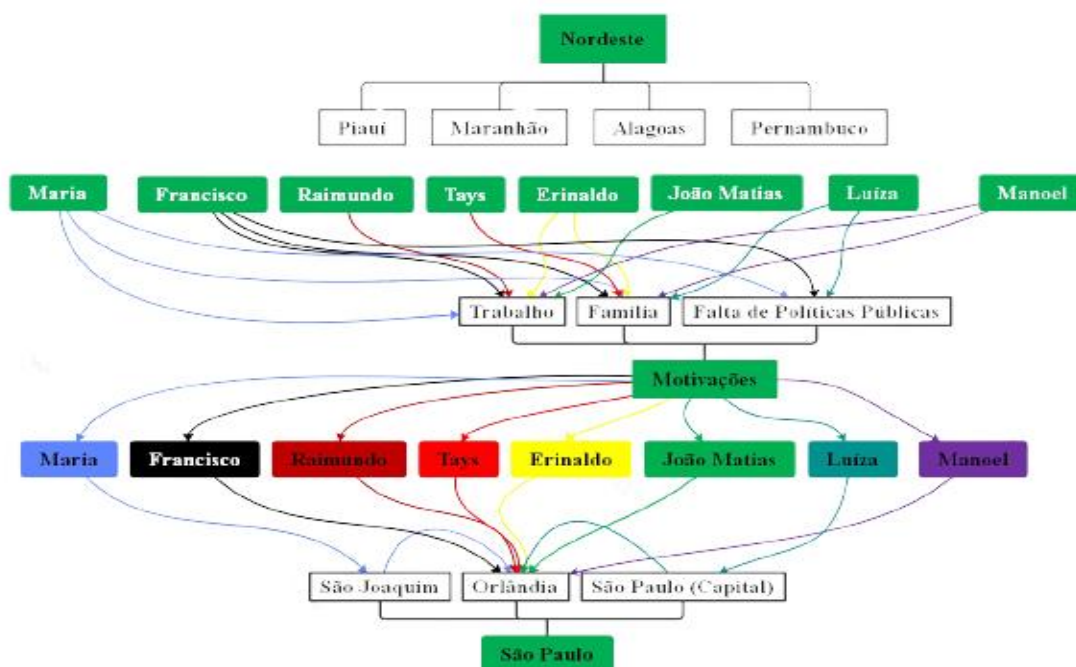
---

<sup>28</sup> Ainda sobre a migração piauiense e suas motivações, indicamos a leitura do estudo de Costa (2012), *A Migração piauiense e as atividades sucroalcooleiras em Morro Agudo (SP)*, que corresponde a sua dissertação de mestrado defendida no ano de 2012.

<sup>29</sup> Acredito, que para um melhor vislumbre das questões sobre a migração nordestina para a região do “mar de cana”, especialmente no que corresponde as motivações e implicações deste movimento, indicamos a leitura da obra *Migrantes: Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)* organizada por Novaes e Alves, publicada em 2007. Esta obra, a qual é composta por uma coletânea de artigos de vários pesquisadores, se debruça em compreender as razões que levavam um contingente expressivo de trabalhadores oriundos de vários estados do Nordeste e de Minas Gerais a anualmente migrarem para os canaviais paulistas. O livro, dividido em três partes, possui como foco, em suas duas primeiras, analisar as condições de vida e do trabalho no complexo canavieiro e, a terceira, concentra-se em analisar as regiões de origem, buscando averiguar as dinâmicas econômicas e sociopolíticas das regiões como fatores explicativos da migração.

O quadro, a seguir, sintetiza as trajetórias desses sujeitos, bem como as motivações que foram a base para o seu deslocamento:

### Mapa Conceitual 1 - Trajetórias e Motivações de Migrantes Nordestinos na cidade das Avenidas



**Fonte:** Dados coletados e organizados pelo autor a partir do uso de ferramenta digital (*MindMaster*).

A partir do mapa conceitual, apresentado acima, visualizamos, de forma geral, a configuração do processo migratório dos sujeitos entrevistados, ou seja, suas trajetórias. Da mesma forma, notamos as redes de ligação entre as motivações que os guiaram. Neste sentido, constatamos que o ato de migrar corresponde a um conjunto de práticas socioculturais, partindo da perspectiva de Nodari (2002), que foram adotadas na busca de resolver problemas estruturais que colocaram pressão sobre os sujeitos – individualmente ou coletivamente, e fizeram com que migrassem para a cidade de Orlândia, na busca de modificar os problemas estruturais e particulares que viviam em suas cidades/regiões natais. Salienta-se, ainda, a partir do mapa acima, que, embora as motivações variem para cada um, elas se cruzam de diferentes formas, ou seja, alguns sujeitos não migram apenas por um motivo, falta de trabalho ou acompanhar a família, mas, também, pela precariedade de serviços como saúde e educação, a falta de política públicas ou a indisponibilidade de terras.

Se, ao longo deste tópico, buscamos compreender o “por que migrar?”, outra pergunta se sobressai, “como migrar?”. Se por um lado investigamos, a partir dos depoimentos orais e a introdução de estudos sobre as motivações que os levaram a migrar, o “como” é tão importante quanto. Pela segunda pergunta, podemos compreender uma importante característica dos

processos migratórios, as “redes sociais”, essa temática será ponto central para os dois próximos itens deste capítulo.

As redes, de maneira geral, influenciam, consideravelmente, os processos migratórios, pois, é através delas que os sujeitos possuem, de antemão, informações dos espaços para os quais vão migrar. Por tais redes, os sujeitos obtêm dados quanto a oportunidades de emprego, valores de aluguéis etc.

No que diz respeito ao contexto orlandino existiu uma figura marcante a qual fundou uma rede de informações entre Orlândia e o Nordeste, que, de maneira geral, atraiu centenas, se não milhares, de migrantes para a região do “mar de cana”. Assunto que trataremos no item a seguir.

### **1.3 “[...] aqueles que já estavam aqui, começaram a trabalhar em usina e fizeram amizade com os patrão”:** recrutadores e a migração

Um ponto que chamou atenção, em nosso estudo, diz respeito aos chamados “recrutadores”, também conhecidos por outras expressões, como: arregimentadores, atravessadores, *turmeiros* ou *gatos*, eram pessoas responsáveis por irem às cidades, geralmente cidades interioranas da Paraíba, Pernambuco, Piauí, Maranhão e outros Estados do Nordeste, e recrutarem os trabalhadores.<sup>30</sup>

Acerca desses sujeitos Galiano, Vettorassi e Navarro (2012), Nunes, Silva e Cordeiro (2016), comentam que os recrutadores, além da função de recrutar, também eram responsáveis por uma pré-seleção dos futuros cortadores de cana. Esta pré-seleção tinha por objetivo:

[...] obter informações sobre os candidatos, levando em consideração o comportamento em seus lugares de origem, em safras anteriores, além da média de produtividade. Se busca com isso conseguir um trabalhador útil (capaz de atender as médias de produtividade) e, ao mesmo tempo, dócil, ou seja, um trabalhador que não seja sindicalizado, não participe de greve, não questione as ordens dos fiscais e de outros representantes patronais (NUNES; SILVA; CORDEIRO, 2016, p. 1124).

Após essa escolha, existiria uma nova fase, que levava em consideração, como critério principal,

[...] o desempenho do trabalho árduo na lavoura. Nessa etapa, o agente da seleção é o médico do trabalho que, em última instância, exclui aqueles trabalhadores que apresentam possibilidade de desenvolver patologias impeditivas da realização do trabalho em questão. Nessa etapa de seleção, procura-se pelos trabalhadores mais saudáveis por meio de exames admissionais, excluindo assim os doentes nas etapas seguintes (NUNES; SILVA; CORDEIRO, 2016, p. 1124-1125).

---

<sup>30</sup> Essas figuras, os recrutadores, também possuem destaque nas discussões acerca da migração internacional. Sobre isto consultar: FAZITO; RIOS-NETO, 2008; FERNANDEZ, 2018.

No que se refere ao contexto orlandino, os recrutadores eram nordestinos que já moravam na cidade e trabalhavam nas usinas.

Na época quando eu vim em 1986, já tinha [nordestinos], tinha poucos mais tinha e aqueles que já estavam aqui, começaram a trabalhar em usina e fizeram amizade com os patrões e como faltava mão de obra para as usinas pro corte da cana, o que eles [usineiros] faziam? Eles pagavam comissão, eles precisavam de tantos homens e daí eles [os nordestinos que já trabalhavam no corte] sabiam onde iam buscar, eles pagavam uma comissão por tantas pessoas e eles [usineiros] pagavam (RAIMUNDO NONATO, 2020).

Raimundo Nonato, ainda salienta que:

[...] faltava o trabalhador para fazer serviço, faltava a mão de obra então o que acontecia, eles [recrutadores] chegavam lá, isso aconteceu muito na minha cidade [Valência-PI], todos os anos chegava ônibus fretado, vários ônibus, chegavam lá falavam que precisava de tantas pessoas (RAIMUNDO NONATO, 2020).

Melo (2008), ao debater sobre os recrutadores/gatos, expõem que

[...] o ‘gato’ na maioria das vezes é um migrante com mais experiência, que, ao mesmo tempo em que está fortemente incluído no interior de sua rede social de origem, possui relações privilegiadas com os patrões no local onde estes virão a se empregar. Ao mesmo tempo em que seu ganho tem origem na super-exploração destes trabalhadores, goza de muita confiança entre os trabalhadores migrantes. Esta rede de trabalhadores arregimentada pelo ‘gato’, ao mesmo tempo em que representa o meio através do qual diversos mecanismos de exploração/dominação passarão a agir são responsáveis também pela manutenção de um sentimento de segurança em meio à adversidade (MELO, 2008, p. 77).

Outra pesquisadora, que trata sobre os “gatos”, é Gomes (2013), que ao discutir quem são os recrutadores, sintetiza que estes, foram cortadores de cana, que conquistaram “[...] a confiança entre os seus superiores e são responsáveis de formar turmas de trabalho que sejam disciplinadas, obedientes e produtivas” (GOMES, 2013, p. 51).<sup>31</sup>

Segundo Silva (2011), os “gatos” eram responsáveis, além do recrutamento, pelo controle da força de trabalho, principalmente, no sentido de se evitar:

[...] a inclusão tanto de pessoas ‘improdutivas’ quanto de pessoas ‘trabalhosas’. A ideia é que os arregimentadores levem pessoas conhecidas, de sua confiança. Dessa forma, eles [os arregimentadores] realizam uma espécie de ‘primeira triagem’ dos trabalhadores. Sem deixar de serem trabalhadores, passam também a funcionar como ‘olho da empresa’ visando arregimentar a mão de obra necessária para cada safra (SILVA, 2011, 116).

---

<sup>31</sup> Outra pesquisa que trata sobre quem são os “recrutadores” é a investigação de Gomes (2014). Suas análises destacam que, em muitos casos, estes sujeitos são figuras marcantes dos processos de “escravidão contemporânea”, pois são intermediários que atuam “[...] principalmente na intermediação ou aliciamento, mas também podem estar presentes na apreensão de documentos, na coação por vezes com homens armados, nas dívidas ilegalmente adquiridas ou na manutenção desses sujeitos em condições locais que impedem o livre deslocamento dos trabalhadores” (GOMES, 2014, p. 9).

Em geral, as obrigações dos recrutadores, eram “formar as turmas” de futuros safristas, levá-los até Orlândia e trazê-los para o Nordeste no final da safra. Além de alugar moradia e garantir emprego na usina.

João Mathias Barbosa<sup>32</sup>, migrante maranhense, destaca que sua chegada em Orlândia foi um tanto conturbada. O recrutador responsável por sua turma, 21 maranhenses, vindos de São Luís, desembarcou-os, na cidade de São Joaquim (município vizinho), entretanto, não conseguiu uma residência para todos, nessa cidade, e teve de levá-los a Orlândia.

[...] eu vim também [contratado pela usina], tinha responsável da usina, mas fizeram da gente igual uma bola, ficaram jogando a gente, que nem eu estava te falando, ficaram jogando nós pra um lado e pro outro igual merda n'água, perdão da palavra, foi que nem eu te falei era pra nós ter ficado em São Joaquim, não ficou, ai nós não sabia onde nós ia ficar, ai viemos pra cá, chegando aqui largaram nós aqui igual merda n'água, não sabia nem pra onde nós ia, largo nós aqui. Rapaz... foi um balai de gato que eu vou te falar em (JOÃO MATHIAS, 2020).

A narrativa de João Mathias faz jus ao nome dado a esses sujeitos, *gatos*, pois, como salienta Silva (2011), o uso de tal nomenclatura, também, faz alusão ao fato de que, “geralmente, os aliciadores de mão de obra costumam esconder dos candidatos as verdadeiras condições de trabalho. Isto é, eles ludibriam, falam bonito, enfeitam, buscando convencer os trabalhadores a migrarem para outra região do país” (SILVA, 2022, p. 117).<sup>33</sup> Sobre isto, João Mathias nos relata “[...] meu amigo, esse homem [recrutador] tinha uma lábia, contou pra gente que estava tudo certo, tava o caralh... desculpa, só de lembrar me da um nervoso. Chegou aqui e não tinha nem onde deixar a gente” (JOÃO MATHIAS, 2020).

João Mathias informa que foi somente com a entrada de outro recrutador que seu problema e de seus vinte colegas teria sido resolvido, como nos narra “[...] o Cidão [o recrutador] foi um pai e... foi um pai pra nós, ele que pegou as carteiras [de trabalho] nossa, correu para as usinas, que já estava na safra né, foi lá pra botar nós pra poder trabalhar pra nós comer” (JOÃO MATHIAS, 2020).

Em alguns casos, os recrutadores, realizavam adiantamentos de salários para os trabalhadores, em especial, na hora da partida, na busca de conquistar o seu número ideal de braços que havia prometido levar para São Paulo. Raimundo Nonato, ao falar um pouco dos recrutadores, salienta que as usinas repassavam uma considerável quantia para que os

---

<sup>32</sup> João Mathias Barbosa, 56 anos, ex-safrista, atualmente pedreiro, natural de Bacaber-MA. Entrevista realizada em sua residência, avenida U, em 16 de fevereiro de 2020.

<sup>33</sup> Entre as principais formas utilizadas pelos recrutadores para atraírem novos trabalhadores destaca-se o uso das propagandas em jornais e rádios locais das cidades nordestinas. Nas notícias publicadas e narradas por estes veículos de comunicação, como é destacado por Silva (2011), havia um infindo número de promessas, sobretudo vinculadas aos grandes ganhos financeiros.

recrutadores pudessem “fazer as coisas” (fretar ônibus, realizar os adiantamentos, alugar as casas). Contudo:

[...] a pessoa já vinha devendo, já chegava aqui devendo, então o cara tinha que trabalhar pra pagar aquilo ali, então era desse jeito e ele [o recrutador] ficava responsável, para arrumar o barraco, colocava o pessoal dentro, além de ele ir buscar e ganhar esse dinheiro para trazer o pessoal, ele mesmo alugava os pontos aqui e já passava a cobrar o aluguel deles, ele mesmo recebia o aluguel para pagar depois, então era o atravessador [recrutador] ele fazia tudo e ganhava dinheiro em cima deles [dos migrantes], ele ia nos mercado, ele dava o nome dele, como ele já era conhecido ele fazia compra pra eles no nome dele, então a gente vinha, era sufocado, a gente ficava na mão deles até...[...]

Mas existia isso aí sim e era mandado pela usina por que lá chegava vários ônibus pra pegar o pessoal tudo a mando de usina, ‘ó eu trabalho na usina tal, vocês não vão pagar nada’, não vão pagar né? [risos], o cabra estava é fudido, acabava saindo mais caro, a pessoa já chegava devendo, aí ficava enfiado num cômodo velho ai, no diabo-a-quatro [...] (RAIMUNDO NONATO, 2020).

Referente a questão, Silva (2005) reflete que as dívidas de trabalhadores com seus recrutadores era algo recorrente. Segundo ela,

[...] a imobilização da força de trabalho corresponde à servidão por dívidas, contraídas com os gatos, desde o momento da partida dos locais de origem. A dívida do trabalhador acaba sendo o elo da corrente que o aprisiona, que o escraviza. Impossibilitado de saldá-la, em razão dos baixos salários recebidos e da parte destinada aos gatos, o trabalhador é submetido por meio de coações físicas, que, às vezes podem levá-lo à morte, e às coações morais (SILVA, 2005, p. 19).

Maria Dalva recorda que em sua cidade, Novo Horizonte-PI:

[...] ia os ônibus buscar pessoas lá, pra trabalhar, as vezes ia dois três ônibus buscar, trazia, a pessoa trabalhava tirava a safra depois voltava pra lá de novo, eles levava de volta, por que era só pra época da cana, que naquela época o corte era tudo manual, hoje que não tem mais isso, por que é tudo maquinário, então hoje não tem mais isso, esse negócio de manual de corte de cana, quase ninguém corta cana assim mais, e eles sempre buscavam gente lá e depois levava de volta (MARIA DALVA, 2020).

O recrutador também possuía funções no cotidiano do trabalho, no corte da cana. Muitas vezes, representavam as funções como empreiteiros e/ou fiscais, patrão dos safristas nos canaviais. Os recrutadores, agora também fiscais, cuidavam do corte, traçavam as metas individuais (distribuíam as “ruas” no canavial), anotavam a quantidade cortada. Ao ser perguntado sobre o empreiteiro com o qual trabalhou, Louran, Raimundo Nonato não possui memórias muito agradáveis sobre ele, ou sobre os “empreiteiros”, de modo em geral.

[...] as vezes saia de madrugada quando eles pegavam lugar longe, a gente sentado ali, prensado um no outro e tinha que dar produção para eles se não... aquele que não desse produção no outro ano perdia a vaga, trabalhava nesse e no outro ano estava dispensado queria nem saber, e os empreiteiro era assim, era um junto com o outro eles tinham contato um com o outro aí um falava ‘vai pega fulano, fulano não presta’ aí já queimava, falava ‘vai pegar esse piaui aí, esse não presta’ ‘esse piaui é ruim de serviço’, aí nego [o recrutador] já inventava uma desculpa e dispensava o cara [...]. Olha, muitas vezes, a gente estava socado nesse mundo aí, escurecendo, a gente falava de ir embora, ele [fiscal] falava ‘não enquanto vocês não me derem produção não vai embora não’, ‘se não queria trabalhar por que não ficou em casa, se não quer

o serviço já sabe’, a gente era obrigado a trabalhar até no escuro, chegava em casa a mulher preocupada, o que aconteceu? Tinha que produzi, cortar muita cana, já eles [os empreiteiros] estavam no busão batendo papo, ‘deixa eles trabalhar’ eles falavam e riam... (RAIMUNDO NONATO, 2020).

Quanto ao assunto, retomamos algumas considerações dos pesquisadores Nunes, Silva e Cordeiro (2016),

Aqueles trabalhadores que recusam se sacrificar no altar do progresso representado pelo setor canavieiro, e também aqueles que mesmo buscando não conseguem atender as exigências do setor, acabam sendo vistos como fracassados. Até recentemente era comum, no espaço do trabalho, os trabalhadores receberem títulos como ‘podão de ouro’ (os trabalhadores mais produtivos) e ‘podão de borracha’ (os menos produtivos). Estes frequentemente eram motivo de chacotas entre seus companheiros, além de serem desvalorizados por fiscais e recrutadores de turma e terem seus nomes inscritos nas listas negras das usinas, marcados pela ‘pouca produção’ para serem descartados nas safras futuras (NUNES; SILVA; CORDEIRO, 2016, p. 1133),

Contudo, nem todos os migrantes chegaram a Orlândia intermediados por recrutadores, assim como nem todos se dedicaram ao trabalho ao corte da cana. Muitos vieram por conta própria, outros através de convite de amigos e familiares e se dedicariam a outras atividades no município.

Francisco Chagas de Araújo Filho<sup>34</sup>, chegaria, em Orlândia, no início dos anos de 1980, veio à cidade a partir de um convite de sua irmã, que já estava estabelecida no local. Francisco, morou, inicialmente, no Jardim Boa Vista, e trabalhou durante três anos no corte da cana. Depois, aproveitando uma oportunidade, ingressou na usina Jardest, localizada na cidade de Jardinópolis (46 Km de Orlândia). Nessa usina, trabalhou por cerca de 25 anos, até se aposentar.

Outra migrante foi Luiza Marques que chegou, na cidade de Orlândia, no final da década de 1990, por convite de sua irmã, “que já vivia há algum tempo aqui”, antes disso, morou na capital paulista e outras cidades mineiras, onde “o aluguel era mais barato”. Luiza relata que sempre trabalhou na roça, plantio e colheita de algodão e fumo, no Nordeste, e, em Orlândia, a entrevistada trabalhou e ainda trabalha na extração e dobra da palha do milho.

Erinaldo Barnabé, chegou à cidade de Orlândia, em 1997, para trabalhar como mecânico. O migrante relata que “[...] onde nasci [Valência-PI] os migrantes, as pessoas, o Estado não fornecia e não tinha trabalho para as pessoas trabalharem no próprio Estado”. Erinaldo, assim como Luiza, veio para o Orlândia a convite de alguns familiares que já estavam na cidade há algum tempo. Na cidade, desenvolveu atividades como a de mecânico de automóveis, pintor e, nos fins de semana, como cantor.

---

<sup>34</sup> Francisco Chagas de Araújo, 65 anos, aposentado, natural de Aroazes-PI. Entrevista realizada através de telefonema em 28 de julho de 2020.



Outra de nossos entrevistados, que chegou a Orlândia por convite da família, foi Tays Coelho. Em sua narrativa, Tays comenta que dezenas de sujeitos em seu município, Aroazes-PI, arriscaram-se saindo de lá e tiveram como destino Orlândia, pois, segundo ela, “muitos ouviram falar que aqui tinha muito emprego”<sup>35</sup>, ela, sua mãe e irmã, chegaram em Orlândia, em 2008, após convite de alguns tios.

Em todos os casos citados dos sujeitos que migraram por conta própria, sem o auxílio de recrutadores, estes possuíam familiares na cidade de Orlândia. Luiza tinha a irmã, Erinaldo, os pais, e Tays e sua família possuíam alguns tios. Entretanto, mesmo tendo parentes no município, todos relataram uma série de estranhamentos com o novo espaço.

Robson Lavardi (2005) traz luz à questão dos “estranhamentos”. Em estudo sobre trajetórias de trabalhadores migrantes, o pesquisador destaca que, na chegada, eles se deparam com uma série de questões novas, como: uma nova cultura, novos costumes, hábitos etc., que, de maneira geral, os desorientaram.

Os mesmos estranhamentos, discutidos por Lavardi (2005), foram sentidos pelos migrantes nordestinos em Orlândia. Tays Coelho, ao recordar da sua chegada à cidade, sintetizou o sentimento de muitos migrantes “a gente fica meio com um pé atrás de chegar em lugar diferente, porque os costumes são totalmente contrários, não tem nada a ver com nada com que a gente vive lá, e as pessoas também ficam com um pé atrás com a gente [...]”.

Todavia, como salienta Araujo (2008), com o passar dos dias, pouco a pouco estes migrantes passam a “plantar novas raízes, criar aos poucos, novos laços de amizade e relações de confiança no seu dia a dia” (ARAUJO, 2008, p. 64). De maneira geral, aqueles migrantes que possuíam conhecidos (amigos e familiares) conseguiram com maior facilidade se adaptar as novas dinâmicas do novo espaço.

Sobre isto, debateremos no tópico a seguir, partindo de algumas discussões de Estrela (2002). A figura dos chamados “anjos da guarda”, que de maneira geral, eram os sujeitos responsáveis pela socialização dos recém-chegados, bem como correspondem a base das redes sociais. Salientaremos que, no contexto orlandino, essa função era executada por familiares, amigos e até mesmo pelos recrutadores.

---

<sup>35</sup> Como foi narrado nas entrevistas, principalmente de moradores locais, Orlândia no final do século XX possuía uma grande variedade de oportunidades de empregos para além do corte da cana de açúcar, em especial em suas indústrias locais (Morlan, Brejeiro, Comove, Intelli, Guabi, entre outras). Todavia pouquíssimos migrantes que chegaram entre os anos de 1980-2010 conseguiram empregos nestas empresas, e, quando conseguiam, eram trabalhos desvalorizados e com remunerações baixas. José Osmar, descreveu que havia “grande preconceito para entrar em firma [empresas/indústrias]”. A maioria destes migrantes, passou a trabalhar na roça, como descreveu Maria Dalva, para a roça os empregadores chegavam “de pirua chamando pra trabalhar, reunindo o pessoal que estava sem serviço, tinha muito serviço pra roça”.

#### **1.4 “vivia, igual um carneiro amarrado, aonde passava eu tava junto [...]”<sup>36</sup>: a socialização e moradia dos recém chegados em Orlândia**

O ato de migrar é seguido de estranhamentos, de inseguranças e de dificuldades; também é orientado por esperança de melhores dias. O migrante não sabe ao certo quais serão as dificuldades e nem se terá êxito com a mudança. O que sabe é que está deixando o lugar onde nasceu e onde criou raízes. Partirá para outro ao qual não pertence (ARAUJO, 2008, p. 17).

A referência que abre esta seção sintetiza os sentimentos que os migrantes nordestinos sentiam. Suas memórias trazem lembranças acerca dos estranhamentos vividos inicialmente na cidade, muitos, utilizam-se da expressão “desorientados” para se referir aos primeiros meses no novo local.

Estrela (2002), ao debater sobre a “desorientação dos recém-chegados”, indica, assim como Lavardi (2005) e Araújo (2008), que isto se dava devido às dificuldades encontradas na chegada, os estranhamentos com o “algo novo”, bem como à desorientação espacial. Estrela (2002) nos indica que isto mudaria após a:

‘socialização dos recém-chegados’, que, era feita pelos indivíduos que já viviam ali há mais tempo [...] Estes desempenhavam inúmeros papéis. Ajudavam na retirada dos documentos, indicavam os possíveis locais de trabalho, arrumavam as moradias, eram fiadores, levavam-os às casas de parentes e amigos, enfim, orientavam-os sobre a vida no novo espaço (ESTRELA, 2002, p. 157).

Os “indivíduos que já viviam ali há mais tempo”, foram chamados pelos entrevistados da pesquisadora de “anjos da guarda”. Utilizaremos a mesma expressão.

De uma maneira geral, esses anjos, no contexto de Orlândia, foi um papel executado desde os recrutadores, amigos e até os familiares. No caso de João Mathias, Cidão foi um “anjo da guarda”, pois ele alugou a residência e arranjou trabalho para João e os companheiros.

Da mesma forma, Maria Dalva, identifica, enquanto seu anjo da guarda, o senhor Chico Trajano, que seria o responsável por alugar as duas primeiras moradias para sua família. O Sr. Chico, funcionário da Metalúrgica Orlândia S.A (MORLAN),<sup>37</sup> foi responsável por alugar as duas primeiras moradias da família de Maria, a primeira, na “conferência” (local que abrigava uma considerável quantia de famílias em pequenas casas de dois a três cômodos, localizado no

---

<sup>36</sup> Este fragmento corresponde à narrativa do migrante Manoel Rocha, entrevistado por Estrela (2002, p. 157).

<sup>37</sup> MORLAN, foi fundado em 1954, na época de sua fundação a empresa possuía como nome FAPOL – Fábrica de Pregos de Orlândia, e como em seu nome, era dedicada a produção de pregos. A partir da década de 1970 a empresa ampliaria sua produção. Com sua ampliação, a mesma contratou novos funcionários e diversificou seu “mix de produtos”, “A produção que até então era basicamente destinada à agropecuária, passou a produzir arames de alto e médio teor de carbono, destinados a atender clientes da área industrial. Foi um passo estratégico e extremamente importante” (MORLAN, 2020). De maneira geral, a Morlan, no contexto orlandino, é considerada como uma das empresas mais tradicionais (assim como Brejeiro, Intelli, Carol e Comove), trabalhar nesta empresa, para muitos, em especial para nossos entrevistados, sempre foi um sinal de “respeito”, “orgulho” e “ascensão social”.

bairro Jardim Boa Vista), e a segunda, após terem que sair da “conferência” - o proprietário solicitou a saída de todos os moradores, pois iria derrubar as casas para a construção de barracões - a migrante comentou que:

[...] foi um trabalho longo [alugar uma nova casa], por que as pessoas não encontravam casa pra morar por que eram muitas famílias, aí ele [Sr. Chico] arrumou essa casa pra gente, uma casa na Avenida Seis, mas só alugou por que foi ele que foi lá, por que ele conhecia o homem [proprietário] e o homem também era ruim, era carne de pescoço e ele não ia alugar casa pra qualquer pessoa assim sem ele sabe, mas a gente já estava fixo, o Manoel [seu marido] já estava na usina, não estava mais tirando safra, mas só que ninguém alugava pra piauí [...] (MARIA DALVA, 2020).

Ainda, quanto ao papel dos anjos da guarda, o migrante Raimundo Nonato, ao nos falar de sua chegada em Orlândia, comentou as várias ajudas que teve.

Vim acompanhado de um amigo meu que tinha uns parentes aqui [em Orlândia], então ele me chamou pra acompanhar ele, aí eu vim. Aí eu cheguei na rodoviária, cheguei à noite, não conhecia ninguém e passei algum tempo lá. Quando foi uma meia noite a gente encontrou um nordestino que justamente era parente do pessoal do endereço que a gente estava em mão, porque a gente só tinha o endereço, a gente não sabia, aí o rapaz olhou o endereço e falou ‘Essa pessoa eu conheço, eu já levo vocês lá’, a gente passou um bom tempo na rodoviária, não tinha quem informasse o destino, até que ele levou a gente lá na casa desse pessoal, receberam a gente muito bem, era nordestino também. Então passei um mês mais ou menos morando mais eles, aí já comecei a trabalhar (RAIMUNDO NONATO, 2020).

A família que o abrigou, parentes de seu amigo, além do teto, o auxiliaram a encontrar o primeiro emprego. Por uma indicação, Raimundo passou a trabalhar como carregador na Companhia Mogiana de Óleos Vegetais – COMOVE<sup>38</sup>. A respeito da família a qual o ajudou, Raimundo comentou que “[...] na época a gente sofreu muito, e eles ajudou, hoje eu agradeço a deus por ter me dado e por ter dado para eles também”.

Os relatos de João Mathias, Maria Dalva e Raimundo Nonato identificam um ponto em comum, todos se assemelhavam, utilizando outra expressão, presente nas investigações de Estrela (2002), a "carneiros amarrados", ou seja, pessoas dependentes dos anjos da guarda, não conheciam nada do local, do espaço, desta forma ficavam inteiramente dependentes de algumas pessoas.

De maneira geral, nossos entrevistados identificam, neste período, o fluxo migratório de 1980-2010, que os recém-chegados não possuíam “crédito na praça” e não eram conhecidos e reconhecidos.

---

<sup>38</sup>A Comove, fundada em 1952, inicialmente era voltada para a colheita e plantio de algodão, depois para o arroz e, por último, para a soja. Na década de 1980 a soja dominava entre os produtos da empresa (produzia óleo de soja, farelo de soja, gordura hidrogenada, lecitina de soja), mas também se voltava para outros produtos como sabão e sementes de arroz, feijão, trigo e milho. Era uma das indústrias mais antigas do município. Raimundo trabalhou na área de carga e descarga da empresa durante seis anos.

[...] naquela época era difícil, principalmente por causa disso que você falou, do preconceito com nordestino, tinha muito naquela época, nome a gente não tinha, chegava no mercado a gente não podia comprar nada, falava assim ‘é nordestino’, a gente tinha que se vira [...] Mas aí trabalhando, batalhando, com o passar do tempo a gente foi estabilizando mais, foi ganhando um pouco de crédito, que naquela época a gente não tinha, não existia cartão não existia nada era tudo pelo nome, as coisas eram muito difíceis (RAIMUNDO NONATO, 2020).

João Mathias ao falar sobre o trabalho, revelou que, em sua trajetória em Orlândia, teve dois empregos, o primeiro como cortador de cana e o segundo de pedreiro. Este último era sua atividade no Maranhão, contudo, em Orlândia, “ninguém conhecia a mim e a meu trabalho, então ninguém me dava serviço e tive que encarar a cana”. Passado algum tempo, outro anjo da guarda, o Zé, apareceu para João.

[...] ai um amigo meu falou assim ‘João se quer trabalhar pra fora?’, eu disse rapaz eu vou, é o tudo ou nada, eu tenho que apelar pra tudo, ai rapaz ele ligou lá na empresa lá e falou ‘eu to mandando um cara ai agora’ por que eu não tinha classificação de pedreiro, eu trabalhava lá na cidade [São Luís] mas eu não tinha classificação aqui, ai ele mandou, o pessoal falou pode mandar o rapaz vir, ai eu sai daqui, fui com um cara, hoje ele está até preso, eu disse pra ele se me leva lá ele disse leve, fui lá pra Sertãozinho [cidade localizada a 61Km de Orlândia], não conhecia Sertãozinho, ai meu amigo já tinha ligado lá, falaram que eu podia ir, já fui com tudo, documento tudo, fui pra lá, chegando lá meu querido, registrei na hora, eles falava se sabe fazer isso e isso eu dizia sei, se sabe fazer isso e mais isso e eu dizia sei, perguntaram quanto tempo eu trabalhava com o Zé lá [no Maranhão] eu disse uns dois anos, já fizemos várias casas e ele ó... [fazendo sinal de que o entrevistador estava anotando tudo] e ele registrou, cara quando eu vim de lá e olhei na carteira e vi o salário que estava lá de diferente do que estava na cana rapaz eu vinha dando pulo lá em cima, nossa foi uma benção, e esse cara hoje tá no Pernambuco, grande amigo meu, me deu a maior força e daí pra cá eu não parei mais, eu só trabalhei viajando (JOÃO MATHIAS, 2020).

Estrela (2002), ao analisar a migração nordestina em São Paulo, na década de 1950, destacou que com a instalação em definitivo dos migrantes nos espaços urbanos da capital, estes passariam a desenvolver atividades que estavam ligadas diretamente ao espaço urbano (atividades como a construção civil e atividades domésticas). Segundo a pesquisadora, boa parte dos migrantes (quase sua maioria) passaria primeiro por essas atividades, só depois de um tempo, após a consolidação no lugar, conseguiriam trabalhar em outras áreas (em sua pesquisa até mesmo migrantes com experiência em distintas áreas, acabavam passando/trabalhando na área da construção civil) (ESTRELA, 2002, p. 163-165). Esta situação pode ser observada na fala de João Mathias, assim como de Raimundo Nonato que destacou que, independentemente da “função que ele fazia lá [no Nordeste], aqui era difícil, pelo menos no começo dele [o migrante] fazer a mesma coisa, aqui a maioria ia pra cana, ou ia pra roça pra panhar [colher] o que tivesse” (RAIMUNDO NONATO, 2020).

Outro ponto importante, que pode ser observado, nas narrativas de João Mathias e Raimundo Nonato, refere-se a questão de que os migrantes que já se encontram estabelecidos,

eram, geralmente, os responsáveis pela integração dos recém-chegados ao mercado de trabalho. Segundo Lima (2009), as relações de "família, parentesco e amizade são os maiores responsáveis por essa inserção" (LIMA, 2009, p. 19-20). Acrescenta-se aqui, que os migrantes, já estabelecidos, auxiliariam em outras questões, como, por exemplo: alugar casas e abrir contas em mercados e lojas.

Destacamos que a posição de "carneiros amarrados", para aqueles migrantes que optavam por ficar na cidade, não se manteria por muito tempo. Pela fala dos entrevistados, pode-se notar que alguns deixaram a posição de carneiros amarrados e passaram a ser anjos da guarda.

Devido eu ter passado por isso muitas coisas né [dificuldades no início], eu falo, eu tenho carro ai, se for emergência eu levo mesmo, não tem problema nenhum, as vezes na rodoviária quando chega parente meu, três quatro horas da manhã, sempre vem, ai chega lá o cara fala não sei o que, não precisa, eu falo 'rapaz vamos socar tudo dentro do carro eu sei onde é o endereço, se couber vai todo mundo junto' falam que 'não, tem taxi', eu já digo 'não tem nada', eu falo que não tem problema não, eu já fiz muita entrega aqui, 'a quanto que é', não é nada o importante é que está entregue, eu sei o quanto é ruim chegar em um lugar e não ter ninguém pra ajudar, eu tive gente que me ajudou, agora eu ajudo também, eu passei isso, eu sei como que é, eu já sofri muito por isso, então não é nada não, não cobro (RAIMUNDO NONATO, 2020).

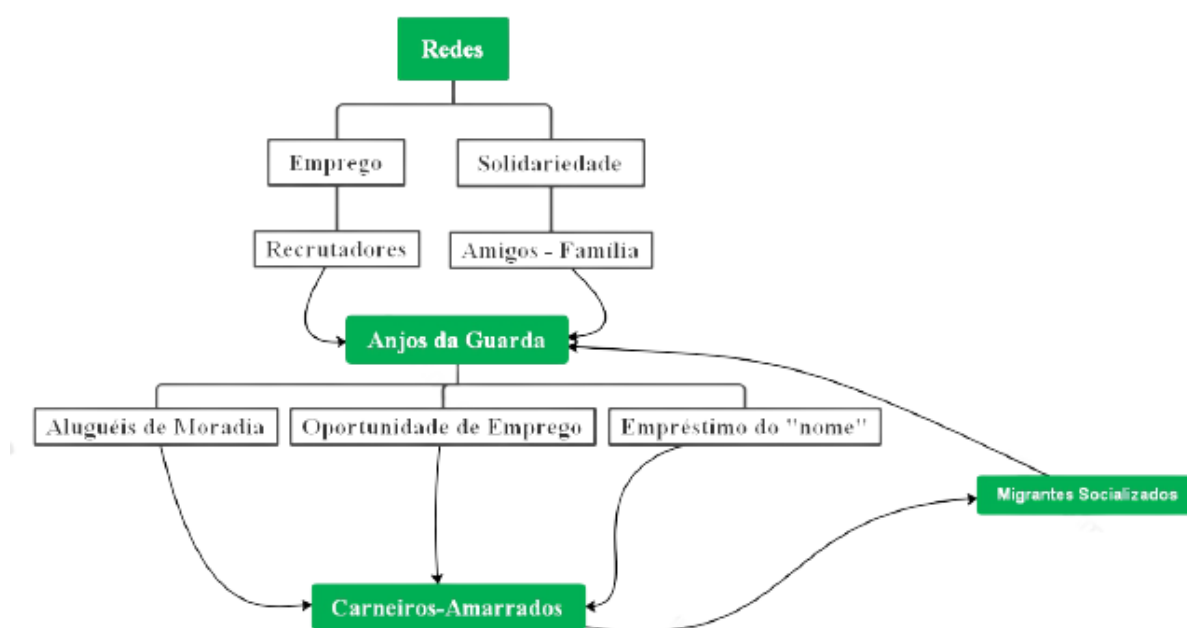
Essa mesma situação de solidariedade é narrada por Maria Dalva. A entrevistada, ao longo da primeira década do século XXI, abriria, na garagem de sua casa, uma microempresa de costura que realizava a confecção de uniformes para empresas e escolas, bem como reparos. Entre as mulheres que Maria empregou, em sua maioria, eram migrantes.

Eu abri aqui um negócio de costura, aqui, onde era a garagem, depois fizemos um cômodo, quando juntamos um dinheirinho. Aqui trabalhou comigo mais umas seis, sete [mulheres] já, todas migrante também. A gente arrumou emprego pra elas né, comecei a ter muito trabalho, e ia contratando, elas não tinham muitas oportunidades aqui, era gente desconhecida, ninguém da trabalho, ai fui arranjando pra elas. Um ajuda o outro né? (MARIA DALVA, 2020)

Compreendemos, até aqui, que as dificuldades causadas pelo "não ter crédito" e não "ser reconhecido na cidade", implicou na impossibilidade de alugar casas, "sem um fiador conhecido, isso era impossível" (MARIA DALVA, 2020). Da mesma forma, destacam-se outras dificuldades, como: comprar "fiado em supermercados, panificadoras, lojinhas de tudo que tipo, não dava não, ninguém vendia" (LUIZA MARQUES, 2020), como havia poucas oportunidades de empregos para os migrantes recém-chegados nas empresas e indústrias locais, "eles não davam empregos pro pessoal do norte" (JOSÉ OSMAR, 2020).

Os anjos da guarda, no contexto orlandino, serviam, utilizando-se da proposta de Schörner (2006) em estudo sobre migrações, como uma espécie de “fio de Ariadne”<sup>39</sup>, ou seja, as redes de solidariedade, em especial aquelas criadas através da família, amigos e conhecidos, auxiliavam os recém-chegados em sua socialização “colaborando nas reelaborações de representações no novo lugar, orientando na busca de empregos, na participação no novo universo cultural”. Essas redes de solidariedade, “permitiam que os migrantes permanecessem ligados aos mais próximos, aos conhecidos” (SCHÖRNER, 2006, p. 93).

### Mapa Conceitual 2 – Redes (Solidariedade e Emprego)



**Fonte:** Dados coletados e organizados pelo autor a partir do uso de ferramenta digital (*MindMaster*).

Nota-se, no mapa conceitual acima, outro “braço” desta rede. Para além da construída por amigos e familiares, ou seja, aquela ligada às solidariedades, destaca-se, também, a rede ligada ao emprego, pois, tais sujeitos, os recrutadores, executariam, em certa medida, o processo de socialização dos recém-chegados.

Observa-se que no caso dos migrantes volantes – aqueles que se instalavam no município apenas no período da safra – que não possuíam nenhum familiar ou amigo que já morava na cidade, estes, estavam sujeitos apenas à ajuda de seus recrutadores, os quais, assumiam o papel de anjos da guarda, pois eram eles que alugavam as residências onde os

<sup>39</sup> O uso desta expressão pelo autor, e também por nós, corresponde ao mito grego de Ariadne, princesa de Creta, filha do rei Mínos e da rainha Pasífae. Neste mito, Ariadne auxilia Teceu a matar o Minotauro no labirinto de Creta dando a ele uma espada e um fio de lã, no qual a jovem princesa estaria segurando uma das pontas. O fio serviria para que o jovem ao cumprir sua tarefa retornasse em segurança até a entrada do labirinto.

volantes ficariam, dariam “os nomes nos mercados” para que eles pudessem fazer “despesas”, entre outras situações.

Esses safristas, em sua maioria, moravam em espaços conjuntos, barracões ou pequenas casas. A partir de relatos, observamos que tais “moradias” alugadas pelos seus recrutadores, não eram ideais, visto que dividiam apenas uma cozinha, um banheiro e possuíam uma pequena lavanderia. Da mesma forma, os quartos, ou o quarto – pois, na maioria das vezes, era apenas um quarto que abrigava dezenas de pessoas – não possuíam camas, os colchões ficavam no chão e, em alguns casos, estavam em péssimas condições.<sup>40</sup>

A respeito das moradias coletivas, Raimundo Nonato se recorda de uma, localizada no bairro Jardim Boa Vista, próxima aos barracões da Algodoeira S./A. e da COMOVE, em meados da década de 1990.

[...] tinha o mercado do Zé Boi, era um barracão, do outro lado da rua era um bar, ele fechou uma parte [do mercado] e alugava para nordestino quando vinha [para a colheita da cana], lá a divisão de uma cama para outra era só um pano, então era vários beliches ou uma caminha. Você contava de vinte trinta migrante tudo ali. Ali era só nordestino que morava ali dentro, ali tinha bastante, umas quarenta ou cinquenta pessoa, ali naquela época tinha bastante rede também que tinha sabe, o pessoal passava muito frio, tio meu, primo meu, teve uns que eu tirei dali de dentro porque eles chegavam, eu já tinha..., assim, eu já morava aqui, as vezes eu chegava lá eu via eles deitado nas rede, naquele frio, eu acolhi muitos deles, tios e primos, ali tinha bastante (RAIMUNDO NONATO, 2020).

Os migrantes eram instalados nesses espaços por seus recrutadores. Havia poucas possibilidades de saídas dos locais. Era necessária a ajuda de um “anjo da guarda”.

[...] eles [moradores locais] não alugavam, por que eles tinham medo do nordestino ir embora e não pagar, eles tinham esse preconceito, do nordestino, ‘a eles vai embora e depois vai dar o cano’ entendeu? Mas o nordestino sempre foi positivo ali, porque ele sabia que ele tinha que voltar no outro ano, ele precisava, mas acabava ficando tudo em alojamento (RAIMUNDO NONATO, 2020).

Raimundo explicou que com ele foi um pouco diferente, por ter vindo por conta própria do Piauí, junto a um amigo, no final da década de 1980, ambos se instalaram em uma residência de familiares de seu amigo. Por ali, ele ficaria alguns meses, até se estabilizar. A primeira residência, a do familiar de seu amigo, era composta por apenas quatro cômodos: uma cozinha, um banheiro, um quarto e uma sala, “[...] na época na casa do rapaz, com a família, pra assistir uma televisão ficava todo mundo na sala, botava dois colchões no chão, a pra dormir ficava ele, a esposa e as crianças em um quarto e eu e o meu colega na sala” (RAIMUNDO NONATO, 2020).

---

<sup>40</sup> Raimundo Nonato recorda que alguns companheiros o relataram na roça que no espaço onde estavam morando houve uma infestação de percevejos, e para não piorar tiveram de queimar os colchões que usavam, e acabaram por ter que dormir em redes ou no chão desde então.

Após alguns meses na residência dos familiares do companheiro, Raimundo se mudaria para uma residência com seu amigo, contudo, devido alguns problemas familiares, teve de retornar ao Nordeste. Um ano depois, retornaria novamente à Orlândia, e, desta vez, iria se instalar no município em definitivo, após alguns meses, já no início dos anos de 1990, “mandei buscar a família, a mulher e os filhos”.

[...] quando eu trouxe a família eu precisava pegar uma casa, aí eu tinha que pegar tipo um financiador [fiador], aquela pessoa foi lá e falou no nome dela, não no meu nome para garantir a casa para mim, aconteceu isso mesmo né. Ele já estava há mais tempo, tinha mais conhecimento, ele que fez isso, conseguiu a casa. E as vezes acontecia de eles já morar na casa e ir embora aí então como eu já morava há muito tempo com eles, aí ele falou ‘não Raimundo a gente vai lá e conversa e fala que você vai ficar e eu vou embora’ eu digo tudo bem então ele garantia lá com a palavra dele e eu segurava<sup>41</sup>, aí com o passar do tempo como era um bom pagador e nunca tinha atrasado e nada, então eu continuava (RAIMUNDO NONATO, 2020).

A trajetória de Raimundo lembra a de João Mathias. João chegou em Orlândia com mais 20 companheiros, em 2006, primeiro ficariam na cidade vizinha (São Joaquim), mas por problemas que ele desconhece “não deu certo e trouxeram a gente pra Orlândia, soltaram a gente aqui”. Em Orlândia, Cidão seria aquele que resolveria os problemas de João e os colegas, ele alugaria uma casa, de três cômodos para os 21, e levaria as suas carteiras de trabalho para os registrarem na usina Galo Bravo<sup>42</sup>.

[...] paramos em São Joaquim, ônibus parou lá e depois não deu certo da gente ficar lá, que tinha que vir era pra cá, e aqui nós nos arranchamos e aqui nós ficamos, o nosso dinheiro acabou cara, faltou a gente pedir esmola aqui, entendeu? Nós éramos em muitos maranhenses que vieram de lá [...] no quarto, onde eu dormia, eu era o último do meu beliche, eu batia a mão na laje assim ó [sinal com a mão encostando na laje]. [vocês ficaram todos juntos?] Tudo junto, não to te falando, eu fui o último do beliche eu batia a mão na laje assim ó [sinal com a mão] nós ficamos em vinte e um maranhense em dois cômodos, era cozinha e o quarto e o banheiro.<sup>43</sup>

As trajetórias de Raimundo e João, separadas por pouco mais de uma década, se entrelaçam e podem ser tomadas como síntese dos migrantes que vieram para ser safristas -

---

<sup>41</sup> Esta mesma situação também ocorreu com a migrante Maria Dalva. Segundo ela, para alugar uma residência na cidade de São Joaquim, “[...] foi um amigo nosso que morava na casa e arrumou pra nós morar ele saiu por que ele era sozinho, ele falou eu sedo a casa pra vocês e vocês ficam pagando aluguel, aí a gente foi, ficou lá mais ou menos um ano em São Joaquim” (MARIA DALVA, 2020).

<sup>42</sup> Galo Bravo foi uma das mais importantes usinas da região de Ribeirão Preto desde sua fundação, em 1977. A usina na década seguinte (1980) seria referência no país, pois utiliza-se de tecnologias de ponta. Contudo, com a crescente disputa com as outras usinas da região por terras para o plantio da cana, bem como a redução de subsídios por parte do governo estadual e federal, no final da década de 1990, a usina entraria em crise, acarretando, no início dos anos 2000, a sua falência. Ver: Paiva, 2017a.

<sup>43</sup> Souza (2009) e Reis (2016) identificaram em suas respectivas pesquisas (Frutal-MG e Iturama-MG) situações semelhantes as descritas por nossos entrevistados. Em especial sobre a série de irregularidades sobre os alojamentos dos migrantes, Reis comenta: “Usina Frutal, começou a receber um grande número de migrantes nordestinos. Estes alugavam casas onde ficavam alojados de 15 a 20 homens em média. No ano de 2011, foram encontrados em Frutal 28 alojamentos irregulares. O sindicato rural já localizou uma casa de três cômodos com 18 homens, passando frio e fome, no mês de junho do ano passado [2015]” (REIS, 2016, p. 78).



entre o final da década de 1980 e início dos anos 2000 -, mas acabaram por se estabelecer na cidade em definitivo. Ambos, se arriscaram, saíram dos espaços coletivos, e com a ajuda de anjos da guarda alugariam residências. Ambos, desistiram de retornar para o Nordeste, no final da safra, buscaram se arriscar em Orlândia. Alugaram uma casa na cidade e, na sequência, trouxeram suas respectivas famílias e se estabeleceram em definitivo.<sup>44</sup>

Para se manter, na cidade, não foi nada fácil. Em especial, para os migrantes que se arriscavam, aqueles que arrumavam casas para eles e suas famílias, aumentavam consideravelmente os seus gastos. As atividades desenvolvidas, ou melhor, os trabalhos remunerados, em sua maioria, eram voltados ao “trabalho na roça”, na colheita e plantio de variados tipos de produtos. Poucos migrantes do fluxo migratório, iniciado em 1980, como supracitado, conseguiram empregos em empresas e indústrias na cidade.

[...] tinha o amendoim, laranja era pouca, tinha o café, o café era forte aqui, tinha bastante nordestino trabalhando no café aqui, com Leuran [recrutador/empreiteiro] eu trabalhei bastante tempo no café quando veio uns amigos do Nordeste eu incentivei a trabalhar com o café também, estavam parados, eu falei pra gente ir apanhar café, ele falou que não sabia apanhar, eu falei que ensinava. Depois que veio a cana, aí foi acabando tudo e a cana dominando aí eles [recrutadores] já passaram pra cana, por que era a única opção que tinha né, vi muitos falara sim, olha sou acostumado a cortar arvore, arrancar toco, mas a cana, a cana mata qualquer um, se nego entrasse nela nego sofria (RAIMUNDO NONATO, 2020).

Com a fundação de novas usinas e o arrendamento de novas terras para o plantio da cana – este movimento já vinha ocorrendo desde o final da década de 1970, com a entrada de subsídios dos governos estadual e federal através do PROÁLCOOL – a cana-de-açúcar ganhou cada vez mais destaque na região de Ribeirão Preto e as atividades voltadas a esta cultura, como o plantio e a colheita, passou a ser a atividade em que a maioria dos migrantes se fixaram.

A colheita da cana-de-açúcar atrairia cada vez mais mão de obra, vindos de diferentes Estados e cidades da região Nordeste, em sua maioria atraídos pelos chamados recrutadores com promessas de grandes ganhos em dinheiro e baixos gastos na cidade de destino, especialmente com aluguéis e alimentação.

Como já destacado, a realidade desses migrantes, no contexto orlandino, era bem diferente da “pintada pelos recrutadores”. As moradias, em sua maioria eram precárias, onde eram alocados dezenas de migrantes que dividiam um espaço extremamente pequeno. Os

---

<sup>44</sup> Outros migrantes entrevistados por nós que possuem narrativas muito semelhantes são: Maria Dalva, seu marido, Manoel, chegou na cidade em 1977 e, após se estabelecer, deixou a roça para trabalhar dentro da usina e trouxe a família em 1981. Os tios de Tays Coelho chegaram em Orlândia no início dos anos 2000 e quando se encontravam bem estabelecidos na cidade convidaram sua mãe para vir, ela aceitou e se mudou para a cidade em 2008. Os pais de Erinaldo Barnabé, ao se estabelecerem na cidade na década de 1980, o convidam para vir morar, no caso deste migrante ele não viria para o corte da cana, mas para trabalhar como mecânico. Outras histórias que se cruzam e pouco se diferenciam são de Manoel Ferreira, Francisco Chagas e Luiza Marques.

mesmos, ficavam à mercê de seu recrutador, pois, na posição em que se encontravam - recém-chegados – pouco conheciam da cidade, não possuindo nenhum “crédito na praça”, para alugar moradias, ou abrir contas em estabelecimentos comerciais (como lojas e supermercados).

Outro ponto, o qual buscaremos destacar no tópico seguinte, é o trabalho nos canaviais paulistas. Mesmo não estando nos objetivos desta pesquisa (PEREIRA, 2020ab), a temática do trabalho no canavial foi um ponto o qual todos os migrantes realizaram apontamentos, mesmo aqueles que não chegaram a trabalhar no corte da cana, como Manoel Ferreira ou Tays Coelho, estes destacaram as experiências de seus familiares – Manoel, o pai, e Tays, os tios. O canavial, o podão (facão utilizado para o corte da cana), as longas horas de trabalho e até mesmo o transporte (pau de arara) é uma memória marcante para esses migrantes, pois ela relaciona, de maneira geral, dois pontos: os grandes lucros e o desgaste da saúde física e mental.

### **1.5 “[...] teve nego aí ó que teve duas três casas cortando cana, por causa do podão, tem casa de aluguel, tem tudo, só que também vive um homem doente, [...] acabou com a coluna”: consideração acerca das experiências nos canaviais<sup>45</sup>**

Muitos deixam suas terras  
Pensando em vida melhor  
Mas na podada da cana  
Derrama muito suor  
Ficar na cana é ruim,  
Voltar pra terra é pior.

(*A migração e o trabalho escravo*, P. Costa, 2006)

Ainda lembro-me da primeira vez que estive num desses canaviais no Estado de São Paulo. Eu simplesmente não acreditava que fosse possível trabalhar debaixo daquele sol escaldante, cobertos até o pescoço. Ao me aproximar mais dos trabalhadores, percebi que os mesmos tinham os rostos cobertos pelo pó do carvão que se desprende da cana, durante o corte. Eu descobriria, naquele dia, aterrorizado, que o inferno descrito por Dante estava ali, bem próximo, debaixo dos meus olhos (SILVA, M. Saturino, *Sobre inferno, dominação e resistência*, 2011 p. 65)

A dualidade apresentada acima, a partir do poema de P. Costa, entre os lucros e perdas ocasionados pelos trabalhos nos canaviais, pode ser observado na narrativa dos migrantes nordestinos, no município de Orlândia. Se por um lado, é através da cana que os sujeitos conseguem dinheiro para se manter na cidade, enviar para familiares no Nordeste, bem como adquirir bens, como carros e eletrodomésticos, a cana também foi responsável por uma série de implicações na saúde desses sujeitos, seja a curto como a longo prazo.

---

<sup>45</sup> Parte das discussões desta seção foram adaptadas e publicadas na *Revista Espaço Acadêmico*, n. 230, set.-out. 2021. Ver: Pereira, 2021a.

Da mesma forma, o segundo trecho que abre esta seção narra acerca da experiência e observação de um pesquisador sobre os canaviais paulistas. O segundo trecho, que corresponde a parte da tese de doutorado de Silva (2011), nos remonta à perspectiva de alguém que se depara pela primeira vez com árduo trabalho executado por aqueles sujeitos, os boias-frias, destacando os trajés, o calor, e salientando sua incredulidade da possibilidade de se trabalhar naquele ambiente.

Silva (2007), importante pesquisadora do trabalho de migrantes nos canaviais paulista, escreveu, em uma de suas produções, que ao se aproximar da região do mar de cana "[...] tudo era verde, mas, no entanto, nem tudo era bondade ou esperança", partindo de tais argumentos, nesta seção, buscaremos traçar parte das experiências dos sujeitos que, por muitos ou poucos anos, dedicaram-se ao trabalho nos canaviais dessa região e trazem, em suas memórias e corpos, marcas dessa experiência. Evidenciaremos que, de fato, a esperança foi algo que motivou muitos trabalhadores a se deslocarem, esperança de que o trabalho permitiria uma estabilidade, mesmo que breve. Contudo, os abusos, a pouca remuneração e as implicações na saúde apagaram, para muitos, o brilho desta esperança.

Ao longo das últimas décadas, avolumou-se o número de trabalhos que discutem a respeito da saúde e exploração do trabalho de migrantes nos canaviais paulistas<sup>46</sup>. As investigações, em sua maioria, apontam para a falta, ou melhor, a inexistência de políticas públicas de atenção social, de saúde física e mental aos cortadores de cana.<sup>47</sup>

Rogério Júnior (2016), em seu livro *A gente leva o dinheiro, mas fica o couro*, realiza uma longa reflexão acerca da experiência de cortadores do município piauiense de Elesbão Veloso. Em sua escrita o pesquisador investiga: as motivações para migrar, as cidades escolhidas, as moradias, a saúde dos trabalhadores, as pressões pela produtividade, o uso do dinheiro ganho no corte da cana, e as atividades desenvolvidas, após o término da safra.

Especificamente, em relação ao trabalho e saúde dos migrantes, Rogério Júnior (2016) destaca que o trabalho, nos canaviais, provocava

[...] inúmeras doenças de ordem tanto física quanto biopsíquica. No primeiro caso, a agressão aos pulmões de trabalhadores, causadas pela fuligem da cana, à coluna vertebral, dentre outras, tornam inúmeros trabalhadores inválidos. No segundo caso, podem referir doenças que configuram padrões de desgaste manifestando-se, por exemplo, em tensão nervosa, úlcera e hipertensão (ROGÉRIO JÚNIOR, 2016, p. 21).

---

<sup>46</sup> Não conseguiríamos citar todos os estudos sobre esta temática, contudo, a partir do mapeamento realizado por Abreu et al (2011) e Galiano et al (2012), destacamos: ALESSI; SCOPINHO, 1994; NOVAES; ALVES, 2007; SILVA, 2006; ALVES, 2009.

<sup>47</sup> Especificamente sobre este ponto, a falta de políticas públicas de atenção social, de saúde e de saúde mental, consultar as reflexões de Moraes e Priuli (2011) *Migração e saúde: os trabalhadores do corte da cana de açúcar*.

Raimundo Nonato, ao relembrar o trabalho nos canaviais, destacou a exaustão e comentou que, por muitas vezes, a carga horária ultrapassou às 10 horas de trabalho diário. Esta exploração, segundo ele, visava, por parte dos patrões, o cumprimento de metas – estabelecidas pelos mesmos patrões.

Os resultados de tal exploração eram sentidos nos corpos, muitas vezes de forma imediata, através das câimbras. Segundo Alves (2006), em média um trabalhador cortava até doze toneladas de cana-de-açúcar diariamente, andaria uma média de oito quilômetros e realizaria mais de cento e trinta mil golpes de "podão" e perderia em média oito litros de água, devido ao esforço físico e o forte calor.

A perda de água e sais minerais leva à desidratação e à frequente ocorrência de câimbras, que começam em geral pelas mãos e os pés, avançam pelas pernas, chegando ao tórax, acometendo todo o corpo, causando o que os trabalhadores denominam de 'birola'. Essa câimbra provoca muita dor e paralisia total do trabalhador, semelhante a um ataque nervoso (ALVES, 2006, p. 34).

Manoel Ferreira, relata que seu pai “[...] sempre que ele chegava do trabalho, chegava muito exausto, com muita câimbra, praticamente todos os dias, tinha dia dele chegar e travar de tanta câimbra [birola]” (MANOEL FERREIRA, 2020). Tays Coelho revela que o mesmo ocorria com seus tios.

Era muito exaustivo pra eles, cansei de escutar eles comentando sobre a dor no corpo todo, muita dor na coluna, tinha vez de no trabalho não conseguir respirar direito por causa do pó [fuligem] da cana. A câimbra era uma parceira do dia a dia deles (TAYS COELHO, 2020).

Raimundo Nonato nos esclarece que para aliviar a “birola”: “Chegava em casa, se jogava no chão, deitava no chão frio, cimento, jogava o corpo ali, tirava camisa e tudo, e ficava ali deitado, descansar um pouco, o chão frio aliviava”, o entrevistado salienta que tinha que “passar rápido”, por que logo “quando parasse as câimbras tinha que levantar e ir lavar roupa, pra no outro dia estar pronto, lavar e enxugar porque quando pegava o tempo frio, ia trabalhar com a roupa molhada, porque não secava” (RAIMUNDO NONATO, 2020).

A câimbra, citada, era apenas um dos sintomas imediatos da exploração nos canaviais. A longo prazo, outros problemas apareceriam, como os problemas pulmonares devido à inalação da fuligem, na coluna vertebral, pela posição do corpo e as várias horas na mesma posição, assim como outros problemas com a saúde mental dos trabalhadores.

Raimundo Nonato em sua narrativa, destaca que a exploração no canavial se agravava nos alojamentos, pois

[...] não tinha um lugar adequado pra você chegar e descansar, não tinha uma cama boa, não tinha uma alimentação boa, você mal descansava, então tudo isso prejudicava a gente, em vários setores né, se você não tem uma dormida boa, não tem

uma alimentação boa, não temo como descansar o corpo, isso tudo influência, no outro dia se tinha que sair de madrugada as vezes levantar três ou quatro horas da manhã tinha que estar em pé já, tinha que fazer a marmita, a comida, por que tinha local que cinco, seis, oito, dez ali no cômodo, tinha um que fazia a comida pra semana, então aquele era obrigado a levantar mais cedo da cama por que era a semana dele, então tu faz a comida, a semana é tua, então o cara as vezes tinha que levantar duas horas da manhã pra fazer comida pra mais seis ou dez pessoas, por que todos tem que levar marmita, então era esse o jeito, era desse jeito, aí o cara não descansava não, aquele descanso aquela coisa, chegava lá, pegava um serviço na cana, além de ser um serviço puxado, tinha que chegar à tarde e já lavar a roupa por que não podia deixar suja de um dia para o outro aí já se batia até tarde lavando roupa então ficava, ficava mais cansado ainda, sei lá, mas tinha que trabalhar, tinha que mandar dinheiro para os familiares que estavam pra lá, mas tinha que trabalhar né, tinha que se sujeitar a isso (RAIMUNDO NONATO, 2020).

Esses homens dedicavam suas vidas quase que de forma exclusiva ao corte da cana, os poucos momentos que podiam fugir desse cotidiano eram durante os finais de semana, nos bailes de forró. Outro fator que fazia com que aliviassem os estresses era o álcool. João Mathias relembra, na época em que morou com seus vinte companheiros em um alojamento alugado por seu recrutador, que era comum seus colegas ficarem bêbados, e acabassem brigando entre si, segundo ele, o trabalho era extremamente desgastante, e o “beber uma pinga, fazia relaxar, esquecer um pouco as dores, aliviar os machucados do podão, ficar um pouco fora do ar” (JOÃO MATHIAS, 2020).

Para Silva (2011), o uso da bebida alcoólica também pode ser compreendido, enquanto forma de resistência por parte dos trabalhadores, as jornadas desgastantes e abusos por parte dos fiscais nos canaviais<sup>48</sup>.

Raimundo Nonato, ao falar um pouco mais sobre o cotidiano no canavial, comenta com dor das várias vezes que se machucou com o podão, ao se recordar desses momentos, ele me mostrou as pernas, as mãos, evidenciando as várias cicatrizes do período que trabalhou como safrista.

Cortador de cana é difícil não tem um que não tenha uma cicatriz, ó, ó, ó [mostrando as cicatrizes nas pernas], tudo pinicado, na mão tudo cana, tudo podão, as vezes cortava lá, eles [o fiscal] chegava ‘isso aí não é nada não, amarra um negócio aí e pronto e vai trabalhar’, olha rapaz, olha... ficava pensando, a gente é muito humilhado, mas aí voltava trabalhar, pegava a camisa metia o podão aqui e rasgava um tira amarrava ali, as vezes esbugalhava aqui, ficava na carne viva, a gente pegava juntava e amarrava e eles mandava a gente voltar a trabalhar... [o entrevistado se manteve em silêncio por alguns minutos]... isso era muita humilhação pra gente, e eles lá ‘vamo, vamo’ (RAIMUNDO NONATO, 2020).

---

<sup>48</sup> Outras estratégias discutidas pelo pesquisador seriam: faltar ao trabalho, fazer corpo mole, não seguir as normas da empresa no que se refere à forma correta de cortar a cana, fazer o podão, organizar o monte, efetuar a limpeza da palha, “[...] tudo isto, quando visto a partir do ponto de vista das usinas, são problemas que o trabalhador migrante pode causar, mas, a partir de sua perspectiva, sinalizam para práticas de resistência por meio das quais, busca-se mitigar a exploração” (SILVA, 2011, p. 263).

João Carlos, morador local e farmacêutico, relembra que, em sua farmácia, era muito comum migrantes chegarem todos os dias “[...] com uma receitinha, de algum anti-inflamatório, algum analgésico ou antibiótico porque se cortou com o podão, ou por que estava com dores musculares, o trabalho era muito cansativo né?” (JOÃO CARLOS, 2020).

Para além das questões que envolvem a saúde, João Mathias, ao reviver os anos que trabalhou no corte da cana, comenta que

[...] o que me deixou mais chateado sobre a cana, foi que, quando eu cheguei aqui e a gente foi cortar uma cana aqui pelos lados de Batatais [cidade localizada à 41 Km de Orlândia], ai eu falei pro cara assim, o dia que o cara foi medir, nós fomos começar, o primeiro corte, ai ele deixou um pedaço pra mim daqui nos tambor [de lixo, lixeiras em frente sua residência] ali, ai eu falei assim pra ele, ele disse que aquele trecho era meu, dava cinco rua, cinco fileira de cana, ai eu achando que estava abafando, eu falei que daqui a pouco eu cortava aquilo todinho, ai eu perguntei quanto que dava tudo aquilo em dinheiro, ai ele falou pra mim se eu cortasse, e isso era cana deitada Bruno, ele disse seu cortasse tudo aquilo ia dar quatro reais, eu disse quanto?, rapaz quando ele falou isso, eu disse meu deus do céu o que que eu vim fazer aqui, eu falei minha família vai morrer de fome, aí que eu não dormi direito, era dez centavos o metro... dez centavos... (JOÃO MATHIAS, 2020).

De modo geral, as explorações nos canaviais acarretaram uma série de problemas, em especial na saúde dos trabalhadores. Contudo, sempre que o corte da cana é mencionado, suas memórias remontam a duas questões, por um lado a dor, o sofrimento, os problemas de saúde e, por outro, os ganhos financeiros. Sobre isto, o título da obra de Rogério Júnior (2016), *A gente leva o dinheiro, mas fica o couro*, faz todo o sentido.

Foi através do corte da cana que Raimundo Nonato comprou sua primeira casa, na cidade. Também foi com a cana que João Mathias e o pai de Manoel Ferreira conseguiram trazer suas famílias para Orlândia. A cana possibilitou aos tios de Tays Coelho a ajudarem a família dela. De maneira geral, os ganhos com a cana ajudaram as famílias dos migrantes no Nordeste, bem como permitiu que os migrantes, na cidade, adquirissem diversos bens – como por exemplo: carros, casas e eletrodomésticos. Em contrapartida, os custos em saúde os fazem refletir se compensou.

Maria Dalva ao falar sobre isto, sintetizou muito bem a relação ganho e perda, na cana-de-açúcar.

[...] teve nego aí ó que teve duas três casas cortando cana, por causa do podão, tem casa de aluguel, tem tudo, só que também vive um homem doente, aposentado, acabou com a coluna, mas ele tem as casas dele, agora ele vive da aposentadoria e do aluguel das casas e tem a casa que ele mora, tudo foi cortando cana, mas ta acabado... (MARIA DALVA, 2020).

Essas casas, citadas por Maria Dalva, em sua maioria, eram construídas ou compradas no intuito de se alugar para futuros migrantes que chegassem à cidade, e muitas estavam localizadas nas zonas periféricas de Orlândia - a região leste, bairros Jardim Santa Rita e

Conjunto Habitacional José Vieira Brasão e região oeste, a “Vilinha”, bairros São João, Júlio Bucci e São Francisco.

Entre os nordestinos, que “teve duas três casas” pelos ganhos a partir da cana, estava o senhor Francisco Chagas, que chegou no município de Orlândia em 1984. Francisco destaca que trabalhou no corte da cana por volta de três anos, e, após abrir uma vaga para trabalhar na usina, candidatou-se e foi contratado. Permanecendo, como “operador de colheita”, por volta de 25 anos, até se aposentar.

Segundo Francisco, o trabalho dentro da usina não era tão pesado quanto nos canaviais, porém a carga horária, turnos de 12 horas trabalhadas e folga de 12 horas, eram tão desgastantes como o cortar cana. O migrante relata que, por muitas vezes, o turno ultrapassou às 12 horas, chagando até mesmo há 16 horas trabalhadas diariamente. Francisco destaca que, nas usinas, o salário era melhor, e com esse ganho, conseguiu comprar sua primeira casa no município, assim como outros bens materiais. Da mesma forma, para o entrevistado, o “trabalhar na usina” possuía outras vantagens, como por exemplo:

[...] por ta dentro da usina eu acabei conseguindo coisas melhores sabe, as pessoas tinham mais confiança, pra alugar uma casa não precisei de um fiador entende, por que eu estava garantido aqui, não era uma aventureiro que nem eles falavam que os outros piauí eram. Aí acabou que eu acabei criando esse crédito, que também ajudou a fazer um empréstimo ali, outro lá (FRANCISCO CHAGAS, 2020)

Além dos empréstimos, o entrevistado destaca que com o trabalho na usina ele conseguiu aos poucos “ir guardando um dinheirinho”, e com essas economias, passou a investir na compra de casas, na periferia, para alugar. Suas casas, na maioria das vezes, eram alugadas por migrantes nordestinos, especialmente por empreiteiros/recrutadores, para alojar os safristas/volantes, durante o período da safra.

Em sua narrativa, o migrante destaca que, frequentemente, foi “avisado” por amigos para “tomar cuidado” ao alugar as residências para migrantes: "falavam pra tomar cuidado com alugar casa pra piauí, ‘piauí não paga’, mas não é bem assim né, eu já tomei calote de tudo mundo, não só de piauí, de paulista, de tudo mundo, então não tem isso não [risos]" (FRANCISCO CHAGAS, 2020). Segundo Francisco, alugar casas para migrantes era dar uma oportunidade a estes, oportunidade esta que era negada por paulistas, o entrevistado destaca que dar esta oportunidade era “[...] uma coisa que não tive, foi difícil conseguir alguma coisa aqui Bruno, eu por sorte tinha minha irmã e uns conhecidos, e pela sorte de ter o trabalho na usina, se não... Então tem gente que vem de longe e quer ficar por aqui, mas ninguém aluga, mas eu alugo!” (FRANCISCO CHAGAS, 2020).

De modo geral, as residências de propriedade de Francisco Chagas estavam localizadas em espaços periféricos do município, como no extremo-leste e extremo-oeste. Essas regiões, no final da década de 1980, receberiam muitos migrantes, fossem os volantes ou aqueles que optavam por ficar na cidade, onde o contato com os moradores locais foi maior. A partir de tais convívios, uma série de estereótipos seriam desenvolvidos no qual resultariam em construções identitárias, pautadas, sobretudo, na diferenciação “nós”, moradores locais, em contraponto aos “outros/eles”, migrantes nordestinos (piauí).

### **1.6 “*Todos nós somos pobres, mas eles são um tipo de pobre diferente*”<sup>49</sup>: migrantes e moradores locais na zona leste orlandina**

De maneira geral, o fenômeno da migração nordestina em Orlandia, como apresentado ao longo deste capítulo, possui uma grande complexidade. Seja em seus “porquês” que levaram os sujeitos a migrar, ou o como migrar, através das redes fundadas por anjos da guarda, compostos por recrutadores, amigos e familiares.

As investigações realizadas, até aqui, são apenas uma das dimensões da migração em Orlandia, outro ponto, que possui tanta complexidade quanto o fenômeno da migração, foi o cotidiano dos migrantes, tanto daqueles que passavam apenas alguns meses, os volantes, ou aqueles que optaram por se fixar na cidade.

O cotidiano, como é proposto, a partir da perspectiva do historiador Michel de Certeau (1994), e a qual adotaremos, não possui nada de entediante, aborrecido e/ou rotineiro, como uma mera repetição mecânica dos mesmos gestos, desde o café da manhã até o anoitecer, de maneira geral, o rotineiro nada tem de monótono.

Nossa proposta buscará analisar o dia a dia dos migrantes nordestinos, em Orlandia, em seus espaços de moradia (bairros, casas), lazer e sociabilidades. Quanto ao primeiro ponto, os ambientes de moradia, destacaremos os periféricos, pois foram nesses lugares que os migrantes passaram a morar na cidade, inicialmente, no entorno do centro histórico (Vila Orlando), ou seja, na Vila Tatu, entre os anos de 1950 a meados de 1980, e, a partir de 1990, nos novos

---

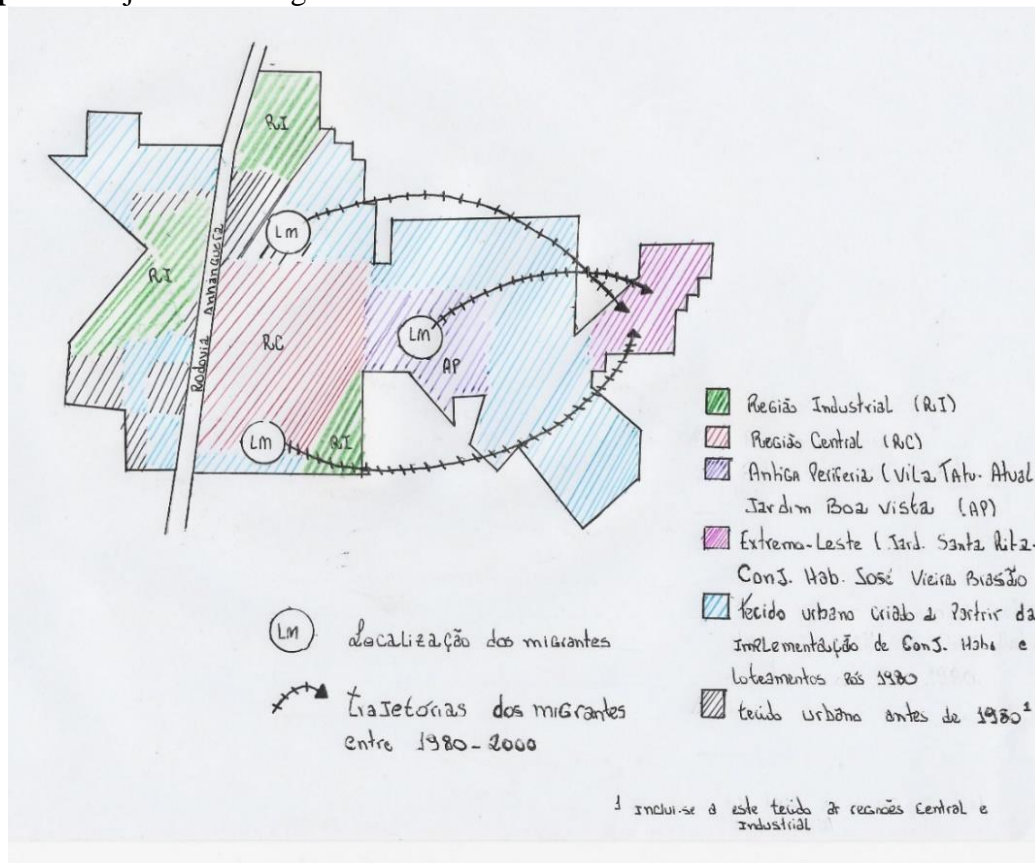
<sup>49</sup> Este título foi retirado da entrevista de J.C. dada a mim em 2017. Na época, a entrevista deste senhor, foi utilizada para a escrita do primeiro estudo exploratório sobre a migração nordestina em Orlandia. Este estudo, intitulado *'Todos nós somos pobres, mas eles são um tipo de pobre diferente': Análise do poder simbólico presente nas relações sociais entre Estabelecidos e Outsiders em Orlandia-SP* foi apresentado e publicado nos anais do VIII Congresso Internacional de História da Universidade Estadual de Maringá - UEM, foi escrito por mim e pela Dra. Alexandra Lourenço. Este estudo foi base para as análises realizadas nesta dissertação. Este estudo, também foi base para produção de outras reflexões, entre elas, os artigos publicados nas revistas *Cidades, Comunidades e Territórios* (2018), *Revista de História da UEG* (2020a), *Revista Boletim Historiar* (2020) e para a publicação de um capítulo de livro (2019). Ver: PEREIRA; LOURENÇO, 2017; 2018; PREIRA; VAZ, 2019; PEREIRA, 2020a; PEREIRA; SCHÖRNER (2020).



bairros, como Jardins Santa Rita, São João, Júlio Bucci e Brasão. Conforme investigado, em pesquisas exploratórias, os motivos que os levaram a morar nesses lugares se deu, pois: as moradias ofereciam menores preços de aluguéis e os moradores da cidade se negavam a alugar residências para recrutadores e famílias nordestinas nos bairros centrais (PEREIRA; LOURENÇO, 2017;2018; PEREIRA; VAZ, 2019; PEREIRA, 2020b).

Mediante a ampliação do tecido urbano de Orlândia, a antiga região periférica (Vila Tatu), bem como os demais bairros ao redor do centro histórico (Vila Orlando), aos poucos, passou por uma valorização devido às melhorias em sua infraestrutura, como postos de saúde, espaços de lazer e pavimentação das avenidas. A partir disto, os aluguéis, o valor de terrenos e imóveis, na localidade, aumentaram consideravelmente, fazendo com que a população menos abastada e os novos moradores (migrantes nordestinos, paulistas e mineiros) procurassem outras áreas da cidade para alugar residências, comprar imóveis e terrenos. Este ponto aprofundaremos ao longo do segundo capítulo.

**Mapa 2 -** Trajetória de Migrantes Nordestinos no Tecido Urbano da Cidade das Avenidas



**Fonte:** Esboço realizado pelo autor com base em mapas do tecido urbano do município encontrados na Biblioteca Municipal Geraldo Rodrigues (2015)<sup>50</sup>

<sup>50</sup> Cabe salientar que as trajetórias apresentadas ao longo deste esboço correspondem aos sujeitos que migraram entre as décadas de 1980-2000, ou seja, migrantes que já se encontravam em Orlândia conforme seu tecido urbano

Tratando-se especificamente da saída dos migrantes das regiões centrais com destino à região leste, bairros Santa Rita e Brasão, isto ocorreu a partir do sorteio das casas do Conjunto Habitacional, entre 1992-1994, e, ao longo desta década, algumas casas são construídas no bairro Santa Rita, as chamadas casas de “piauí”, que consistiam em meias-águas com mais de 25 metros de comprimento, divididas em várias pequenas casas com média de três a quatro cômodos e um banheiro (nesses espaços poderiam viver mais de uma família ou poderiam ser usados como alojamentos alugados pelos recrutadores/empregadores).<sup>51</sup>

Conforme a ampliação dos bairros, com a construção de novas casas, no Santa Rita, e a construção de outros cômodos nas casas que já estavam prontas (que eram utilizados para alugar para migrantes), o número de nordestinos cresceu cada vez mais. Com o contato constante entre migrantes e moradores locais, nota-se, a partir dos depoimentos coletados, a construção de uma diferenciação entre estes moradores (nós e os outros/eles). A diferenciação se manifestaria com a construção de uma série de estereótipos que estigmatizaram os migrantes.

O desenvolvimento da oposição *moradores locais X migrante nordestinos*, fundou a expressão “piauí”. O “piauí” corresponde a uma forma de se referir a todos os migrantes, independentemente do tempo de moradia na cidade, ou seja, tanto os safristas, aqueles que moravam na cidade por um curto período, ou os migrantes que residiam na cidade há décadas, ambos são considerados “piauí”.

Em um primeiro momento, a expressão “piauí” foi utilizada como forma de se referir aos primeiros migrantes que chegam em Orlândia, a partir de 1980, e, em sua maioria, possuíam sua naturalidade ligada ao estado do Piauí. Todavia, com o passar dos anos, inúmeros indivíduos realizaram o processo migratório Nordeste-Sudeste, advindos de diferentes cidades e estados nordestinos, mas a forma de se referir ao grupo migrante permaneceu a mesma.

O piauí é identificado, enquanto o nordestino, independente do estado no qual nasceu. Francisco Chagas, João Mathias e Maria Dalva nos evidenciam este ponto: “[...] a gente não tinha nome, não tinha naturalidade, a gente era só piauí [...]” (MARIA DALVA, 2020); “[...] então eu sou maranhense, os piauí são os piauí, não tem nada ver com a minha terra, mas eles me considera como um piauí” (JOÃO MATHIAS, 2020); “[...] eu sou do Piauí, tenho orgulho

---

se ampliava. Os migrantes nordestinos que chegam à cidade posteriormente a este período instalam-se diretamente nas regiões periféricas (extremos da malha urbana), sobretudo devido aos preços de aluguéis, bem como as redes (sejam elas: familiares, de amizade ou de emprego) que viviam nestas regiões e auxiliaram os recém-chegados a conseguirem alugar casas nestes espaços.

<sup>51</sup> Os lotes no Jardim Santa Rita possuíam em média 25 a 27 metros de comprimento por 14 a 16 metros de largura. Em alguns casos moradores locais utilizavam-se de parte do seu terreno para construir meias-águas ao fundo dos terrenos para alugar para migrantes nordestinos na época da colheita.

de lá, amo minha terra, mas quando eles chamavam a gente assim, eu não sei sabe, eu me incomodava, parecia não ser certo, por que pra eles todos eram piauí” (FRANCISCO CHAGAS, 2020).

A narrativa desses três sujeitos evidencia que, ao longo de suas trajetórias no extremo-leste, o uso da expressão piauí foi utilizada para se referir a todos os migrantes, independente se eram naturais do Estado em questão ou não.

São muitas as pessoas que identificam a generalização da expressão para se referir a todos os migrantes nordestinos. Como por exemplo, Aparecida Sonia Rodrigues Pinto<sup>52</sup>, moradora local, relata que sua vizinha, alagoana, “[...] não gosta que chame de piauí, se chamar ela vira o bicho, mas daí a gente brinca, aí ela sempre fala ‘eu não sou piauí, eu sou de Alagoas’”.

Partindo dessas considerações, acerca da generalização dos migrantes, enquanto “piauí”, salientamos que os dados-base, que foram, inicialmente, utilizados na construção de representação identitária do “que é um piauí”, foram: o sotaque, a não existência (ou pouca existência) e exclusão destes sujeitos dos laços de amizade, solidariedade e compadrio, não possuir relações de naturalidade com o Estado de São Paulo, bem como utilizava-se do período de moradia, na região periférica, para se dizer quem eram os “do local” e os “de fora”.

Cabe destacar que esses dados, muitas vezes, não caminhavam juntos, ou eram um tanto contraditórios, ou seja, muitos migrantes nordestinos habitavam a região do extremo-leste, há tanto tempo quanto os paulistas, da mesma forma, alguns migrantes frequentaram e dividiram dos laços construídos através da sociabilidade. Alguns ‘moradores locais’ não eram naturais do Estado de São Paulo, mesmo assim eram considerados locais<sup>53</sup>. Neste sentido, para a construção da distinção entre locais e piauí bastava apenas evocar um destes dados e não o seu conjunto.

Da mesma forma, com o passar dos anos, com a perda de força das estruturas de diferenciação, em especial àquelas ligadas à naturalidade, outras formas de distinção foram criadas e incorporadas, buscando reforçar o processo de distinção entre os sujeitos. Como por exemplo, a ancestralidade.

Se, inicialmente, uma das características correspondia a pertença ao espaço, ou melhor, a sua naturalidade, seja ela como orlandino ou como paulista, este discurso teve de se modificar

---

<sup>52</sup> Aparecida Sonia Rodrigues Pinto, 61 anos, paulista, pensionista. Entrevista realizada em sua residência, na rua 14, em 01 de fevereiro de 2020.

<sup>53</sup> Por exemplo, Ana Leocádia, uma de nossas entrevistadas, era natural do Estado de Minas Gerais, mas se considerava uma moradora local. Ana partia do tempo que já se encontrava morando na região periférica, bem como, se utilizava dos laços de amizade e compadrio formados nesta região para se afirmar como moradora local.

com o passar anos, visto que muitos migrantes, que passaram a viver nesta cidade, construíram núcleos familiares, e com o nascimento de seus filhos, em Orlândia, estes passaram a ser naturais do local, em certa medida, mais que alguns dos moradores locais. Com isto, pode ser observado a intensificação de um novo discurso, o da ancestralidade. Esta nova forma de distinção esteve ligada a um sentimento de “pureza”, um “paulista puro”. Sobre este ponto Costa (2012) observa que a variação do discurso de dominação da naturalidade para ancestralidade se dá com a perda das distinções iniciais, a exemplo, podemos citar o sotaque. Com o passar dos anos este acabaria se perdendo, seja pela incorporação do modo de falar local, como a adoção das expressões e gírias locais, logo um símbolo que em outrora era ponto chave da distinção perde sua força, assim, outros devem ser criados, visando manter a distinção ainda viva.

Lidiane Marques da Silva<sup>54</sup>, alagoana, moradora do município de Orlândia há mais de duas décadas, narrou uma situação que exemplifica as questões citadas acima. Ao ser perguntada, se já havia sido chamada de piauí, Lidiane afirmou que uma de suas experiências com esse termo, a primeira vez que foi chamada assim, foi na escola, quando ainda era criança, e, após falar sobre tal situação, a entrevistada se indagou:

[...] será que o meu filho vai ser chamado de piauzinho na escola? [você acha que vai?] [...] filho da piauí [risos], vai né? Pode ser que sim pode ser que não. Ele não tem sotaque... mas eu também não tinha, e eles me chamavam assim... não sei se vai [risos] (LIDIANE MARQUES, 2020).

O questionamento, a dúvida de Lidiane, nos remeteram ao relato da Sra. R.L.<sup>55</sup>, entrevistada por mim no ano de 2017. Esta senhora relatou que mesmo que seus filhos tenham nascido no município de Orlândia, eles não eram orlandinos, “mas dá pra ver que eles [paulistas] separam não só os que nasce aqui dos que veio de fora da cidade deles, por que o meu casal [de filhos] nasceu aqui, mas eles, colocam eles como nordestinos, não entendo como funciona isso” (PEREIRA; LOUREÇO, 2018, p. 65). Partindo destas duas narrativas, observa-se que o piauí também pode ser compreendido, não somente como o migrante, mas também o descendente, o filho, talvez o neto.

Cabe destacar que o processo de criação identitária, imposta a estes sujeitos, só foi possível, partindo da teoria de Elias e Scotson (2000), devido ao “poder de coesão” a qual o grupo de moradores locais possuía. Tal poder se originou a partir das redes de laços

---

<sup>54</sup> Lidiane Marques da Silva, 27 anos, dobradora de palha, natural de Arapiraca-AL. Entrevista realizada em sua residência, avenida Y, em 28 de janeiro 2020.

<sup>55</sup> A utilização das iniciais como forma de identificação da entrevistada seguiu as normas do periódico o qual sua entrevista foi publicada, as normas solicitavam a omissão dos nomes reais. Optamos por mantê-lo em sigilo.

desenvolvidos pelo grupo ao longo dos anos. Em contrapartida, o grupo de migrantes nordestinos, sejam os safristas, que por ficarem por um curto período na cidade não conseguiam estabelecer laços e redes de amizade e solidariedade com os moradores locais, bem como os “migrantes de longa data” que em sua maioria eram desconhecidos entre si, não conseguiam cerrar fileiras e revidar a criação desta identidade a estes sujeitos (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 25).

Ainda, sobre este ponto, partindo das considerações de Pollak (1992), o autor identifica que:

[...] quando a memória e a identidade estão suficientemente constituídas, suficientemente instituídas, suficientemente amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização, os problemas colocados pelos outros, não chegam a provocar a necessidade de se proceder a rearrumações, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual. Quando a memória e a identidade trabalham por si sós, isso corresponde àquilo que eu chamaria de conjunturas ou períodos calmos, em que diminui a preocupação com a memória e a identidade (POLLAK, 1992, p. 207).

Partindo de tais considerações, era impossível um migrante nordestino questionar aqueles sujeitos, que, assim como eles, não possuíam naturalidade com o local – podendo ser um migrante de outra cidade paulista ou de outro Estado (como Minas Gerais) – pois, os moradores locais possuíam ligações afetivas e simbólicas<sup>56</sup>, dividindo da memória construída ali, seja vivida diretamente ou por tabela (POLLAK, 1992).

Retomando as considerações de Elias e Scotson (2000), a teoria elaborada por eles, destaca que a construção e consolidação das diferenças entre quem eram os locais e quem eram os de fora, dá-se pelos mecanismos como as fofocas. Elias e Scotson (2000, p. 24) observam, nas fofocas, um importante aparato na estrutura identitária da diferenciação entre os grupos locais e os de fora, seja para com o esquema e consolidação da harmonia de um dos grupos, por meio das fofocas elogiosas, bem como para estigmatização do grupo de fora, acerca das fofocas depreciativas, que têm como função excluí-los, marginalizá-los e estigmatizá-los.

A fofoca era utilizada no cotidiano dos sujeitos, sobretudo dos moradores locais, e foi a principal arma, ou melhor, mecanismo de construção da identidade dos piauí. Da mesma forma, foram utilizadas enquanto meio de manter a coesão do grupo. Por exemplo, ao se comentar sobre as casas onde os migrantes moravam, ou sobre os espaços de sociabilidade frequentados por eles, os moradores das localidades sempre buscavam atribuir aos espaços

---

<sup>56</sup> Sobre este ponto, as ligações afetivas e simbólicas com o espaço, discutiremos na segunda seção do terceiro capítulo.

perspectivas negativas, visando o não envolvimento deles aos lugares frequentados ou de habitação dos migrantes.

O pessoal aqui via os lugares que a gente ficava como barracos, comentavam olha lá ‘dez, vinte, se procura tem mais ainda’, é sujo, ali é perigoso, era isso que o pessoal pensava destes lugares, mas a questão não é que a gente queria ficar nesses lugares é o que tinha pra gente ficar! Ninguém queria nem passar perto das casas onde tinham piauí, maranhenses, tinham... parecia que tinham medo (JOÃO MATHIAS, 2020).

A narrativa acima, evidencia o poder que a fofoca possuía, “comentavam”, “falavam entre eles”, essas duas expressões são comuns nas falas dos sujeitos entrevistados e evidenciam uma rede de compartilhamento de informações a respeito deles. As fofocas depreciativas quanto às moradias também eram utilizadas para se falar de um certo tipo de espaço de sociabilidades, frequentados, principalmente, por migrantes, tais espaços correspondiam aos bailes de forró.

[...] eles [nordestinos] começaram a fazer até uns locais só pra eles frequentarem aqui na cidade, tipo estes bailes de forró sabe, eu nunca fui, tinha até vontade de ir para conhecer, mas só que lá é um lugar perigoso, a gente sempre escuta no rádio na hora do almoço que deu briga lá, um arrancou a peixeira pro outro. Ah! Já viu né?! (Sra. M.A. 2017, *Apud*: PEREIRA; LOURENÇO, 2018, p. 64).

A gente sempre fica sabendo das festas que eles organizam no Centro de Lazer Edgar Beninni, [...] sempre têm festas de forró, mas pelo que falam se tornou um lugar até pior de como era antes. É que antes esse lugar era voltado para o pessoal das favelas, [...] mas com a chegada dos nordestinos eles perderam esse lugar, ou frequentam com eles, isso eu não sei te dizer bem por que nunca fiz questão de ir em um lugar assim, nem eu nem minha família. Mas a gente sempre sabe que esse tipo de lugar só junta gente que não presta (Sr. L.A., 2017, *Apud*: PEREIRA; LOURENÇO, 2018, p. 64).

[...] as pessoas falam que nos bailes de forró dá muita briga com faca e sempre saiam alguém ferido de lá que tem pouca segurança e os seguranças não se envolviam por que era tudo gente conhecida, mas isso eu já não concordo acho que briga tem em todo lugar, tinha briga na rua 1 e também têm briga nos forrós e nem por isso o pessoal deixava de frequentar esses lugares (W.R., 2017, *Apud*: PEREIRA; LOURENÇO, 2018, p. 64).

Os três fragmentos acima, que correspondem às narrativas coletadas, ao longo do ano de 2017, com moradores de bairros centrais da cidade de Orlândia (Centro e Jardim Boa Vista), evidenciam que os sujeitos nunca haviam frequentados os bailes de forró, porém, a partir de fofocas entre moradores, por meio das mídias locais, como as rádios e jornais, eles obtinham uma perspectiva de como eram tais espaços (PEREIRA; LOURENÇO, 2018).

Essa perspectiva, dividida entre os moradores dos bairros centrais, apresentadas acima, também pode ser observada na narrativa de moradores do extremo-leste. José Osmar e Rosa Maria, ao falarem sobre esses espaços, compreendem-nos, enquanto espaços perigosos e violentos.

Tinha bastante desses bar que fazia esses bailes de forró sabe, tinha o Chapa Rau, Caldeirão, mais uns aí que não lembro o nome. Não sei o nome né, não frequentava,

aqui do pessoal nosso [moradores locais], poucos se arriscavam [risos], era perigoso, lá o bicho pegava (JOSÉ OSMAR, 2020).

Esses lugares eram complicados. Muita briga, de vez em quando saia um riscado [esfaqueado] de lá. A gente evitava né. Lugar assim é muito complicado e por aqui tinha bastante, chegava final de semana enchia de piauí. Eu mesmo nunca fui, nem os nossos vizinhos, mas a gente sabe como o lugar é por que nos rádios, nos jornais saia muita coisa sobre lá (ROSA MARIA, 2020).

Raimundo Nonato, migrante nordestino, ao falar dos bailes de forró, sintetiza bem o poder que as fofocas e os meios de comunicação possuíam na consolidação da imagem desses espaços e dos sujeitos que os frequentavam (migrantes nordestinos) para com os moradores locais, sejam do extremo-leste como dos demais bairros da cidade.

Agora se me diz, se ia querer ir num lugar onde o pessoal fala que só sai briga, morte, que qualquer coisa que se fizer, só olhar torto já vão riscar a faca para você? Pois eu não ia querer. Só que o pessoal não conhece os bailes, não sabiam como era lá. Era a melhor coisa que tinha pra nós Bruno, claro que saia briga, sai confusão, mas isso é caso isolado, uma vez ou outra, mas o problema é que quando saia o povo já tudo saia comentando ‘olha lá os piauí brigando, se matando’, claro que ninguém ia querer ir lá né (RAIMUNDO NONATO, 2020).

Partindo do comentário de Raimundo, observamos o poder que as fofocas, as notícias publicadas nos jornais e faladas nos rádios, possuíam no compartilhamento de uma perspectiva sobre os sujeitos que frequentavam estes bailes<sup>57</sup>.

Os relatos dos espaços de sociabilidades frequentados, sobretudo, por migrantes nordestinos, corroboravam significativamente para a construção identitária do que eram estes piauí. Se por um lado o piauí é aquele que não pertence ao espaço, ou seja, o de fora, a partir das narrativas sobre os bailes de forró, o piauí também passou a ser compreendido enquanto o brigão, o bêbado, o violento.

São as situações cotidianas, nos locais de lazer e sociabilidade, nos encontros em um bar, em um mercadinho, numa festa, ou em uma igreja, que aos poucos esta identidade é forjada. Carregada de visões negativas, os piauí, em Orlândia, são os nordestinos e seus descendentes, são brigões que por qualquer motivo “já riscam a faca”, são os frequentadores dos bailes de forró, ou aqueles que trabalham apenas no serviço pesado, como diria Raimundo Nonato, “arrancando toco”. São essas e outras representações que permeiam a criação identitária do que é ser um piauí, no contexto orlandino (PEREIRA; SCHÖRNER, 2020).

---

<sup>57</sup> Infelizmente não conseguimos ter acesso aos jornais publicados na época. Isto ocorreu por dois motivos, o primeiro corresponde a não existência de exemplares de periódicos deste período (1980-2010) nos acervos da Biblioteca Municipal, Casa da Cultura e Museu. Segundo, devido à pandemia e às medidas de isolamento social não conseguimos acessar alguns acervos particulares, visando seguir as orientações das agências de saúde (nacional e internacional). Em momento oportuno buscaremos consultar estas fontes para enriquecer as investigações apresentadas aqui.

Neste sentido, a expressão piauí, cunhada inicialmente para representar um grupo específico de migrantes, se ampliou, seja ao englobar os diferentes migrantes nordestinos presentes no município, bem como passou a construir uma identidade do que representava ser um piauí, envolvendo questões como a naturalidade nordestina, e demais generalizações, como o gosto musical, as aptidões ao trabalho, entre outros pontos.

Contudo, havia outro fenômeno que se destacava e se desenvolvia ao mesmo tempo que a criação da diferenciação entre o “nós” paulistas em contraponto “eles/outros” migrantes. Tal fenômeno era a estigmatização dos moradores do Conjunto Habitacional José Vieira Brasão, bairro que possuía como público tanto migrantes como moradores locais.

Orlândia, conforme pode ser observado, a partir das crônicas de Luiz Serafim (1997; 2010), desde meados da década de 1960, possuía entre suas características aquelas não citadas em sua narrativa oficial, a segregação de seus espaços em *Centro X Periferia*. Na segunda metade do século XX, o bairro, ou melhor, a Vila Tatu, a qual se tornaria o Jardim Boa Vista, era considerada zona periférica, nas palavras de Serafim, a Vila, localizada à esquerda da linha do trem, da “fronteira”, era representada enquanto o lugar da pobreza, do Zé povinho, da “ralé”. De modo geral, a Vila, a partir de tal representação, abrigava as “classes pobres” e, também, aos olhos dos moradores do centro, as “classes perigosas”, os “bas-fond” (KALIFA, 2017).

Segundo Chalhoub (1996), historicamente, o Brasil tem relacionado “classes pobres” com “classes perigosas”. Tal identificação nasce, a partir da segunda metade dos oitocentos, onde o discurso dominante passou a propor que: “os pobres carregavam vícios, os vícios produziam os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; juntando os extremos da cadeia, temos a noção de que os pobres são, por definição, perigosos” (CHALHOUB, 1996, p. 22). Nos escritos de Luiz Serafim, na Orlândia dos anos de 1970-1980, esta relação permanece. Em suas crônicas, o autor identifica a mesma relação, os moradores da Vila Tatu, não era apenas pobres, mas também perigosos, baderneiros, brigões, bandidos. Como veremos, no segundo capítulo, esta relação passou a ser aplicada aos moradores do Conjunto Habitacional José Vieira Brasão, sendo observado enquanto um reduto de violência, lugar “mal falado”, “submundo” de Orlândia.

À medida que o tecido urbano da cidade aumentou, com os novos loteamentos e a fundação dos conjuntos habitacionais, estes espaços passaram a ser considerados as “novas Vilas Tatu”, pois, por se tratar de residências voltadas a uma classe menos abastada da população, os conjuntos habitacionais passaram a atrair o Zé povinho, a “ralé” que outrora se encontrava na Vila Tatu. Da mesma forma, a localização desses novos bairros, também evidência, nas entrelinhas, a busca pelo poder municipal por excluir esta população, pois, esses



bairros foram construídos em regiões longínquas ao centro da cidade. Notadamente, isto ocorreu com o Conjunto Habitacionais José Vieira Brasão, localizado no extremo-leste da malha urbana, e o Conjunto Habitacional Julio Bucci, localizado no extremo-oeste. Na época da fundação dos bairros, não havia transporte coletivo e as avenidas de ligação a estas regiões eram poucas e, ainda, havia poucas ruas pavimentadas.

Desta forma, ao longo do próximo capítulo, deixaremos de lado a complexidade das relações cotidianas entre moradores locais e migrantes, citadas no início deste tópico, que será abordada com maior profundidade no terceiro capítulo, e buscaremos explorar, um pouco mais, a fundação dos bairros Jardim Santa Rita e Conjunto Habitacional José Vieira Brasão, bem como discutiremos sobre seus primeiros moradores e o nascimento da imagem deste espaço, enquanto um reduto de violência, pobreza, sujeira, tráfico de drogas etc.

### **A cidade, o bairro e o conjunto habitacional: migrantes nordestinos e paulistas na extremo-leste orlandino**

A todos moradores da cidade de Orândia  
Interior SP, aqui tem 40 mil loko  
Que tem um sonho e luta por ele um dia após o outro  
Sou só mais um, na caminhada  
Representando todo povo, de toda quebrada  
Mutirão, Flores, Gruta, Comove,  
Centro, Teixeira, Vilinha, Vila Bucci  
Jardim Boa Vista, Brasão, Santa Rita,  
Sapolândia, Parise, Siena, Marcussi  
Se eu me esqueci de alguma quebrada, foi mal já vou falando  
De modo geral, a todos vocês um beijo.  
(Orândia Obrigado, SP-Doug, 2012)

Orândia, a cidade das avenidas, a cidade jardim, a cidade projetada, planejada, o sonho do coronel. As formas de se referir a essa cidade, encontradas nos livros sobre a história do município, são muitas. São expressões que remetem e idealizam um belo passado, a sua fundação, a luta pela autonomia e sua consolidação como município. Estas nomenclaturas, para se referir a Orândia, correspondem a um discurso dominante no qual remetem a uma leitura que esconde os processos sociais e as contradições existentes na cidade, de modo geral, tal discurso "busca uniformizar a cidade sob alguns símbolos que levam à homogeneização do tecido social" (SHÖRNER, 2006, p. 32).

A cidade, ou melhor, a história desta cidade, cheia de belos adjetivos, foi escrita por alguns memorialistas, entre eles: Cyro Armando, Adélia Diniz, Oswaldo Ribeiro, João Francisco Junqueira e Sandra Regina Feliz. A narrativa oficial pode ser observada a partir de uma pesquisa nos lugares de memória da cidade, como na Biblioteca Municipal Professor Geraldo Rodrigues, na Casa da Cultura Cyro Armando Catta Preta e no Museu de História e Ensino Lucas Monteiro de Barros.

Nesses lugares, estão guardados um enorme acervo de fotos dos primeiros moradores, as primeiras empresas, escolas, imagens de festas, comícios, inaugurações. Ainda, encontramos recortes de jornais com reportagens das datas festivas, materiais sobre algumas figuras ilustres, as plantas da cidade, o projeto visionário do engenheiro civil Luiz de Mello Marques, e revistas comemorativas. Esse material, melhor dizendo, os temas do acervo, de maneira geral, referem-se a uma parte da história do município, o começo de sua história, a Orândia da primeira metade do século XX.

Quanto ao restante de sua história, os mais de 70 anos que restam, pouco se escreveu. Parte dela pode ser encontrada nos relatos de Luís Serafim, em dois livros de crônicas de sua

autoria. Contudo, sua narrativa se difere completamente da narrativa dos memorialistas citados acima. Serafim, escreve sobre uma outra Orlândia, como ele se expressa “para lá da avenida do trem” (Zona Leste).

Duas narrativas, duas Orlândias. Uma que idealiza a cidade, enquanto um “projeto moderno”, já a outra uma cidade cheia de contradições.

Duas Orlândias, ou melhor, uma Vila Orlando e uma Vila Tatu. Qual seria a Orlândia real? A ideal? A qual o poder público, através de seus espaços de memória faz seus visitantes conhecerem e acreditarem? Seria esta a Orlândia real? A da poesia de Cyro, das lendas de Adélia, e das imagens organizadas por Junqueira. Ou seria a Orlândia de Serafim? Caracterizada enquanto espaço segregado, estigmatizado, de sujeitos pouco heroicos, de migrantes, boias-frias, negros e pobres, em suma, de gente comum?

Entre narrativas e representações, entre a oficial e a marginal, está Orlândia, a cidade das avenidas.

Ao longo deste capítulo, em um primeiro momento, teremos como objetivo discutir as narrativas. Primeiramente, queremos conhecer o processo histórico de consolidação de Orlândia, sua narrativa histórica, que foi base para a construção de um relato oficial de cidade moderna.

Buscaremos, ainda, destacar uma narrativa que vai em sua contramão de cidade moderna, evidenciando, que a cidade projetada, ideal, possuía outras características, entre elas, a segregação e a estigmatização de parte de seus moradores e espaços.

Assim, no primeiro tópico deste capítulo, buscaremos conhecer a Orlândia, enquanto Vila Orlando, centro histórico e palco das falas memorialistas, e a Vila Tatu (Atual Jd. Boa Vista), bairro nascido na década de 1940-1950, mas esquecido pela história oficial.

Em um segundo momento, deixaremos de lado as narrativas já escritas sobre Orlândia e nos dedicaremos em construir outro texto. Todavia, devo adiantar, que não serei capaz de construir uma escrita da cidade, faltariam páginas para descrever todos os espaços e sujeitos dessa cidade centenária.

Em vez de dissertar sobre Orlândia, buscarei construir, primeiramente, uma escrita acerca do leste orlandino e, em sequência, daremos destaque ao extremo-leste de Orlândia. Descreveremos os bairros Jardim Santa Rita e Conjunto Habitacional José Vieira Brasão, criados nas décadas finais do século XX.

Buscaremos traçar, historicamente, como se deu a ocupação do extremo-leste da cidade de Orlândia, ocorrida no final da década de 1980, com a venda de lotes do que seria o Jd. Santa Rita. Inicialmente, a ocupação, pela compra dos lotes e construção das moradias só ganharia

força após a construção do Conjunto Habitacional José Vieira Brasão, no início dos anos 1990, pois, com a construção desse novo bairro, o extremo-leste ganharia uma série de melhorias em sua infraestrutura, como espaços de lazer, posto de saúde, escola e pavimentação das ruas e avenidas.

Porém, os bairros, em especial o conjunto habitacional, herdaria o que em outrora pertencia a Vila Tatu, a posição de espaço periférico, e junto a tal posição, uma série de estereótipos recaiu sobre o bairro. O Brasão, bairro mais longínquo do centro, por tratar-se de um conjunto habitacional, ou seja, a população que residia ali pertencia a uma classe menos abastada, foi aos poucos sendo caracterizado enquanto um lugar da pobreza, tomando emprestado expressões de Serafim, a população deste bairro passou a ser caracterizada como o “Zé povinho”, a “ralé”. De modo geral, por abrigar parte das classes pobres da cidade, aos olhos dos moradores do centro, e dos demais bairros centrais, o Brasão também abrigava as classes perigosas.

Como discutido no final do primeiro capítulo, Sidney Chalhoub (1996, p. 22) destacou que, historicamente, o Brasil tem relacionado as noções de “classes pobres” com “classes perigosas”. Nos escritos de Luiz Serafim, sobre Orlândia da segunda metade do século XX, podemos observar esta mesma relação sendo empregada. Ao longo das crônicas deste memorialista, ele identifica que os moradores da Vila Tatu não eram apenas pobres, a partir da perspectiva de sujeitos de fora desta região, eles também eram perigosos, baderneiros, brigões, bandidos. Conforme veremos, ao longo deste segundo capítulo, a mesma relação passou a ser aplicada aos moradores do Conjunto Habitacional José Vieira Brasão, ou seja, um reduto de violência, lugar mal falado, submundo de Orlândia.

Assim, para compreendermos as questões apresentadas até aqui – seja da consolidação, ocupação e desenvolvimento dos bairros ao longo dos anos, bem como as questões que envolvem o estigma e a segregação nestes espaços – e construirmos uma explanação acerca do extremo-leste orlandino, serão utilizadas as falas de moradores dos bairros (Jd. Santa Rita e Conj. Hab. José Vieira Brasão), que nos contam as suas trajetórias nas respectivas localidades.

A partir das informações dos moradores, observaremos os problemas enfrentados por eles quanto à segregação espacial (SILVEIRA, 2003; MOREIRA JUNIOR, 2010; PAIVA, 2017b), o que acabava por dificultar as suas vidas pela falta de infraestrutura e acessibilidade. Também discutiremos, a partir de suas trajetórias, a construção sócio-histórica do espaço, enquanto uma região periférica (TANAKA, 2006; CARNONARI, 2009), que corresponde a um lugar estigmatizado (GOFFMAN, 2008; ELIAS; SCOTSON, 2000) e marginalizado (NIEMAYER, 1979).

Contudo, se por um lado esta região periférica, que foi construída a partir de uma série de estratégias, que estigmatizam e marginalizam o espaço e seus moradores, os habitantes desse local, através de uma série de táticas vêm, aos poucos, redefinindo este processo histórico de estigmatização (CERTEAU, 1994).

Uma das principais formas de redefinição desta região, que contraria o estigma imposto a ela, foi através do movimento *Hip-Hop*, com as músicas de *rap*, as danças *break* e as pichações, que, de modo geral, evidenciavam um emaranhado de percepções, seja sobre o cotidiano periférico, o estigma, a violência policial, bem como denunciavam o abandono da periferia, que envolve a falta da infraestrutura e o descaso por parte do poder público pelos bairros periféricos.

Assim, partindo das informações dos moradores, e, também, de análises acerca do movimento *Hip-Hop*, desenvolveremos uma outra narrativa sobre Orlandia, em especial, referente à região periférica, o extremo-leste desta cidade.

Mas, antes de adentrarmos a esta nova narrativa, que envolvem trajetórias individuais e coletivas, bem como músicas de *rap*, danças *break* e pichações, buscaremos conhecer um pouco melhor a Orlandia de Cyro, Adélia, João Francisco e a de Serafim.

## **2.1 A “cidade moderna”: Orlandia entre a utopia arquitetônica e a realidade segregadora<sup>58</sup>**

Existe uma vasta produção historiográfica que tem debatido acerca do tema cidade(s). Sem dúvida, uma das importantes referências, nesses debates, no contexto brasileiro, é a pesquisadora Maria Stela Martins Bresciani, que, desde a década de 1980, reflete questões como: “a constituição da questão urbana a partir do século XIX [e], sobre a historiografia que investiga a cidade [...], com destaque para as pesquisas sobre São Paulo” (CARPINTERO; CERASOLI, 2009, p.79).<sup>59</sup>

Entre os temas de discussão desta pesquisadora, encontram-se aqueles que debatem questões que envolvem as chamadas “cidades modernas”, ou melhor, os projetos de cidades modernas. Que, segundo ela, são originários do século XIX, período marcado pelas intervenções urbanísticas de diversos agentes, entre eles: médicos, arquitetos, engenheiros e autoridades sanitárias e político-administrativas.

---

<sup>58</sup> Parte das discussões desta seção foram adaptadas e publicadas na *Revista Eletrônica Trilhas da História*, v. 10, n. 20, jan-jun 2020, p. 91-110. Ver: PEREIRA, 2021b.

<sup>59</sup> Alguns dos importantes estudos desta historiadora, foram: BRESCIANI: 1985; 1991; 1992; 1998.

Os projetos de cidades modernas iniciam-se no contexto europeu, mas não se restringiriam apenas ao velho mundo. Como pontua Carpintero (1997), em importante estudo sobre a formulação da política habitacional brasileira, publicado no final da década de 1990, tais políticas, em nosso contexto, teriam grande influência europeia.

Contudo, como nos indica Julião (2011), “se no velho continente o urbanismo era convocado para adequar as cidades a uma realidade já constituída, aqui [no Brasil] se fazia o caminho inverso, no qual o urbano deveria antecipar o futuro e ditar uma nova realidade social” (JULIÃO, 2011, p. 119).

Neste sentido, destacamos que existe um razoável número de cidades brasileiras, construídas desde o final do século XIX e início do XX – como Belo Horizonte-MG, Goiânia-GO, Brasília-DF, Maringá-PR, Orlândia-SP, entre outras – que foram construídas a partir de projetos de agentes, definidos por Bresciani (médicos, arquitetos, engenheiros e autoridades sanitárias e político administrativas). Essas cidades, projetadas, planejadas, pensadas, como identifica Flores e Campos (2007), tornaram-se um modelo, que se espalhou pelos quatro cantos do mundo.

A cidade passou a ser pensada e construída como um sistema racional, possível de ser pensada como um objeto passível de planificação, apreendido em sua totalidade. Higienistas, médicos e engenheiros são os sujeitos dessa construção. Treinam o olhar, esquadrinham a cidade e visibilizam os corpos dos cidadãos para ter sobre eles o controle sobre sua saúde, sua moradia, seus passos pela cidade, seu trabalho, seu lazer e sua sociabilidade, suas organizações sociais e políticas, seu consumo. Assim, a cidade racionalizada, disciplinada, é ela própria pensada como uma cidade-corpo, objeto de detalhadíssimo olhar do médico e do engenheiro, objetivando construir uma cidade estetizada (pela arquitetura), ou uma cidade reformada (pelas obras de engenharia e topografia), ou uma cidade saneada (pela intervenção do médico). Esse conjunto de equipamentos e intervenções sobre a cidade constituiu um modelo de cidade — a cidade moderna — pautada pela racionalidade técnica e científica dos planejamentos urbanos (FLORES; CAMPOS, 2007, p. 269).

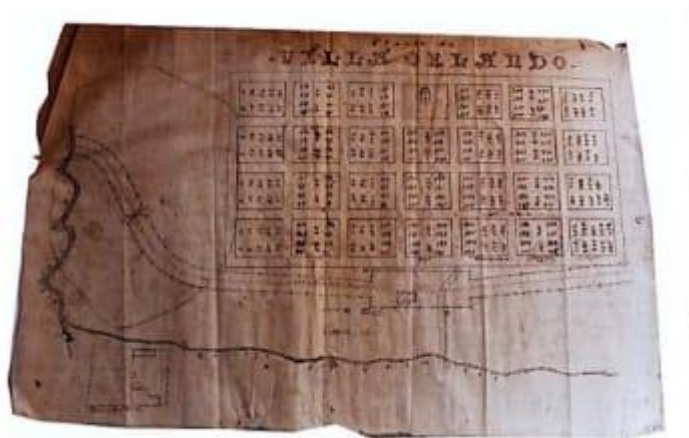
É nesta mesma perspectiva de cidade moderna, descrita por Flores e Campos (2007), que o engenheiro civil Luiz de Mello Marques, a pedido do coronel Orlando Diniz Junqueira, projetaria os primeiros esboços do que seria a cidade de Orlândia, uma Orlândia “com características urbanísticas modernas e amplas avenidas” (BASTOS, 1980, p. 81-82).

A Orlândia, sonhada pelo coronel e projetada pelo engenheiro, é um dos importantes componentes da história oficial desse município. Contudo, como destacaremos, ao longo deste tópico, esta narrativa não se refere a Orlândia como um todo, e sim à chamada Vila Orlando.

No início do século XX, os trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação (Cia. Mogiana)<sup>60</sup> despontaram nas terras da fazenda Boa Vista, propriedade do coronel Orlando Diniz Junqueira, e nela, estabeleceu-se uma de suas paradas, a estação Coronel Orlando. Esta edificação, de grande importância para os cafeicultores locais, segundo Salgado e Pscinato Júnior (2011), “despertou o desejo do próprio coronel Francisco Diniz Junqueira, mineiro de grandes posses na região, e dos outros fazendeiros vizinhos na implantação de uma cidade” (SALGADO, PSCINATO JUNIOR, 2011, p. 105).

Em 1905, o coronel Orlando, quatro anos após a fundação da estação em sua fazenda, iniciaria um novo empreendimento no local. O coronel contrataria o engenheiro Luiz de Mello Marques<sup>61</sup> para que traçasse um plano urbano, no entorno da estação, com largas avenidas no sentido norte-sul e com ruas no sentido leste-oeste. Este projeto, como é destacado, nos escritos de memorialistas locais, buscava fundar uma cidade “caracterizada como um modelo de cidade ideal”, “com características urbanísticas modernas e amplas avenidas” (BASTOS, 1980, p.81-82).

**Imagem 1:** Planta da Vila Orlando, elaborada pelo engenheiro civil Luiz de Mello Marques



**Fonte:** Museu de História e Ensino Lucas Monteiro de Barros - Orlandia-SP.

No projeto de Mello Marques, o qual pode ser observado acima (Imagem 1), Paiva (2017b) explicita que:

Para o plano de Orlandia, o engenheiro propôs, a partir da estação ferroviária e acompanhando o alinhamento da longa reta originada pela linha dos trilhos, uma malha ortogonal formada por 28 quadras de mesma dimensão (80 por 100 metros) –

<sup>60</sup> A Cia. Mogiana, fundada em 1872, com sede na cidade de Campinas, seria uma das principais estradas de ferro do Estado de São Paulo, ligando inicialmente Campinas a Mogi Mirim, em 1886 chegaria a Ribeirão Preto e posteriormente cortaria todo o nordeste paulistas atingindo no início do século XX a região do Triângulo Mineiro.

<sup>61</sup> O primeiro esboço, a “planta das datas dos terrenos”, da Vila Orlando foi um desenho elaborado por José Luiz Ventura, porém, o seu trabalho foi desenvolvido sobre o projeto idealizado e elaborado por Mello Marques (SALGADO, PSCINATO JUNIOR, 2011, p. 105).

sendo uma destas destinada à praça da Igreja – que, divididas em 10 lotes cada, formaram um conjunto inicial de 270 datas. Todas as vias foram dimensionadas (22 metros de largura) como avenidas retílineas e com canteiro central. A implantação do traçado fora desenhada, à maneira costumeira dos patrimônios fundados à época, em um sítio de encosta suave, com declividade pouco acentuada, desenvolvida em direção ao córrego dos Palmitos e ao ribeirão do Agudo. A nomenclatura dispensada às ruas e avenidas do plano urbano confirmam, ainda mais, a racionalidade empreendida no desenho, pois, apesar de todas as vias serem formadas por binários – avenidas de duplo sentido de tráfego –, àquelas desenvolvidas paralelamente ao eixo da ferrovia deram-se os nomes de “Avenida” seguido por um numeral ordinal: Av. Primeira, Av. Segunda, Av. Terceira, e, assim, sucessivamente. Já as vias perpendiculares, foram denominadas pelo prefixo “Rua” seguido de um numeral cardinal: Rua Um, Rua Dois, Rua Três etc. (PAIVA, 2017b, p. 150).<sup>62</sup>

Molina (2001) e Paiva (2017b) em estudos sobre as disputas políticas pela mudança da Comarca, na região da Alta Mogiana (que até então se encontrava no município de Nuporanga), destacam que devido ao município sede, até então, em meados do início do século XX, não possuir acesso a uma rede ferroviária, os políticos locais levantaram a possibilidade de mudança da Comarca para uma localidade que tivesse acesso à rede. As possibilidades de mudança eram os distritos de Sales Oliveira, São Joaquim e a recém-criada Vila Orlando.<sup>63</sup>

Entre os anos de 1904-1909, ocorreria uma grande disputa entre as elites locais de São Joaquim e Vila Orlando, na busca por se tornarem a sede da comarca<sup>64</sup>. Paiva (2017b), destaca que o Coronel Orlando, estando como presidente da câmara municipal de Nuporanga, desde 1904, buscava, através de sua posição, usar “a máquina pública no sentido de dotar a embrionária Vila Orlando de toda a infraestrutura necessária à uma cidade ‘salubre e progressista’” (PAIVA, 2017b, p. 154). Assim, após cinco anos de intensas disputas entre as elites políticas locais, em 1909, a Comissão de Estatística do Congresso Estadual de São Paulo elaboraria um parecer favorável aos requerimentos de pedido de mudança da comarca, nesse mesmo ano, o Congresso Legislativo do Estado decretaria a transferência da comarca e da sede do município de Nuporanga, para a Vila Orlando.<sup>65</sup>

---

<sup>62</sup> O mesmo sistema de nomenclatura das ruas e avenidas se manteve desde sua fundação até os dias atuais. Conforme a ampliação do tecido urbano, acrescentou-se novos números, bem como introduziu-se, principalmente no sentido leste, a adoção das letras (de A a Z) para as novas avenidas.

<sup>63</sup> A decisão de mudança da Comarca se daria, pois, uma “lei que tramitava no Congresso Estadual, em 1904, e propunha uma reforma no poder judiciário, que, por sua vez, extingiria algumas comarcas e transferiria outras para núcleos urbanos que apresentassem alguns requisitos mínimos previstos neste processo. Dentre os quesitos necessários à manutenção das comarcas, enquadravam se alguns princípios de salubridade e higiene, como, por exemplo, já ter implantado a rede de esgotos e, como fator preponderante, estar conectado à rede ferroviária” (PAIVA, 2017, p. 146-147).

<sup>64</sup> Sobre as questões que envolvem as disputas entre as elites locais na Alta Mogiana ver: ARAÚJO, 1999.

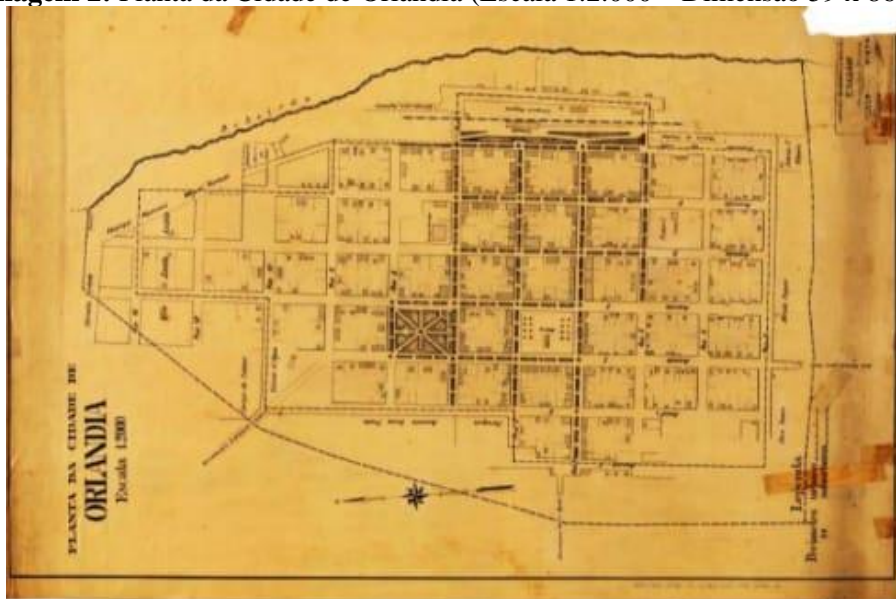
<sup>65</sup> Outras justificativas, para a mudança da comarca para a Vila Orlando correspondiam ao fato desta vila “ser considerada um ponto central, com água encanada e maior facilidade de obtenção de rede de esgoto, tão reclamada pela higiene” (ORLÂNDIA, 1991, p. 5, Apud. MACHADO, 2014 p. 109).



Com a consolidação, enquanto sede da comarca e município<sup>66</sup>, este núcleo urbano passou a ser denominado Orlândia, a escolha do nome seria uma homenagem ao coronel Orlando. Com essas mudanças a ex-sede da comarca, município Nuporanga, por sua vez, perdeu muitas casas comerciais e pequenas indústrias, que acabaram por migrar para Orlândia (PEREIRA, 2005). Os imóveis urbanos da cidade de Nuporanga tiveram o seu valor diminuído e “vários deles foram abandonados ou mesmo demolidos” (PAIVA, 2017b, p. 162).<sup>67</sup>

A Vila, agora município de Orlândia, crescia consideravelmente seu perímetro urbano, desde 1909, excedendo o projeto de Mello Marques em 1910 (SILVA, 2005). A Câmara Municipal de Orlândia, ao longo desse período de crescimento, promulgaria “uma série de leis [...] autorizando os chefes do executivo a adquirirem por comprar da Sociedade Cooperativa Orlando [...] terrenos necessários à ampliação do perímetro urbano da cidade, porém, seguindo o rígido traçado urbano ortogonal” (PAIVA, 2017b, p. 165). Tais compras de terrenos, por parte do poder público, ocorreriam, novamente, nos anos subsequentes (SILVA, 2005).

**Imagem 2:** Planta da Cidade de Orlândia (Escala 1:2.000 – Dimensão 59 x 86 cm)



**Fonte:** Arquivo Público do Estado de São Paulo: Instituto Geográfico e Geológico, 1947.

O poder público, buscaria, desde o início do século XX, a partir de seus Códigos de Postura Municipal bem como os Planos Diretores, demarcar as novas ruas e quarteirões, conforme as delimitações propostas pelo projeto urbanístico de Mello Marques, ou seja, os “alinhamentos originais” deveriam ser preservados (ARAÚJO, 1999; SILVA, 2005).

<sup>66</sup> Lei de transferência da comarca: Lei nº 1.181, de 25 de novembro de 1909.

<sup>67</sup> A comarca de Orlândia passou a abrigar os atuais municípios de “Nuporanga, Sales Oliveira, Ipuã (antiga Santana dos Olhos D’Água), São Joaquim da Barra, Guaíra (antiga Corredeira), além de Morro Agudo (antiga São José do Morro Agudo), todos atualmente desmembrados” (MACHADO, 2014, p. 110-111).

Para além das determinações, acerca do traçado das ruas, havia outras exigências por parte do poder público, em especial, para a construção das casas. Para estas, eram definidas uma série de exigências como,

[...] para o levantamento de qualquer edificação era preciso, dentre outras coisas, alvarás de construção e de alinhamento e nivelamento, projeto do prédio a edificar-se, planta de cada um dos pavimentos que comportar o edifício e suas respectivas dependências, alicerces firmados sobre uma camada de concreto ou outro qualquer material conveniente, departamentos garantidores das condições higiênicas do prédio, e emprego de cal e areia nas argamassas (PEREIRA, 2005, p. 115).

Partindo das discussões de Pereira (2005), Paiva (2017b) destaca que isto contribuiria para

[...] o fato de que apenas aqueles moradores que pudessem arcar financeiramente com tais exigências é que teriam condições para erguer os seus imóveis próprios. Possivelmente, a construção de moradias para serem alugadas deve ter sido um rendoso negócio promovido pela elite local, pois, em breves palavras, Almeida Prado [1963, p. 85], ao discorrer sobre o progresso alcançado pela iniciativa do coronel Orlando, afirma que ‘pouco a pouco, o lugarejo ganhava configuração urbanística’ e ‘os Junqueiras também entraram nessa arrancada inicial, construindo prédios de aluguer e de moradia própria’ (*sic*) (PAIVAb, 2017, p. 168).

Diante da série de rígidas normas, o poder público buscaria manter o projeto de cidade ideal em pleno funcionamento, ou seja, as avenidas manteriam os alinhamentos originais de Mello Marques, assim como as residências, a serem construídas, seguiriam o desejo de seu fundador, o Coronel Orlando, de uma cidade moderna, salubre e progressista, com as mais modernas características urbanísticas (ARAÚJO, 1999).

Mas, cabe destacar que a explanação feita, até aqui, ou melhor, os marcos apresentados, como a fundação da vila, as lutas pela emancipação e a importância do coronel no processo, são pontos-chaves para a construção de uma história oficial desse município.

Esta narrativa, na qual constrói uma representação do município, enquanto cidade moderna e planejada, não corresponderia à História de Orlândia em sua totalidade, pois, uma série de sujeitos e espaços acabaram sendo deixados de lado. Tal fato pode ser compreendido apenas como uma fração, abordando somente o seu centro histórico, os primeiros moradores, de modo geral a antiga Vila Orlando.

A Orlândia, cidade moderna, cidade das avenidas, são representações acerca de sua memória, encontradas em diversos livros sobre a história do município. São expressões, presentes na narrativa oficial, que remetem a uma representação de Orlândia na qual se idealiza um belo passado. A história dessa cidade, cheia de belos adjetivos, pode ser observada a partir da uma pesquisa em seus lugares de memória. Nestes espaços, estão guardados um enorme acervo que, de maneira geral, podem ser encontrados também nos sonetos de Cyro Armando,

assim como nas *Lendas e Tradições* contadas por Adélia Diniz, e podem ser vistos em *Memória Fotográfica* de Orlândia, construída por João Francisco.

Entre os memorialistas, que consolidaram a Orlândia moderna, Cyro Armando Catta Preta merece certo destaque. Professor, vereador e ex-prefeito da cidade, dedicou parte de sua vida em escrever, ou como ele se expressa, “transcrever” parte da história de Orlândia. Em *Querença: um pouco da história de Orlândia contadas em sonetos*, publicado em 1998, o poeta e memorialista conta histórias da fundação de Orlândia, de seus logradouros, dos pioneiros, das personalidades, das instituições que fizeram e trouxeram progresso, da natureza e de seus fatos marcantes. Seu livro, distribuído em 107 sonetos, concentra-se em realizar “singelas aquarelas, mosaicos da história recolhidos em antigos jornais [...], colhidos na tradição oral, no manuseio de velhas fotografias, ou vividos, nos meus mais de sessenta anos de Orlândia [...]”, nesse livro, Cyro Armando busca uma “restauração das raízes” (PRETA, 1998, p. 7).<sup>68</sup>

Analisando um de seus sonetos, podemos observar o caráter fundacional que opera para a construção e consolidação da narrativa oficial de Orlândia, na qual se pauta na figura do coronel, a estrada de ferro, a estação e, futuramente, a cidade.

Resfolegando fagulhas/ sobre os trilhos avançando/ a Mogiana com seus trens/ foi a paisagem mudando/ plantando sua estação/ na terra de Cel. Orlando/ Da Estação veio a cidade, / que foi crescendo febril/ atraindo muita gente/ de outros cantos do Brasil, /mãos dadas com imigrantes, / logo amando o chão gentil (PRETA, 2007, p. 103-104).

Cabe destacar, ainda, que a narrativa fundacional também privilegia um certo grupo de moradores, sobretudo, imigrantes. Em seus sonetos *Imigrantes e Negociantes*, Preta (1998, p. 19-20) destaca e representa os imigrantes enquanto os responsáveis pelo desenvolvimento e o progresso da recém-fundada cidade.

Lembrados sejam na pouca História// os Mei, Dojas, Garbim, a Veneziana/ dos Miele, Degiovani são memória/ de Orlândia comercial, quando a Mojiana/ o comércio supria. Invocatória também: os Gali, Bordignon de Gana, / a pinga dos Gaioto, meritória/ pelo gosto. O artesão de filigrana. / em móveis, Vitalino, marceneiro. / O Vicari de grande Padaria/ jarreta, sapateiro, o carpinteiro// Marchi-Augusto, Felício do Sabiá/ o Zequinha da agulha que fazia/ ternos... /e outros que a História contará! (PRETA, 1998, p. 20).

No soneto acima, destacam-se os sobrenomes de origem italiana. A representação do grupo de imigrantes possui certo destaque no relato memorialista da cidade. Mesmo que outros grupos, como sírios, libaneses, japoneses, portugueses e lituanos, façam parte dos estrangeiros que migraram para esta região, na mesma época, os italianos possuem uma maior

---

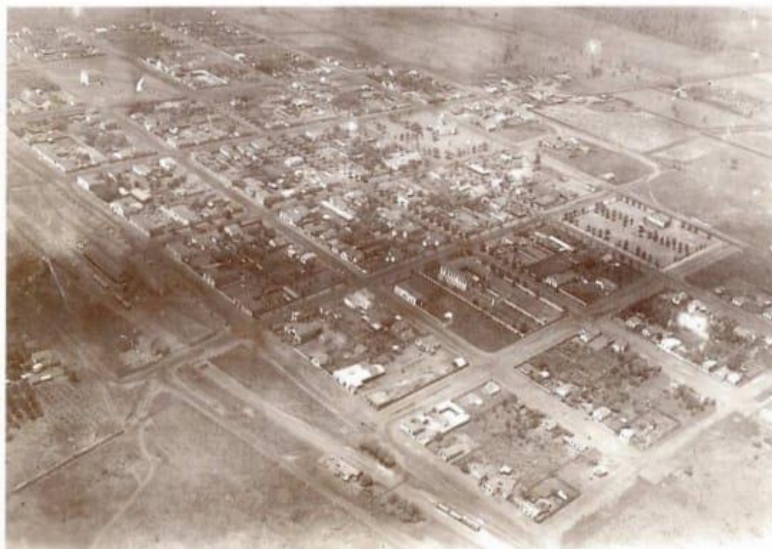
<sup>68</sup> Mesmo que Cyro declare que não possui a pretensão de “fazer história”, suas produções, como *Querença*, *Orlândia de Tempos Idos* e *Orlândia de Outros Tempos* são obras que cristalizaram uma narrativa sobre a história do município, uma narrativa tomada como oficial em/de Orlândia.

representatividade nos escritos memorialistas. Os italianos, sempre são mencionados como os desbravadores, corajosos, responsáveis pelo desenvolvimento e progresso da cidade e da região da Alta Mojiana. Em contraponto, pouco existe, na descrição oficial, dados dos demais grupos de imigrantes, bem como, pouquíssimas foram as menções à população nacional.<sup>69</sup>

Essa mesma “Orlândia de Cyro”, narrada através da poesia, pode ser encontrada, também, em meio às fotografias da obra *Orlândia de Antigamente: uma memória fotográfica*, de José Francisco Franco Junqueira, que reúne fotografias da coleção particular da família Junqueira e de Faustino Cividades.<sup>70</sup>

Na obra citada acima, observamos uma descrição de Orlândia que se refere apenas a uma parte dela, seu centro histórico, a antiga Vila Orlando, projetada por Mello Marques. Nas fotografias, expostas nessa obra, passeamos pela inauguração do teatro municipal (atual sede da prefeitura), em 1931, conhecemos a fundação da cidade, as festas e os esportes (como o polo e o futebol) na Associação Atlética Orlândia (AAO) e no Club Recreativo Orlândia (CREO), conhecemos também as primeiras turmas do Liceu Municipal e os primeiros estabelecimentos comerciais (como a Casa Mei, Casa São João, Casa Ítalo-Brasileira e Oficina de Pedro Massaro). Ainda, boa parte das fotos, distribuídas no livro, remetem, utilizando expressões de seu autor, “às famílias ilustres” e “às personalidades marcantes de Orlândia”.

**Imagem 3:** Município de Orlândia, 1922



**Fonte:** Acervo de imagens históricas de Orlândia de Faustino Cividades (JUNQUEIRA, 1999, p. 33)

---

<sup>69</sup> Existe uma considerável produção acadêmica que vem destacando a representação de imigrantes no contexto paulista. Estes estudos têm evidenciado a criação de narrativas que excluem e silenciam certos grupos étnicos. Sobre esta questão, da exclusão de certos grupos na constituição das narrativas oficiais, indicamos a leitura do estudo *Por uma história do negro em Itapira: antiga Vila da Penha do Rio do Peixe (1869-1888)*, que corresponde a dissertação de mestrado em História de Cristiane da Rosa Elias, defendida no PPGH da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO) no ano de 2020.

<sup>70</sup> Esta obra se encontra disponível para *download* no site da prefeitura (na área destinada a história do município).

A imagem acima, pode ser tomada enquanto ilustrativa do período a qual o autor retrata, Orlândia das primeiras décadas do século XX. Na foto, podemos observar que a cidade ainda possuía pouquíssimas quadras (quarteirões), que acompanham a linha do trem, e possui suas avenidas e ruas no formato definido pelo projeto de Mello Marques.

De maneira geral, essa “memória fotográfica”, construída por Junqueira, que mesmo não seguindo uma ordem cronológica - o autor inicia sua obra falando sobre Orlândia, na década de 1930, e, em certos momentos, traz fotografias e histórias que remontam a fundação da cidade, as lutas pela emancipação, a importância do coronel e de outros sujeitos – corrobora para a construção e consolidação da narrativa oficial de Orlândia.

Como já destacado, esta Orlândia, descrita na poesia, vista através das fotos e contada através de lendas, é uma narrativa centrada no centro histórico do município, a antiga Vila Orlando, da mesma forma, concentra-se em um pequeno recorte temporal, que se estende da fundação da Estação Orlando, o desenvolvimento e aplicação do projeto de Melo Marques, na primeira década do século XX até o final da década de 1930. Este período, representa uma “primeira fase” do desenvolvimento urbano do município (Mapa 1 [PAIVA, 2017b]).

Cabe destacar que ‘história’ oficial de Orlândia, escrita pelos memorialistas e preservada, nos espaços/lugares de memória, deve ser compreendido enquanto uma narrativa de “fundação” que visa criar um “mito fundador” a esta cidade.

Como destaca Chauí (2000):

[...] a fundação se refere a um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, isto é, a fundação visa a algo tido como perene (quase eterno) que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido. A fundação pretende situar-se além do tempo, fora da história, num presente que não cessa nunca sob a multiplicidade de formas ou aspectos que pode tomar (CHAUI, 2000, p. 5).

Essas narrativas fundacionais oferecem

[...] um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (isto é, qual o elemento principal que comanda os outros) como da ampliação de seu sentido (isto é, novos elementos vêm se acrescentar ao significado primitivo) (CHAUI, 2000, p. 6).

Neste sentido, devemos destacar que existem outros discursos sobre Orlândia, que fogem à Orlândia moderna, projeto visionário. E nos contam outras histórias de Orlândia, seja da antiga Vila Orlando ou dos novos bairros que eram criados ao longo do entorno do centro histórico.

Uma delas, que mesmo não tendo destaque entre os lugares de memória de Orlândia, e merece menção nesta dissertação, é a narrativa construída por Luís Serafim, como apresentado

no início do primeiro capítulo, presente em seus livros de crônicas: *Vila Tatu* (1997) e *Meninos das Quebradas* (2010)<sup>71</sup>. Em contraponto à “narrativa oficial”, suas crônicas tratam acerca do cotidiano, sociabilidades, festas, trabalho, e preconceito que os moradores da “Vila Tatu” (atual Jd. Boa Vista) sofriam na cidade de Orlandia. Seus personagens são pessoas comuns, nada de heróis, são os migrantes (paulistas de outras cidades, mineiros e nordestinos), os boias-frias, as mulheres, as prostitutas, os negros, de maneira geral, são a “ralé”, o “zé povinho”, são Mané, Ritinha, Nêgo e Zé Laranja. Da mesma forma, o autor destaca outros redutos na cidade de Orlandia, para além de seu centro histórico, espaços omitidos na narrativa oficial, localizados para “lá da linha do trem”.

O palco de suas crônicas, a Vila Tatu, não possui data de nascimento, é como se sempre existisse ao lado da cidade moderna<sup>72</sup>, e é tudo que esta não queria, ou queria esconder, era jogado, colocado na vila. A Vila era o local onde moravam os pobres, lugar caracterizado, até então, como subúrbio de Orlandia.

A fina flor do mato, na encosta da Colina, a Vila Tatu vai brotando de esgueio, entremeio a vegetação debilitada de árvores tortas, contrastando com verdes lagartos e cobras lentas e apalermadas. Formando uma expectativa de espantos, naquela incômoda visão de se formar um ajuntamento. Umás árvores maroleiras cingiam um pequeno cerrado, envolvendo os matos vassourinha, gabioba, mamica de cadela, milho-de-grilo, carrapicho, timbete, espinho três pontas e alguns pés de coqueiro, que se esforçavam para sobressair num ensaio melancólico de plantas miradas (SERAFIM, 1997, p. 17).

Serafim busca ir contra o discurso oficial da cidade moderna, evidenciando que esta cidade, narrada pela história oficial, encontrava-se para “lá da linha do trem”, a Estrada de Ferro Mogiana (atual Avenida do Café). Na cidade, do lado de lá da fronteira:

[...] não tem mais estradas de terra, só ruas, umas de paralelepípedos, outras de asfalto. Nem barranco, nem choro de criança, muito menos vizinho brigando. Aqui, ninguém cria galinha. Imagina porco! O povo da cidade gosta de andar de nariz em pé, aguentavam o fedor? Claro que não! Tem até gente da Vila lavando a calçada deles, varrendo as ruas, catando o lixo, que põem para fora, apenas pegando na lata com dois dedos. É nojo da sujeira deles próprios, olham para a gente como se fôssemos cachorros-vira-latas, daqueles cheios de bicheiras (SERAFIM, 1997, p. 35).

---

<sup>71</sup> Diferente do seu primeiro livro, *Vila Tatu*, sua segunda obra, *Meninos das Quebradas*, trata especificamente sobre os jovens, em sua maioria da Vila Tatu, mas também com personagens em outras cidades, como Franca, São Paulo, Santos e Ribeirão Preto. As crianças e adolescentes retratadas em sua obra possuem em comum marcas, estigmas. Sobretudo, o que se destaca em sua obra é o racismo, as descrições do cotidiano de uma população pobre, negra, marginalizada e estigmatizada.

<sup>72</sup> Cabe destacar, partindo dos dados levantados por Machado (2014) a partir dos Recenseamento Geral do Brasil de 1940 e 1950, entre estas décadas 2,5% a 5% da população orlandina habitava a região suburbana, nas discussões desta autora não fica claro onde estava localizado tal região. Contudo, partindo das crônicas de Serafim, sobre o nascimento da Vila Tatu, o cronista evidencia que esta região existia a décadas, neste sentido podemos dizer que tal região suburbana destacada por Machado pode corresponder a esta vila. Assim, é impreciso datar o “nascimento da vila” pois, compreendendo que a região suburbana acompanhou o crescimento da cidade. A Vila Tatu pode ser tão antiga quanto a Vila Orlando, ou mais.

Já a Vila, não possuía saneamento básico, suas ruas, mesmo que em estilo avenidas, possuindo os “alinhamentos originais”, não eram asfaltadas e nem de paralelepípedos. A vila, como descrita, possuía ruas de terra “esburacadas”, “cheias de calombo”, “mal-acabadas”, “disformes” (SERAFIM, 1997, p. 39-40). Seu nome, Vila Tatu, devia aos seus moradores, segundo a visão dos moradores do centro, “viverem sujos em seus barracos” (SERAFIM, 1997, p. 76).

Em meados dos anos 1980, a Vila seria incorporada enquanto bairro, seria batizada pelo poder público de Jardim Boa Vista, contrariando a vontade de seus moradores, que desejavam que o bairro fosse batizado com o nome de um “ilustre morador da Vila [Paulo Jurca]” (SERAFIM, 1997, p. 16). Porém, mesmo que os moradores da Vila desejassem esse nome,

[...] a gente [os moradores da Vila] mesmo amolecendo os miolos, sabe que o prefeito vai mudar o nome, de Vila Paulo Jurca, para Vila Jardim Boa Vista, tá na cara, os vereadores são do lado dele [do prefeito]. O Zé Povinho sabe que as homenagens são apenas para os homens ilustres, bons de grana, ricos [...] a gente não diz, mas a gente sabe de onde vem as tradições (SERAFIM, 1997, p.17).

As crônicas de Serafim divergem da história oficial da cidade de Orlândia, e pode ser considerada um relato marginal, no qual se esforça em dar sentido e voz a sujeitos excluídos da descrição histórica do município.

Partindo da perspectiva de Vieira e Esteves Junior (2018), observamos, nas crônicas de Serafim (1997; 2010), uma fala que opera na contramão das narrativas oficiais. Se por um lado, existe um esforço por parte dos memorialistas, em criar uma “Orlândia idealizada”, repleta de belas características, seja para sua população, bem como para sua arquitetura, Luís Serafim, em *Vila Tatu* (1997) e *Meninos das Quebradas* (2010), ao descrever a Vila e seu cotidiano, a identifica apenas como possuindo as avenidas, ou seja, possuía somente os chamados “alinhamentos originais” (PAIVA, 2017b). Mas, ao descrever como elas eram, caracteriza-as como “esburacadas”, “cheias de calombo”, “mal-acabadas” e “disformes” (SERAFIM, 1997, p 39). Ainda, ao falar sobre as casas da Vila, em crônicas como “Almas penadas”, “A Vila”, “A linha que divide a Vila” e “Gosto amargo de lama e barro” utiliza-se de adjetivos como “taperas”, “buracos” e “barracos”, casas que, de maneira geral, não correspondiam àquelas estipuladas pelas rígidas normas dos Códigos de Postura e Planos Diretores, evidenciando que a cidade crescia e se desenvolvia à revelia destes códigos e planos.<sup>73</sup>

---

<sup>73</sup> O cronista, em sua narrativa, evidencia uma Orlândia repleta de contradições, uma Orlândia que não se difere de outras cidades brasileiras, em especial por possuir problemas como: a desigualdade social, a falta de investimentos nas zonas periféricas e a estigmatização de certos grupos e espaços.

Neste sentido, observa-se que o discurso de Serafim não busca contribuir para a narrativa oficial, pelo contrário, ele constrói uma nova, na qual inclui aqueles deixados de lado por ela. Sua narrativa, de fato, destoa da oficial, parece estar “fora do lugar” (LEHNEN, 2015), não pertencer a Orlândia escrita por Cyro, Adélia ou Junqueira.

Ao retomarmos as discussões de Paiva (2017b), acerca do histórico de construção e consolidação do município de Orlândia, podemos observar que, após a década de 1930, a cidade se expande, consideravelmente, nos sentidos leste e oeste (Mapa 1). Todavia, esses novos espaços são desconsiderados pela narrativa oficial, sobretudo, o sentido leste, a Vila Tatu. Mantendo sua história centrada na região histórica, antiga Vila Orlando e sua ampliação a oeste.

A construção desta narrativa pelos memorialistas orlandinos acaba por construir uma ideia de que a cidade de Orlândia corresponde apenas ao seu centro histórico, à antiga Vila Orlando. A qual pode ser observada a partir das crônicas de Serafim que, ao se utilizar da palavra “cidade” refere-se apenas à antiga Vila Orlando, como se a Vila Tatu, não fizesse parte do município.<sup>74</sup>

As menções aos novos espaços, no município de Orlândia, em especial à região leste, e aos novos sujeitos (migrantes de outras cidades e estados) ocorrem por meio de uma narrativa marginal, presente nas crônicas de Serafim.

De modo geral, conforme a malha urbana orlandina cresceu, principalmente no sentido Leste e Oeste, criaram-se avenidas e ruas. A leste, suas avenidas chegariam, no início da década de 1990, às letras Z, a oeste, a avenida mais longínqua da antiga Vila Orlando (que estava circunscrita entre os números 1 a 9) chegaria ao número 21.

Porém, quanto mais longe nos afastamos da Vila Orlando (atual centro da cidade), menos conhecemos Orlândia. Se chegarmos somente até as primeiras letras do alfabeto, no sentido leste, conhecemos a Orlândia de Serafim, mas, ao sairmos dela... pouco se sabe, pouco se conhece, pouco se escreveu.

Ao longo do próximo tópico, buscaremos traçar algumas considerações de uma outra Orlândia, a da Zona Leste, a Orlândia dos conjuntos habitacionais. Entretanto, devo adiantar, assim como Cyro, Adélia, João e Serafim, apenas apresentarei uma parte de Orlândia, em especial, a Orlândia pós 1970.

---

<sup>74</sup> Esta mesma perspectiva é dividida pelos moradores do extremo-leste orlandino, ao se referirem ao centro, estes se utilizam da palavra cidade, como se os bairros onde vivem não pertencessem a cidade, “eu vou a cidade”, “de fins de semana vou a cidade”. Sobre isto nos aprofundaremos no tópico seguinte.



A escolha deste recorte (pós 1970) se deu devido ao período corresponder à construção dos conjuntos habitacionais na cidade de Orlandia, em particular a criação e ocupação do extremo-leste orlandino, palco central das análises desta dissertação. O período corresponde, também, ao grande aumento populacional dessa cidade devido à “interiorização do desenvolvimento” paulista (BAENINGER, 2002), assim como pela construção de conjuntos habitacionais e de loteamentos (PAIVA, 2017b; 2019).

Da mesma forma, a escolha de tal recorte se dá pela falta de fontes. Visto que os arquivos da cidade de Orlandia se concentram apenas em sua primeira fase de desenvolvimento (1905-1940). Sendo a segunda fase (1940-1970), em certa medida, desconhecida. Encontramos referências quanto ao período apenas nos escritos de Luís Serafim e através de alguns documentos nos espaços de memória da cidade, que se referem a gestões do poder executivo e legislativos (lista de prefeitos e vereadores e alguns dos feitos destes, como a criação de leis, fundação de espaços de lazer e construção de alguns bairros)<sup>75</sup>.

No início do próximo tópico, partiremos da divisão cronológica, realizada por Paiva (2017b), em que divide o desenvolvimento urbano da cidade de Orlandia em três períodos. O pesquisador parte de documentos, coletados nos lugares de memória da cidade e em arquivos públicos do Estado de São Paulo, para apresentar o crescimento da malha urbana. Assim, partiremos dos marcos cronológicos postos por esse pesquisador, para mostrar desenvolvimento da área urbana, como também a chegada de novos moradores, especialmente os migrantes – paulistas de outras cidades e sujeitos de outros estados.

## **2.2 Entre loteamentos e conjuntos habitacionais: o crescimento do tecido urbano orlandino frente a "interiorização do desenvolvimento"**

O crescimento da malha urbana de Orlandia, como indicado por Paiva (2017b), a partir do Mapa 1, pode ser dividido em três períodos. Sendo o primeiro, de 1905 até o final da década de 1930, seu crescimento seguiria sentido norte-sul, acompanhando a estrada de ferro<sup>76</sup>. O segundo, do final de 1930 até 1965, o crescimento da malha urbana seguiria os sentidos leste e

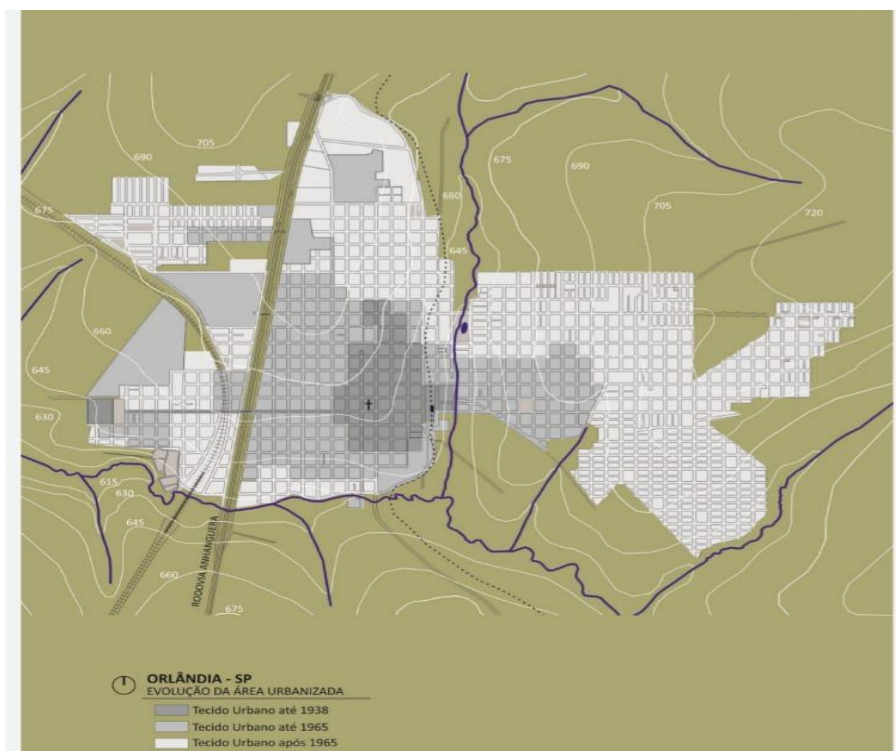
---

<sup>75</sup> Uma possibilidade de conhecer a Orlandia deste período e os sujeitos ordinários, corresponderia a análise de jornais que estiveram em circulação, como os periódicos: *Cidade de Orlandia*, *O Imparcial*, *O Prumo*, *O Apelo* e *O Regional*. Contudo, estes jornais não se encontram disponíveis nos lugares de memória e arquivos da cidade, pertencem a acervos particulares das famílias de seus respectivos proprietários (MACHADO, 2014). Ao longo de nossas investigações tentamos alguns contatos com algumas famílias detentoras destas fontes, contudo, o acesso a elas foi impossibilitado devido as medidas de isolamento social decorrentes da pandemia.

<sup>76</sup> Este espaço corresponde, atualmente ao bairro Centro. A antiga estrada de ferro que na atualidade corresponde a chamada Avenida do Café.

oeste<sup>77</sup>. Já o terceiro, pós 1965 até 2015, corresponde a um período de grande crescimento do município, devido à construção de diversos conjuntos habitacionais, em todos os sentidos, com destaque para a região leste.

### MAPA 3 - Orlândia: Evolução da área urbanizada



**Fonte:** Mapa elaborado por Paiva (2017), com base em cartografias do Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo (1938), Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo - IGCSP (1965) e da Pref. Municipal (2015).

Ao longo deste tópico nos concentraremos, especificamente, na ampliação da cidade de Orlândia, no que corresponde a sua terceira fase de crescimento, pós 1965. Tratando-se da grande ampliação do tecido urbano deste período, isto ocorreria em razão de dois processos que se encontram entrelaçados. O primeiro é referente ao processo de "interiorização do desenvolvimento" (BAENINGER, 2002), que acaba por atrair diversos sujeitos para esta cidade, o segundo, corresponde à construção de diversos bairros de habitação social, nas regiões leste e oeste, que até então não haviam sido ocupados.

Quanto ao processo de "interiorização do desenvolvimento", Baeninger (2002) destaca que, a partir dos anos de 1970, com a desconcentração industrial da região metropolitana paulista e a instalação de novas (e o desenvolvimento das antigas) indústrias, na região

<sup>77</sup> Atualmente este espaço corresponde aos bairros: Centro e Jardim Arantes (a oeste), Jardim Boa vista e Jardim Vale Formoso (a leste).

interiorana do Estado de São Paulo, esses espaços, o interior paulista, foi grande polo de atração de sujeitos, sejam da migração entre cidades ou entre estados.

Outro autor que aborda tal questão é Paiva (2019) que, ao discorrer sobre o processo, destaca que as cidades interioranas do Estado de São Paulo, a partir da década de 1970, receberiam “[..] pesados investimentos estatais com o intuito de também torná-las receptoras de investimentos industriais privados, como opções em relação à metrópole, no âmbito das políticas de interiorização do desenvolvimento assumidas pelos governos federal e estadual” (PAIVA, 2019, p. 6).

Paiva (2019) ainda pontua que é,

[...] importante também ressaltar nesse processo que, no período [pós 1970], a Região Metropolitana de São Paulo não deixa de crescer, porém, outras áreas do estado, como o Nordeste Paulista [Ribeirão Preto e sua região metropolitana] e várias outras regiões do país, como um todo, crescem mais, havendo o surgimento de novas economias e, por consequência, novas aglomerações urbanas (PAIVA, 2019, p. 8).

No contexto orlandino, este período, pós 1970, seria marcado pela fundação e ampliação de uma série de indústrias<sup>78</sup>, que contribuiriam de forma significativa para a atração de novos moradores para a cidade. Desta forma, a ampliação da cidade se tornou necessária.

O aumento populacional, como indicado por Paiva (2019), ocorreria devido ao êxodo rural, e com as migrações entre cidades e entre Estados. Os novos moradores seriam atraídos em virtude da fase de desenvolvimento econômico que a cidade de Orlândia vivia até então. Essa atração, ao longo dos anos, causaria um déficit habitacional mediante ao aumento do contingente populacional.

A solução para a questão habitacional seria a ampliação da rede urbana do município, que se daria de duas formas. A primeira seria a implantação de novos loteamentos, e a segunda, que se refere, de modo geral, ao segundo processo de grande aumento da área urbana, seria a construção de conjuntos de habitação social.

O crescimento populacional nesse período é considerável. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na década de 1970, Orlândia possuía pouco mais de 15 mil habitantes, já na década seguinte (1980), este número ultrapassaria os 22 mil. O considerável crescimento não cessaria nas décadas posteriores. Orlândia aumentou sua população para pouco mais de 27 mil habitantes, em 1990, e este número novamente aumentaria no censo seguinte, chegando a 35 mil nos anos 2000 e 40 mil no censo de 2010. De

---

<sup>78</sup> As indústrias orlandinas beneficiadas neste período foram: Industria Brejeiro, ligada ao beneficiamento de grãos, Companhia Mogiana de Óleos Vegetais COMOVE, Metalúrgica Orlândia – MORLAN S/A., Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlândia – CAROL, Industria de Terminais Elétricos - INTELLI. Assim como algumas usinas, que a partir do PROÁLCOOL ampliaram as terras plantadas bem como investiram em tecnologia.

modo geral, entre as décadas de 1970 e 2010, Orlândia mais que dobrou sua população, um crescimento de mais de 25 mil habitantes, em poucas décadas.

Como referenciado, o aumento da rede urbana de Orlândia, de modo geral, seguiria dois sentidos, Leste e Oeste. E, em ambos os sentidos, se destacariam duas formas de construção de residências. A primeira consistiria em loteamentos, onde ficaria a carga do poder público: implantar a infraestrutura necessária, como a demarcação e pavimentação das ruas e avenidas, instalação da iluminação pública e redes de saneamento básico; e aos moradores: a construção das casas.

Já a segunda forma, seria a construção de conjuntos habitacionais. Que consistia, na doação, por parte da prefeitura, de terrenos para empresas que ficariam responsáveis pela construção das residências. O poder público também seria responsável por: implantar a infraestrutura necessária aos novos conjuntos habitacionais, isto é, demarcação e pavimentação das ruas e avenidas, instalação da iluminação pública e redes de saneamento básico.

Moreira Junior (2010), ao discutir sobre a construção de conjuntos habitacionais, destaca que, nesses espaços, não ocorreria,

[...] o processo de autoconstrução, num primeiro momento, como nas favelas e nos bairros pobres da periferia, a moradia é construída pelo Estado. Casas pequenas, com estruturas simples, geralmente descontínuas ao tecido urbano, distante do centro da cidade, muitas vezes sem serviços, equipamentos e infraestruturas suficientes (MOREIRA JUNIOR, 2010, p. 136).

Os conjuntos habitacionais, no contexto do município de Orlândia, foram construídos por duas empresas: a Companhia de Habitação de Ribeirão Preto – COHAB-RP<sup>79</sup> e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU-SP<sup>80</sup>. Essas empresas, entre as décadas de 1970 a 2010, construiriam, em Orlândia, 1785 habitações que corresponderiam a 8 bairros (PAIVA, 2019)<sup>81</sup>.

---

<sup>79</sup> Companhia Habitacional de Ribeirão Preto - COHAB-RP, fundada em 1970, foi criada através do capital de 21 prefeituras da região. Esta empresa possuía uma economia mista, e, dentro do Sistema Federal de Habitação, se tornou uma das maiores companhias de habitação do país. Segundo Paiva (2019): “para se ter a dimensão de sua atuação sabemos que chegou a construir, de 1970 a 1995, cerca de 70 mil moradias distribuídas entre os 76 municípios de sua área de atuação. [...] A empresa chegou a ser considerada uma das maiores companhias de habitação popular do Brasil e apontada como a líder do ranking das 100 maiores empresas da região, considerando o resultado dos balanços publicados em 1993, a partir dos ativos totais, ou seja, do total de recursos investidos na empresa (PAIVA, 2019, p. 22).

<sup>80</sup> A empresa hoje conhecida como Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU, foi fundada em 1949 e já teve vários nomes: CECAP, CODESPAULO e CDH. Recebeu sua atual denominação em 1989. A atuação desta empresa na região de Ribeirão Preto, ocorreu a partir dos anos de 1980, neste período a empresa “passou a ganhar maior relevo e participa com maior intensidade do processo de produção de habitações de baixa renda e conjuntos habitacionais por todo o interior do estado (PAIVA, 2019, p. 22).

<sup>81</sup> Os bairros construídos pela COHAB-RP foram: Nova Orlândia (1973), Dr. Júlio Bucci (1994) ambos localizados na Zona Oeste e Zita de Oliveira Siena (1991) na Zona Leste. Já a CDHU-SP, construiu os bairros: José Vieira Brasão (1992-1994), José Luiz Simões (1997), 1º de Maio (2000), Max Leonardo Define (2002-2003), Orlando Martins (2006-2010) todos localizados na Zona Leste do município.

As habitações construídas pelas empresas buscavam atender a um público específico, ou seja, as moradias eram destinadas a uma parcela da população, em especial, àquela que não possuía condições financeiras para a compra de terrenos ou casas, ou se encontravam morando em residências alugadas, e/ou, encontravam-se assentados em espaços irregulares.

As habitações, além de resolverem problemas, como a falta de moradia, também possibilitavam que uma parcela da população, aquela menos abastada, a ter a oportunidade de obter uma casa própria. Isto foi viabilizado devido ao valor das habitações estarem fora do valor de mercado e não era necessário o pagamento de uma “entrada”, ou seja, o adiantamento de uma parcela do valor do imóvel. Da mesma forma, o valor das residências era parcelado, de forma que atendesse a necessidade das famílias.

A concessão destas habitações à população se dava por meio de sorteios. E os possíveis moradores, que atendessem as exigências das empresas (como possuir emprego fixo, ser morador da cidade desde um certo período, possuir uma renda igual ou menor a X), receberiam as chaves de sua nova moradia assim que as casas fossem construídas.

Contudo, existe uma considerável bibliografia que tem destacado que as políticas habitacionais estaduais e federais, empreendidas pelas instituições como as COHABs e a CDHU, serviram muito mais para o

[...] espraiamento das cidades da região do que para resolver o problema de moradia, uma vez que os conjuntos habitacionais populares foram instalados em áreas cada vez mais distantes do centro. Esses conjuntos habitacionais serviram mais de extensores de todas as cidades da região, principalmente das maiores, porquanto, normalmente, foram construídos em áreas desvalorizadas, não dotadas de infraestrutura de serviços básicos como água encanada, eletricidade, coleta de lixo, calçamento, rede de esgoto etc., tudo isso só instalado posteriormente (ELIAS, 2003, p. 339).

Referente ao assunto, Paiva (2019) salienta que a construção de conjuntos habitacionais em regiões longínquas, criaram e reforçaram o esquema centro-periferia, sobretudo, em cidades pequenas, como o caso de Orlândia. Segundo o pesquisador, “nessas cidades [pequenas], o núcleo central original ainda detém a localização das sedes dos órgãos públicos e institucionais, os bancos, e de boa parte do comércio e dos serviços de educação, cultura e lazer” (PAIVA, 2019, p. 23).

Em síntese, os conjuntos habitacionais construídos em regiões periféricas,

[...] refletem todo um complexo processo de segregação e discriminação na cidade, ao passo que a segregação se impõe no nível da constituição de territórios separados para os distintos grupos sociais. Nesse contexto, a atuação dos agentes produtores do espaço urbano na esfera política contribuiu para intensificar a segregação urbana, pois é considerável a distância dos empreendimentos realizados pelo poder público – os conjuntos habitacionais – em relação à área central das cidades, onde está localizada toda a estrutura comercial, institucional e de serviços (PAIVA, 2019, p. 21).

Quanto às questões levantadas, até aqui, acerca “da constituição de territórios separados”, Moreira Júnior (2010) destaca que:

[...] a disputa pelo uso do solo, os interesses dos atores sociais, a especulação imobiliária, a terra como reserva de valor, a divisão territorial e técnica do trabalho, dentre outros inúmeros conflitos, são responsáveis por um ordenamento territorial desigual e excludente, visível nas disputas frequentes no campo e na cidade, seja na escala local, regional ou nacional (MOREIRA, JUNIOR, 2010, p. 135).

Estas questões, levantadas por ambos os autores, especialmente as que envolvem as disputas pelo espaço, contribuem significativamente para o crescimento de cidades com: extensos vazios urbanos, de modo geral, uma cidade fragmentada. Neste sentido, a organização territorial é marcada por enclaves territoriais descontínuos, “[...] gerando separação socioespacial, sob a forma de segregação urbana. A segregação urbana é um efeito da distribuição do produto entre os sujeitos, e do produto-moradia no espaço” (MOREIRA JUNIOR, 2010, p. 135). Em síntese, a segregação é o reflexo de uma cidade desigual.

Como discutem Canetti, Pereira e Liberato (2014), a forma como as cidades foram desenvolvidas e como se deu a produção do espaço geográfico, durante o desenrolar do capitalismo, criaram uma série de formas de ordenações características do espaço urbano. Na perspectiva dos autores, a organização do espaço reflete e condiciona a organização da sociedade,

[...] De tal forma que uma sociedade de classes, tal como é organizada no capitalismo, é esperado a organização das cidades de acordo com essa hierarquização social, e de fato, é o que se observa. Assim, a cidade capitalista é desigual, o processo de urbanização tem produzido e aprofundado muita das existentes desigualdades e injustiças da cidade (CANETTI; PEREIRA; LIBERATO, 2014, s/p).

Outro pesquisador que se debruça no assunto é Silveira (2003), que, em estudo sobre aspectos da segregação espacial, discute que as distâncias entre os bairros mais afastados de seus centros urbanos, onde concentrariam toda a estrutura econômica, política e cultural das pequenas cidades, aliados à precariedade do serviço de transporte coletivo urbano prestado a essas áreas “[...] tem igualmente contribuído para reforçar a segregação espacial dessas famílias, já que acabam limitando a circulação desses moradores pela cidade (SILVEIRA, 2003, p. 217).

Partindo das análises de Silveira (2003), acerca da segregação urbana, duas questões atravessaram nossa pesquisa: a primeira corresponde a indagação dos porquês das construções de Conjuntos Habitacionais e loteamentos, na cidade de Orlândia, em regiões tão longínquas ao centro urbano. E, segunda, observando o Mapa 1, podemos identificar que existem diversos vazios urbanos que fragmentam a malha urbana do município de Orlândia. Por isso,

questionamos o porquê de esses espaços não terem sido utilizados para a construção de novas moradias.

Assim, partindo da observação do Mapa 1 e das considerações do autor citado acima, podemos dizer, que não houve uma ocupação racional do espaço em Orlândia<sup>82</sup>, pois isto representaria uma melhor "ocupação racional do espaço urbano local, em termos de utilização da infra-estrutura instalada e de aproveitamento dos equipamentos urbanos já existentes, viabilizaria, também, melhor acessibilidade aos serviços existentes na cidade para essa parcela da população" (SILVEIRA, 2003, p. 220).

As motivações que levaram o poder público a não ocupar os vazios para loteamentos, para a construção de conjuntos habitacionais, e optarem por regiões periféricas, podem ser múltiplas. Contudo, historicamente, as investigações das áreas das humanas e sociais têm evidenciado que a escolha por estes espaços tem sido norteada pelas questões de classe, que regulam a sociedade capitalista e, conseqüentemente, a sociedade brasileira, poderíamos até dizer, que a escolha por estas regiões trata-se de uma política de urbanização racional (SOUZA; WHITACKER, 2018).

Silveira (2003), em sua investigação, destaca que a escolha da localização para a construção de conjuntos habitacionais seguiria uma proposta do mercado imobiliário, onde a escolha das regiões periféricas se daria por estes espaços, até então, não possuírem valor de mercado. Em contraponto os vazios urbanos, em especial aqueles localizados em áreas centrais, são tidos enquanto reservas especulativas, que futuramente poderiam vir a ser de grande valor, neste sentido, era vantajoso mantê-los. Assim, segundo o pesquisador, esta política adotada pelo poder público de construção de conjuntos sociais e loteamento em regiões periféricas, teria o intuito de "impedir a presença de aglomerados ou de ocupações, irregulares ou não, com pessoas de baixa renda" nos espaços centrais das cidades, o que, acabaria por desvalorizar estes locais (SILVEIRA, 2003, p 216).

Neste sentido, a criação dos novos espaços seria o resultado de ações e políticas públicas disciplinadoras e controlistas, postas em prática pelo poder público municipal, na gestão e na organização da cidade. Atitudes que contribuiriam para legitimar os interesses e assegurar as condições de reprodução dos segmentos hegemônicos, presentes na cidade e, com isto, tal

---

<sup>82</sup> Contudo, tal afirmação pode ser considerada errônea ao partirmos de outras perspectivas. Como destaca Souza e Whitacker (2018), ao longo das últimas décadas a escolha por regiões mais afastadas dos centros urbanos, ou seja, de periferias como espaços de construção de habitações sociais, configura-se enquanto uma política pública por parte dos poderes municipais, neste sentido a ocupação destas regiões corresponde sim a uma "ocupação racional".

política, simultaneamente, estaria promovendo uma configuração espacial urbana cada vez mais segregadora e excludente.

Porém, cabe destacar que, no caso da cidade de Orlândia, existem outras motivações que podem ter levado o poder público a optar pelas regiões periféricas para a construção dos novos bairros. Entre tais motivações, o poder público poderia já possuir projetos para esses vazios urbanos, como a construção de espaços de lazer, educação ou de preservação ambiental. Da mesma forma, os locais poderiam corresponder a propriedades particulares e não do poder público, assim, a negação de seus proprietários em venderem sua propriedade para a prefeitura impossibilitaria a ocupação das áreas, restando, portanto, a construção dos novos bairros, na região periférica (regiões disponíveis).

Tratando-se, especificamente, do extremo-leste de Orlândia, o Jd. Santa Rita e o Conj. Hab. José Vieira Brasão, seus moradores relatam que, no início, década de 1990 (período de construção destes bairros), havia poucas avenidas que ligavam o centro urbano a esses bairros. Da mesma forma, a falta de transporte coletivo agravava a locomoção dos habitantes até o centro da cidade. Os mesmos, declaram que por tais motivos, suas idas à “cidade” (núcleo urbano), para realizarem compras em lojas, irem a bancos, ou para resolverem algum problema na prefeitura ou em cartórios, entre outras situações relatadas, eram penosas e deviam ser pensadas com antecedência, pois, não podiam ser realizadas cotidianamente.

Olha só, aqui no começo se a gente queria ir lá pro centro tinha que se planejar muito bem, por que pra ir pra lá sem circular [transporte coletivo] como tem hoje tinha que ir numa marchada de pé mesmo, eu me planejava, via tudo que tinha que fazer aí catava meu moleque no colo e tinha que descer pra baixo de pé, não era fácil não (ROSA MARIA, 2020).

Partindo disto, podemos dizer que Orlândia não foge às questões levantadas pelos autores, citados até aqui, em especial àquelas que tratam acerca da segregação urbana (SILVEIRA, 2003; MOREIRA JÚNIOR, 2010; PAIVA, 2017b). Isto pode ser constatado a partir da observação do tecido urbano do município. Os conjuntos habitacionais, construídos ao longo das últimas décadas, estão localizados nos extremos: leste (como o conjunto José Vieira Brasão) e oeste (como o conjunto Julio Bucci). Ambos os bairros se encontram a uma longa distância do centro da cidade. Neste sentido, confirma-se a tese defendida pelos autores de que a segregação urbana, em um primeiro momento, atua através da acessibilidade, ou seja, “através das facilidades ou dificuldades de locomoção no espaço urbano” (MOREIRA JUNIOR, 2010, p. 137).

Não podemos afirmar categoricamente que o poder público, no município de Orlândia, optou pela construção de seus conjuntos habitacionais, partindo de uma política pública do



ordenamento urbano baseada nas questões citadas por Silveira (2003), Paiva (2019) e Moreira Júnior (2010), ou seja, questões que envolvem o mercado imobiliário e a especulação imobiliária. Contudo, seja qual for a motivação que levou o poder público a optar pela escolha de espaços periféricos, aliado à falta de acessibilidade ao centro urbano e de serviços, corroboraram para a formulação de uma cidade desigual, uma cidade na qual a segregação urbana se fez presente.

Neste sentido, podemos dizer que as desigualdades espaciais, na cidade de Orlandia, foram produzidas pelas decisões do poder público, que, ignorando sua motivação, optou pela construção de loteamentos e conjuntos habitacionais em regiões periféricas. Da mesma forma, a segregação espacial foi intensificada pela falta de acessibilidade até a região central, ocasionado pela ausência de vias de ligação nessas duas regiões (centro-periferia), a não existência de transporte coletivo, bem como a inexistência de infraestrutura e de serviços nesses bairros.

Cabe ressaltar que essas questões, em especial a falta de acessibilidade (poucas avenidas de acesso e inexistência de transporte coletivo), perdurariam da fundação destes bairros (década de 1990) até o início dos anos 2000. Quanto à infraestrutura: pavimentação das ruas, construção de espaços de lazer, creches, escolas e postos de saúde, seriam construídas ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000. Com essas melhorias de acessibilidade e infraestrutura, pode-se dizer que houve uma melhora em aspectos de acessibilidade, lazer e serviços, contudo, a segregação urbana, em questões que envolvem aspectos simbólicos se manteve. No decorrer do próximo tópico, abordaremos assuntos que envolvem a “fama” e “imagem” nesses lugares.

Como é destacado ao longo das entrevistas dos moradores do extremo-leste orlandino, ao abordarem questões que envolvem a trajetória deles nesses espaços, os entrevistados declararam que esta região, não é, e nunca foi, uma preocupação do poder público. Esta afirmação se dá, pois, evidenciaram que esta região, hoje, possui infraestrutura e acessibilidade devido à pressão popular feita por eles aos membros dos poderes legislativo (vereadores) e executivo (prefeito e secretários). Eles afirmaram que foi a partir de reivindicações que obtiveram espaços de lazer, saúde e educação. Mas, mesmo com essas conquistas, boa parte, em especial os ambientes de lazer, pela falta de manutenção, encontram-se deteriorados, e, em alguns casos, encontram-se fechados para o público.

Olha a quadra ali, espaço grande pra molecada jogar futsal, treinar, tá abandonada, o teto parece uma peneira tudo cheio de furo, virou ponto de drogas, de usuários. O salão do lado abandonado, espaço de lazer de qualidade mesmo não tem, nunca teve. As coisas que têm foi reivindicação, a luz o asfalto, pagamos tudo e demorou a vir,

teve que ter reivindicação, e só chegou mesmo quando veio o Brasão (JOSÉ OSMAR, 2020).

O extremo-leste orlandino, composto pelos bairros Santa Rita e Brasão, está a uma distância média de 7 Km do centro urbano e ocupa as últimas “letras do alfabeto”<sup>83</sup>. Esses bairros podem ser compreendidos, por ora, como região periférica de Orlândia, onde, compreendemos, em um primeiro momento, periferia, a partir da perspectiva espacial, ou seja, região mais afastada do centro urbano (GUIMARÃES, 2015).

Contudo, desde o final da década de 1970, como é destacado por Tanaka (2006, p. 145), o conceito de “periferia” passou a englobar outras questões para além das espaciais. Segundo a pesquisadora, periferia passou a ser compreendida, agora, como um “espaço urbano particular da cidade”, que possui “um sentido explicativo de lógicas que determinam o modo de produção do espaço urbano e a segregação das classes sociais na cidade”, ou seja, “periferia” para além da compreensão geo-espacial de localidade distante do centro, mas também um espaço urbano “de moradia da classe trabalhadora, marcado por carências urbanas, e resultante de processos de segregação urbana” (TANAKA, 2006), p. 146)<sup>84</sup>.

Por esse ângulo, a periferia, enquanto um “espaço urbano particular”, corresponde a um local que não necessariamente se encontra longe do centro. A periferia, aqui, pode ser compreendida também em um quadro social e econômico. Neste sentido, as regiões periféricas, de um modo geral, correspondem a espaços que passaram por um processo de urbanização, marcado pelo abandono do poder público, falta de equipamentos urbanos e acessibilidade a outras regiões (em especial a central), lutas pelo direito à cidade e impactos ambientais (SCHÖRNER, 2006, p. 12).

Em se tratando do contexto orlandino e de seu extremo-leste, o local pode ser compreendido como “periferia” de Orlândia, tanto no que se refere a seu sentido geográfico – ou seja, a distância entre esta região e seu centro urbano – quanto social e econômico – nessa região encontramos a classe trabalhadora. Conforme destacamos, ao longo dos últimos parágrafos, esta região foi marcada pela falta de infraestrutura e pela segregação urbana.

Para além das questões que envolvem o conceito de “periferia” em sua dimensão geográfica, social e econômica, nesses locais, “não é apenas a carência de infra-estrutura, a contrastar com os bairros privilegiados da classe média e das elites, que é evidente”, mas também a “estigmatização das pessoas em função do local de moradia” (SCHÖRNER, 2006,

---

<sup>83</sup> O Jd. Santa Rita ocupa as ruas: 1, 2, 4, 6 e 8; avenidas: R, S, T, U, V, W, X e Y; e travessas: W, X e Y. Já o CH José Vieira Brasão encontra-se entre as ruas: 10, 12, 14 e 16; avenidas: V, W, X, Y e Z; travessas: Z e 100.

<sup>84</sup> Sobre a ampliação do conceito de “periferia”, Tanaka (2006), salienta que isto ocorreu a partir das investigações de pesquisadores como: Nabil Bonduki, Raquel Rolnik, Lúcio Kowarick e Ermínia Maricato.

p. 155). O extremo-leste orlandino, principalmente o Conj. Hab. José Vieira Brasão, ao longo das últimas décadas, passou por um intenso processo de estigmatização. Este bairro, passou a ser representado, pela perspectiva das mídias locais e de comentários de moradores das regiões centrais do município, enquanto o “submundo”, local marcado pela pobreza, violência e tráfico de drogas. Por essa ótica, no extremo-leste de Orlândia, na periferia, encontravam-se, além das classes pobres, as classes perigosas (CHALHOUB, 1996).

Neste processo, é dada uma nova representação a estes espaços, o papel das mídias locais, jornais e rádios, é notório. Segundo os moradores do extremo-leste, era comum a propagação de notícias que construía e reforçavam uma imagem, notadamente negativa, do local.

Como destaca Champagne (2011), ao discorrer sobre o papel da mídia neste processo:

[...] A mídia age sobre o momento e fábrica coletivamente uma representação social que, mesmo quando está muito afastada da realidade, perdura apesar dos desmentidos ou das retificações posteriores porque ela nada mais faz, na maioria das vezes, que reforçar as interpretações espontâneas e mobiliza, portanto, os prejuízos e tende, por isso, a redobrá-los (CHAMPAGNE, 2011, p. 64).

O autor ainda acrescenta que as reportagens realizadas pela mídia, em especial as que tratam acerca de regiões periféricas, tendem a se concentrar:

[...] na violência, a mais espetacular, e por isso, excepcional. A mídia fábrica, assim, para o grande público, que não está diretamente ligado a uma apresentação e uma representação dos problemas que enfatizam o extraordinário. Isto tende a reter somente as ações violentas, os confrontos com a polícia, os atos de vandalismo, um supermercado em chamas ou carros queimando, e dar de modo misturado, como causas dessas desordens, as explicações colhidas pela imprensa, os abusos policiais, a desocupação dos jovens, a delinquência, 'as más condições de vida' nesses subúrbios, as condições de moradia, o quadro de vida sinistro, a falta de infraestrutura para esportes e lazer, a superconcentração de populações estrangeiras etc. (CHAMPAGNE, 2011, p. 68-69).

Assim, como destacado, as reportagens publicadas em jornais ou apresentadas por meio do rádio, foram de grande importância na construção e propagação de um estigma do extremo-leste orlandino, principalmente sobre o bairro Brasão.

Este estigma, a partir da perspectiva de Goffman (2008), corresponde a:

[...] um mecanismo a priori de identificação do indivíduo, que permite seu conhecimento sem a necessidade de que um contato mais do que superficial seja com ele realizado, tendo em vista o enquadramento a categorizações de antemão estabelecidas pela sociedade (GOFFMAN, 2008, p. 27).

Neste sentido, apenas uma breve menção, enquanto morador desse espaço, implicaria uma identificação sobre o sujeito. Ou seja, ser morador do extremo-leste possui toda uma carga de significação, sobretudo negativa.

Ao longo do próximo tópico, buscaremos compreender como se deu o “nascimento” do estigma a tal espaço, que aos poucos, passou a ser considerado uma região periférica, para além das questões geográficas, sociais e econômicas. Para isto, buscaremos analisar as narrativas dos moradores do extremo-leste, que perpassam a construção do loteamento e do conjunto habitacional, as dificuldades, a falta de infraestrutura e acessibilidade, bem como o nascimento do estigma e marginalização do local e de seus moradores.

### 2.3 O extremo-leste orlandino enquanto região periférica

[...]  
Um mano me disse que quando chegou aqui  
Tudo era mato e só se lembra de tiro aí  
Outro maluco disse que ainda é embaçado  
Quem não morreu, tá preso sossegado  
Quem se casou quer criar o seu pivete ou não  
Cachimbar e ficar doido igual moleque, então  
A covardia dobra a esquina e mora ali  
Lei do Cão, lei da selva, hora de subir  
[...]  
(Racionais MC's, *Periferia é periferia*, 1997)

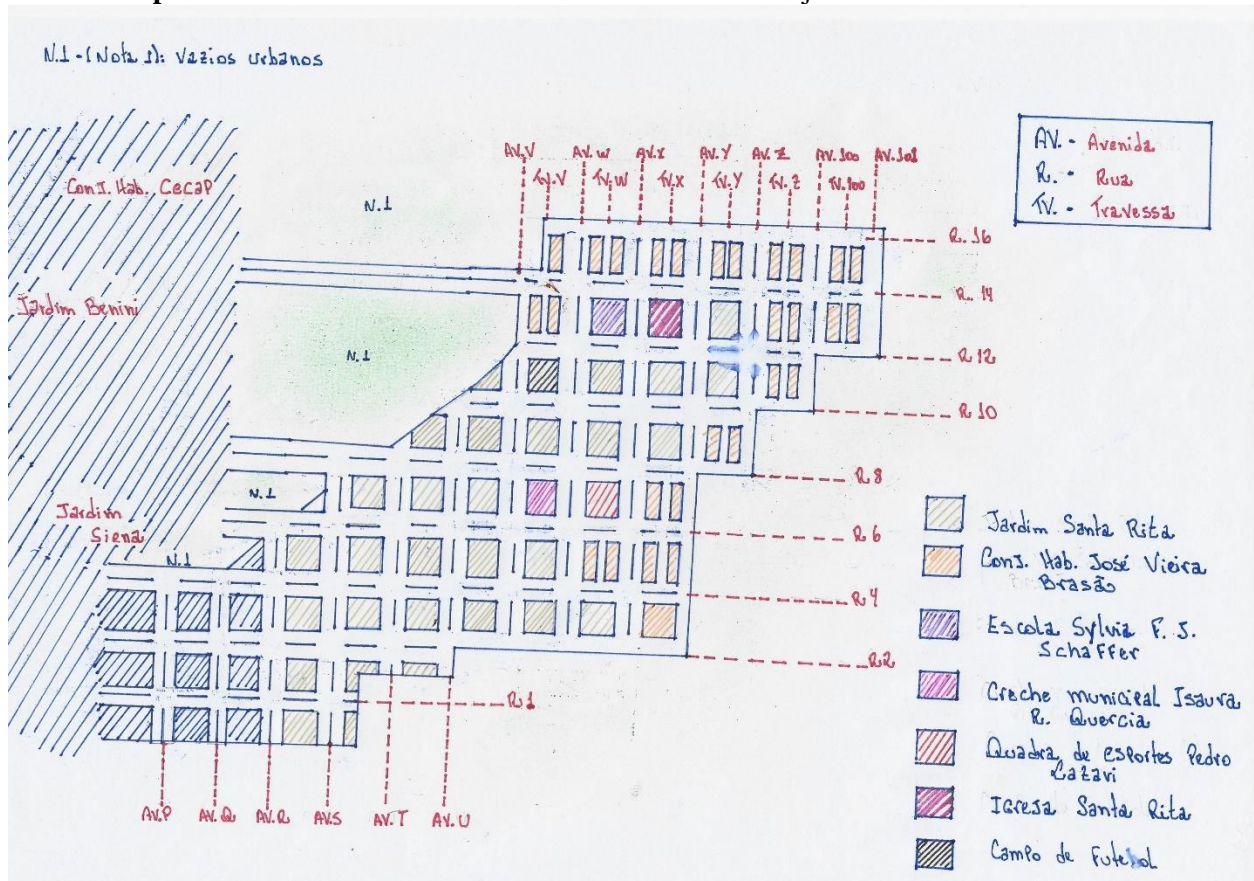
A frase inicial desse fragmento do rap (*Periferia é periferia*) corresponde, em grande parte, a maioria das narrativas dos primeiros moradores da região orlandina que, ao comentarem suas primeiras memórias acerca do espaço, resumem que “tudo era mato”, ou melhor, nas palavras de José Osmar, “[...] aqui era virado braquiária, pra tudo qué lado”.

A ocupação dessa região se inicia por volta do final da década de 1980. Até meados de 2015, a maior parte da região foi ocupada contendo pouquíssimos espaços (terrenos) sem algum tipo de construção habitacional<sup>85</sup>. Esta parte da cidade de Orlandia, circunscrita entre as Ruas: 1, 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14 e 16, Avenidas: R, S, T, U, V, W, X, Y, Z e 100 e Travessas: W, X, Y, Z e 100, nasce entremeio às “braquiárias” e guarda um emaranhado de narrativas e percepções sobre o espaço e sobre a cidade.

---

<sup>85</sup> Em grande parte, estes terrenos que não possuem construções, em certa medida também foram ocupados pelos moradores. Como por exemplo alguns destes espaços acabaram sendo cercados e ali foram desenvolvidos hortas, galinheiros, espaços para estacionamento e até mesmo (como é o caso de um terreno localizado na avenida X, entre as ruas 8 e 6) um estabulo de cavalos.

**Mapa 4 – Extremo-Leste Orlandino – Jd. Santa Rita e Conj. Hab. José Vieira Brasão**



**Fonte:** Esboço realizado pelo autor com base em mapas do tecido urbano do município encontrados na Biblioteca Municipal Geraldo Rodrigues (2015).

O extremo-leste orlandino, até o final da década de 1980, correspondia à antiga Fazenda Londrina de propriedade de Carmine Giccozzi. A ocupação ocorreria, somente, no final desta década, a partir do loteamento de parte da fazenda, para a criação do Bairro Jardim Santa Rita.

A grande maioria dos novos moradores dessa região foram migrantes de outras cidades do Estado de São Paulo e sujeitos vindos de outros Estados do país, atraídos pelo desenvolvimento da cidade e das oportunidades de emprego gerados pelo desenvolvimento do município, nas últimas décadas do século XX.

A ocupação do lugar ocorre, após o loteamento de parte da fazenda Londrina, em 1989. A partir da Lei nº 1.779, de 18 de julho do mesmo ano, o poder público municipal, “assumiria a obrigação de executar as obras de infraestrutura do loteamento ‘Jardim Santa Rita’” (PMO, 1989, p. 74-75).

As “obras de infra-estrutura” correspondiam: a divisão dos quarteirões, a demarcação das ruas e avenidas e a construção da rede de abastecimento de água e esgoto (PMO, 1989, p. 88-89). Iniciaram-se, em 1989, e só seriam finalizadas por volta de 1995. Antes mesmo da finalização das obras, boa parte dos lotes desse novo bairro, já haviam sido vendidos. A venda

foi realizada pela prefeitura, que era detentora dos terrenos. Alguns sujeitos comprariam mais de um lote, e, desta forma, revenderiam a terceiros ao longo dos anos.<sup>86</sup>

Como relataram os primeiros moradores do Jardim Santa Rita, as obras de infraestrutura, em especial as de iluminação pública, asfalto e ampliação de avenidas de ligação do novo bairro com o restante da cidade, demoraria para ocorrer.

Rosa Maria Gazola Melo<sup>87</sup> relata que se mudou para o bairro Santa Rita por volta de 1989. Período em que junto a seu marido, José Osmar, compraram um terreno, na Rua 12, e “ergueram sua casa” (ROSA MARIA, 2020). Segundo o casal, neste período o bairro possuía pouquíssimos moradores, “[...] ah, se fosse contar tinha umas vinte famílias. Se tivesse [...] aqui era puro mato, tinha uma casa ali, outra aqui e o resto era um vazio, mato, e aqui ainda não tinha asfalto, aqui não tinha, aqui era só os triozinho [carreiros] que passava” (ROSA MARIA, 2020).

José Osmar narra que no começo não foi fácil, “tudo que é começo não é fácil, não é? [...] Quando a gente mudou para cá, não tinha nem água, nem força, asfalto, não tinha infraestrutura nenhuma. A água, no começo vinha de caminhão, era o caminhão que trazia [...] e o asfalto demorou, foi só depois de anos já estabelecido aqui que veio” (JOSÉ OSMAR, 2020).

Ainda, questões acerca da infraestrutura, principalmente do asfalto, José Osmar, destaca que, nesse período, final da década de 1980, trabalhava como cortador de cana, relata que para ir trabalhar precisava andar por volta de 600 metros, “saía pelos triozechinhos [carreiros] que a gente mesmo fazia” até chegar na avenida “pra pegar o caminhão pau de arara” (JOSÉ OSMAR, 2020).

Outros problemas, expostos pelos entrevistados, correspondiam à falta de iluminação pública e à não existência da rede de esgoto.

A iluminação pública aqui foi uma festa, aí todo que tipo de político tirou proveito sabe, prefeito, vereador, veio até o Corausi [Deputado Federal entre 1995-1999], veio de Ribeirão Preto para cá. Mas nós já tínhamos tudo pago isso no carnê. Só que pra ter nós tivemos que reivindicar essas coisas pra conseguir, mesmo pago, pavimentação a luz, então demorou muito tempo, a rede de esgoto a gente fazia fossa e aqui como é uma área a terra é arenosa, você fazia e desbarrancava, por que a gente jogava gordura e não pode, aí se tinha que fazer outra e era esse sistema. Hoje o pessoal que vem aqui acha que é muito... foi sofrido (JOSÉ OSMAR, 2020).

---

<sup>86</sup> Alguns sujeitos, como é caso do senhor Hélio Siena, compraram quarteirões inteiros, demarcariam estes grandes espaços em pequenos lotes e revenderiam a outros sujeitos ao longo das décadas de 1990 e 2000.

<sup>87</sup> Rosa Maria Gazola, 49 anos, comerciante. Entrevista realizada em seu estabelecimento comercial (Sorveteria Lagoa Azul), rua 12, em 04 de fevereiro de 2020.

A trajetória, marcada por um “começo nada fácil”, narrada por Rosa Maria e José Osmar, também foi vivida e sentida por outros moradores. Entre eles, Ana Leocadia Silva<sup>88</sup> e Lúcia Dias, moradoras do Santa Rita e, Maria Dalva, moradora do Brasão, que se mudaram, em 1990, 1991 e 1993, respectivamente, relataram um drama em comum: as chuvas e suas complicações devido à falta de pavimentação das ruas.

[...] não tinha asfalto quando a gente mudou para cá. Quando a gente mudou pra cá tinha dia que se a gente saísse de casa e chovesse se tinha que fazer uma pinguela [pequena ponte] pra você passar pra dentro de casa, porque no lugar da rede de esgoto virava aquele buraco, virava um buraco que não dava pra você passar e nem pra pular tinha que por tábuas pra poder passar, porque quando chovia a água levava tudo a terra. Aqui é uma descida né, aí quando passava a chuva eles [funcionários da prefeitura] vinha tapava tudo os buracos, quando chovia era a mesma coisa, aí depois de um tempo, já fazia mais de um ano que a gente morava aqui [1994-1995], que daí que asfaltou, aí a gente ganhou o asfalto (MARIA DALVA, 2020).

[...] tinha que colocar tabua pra fazer pinguela pra poder passar, por que era muito buraco atrás de buraco, porque era areia, vinha aquela chuvona e fazia cada buracão, aí quando fosse pra gente atravessar pro lado de lá tinha que arrumar uma tabua pra passar e a mesma coisa para voltar (ANA LEOCÁDIA, 2020).

Demais problemas, encontrados pelos primeiros moradores, correspondiam à falta de escolas e o isolamento deste local do restante da cidade. Aparecida Sonia, destaca que, quando chegou ao extremo-leste, especificamente no Brasão, só havia duas ruas que ligavam a área ao restante da cidade (ruas 8 e 4), e levaria anos até a construção das novas vias de ligação (ruas 2, 6, 10, 12 e 14).<sup>89</sup>

O farmacêutico João Carlos, mudou-se para extremo-leste, no início da década de 1990, e, segundo ele, a falta de infraestrutura (como pavimentação, escola, a carência de uma rede de água e esgoto), aliados aos poucos espaços de comércio (como mercados, padarias, farmácias, entre outros), dificultavam ainda mais a vida da população, de modo geral, para o entrevistado “nos isolavam do resto da cidade” (JOÃO CARLOS, 2020).

Como destacado no tópico anterior, a falta de infraestrutura nessa região de Orlândia, tornou o dia a dia dos moradores um tanto difícil. Contudo, ao longo da década de 1990, parte das dificuldades enfrentadas por eles seriam resolvidas.

De modo geral, os primeiros moradores do extremo-leste relataram que as melhorias na estrutura ocorreriam com vinda do Conj. Hab. José Vieira Brasão. “Foi depois que veio o Brasão, que o bairro do Santa Rita melhorou. Foi depois que veio o Brasão que as coisas

---

<sup>88</sup> Ana Leocadia Silva, 64 anos, ex-empregada doméstica. Entrevista realizada em sua residência, na avenida Y, em 18 de fevereiro de 2020.

<sup>89</sup> As ruas 10 e 12 foram asfaltadas somente na última década após a criação do loteamento Vista Linda. O loteamento está localizado no vazio urbano entre os bairros Benini e Santa Rita (ver Mapa 4).

melhoraram, em sentido de pavimentação, iluminação, a água, foi só depois que fez esse bairro” (JOSÉ OSMAR, 2020).

O Conj. Hab. José Vieira Brasão foi construído através de um convênio entre Prefeitura e CDHU, firmado pelo Decreto nº 2.628, de 03 de fevereiro de 1992. Entre os anos de 1992-1994, a CDHU construiria cerca de 540 habitações no extremo-leste orlandino.

O contrato realizado, entre a empresa e prefeitura, foi extremamente vantajoso para o poder público, pois a Prefeitura ficaria responsável apenas pela organização do projeto do novo conjunto habitacional e cederia o espaço para sua construção. Enquanto ficaria a cargo da empresa a CDHU, a demarcação dos lotes, quadras e logradouros, terraplanagem e abertura de vias de circulação, bem como instalaria todos os equipamentos urbanos na área. A CDHU ainda ficaria responsável pela construção das residências (PMO, 1992).

A região ainda receberia, a partir de investimentos do poder público e da CDHU, com a construção do conjunto habitacional, uma escola, quatro quadras de futsal/basquete (sendo que uma delas possui cobertura, arquibancadas, banheiros, vestiário, bilheteria, cozinha e espaço para venda de bebidas e alimentos), cinco pequenas praças (que futuramente seriam instalados bancos, brinquedos para crianças e o plantio de árvores)<sup>90</sup>, uma creche, um posto de saúde e um salão de festas.

Da mesma forma, com o passar dos anos, alguns moradores iriam se “aventurar”, na área, e fundar os primeiros comércios, como padarias, pequenos mercados, farmácias, bares, entre outros empreendimentos. Sobre isto, Rosa Maria destaca que, atualmente:

Ah mudou né, porque quando a gente mudou pra cá pra hoje, mudou cem por cento vixi. Não tinha nada né, não tinha asfalto não tinha nada, hoje tem tudo, tem asfalto, tem mercado, tem farmácia, tem posto médico, tem tudo, tem circular [transporte coletivo], por aqui não tinha circular não, por que se você queria ir para o centro tinha que ir numa marchada de pé mesmo, catava moleque no colo e tinha que descer pra baixo de pé, hoje ta uma beleza, escola, creche, tem tudo hoje (ROSA MARIA, 2020).

Deve-se ressaltar, partindo das narrativas dos moradores, que o desenvolvimento da localidade não ocorreu de “uma hora pra outra” (JOSÉ OSMAR, 2020), ou seja, levou anos para a consolidação de uma infraestrutura básica para os habitantes. Por exemplo, a quadra de esportes Pedro Lazari (localizada na avenida W), seria inaugurada, apenas em meados dos anos 2000, e o posto de saúde (Unidade Básica de Saúde III - Waldemar Graner, localizado na mesma avenida) foi inaugurado em 1992, mas, só teria “médico sempre” (JOSÉ OSMAR; ROSA MARI, 2020), por volta do final da década de 1990. Da mesma forma, alguns espaços

---

<sup>90</sup> Estas “melhorias nas praças” foram empreendidas pelos próprios moradores. Segundo eles, estes espaços estavam abandonados pelo poder público, e por iniciativa de alguns moradores foram construídos bancos, espaços para a diversão de crianças, como “parquinhos” e o plantio de árvores.



de lazer, atualmente, como o salão de festas e as quadras de esporte, encontram-se em péssimo estado de conservação, devido à falta de manutenção.

Ressalta-se que as melhorias na infraestrutura dos bairros Santa Rita e Brasão, pelo relato dos moradores, ocorreriam, na maioria das vezes, a partir de pressão popular sobre o poder público e em período de eleições municipais. E, mesmo com a pressão dos populares, o extremo-leste, nunca foi prioridade da administração pública, ou como relata José Osmar “[...] quando eles conseguiam os votos, fazia uma coisinha ou outra, se não ficasse no pé meu filho, eles logo se esqueciam do pessoal desse lado de Orlandia”.

Aparecida Sonia, ao abordar as experiências que teve de morar em outros bairros da cidade e ao compará-los com os bairros que compõem o extremo-leste (Santa Rita e Brasão), evidencia que, no final da década de 1980, havia morado por um curto período na região central da cidade e lá:

[...] na cidade [centro] era mais limpo as ruas, mais cuidadas agora aqui os bairros são tudo igual, muito mato, muito buraco, muito buraco cheio de água nas bêra da rua [sarjeta]. Então essa época agora [verão] que tem muita dengue a gente fica até meio assim né, num pode ter água parada nos quintais, mas nas ruas, nos buracos pode né [risos] (APARECIDA SONIA, 2020).

O relato de Aparecida, lembra a descrição de Serafim acerca da “cidade” (Vila Orlando) em suas crônicas. De um lado o cuidado e a higiene com o centro e do outro a precariedade na infraestrutura e o abandono da região periférica. Observa-se assim, que as desigualdades em Orlandia permanecem as mesmas, o que mudou, geograficamente, foi o espaço abandonado.

As desigualdades espaciais, ou seja, a segregação urbana, é sentida pelas pessoas de diferentes formas. Em suas experiências, em suas trajetórias de vida, seja no Santa Rita ou no Brasão, os moradores carregam consigo diversas memórias do começo desses dois bairros, das dificuldades de ir até o centro da cidade, seja para lazer, para fazer compras ou ir aos bancos.

Outrossim, não é somente a segregação espacial que marca a trajetória dos cidadãos. Como destaca Schörner (2006):

[...] a cidade que se estrutura e constrói não o faz somente pela materialidade de suas construções e pela execução dos serviços públicos, intervindo no espaço. Há um processo concomitante de construção de personagens, com estereotipia fixada por imagens e palavras que lhes dão sentido preciso (SCHÖRNER, 2006, p. 119).

O extremo-leste, no descrever dos entrevistados, para além dos problemas, causados pela falta de infraestrutura, foi marcado também por um complexo processo de estigmatização, que acabou por marginalizar, tanto os moradores quanto o espaço físico.

Este processo de marginalização, foi construído, historicamente, por fuxicos, fofocas, piadas e, até mesmo, insultos, disseminados através da oralidade e das mídias locais (como

jornais e rádios) (ELIAS; SCOTSON, 2000). Tal processo, consistia em relacionar que os moradores dessa parte da cidade, por pertencerem a uma parcela da população menos abastada, ou seja, as “classes pobres”, também correspondiam às “classes perigosas”.

Como já mencionado em outros momentos deste estudo, a relação (classes pobres x classes perigosas) corresponde a uma construção histórica da sociedade brasileira que relaciona tais noções, desde a segunda metade dos oitocentos (CHALHOUB, 1996). Esta mesma relação, pode ser observada na configuração social orlandina, após a construção do estigma histórico centro-periferia, presente na cidade de Orlândia.

Como é destacado pelos moradores do extremo-leste, após a criação do Conj. Hab. José Vieira Brasão, os residentes deste bairro e do Jardim Santa Rita, enfrentariam por alguns anos, uma forte onda de violência. E, partindo deste breve período, construir-se-iam imagens e representações negativas do lugar, corroborando para a consolidação de uma fama.

Sobre isto, alguns relatos nos dão dimensão desta “onda”. A moradora Lúcia Dias relata que:

[...] antigamente era difícil o povo ninguém queria vir morar aqui em cima, por que aqui tinha muita violência né, tinha muitos bandidos na época, era uma vila muito feia antigamente, tinha pedágio acredita? Tinha medo de sair na rua de noite, muito medo, por que era perigoso mesmo [...] O Zé [seu marido] saía para trabalhar a noite na Comove na época [década de 1990], ele trabalhava de noite lá, era uma luta para ele ir trabalhar, tinha medo de ir (LÚCIA DIAS, 2020).

Esse “pedágio” exposto pela moradora, também aparece na fala de outros moradores do bairro, como de Aparecida Sonia, que, além dos problemas na infraestrutura, como a falta de asfalto, transporte coletivo, relata sobre a violência,

[...] além de ser longe do centro na época, quando começou a chegar as primeiras famílias, aqui era um lugar muito violento. Tinha muita violência, não tinha asfalto nas ruas, a iluminação era precária [...] essa quatorze aqui, era interdita, não era rua, logo que abriu a rua, diz que tinha esse negócio de pedágio, não tinha iluminação, era perigoso [...] Na época, foi em 1998, na época que meu marido abriu o bar, era bem difícil aqui, juntava muito rapaz pra beber, as vezes usavam até as coisas no banheiro, e se fosse fala né, eles já queria quebrar copo, queria quebrar garrafa, então enquanto meu marido era vivo ele ainda impunha respeito, ai depois ele faleceu ficou só meus filhos, teve uns tempos que ficou difícil (APARECIDA SONIA, 2020).<sup>91</sup>

Há também outros relatos, como do farmacêutico João Carlos, morador do conjunto habitacional e fundador da primeira farmácia no bairro Santa Rita. João passou por uma série de problemas, nos primeiros anos, com sua farmácia. Segundo ele:

---

<sup>91</sup> O “pedágio” relatado por estas duas moradoras, consistia no fechamento da rua 14 por um grupo de jovens. Este grupo parava os carros e pessoas que transitavam por esta rua (seja saindo como chegando ao bairro) e cobravam determinado valor dos pedestres e motoristas. Caso o valor não fosse pago, este grupo impossibilitava a passagem, através de ameaças e/ou atos de violência.

[...] na época quando montou o Bairro Jardim José Vieira Brasão, aqui em cima era o lugar mais perigoso da cidade de Orlândia, inclusive eu passei por muitos problemas de roubos, assaltos, e outros problemas perigosíssimos e na época tinha muito bandido (JOÃO CARLOS, 2020).

Todos os moradores dessa parte do município possuem diversas memórias dos primeiros anos dos bairros Santa Rita e Brasão. Em sua maioria, as lembranças são atravessadas pela precariedade da infraestrutura e da violência neste espaço.

[...] você sabe né, não sei se você lembra, não é do teu tempo [...], mas aqui andou tendo muita briga, muita matança, se sabe disso né, foi muita matança aqui em cima no Brasão, era tiro de madrugada, a gente não sabia quem que era, os moleques levava tiro, você só escutava a correria de menino correndo, tudo cheio de bala, um na bunda outro na perna, outra não sei aonde, o povo aqui mesmo dessa casa [aponta com a mão para a casa ao lado], o X<sup>92</sup>, ele foi um deles que tava junto, que ele levou tiro também, eles tava lá do outro lado, e acho que foi a polícia que deu tiro neles e eles não tem certeza por que eles não viu direito quem que foi, só viu o pipoco comer e não sabe de onde que veio os tiro, e ai tinha muito, nossa o povo aqui ó falava muita, fala assim ‘nossa se mora no Brasão, nossa deus me livre daquele Brasão’ (MARIA DALVA, 2020).

Os depoimentos acerca da violência, nessa região da cidade, acabaram por construir uma imagem do extremo-leste, em especial do conjunto habitacional Brasão, enquanto um lugar “violento” e “perigoso”. Essa imagem negativa, conforme expressa Rosa Maria, fazia com que ao se falar no Brasão, em outros espaços da cidade, “os pião já vai fica assim né... com medo, receio” (ROSA MARIA, 2020).

Assaltos, roubos, brigas, tráfico de drogas e até mesmo a “construção de um pedágio” por um grupo de jovens, na rua 14, é relatado pelos entrevistados. Situações que contribuíram por criar uma marca, uma fama, ou melhor, um estigma aos moradores e ao local, no município de Orlândia.

Esta marca, ou melhor, este estigma (GOFFMAN, 2008) fazia com que apenas uma breve menção, enquanto morador desse espaço, implicasse em uma identificação do sujeito. Ou seja, ser morador do extremo-leste possui toda uma carga de significação. Pobre, periférico, marginal, bandido, entre outras expressões, compõe o acervo dos significados que correspondem o que representa ser um morador periférico (ÁVILA, 2006; MARCUSSO, 2018).

Devemos ressaltar que as ações de violência, que serviram de base para a criação deste estigma, não perduraram por muito tempo. Segundo os moradores, as situações relatadas, aos poucos, deixaram de fazer parte de seus cotidianos, onde a maioria destes “grupos de jovens” que praticavam os atos de violência, com o passar dos anos, acabaram desaparecendo da região.

---

<sup>92</sup> Optamos por não utilizar o nome citado pela entrevistada.

Contudo, mesmo que os índices de violência, assaltos, roubos tenham diminuído, ou mesmo desaparecido, como relatam os moradores, o que não desapareceu foi a imagem e a fama dessa região nos outros espaços da cidade (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Lúcia Dias e Maria Dalva destacam que, com o passar dos anos, muitos membros deste grupo, jovens que praticavam roubos, assaltos e outras situações de violência, acabaram sendo presos por crimes ocorridos no bairro e fora dele. Da mesma forma, outros acabaram falecendo devido à violência ou sendo expulsos da região.<sup>93</sup>

[...] só que aí muitos foram presos e muitos morreram, a maioria morreu dos jovens que viviam nesse mundão, e outros foram presos. Hoje é a maior tranquilidade, você pode dormir com a porta aberta, com as janelas abertas que não acontece mais nada. Mas o preconceito ficou, mas quando as pessoas vêm falar qualquer coisa do Brasão eu digo não, hoje em dia o Centro está mais perigoso que o Brasão, O Brasão está bem mais tranquilo, hoje a gente pode dormir de porta aberta que não acontece nada. Mas só que tem as pessoas que comentam, tem os preconceitos né? Mas é que as próprias pessoas fizeram isso né, os próprios moradores daqui fizeram isso, fazendo esse tipo de bandidagem na rua, tipo de coisa errada, pois antes tinha até pedágio, era difícil (LÚCIA DIAS, 2020).

Teve uma época que eu tive vontade de ir embora daqui, tinha dia que a gente nem podia sentar aí fora, nem na calçada, nem na rua, teve essa época que eu tive vontade, na época pior das violências aqui sabe, eu... eu tive muita vontade de ir embora, se eu tivesse achado quem comprar essa casa aqui eu tinha ido, tinha vendido, tinha mudado daqui, por que o negócio era feio, mas daí o povo mudou, foi preso, acabou, virou um sossego, foi preso o X<sup>94</sup>, foi preso o X, aí acabou, era difícil, mas agora não, graças a deus agora está bom aqui ó, a gente tá sossegado, agora não tem mais isso, não tem mais esse negócio de briga, de confusão, então pra mim tá sossegado, pra mim tá de boa aqui, graças a deus, comendo, bebendo e dormindo, trabalhando né, sempre trabalhando, não tem como não trabalhar [...] (MARIA DALVA, 2020).

Mas a fama, aqui compreendida, enquanto estigma, permaneceu e perdurou. Como destaca Raimundo Nonato, morador do Brasão desde o início dos anos 2000, “depois aqui ficou tranquilo, mas aí que tá né, ficou a fama, e também se acontecia uma coisinha ou outra, já iam pros jornal, era dá um peido, que de novo estava no jornal, e o pessoal já ia comentar né, olha lá, é do Brasão, é do Santa Rita, do Brasão de novo. Isso só ia reforçar” (RAIMUNDO NONATO, 2020).

Esta fama, ou, como outros moradores conceituam como imagem, reforçaria ainda mais a representação do espaço, considerado perigoso, violento, lugar de bandido, de gente que não presta. É esta imagem do extremo-leste, em especial do Brasão, o qual, segundo os moradores, cotidianamente era representada e falada, nos demais lugares da cidade, por meio de fofocas ou pelas mídias sociais (como jornais e rádios).

---

<sup>93</sup> “Teve uns aqui que o pessoal mesmo botou pra correr, estava fazendo muita coisa errada, e o pessoal não gostava disso né, atraia a polícia e atrapalhava o negócio deles [tráfico de drogas], aí já botaram pra correr daqui” (JOSÉ OSMAR, 2020).

<sup>94</sup> Optamos por não utilizar os nomes citados pela entrevistada.

Quanto a essa fama ou imagem negativa do bairro Brasão, em outros espaços, Aparecida Sonia salienta que “[...] quando você fala do Brasão, as pessoas já ficam com receio, medo, quando descobre que a gente é daqui muda o jeito. Embora saiu muitos outros bairros lá pra baixo e tudo né, mas aquela imagem parece que não mudou muito não viu” (APARECIDA SONIA, 2020).

Referente ao assunto, o morador João Carlos também destaca que:

[...] se você comentasse em Brasão numa escola, numa faculdade ou no próprio centro de Orlândia o pessoal já ficava alarmado, já o Santa Rita não era tanto, era mais o Jardim Brasão, e como os dois bairros praticamente são juntos né o Santa Rita também acabou ficando difamado (JOÃO CARLOS, 2020).

Outras narrativas, como de Lúcia Dias, Luiza Marques e Raimundo Nonato, reforçam que a “imagem” e a “fama” do conjunto habitacional em outros bairros era extremamente negativa.

Quando eu fui me mudar lá para cima [Santa Rita] **tinha gente que dizia** se é doída é? Eu respondia que não e perguntava por que, **ai o pessoal dizia** que por que lá, aqui né, só tem coisa ruim, mas eu disse não é na minha casa, cada um faz as coisas na sua casa, mas aqui eu só achei gente boa (LUIZA MARQUES, 2020, grifo meu).

[...] quando foi pra mim vim pra cá, eu tava morando no Jardim Boa Vista, quando foi pra mim vir pra cá, foi muito preconceito, **muita gente falava** pra mim ‘num faz isso, isso é besteira, num vai lá pra cima, lá pra cima não presta, lá pra cima só tem gente ruim’, eu falei que não tem só gente ruim, tem gente bom também, tem ruim, mas tem gente bom também, né. Por que todo lugar é assim, mas é preconceito (LÚCIA DIAS, 2020, grifo meu).

[...] na época que eu vim tinha e quando eu vim morar aqui no Brasão **os conselhos que me davam** é não vai por que aquele bairro é perigoso, mas eu dizia que quem faz o ambiente é a gente, não vai não que lá é bem perigoso, quando eu falei que vinha aqui para o Brasão **falavam que** eu ia entrar em um dos piores bairros, o pior que tem é o Brasão e eu dizia não mas eu vou morar no que é meu entendeu, ai eles dizia **caça outro lugar, num vai pra lá não** [...] eu gosto muito do Brasão, apesar da fama que ele tinha (RAIMUNDO NONATO, 2020, grifo meu)

Nas descrições dos três moradores, destacam-se os inúmeros conselhos que receberam de parentes, amigos e conhecidos para desistirem da mudança para o extremo-leste. As redes de compartilhamento de informação partiam de “fofocas”, “comentários”, notícias dos jornais locais, das rádios, entre outras formas, e, aos poucos, consolidavam uma imagem e fama do conjunto habitacional.

Tais notícias, disseminadas de diferentes formas, baseavam-se em eventos ocorridos no início da ocupação da área. Da mesma forma, essas informações partiam de eventos cometidos por um pequeno grupo, mas, acabavam por generalizar todos os moradores. Como ressalta Elias e Scotson (2000), a construção da fama/representação de um espaço e dos seus sujeitos, neste caso com adjetivos e características negativas, parte da generalização, onde o “o grupo

estabelecido<sup>95</sup> tende a atribuir ao conjunto do grupo *outsider* as características 'ruins' de sua porção 'pior' [...] Em contraste, a autoimagem do grupo estabelecido tende a se modelar em seu setor exemplar [...] na minoria de seus 'melhores' membros” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 22-23).

Esta construção de parte do extremo-leste orlandino, cheia de adjetivos negativos, corroborou para a estigmatização de seus moradores e, conseqüentemente, do espaço. Maria Dalva, moradora do bairro Brasão desde 1993, destaca em sua narrativa que a “fama” do lugar perdura até os dias atuais, pois “o povo de lá [outros bairros, sobretudo os centrais] ainda **chama aqui de periferia** né, e nem tem mais aquelas coisas que tinha [violência], mas ficou por periferia” (MARIA DALVA, 2020, grifo meu). Outra moradora, que divide da mesma opinião, referente a “fama” do local, é Lidiane Marques, que destaca que ela também possuía uma percepção negativa sobre este espaço, segundo ela “[...] eu mesma tinha preconceito com o povo daqui [risos]. Geralmente o pessoal tem mesmo, **Brasão é periferia né**, as pessoas já entendem como um lugar violento, só tem marginal e essas coisas negativas” (LIDIANE MARQUES, 2020, grifo meu). Por fim, a moradora Lúcia Dias, relatou que “o pessoal” pensa que o extremo-leste, “é ruim, perigoso, **uma favela**, eles dizem!” (LUCIA DIAS, 2020, grifo meu).

Periferia e favela são nomenclaturas comuns, utilizadas para se referir ao conjunto habitacional, e se referem a questões mais amplas, sobretudo, simbólicas. Tratando-se da primeira (periferia), na fala de Maria Dalva e Lidiane Marques, tal conceituação não está sendo empregada na questão espacial, mas sim em um sentido que remete a aspectos: econômicos, sociais e, principalmente, simbólicos. Já com relação à segunda (favela), o uso desta expressão não corresponde a dizer que o conjunto habitacional é um assentamento urbano informal, nem mesmo que corresponde a um espaço derivado da autoconstrução, ou que ocupa um terreno irregular, o uso dessa expressão, para se referir ao Brasão, encontra-se, também, como a primeira, em um campo simbólico (TELLES, 2006).

Referir-se ao conjunto habitacional como uma “favela” ou “periferia”, é compreender o local enquanto um “espaço urbano particular” (TANAKA, 2006), construído pela representação que os moradores da cidade de Orlandia (residentes no bairro e de outros bairros) e das mídias locais (jornal e rádio) possuem sobre este espaço. Esse conceito aborda o lugar

---

<sup>95</sup> Por “estabelecido” compreendemos aqui os moradores da região central e de seu entorno. Estes moradores em sua maioria correspondiam a sujeitos que se encontravam no município há mais de duas gerações. Em contraponto, os moradores da região periférica correspondem aos *outsiders*, os recém-chegados, pois, estes indivíduos, em sua maioria, correspondiam a migrantes (de outras cidades paulistas ou de outros Estados), que chegariam à cidade de Orlandia pós 1970, devido ao acelerado crescimento do município no período.

enquanto “região periférica”, ou seja, um espaço construído historicamente por meio de um discurso que estigmatiza a população residente ali (GOFFMAN, 2008; ELIAS; SCOTSON, 2000), e, ao mesmo tempo, estigmatiza o próprio espaço (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2012).

Conceituar o extremo-leste, como sendo uma região periférica de Orlândia, é assumir que esta “região”, partindo da definição de Carbonari (2009), é uma construção de algo para além de um espaço físico, mas também de uma construção sócio-histórica, que se dá/deu por uma série de disputas (sejam elas físicas e simbólicas). Em outras palavras, a “região periférica” se “concebe como uma resultante de múltiplas determinações e se caracteriza por uma natureza transformada por heranças culturais e materiais” assim como por “uma determinada estrutura social com suas próprias contradições”. Neste sentido, toma-se “região periférica” como um espaço criado/fundado, legitimado e que se encontra em constante construção, ou seja, é “fluido e mutável” (CARBONARI, 2009, p. 28-29).<sup>96</sup>

Em síntese, traçar o extremo-leste orlandino, enquanto região periférica, é observá-lo mediante uma construção sócio-histórica que possui implicações nas trajetórias de vida dos seus moradores. Em especial, uma destas implicações, partindo da perspectiva de Marcusso (2018, p. 19-20), corresponde ao "estigma social do lugar", no qual marca e caracteriza uma desqualificação do seu detentor. Da mesma forma, estigma, segundo o pesquisador, acaba por acarretar uma "baixa autoestima dos moradores desta região", fazendo com que, em muitos casos, eles neguem ou mintam sobre o lugar onde moram, na busca de evitar toda a representação que cairia sobre si ao falar que pertencem àquele espaço.

[...] eu já ouvi isso ai de que o Brasão é perigo, ruim e não foi só de uma pessoa, ai o cabra fala assim, as vezes ele mora aqui [risos], as vezes ele mora lá [risos] ‘se mora aonde, qual seu bairro’, ai ele diz é o Santa Rita, mentira! [risos] ele mora no Brasão [risos], a gente sabe que mora lá, mas ele mente (JOÃO MATHIAS, 2020).

O mentir, omitir, desconversar ou negar que pertence ao espaço, reflete a construção sócio-histórica que marginalizou os moradores e o espaço físico deste local. Pertencer a esta região, muitas vezes, traz implicações para seus moradores, como, por exemplo, não conseguir empregos, “[...] i meu filho se o cabra falar que era daqui o pessoal já ficava receoso de dar emprego, ainda mais em comércio, achava que o cara ia roubar ele ou tramar com algum conhecido pra roubar” (JOSÉ OSMAR, 2020).

---

<sup>96</sup> Sobre este último ponto, compreender a região periférica enquanto algo “em constante construção”, e da mesma forma ser “fluida e mutável”, parte da percepção dos moradores do extremo-leste que evidenciam que o processo de estigmatização vivido por esta região aos poucos vem sendo transferido para outros espaços na cidade, em especial, a outros conjuntos habitacionais construídos nas últimas décadas (2010-2020).

Assim, assumirmos que o extremo-leste se configura em uma região periférica e compreendemos que esse espaço corresponde a uma construção social na qual a sociedade, ou melhor, a população orlandina, atribuiu e homogeneizou, após uma série de conotações negativas, seja a de espaço violento, ruim, lugar de bandidos, bêbados, desordeiros, entre outros adjetivos (NIEMEYER, 1979; ELIAS; SCOTSON, 2000). Em contraponto a outros espaços – como o centro – que correspondem em sentido de oposição, atrelado a uma série de características tidas como boas, um lugar limpo, rico, de “gente boa” etc. Essa construção social do extremo-leste, na qualidade de região periférica, cria, legitima e reforça, cotidianamente, a área e mantém a fama e imagem do local (MARCUSO, 2018), como pode ser observado na fala de seus moradores.

Conforme relata Ana Leocádia, essa “fama”, ou seja, o estigma, contribuiu para que sua ex-patroa não conseguisse vender sua residência no Brasão, “[...] a Sonia, que eu trabalhava pra ela, já pelejou pra vender a casa dela ali, mas por causa de ser o bairro Brasão, vem gente olha e diz não, por ser no bairro ela não consegue vender, e olha que a casa dela é um luxo” (ANA LEOCÁDIA, 2020).

José Osmar assinala que, atualmente, o bairro possui uma infraestrutura de serviços que possibilita que seus moradores não precisem sair dele para comprar produtos alimentícios ou remédios, bem como para estudar, neste sentido houve uma melhora frente aos problemas relacionados à segregação urbana. Todavia, ainda faltam algumas coisas, como uma lotérica, ou ao menos um caixa eletrônico, mas “[...] por causa da fama o pessoal ainda tem medo de trazer isso pra cá, por causa do medo, que é meio isolado é a fama, né” (JOSÉ OSMAR, 2020).

Cabe ressaltar que este processo de estigmatização do extremo-leste afetou diretamente o bairro Brasão e seus habitantes. Os moradores do loteamento Santa Rita sempre buscaram desvincular-se desse bairro, reforçando que os adjetivos negativos à região da cidade correspondiam apenas ao conjunto habitacional. Ou seja, ao longo das narrativas dos moradores do Santa Rita, estes identificavam que a culpa da violência, na região (extremo-leste como um todo), e da fama negativa a qual ganhou seria culpa dos moradores do Brasão.

Isto pode ser observado, por exemplo, pelos relatos de João Carlos: “[...] se você ainda falar sobre o Brasão o pessoal fica ainda meio receoso né, mas o Santa Rita não, o Santa Rita é um bairro de primeira linha” (JOÃO CARLOS, 2020); de Rosa Maria: “[...] se você conversar com os outros e falar do Brasão os pião já vai ficar assim né, com pé atrás com você... mas agora o Santa Rita não, é mais com o Brasão, por causa da época de violência” (ROSA MARIA, 2020); e, por fim, de José Osmar:



[...] o Vlamir, dono da loja de material escolar, uma vez veio aqui e falou pra mim assim o Brasão, a avenida Y, no Brasão e Santa Rita é famoso até em São Paulo, porque saiu uma reportagem sabe, ele tava fazendo compra em São Paulo e viu isso. E aconteceu isso sabe, ele falou que até lá era famoso. Mas a violência mais era o Brasão mesmo (JOSÉ OSMAR, 2020).

Porém, mesmo que os moradores do Santa Rita identifiquem como culpados os moradores do conjunto habitacional, o estigma pairou sobre ambos os bairros. Em grande parte, isto se deu, pois, nas notícias publicadas em jornais e narradas nas rádios locais, sempre relacionavam os bairros.

Aqui era assim, roubou algo, morreu gente, olha lá, é lá em cima, no Santa Rita Brasão, entende, é como se fosse um lugar só aqui em cima. E também aqui, por exemplo, a avenida Y, ali em cima depois da 12 é Brasão, e ali embaixo depois da 10 também é, é só esse quarteirão ali é Santa Rita, então tudo misturado, aí acaba até se confundindo né [ver mapa 4, p. 100]. Então quando fala lá em cima, o pessoal já associa é o Santa Rita Brasão, o Brasão Santa Rita. Mas é isso, antes como era um lugar isolado aqui em cima, tinha isso, era como se fosse um lugar só, para o pessoal de fora não tinha diferença aqui (RAIMUNDO NONATO, 2020).

[...] a violência era mais o Jardim Brasão, Santa Rita tinha muito pouco disso, muito pouco mesmo, mas o problema mesmo é que como os dois bairros praticamente são juntos né o Santa Rita também acabou ficando difamado. Ai o pessoal acabava pensando que tudo aqui era perigoso, de gente perigosa, mas não era assim não (JOÃO CARLOS, 2020).

Este complexo processo que estigmatizou e marginalizou o espaço e seus moradores, qual seja, o estigma advindo da sua fama e imagem, enquanto região periférica, construída ao longo da década de 1990, período que corresponde a onda de violência vivida nesse espaço, segundo seus moradores, mantém-se até os dias de hoje, bem como suas implicações, no dia a dia, são muitas, conforme apresentado em parágrafos acima.

Podemos dizer, partindo da teoria de Certeau (1994), que esta construção social, na qual observa o extremo-leste, sendo região periférica, pode ser compreendida como um processo carregado de experiências, tramas e constantes transformações. De modo geral, podemos entender o extremo-leste por um espaço “móvel que propicia vislumbrar as diferentes experiências espaciais da vida cotidiana” (CERTEAU, 1994, p. 202).

Cabe ressaltar, que este processo, no qual se coloca parte da cidade, enquanto região periférica, é constituído pelas práticas cotidianas, especialmente por estratégias de agentes de fora da região (como o poder público, mídias locais e moradores de outros bairros). Leite (2013), ao analisar as contribuições da teoria certauniana, destaca que o teórico francês, compreende o “cotidiano como uma espécie de campo de batalha, cujas táticas precisam encontrar modos inventivos de escape e confrontação em cada situação” (LEITE, 2013, p. 747). Estas táticas contribuem para o rompimento não apenas do caráter normativo da ação social cotidiana, “como também realça um aspecto pouco contemplado em outras abordagens: as

relações de poder que incidem de modo substancial na construção social da vida pública cotidiana” (LEITE, 2013, p. 747). Por fim, o pesquisador ainda conclui que a noção de cotidiano como práticas, em Certeau (1994), nos permite que analisemos as diferentes formas de apropriação do espaço, as formações de lugares, assim como as criações e os rompimentos de certas fronteiras que demarcam a vida urbana.

Assim, cabe ressaltar que as estratégias elaboradas e difundidas, em sua maioria por agentes de fora desta região, a partir de uma narrativa na qual ainda se observa o extremo-leste, sendo um espaço de violência, pobreza, entre outros adjetivos negativos, tem sido, desde a sua construção, questionada pelos próprios moradores.

As formas de questionar o estigma podem ser compreendidas enquanto táticas, que buscam denunciar o processo de estigmatização e marginalização sofridas por esses sujeitos. Como propõe Certeau (1994), as táticas podem ser compreendidas enquanto sistemas de astúcias, que se infiltram na heterogeneidade social, elas se esquivam, se insinuam e se contrapõem. As táticas correspondem a uma ação calculada que é determinada pela “ausência de um próprio”. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia.

Determinada pela ausência de poder, a tática é a arte do fraco, por isso a opera “golpe por golpe”. A “[...] tática tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia” (CERTEAU, 1994, p. 101).

Essas táticas, como forma de quebrar a estigmatização e marginalização, podem ser observadas, por exemplo, nas narrativas dos moradores, que destacam, que sempre que falavam do Brasão em outros espaços e logo recebiam olhares “estranhos”, eles buscavam dar outras perspectivas à periferia. Expressões como “lá não é tudo isso”, “todo lugar é assim”, “as coisas estão mais tranquilas”, “hoje em dia durmo de porta/janela aberta” de certa forma, buscam aos poucos driblar a narrativa da estigmatização do espaço, buscando dar uma nova representação a ele.

Da mesma forma, em suas falas, os entrevistados buscam evidenciar a construção de certos espaços (estabelecimentos comerciais) que seriam impossíveis de existir ali, caso o espaço continuasse sendo violento. Padarias, farmácias, pequenos e médios mercados, lojas de variados tipos de produtos e roupas, salões de cabelereiras, estúdios de maquiagem, entre outros. Segundo os moradores, era impossível existir estes espaços, há alguns anos, devido ao elevado número de assaltos e roubos praticados por jovens de ambos os bairros do extremo-leste.

Outrossim, ao longo das entrevistas, uma tática comum, na qual também se buscava evidenciar que a região havia abandonado um passado de violência, era o elevado número de novos moradores. Gestos com as mãos, apontando para casas nas ruas de cima ou abaixo, buscavam evidenciar que a chegada de novos sujeitos ao lugar correspondia a dizer que as coisas por ali mudaram (SANTOS, 2001; 2003).

Isto pode ser observado, por exemplo, nas narrativas de Ana Leocádia (“[...] aqui não é mais violento, não mesmo, pode ver o tanto de gente nova que compram casas por aqui, no Brasão e principalmente no Santa Rita”) e de Lúcia Dias (“[...] “iiii por aqui tem muita gente nova chegando, saiu os ruim e veio gente boa [risos], as coisas mudaram, olha lá pra baixo, aquele terreno baldio que tinha, tudo cheio de casa nova”).

Da mesma forma, cabe destacar as táticas que envolvem a arte e a cultura, que também contribuem, significativamente, para a redefinição desta narrativa a qual estigmatiza o espaço e marginaliza os moradores. Entre elas, destacamos aquelas que se utilizam da música, dança e até mesmo de pichações, para denunciar o processo de estigmatização vivido pelos indivíduos que residem no local.

Os sujeitos, através da arte, têm evidenciado o abandono dessa região pelo poder público (a falta de acessibilidade, infraestrutura, espaços de lazer), e a violência, não aquela atribuída ao espaço, e sim a contra o espaço e seus moradores (sobretudo a violência policial). É pela arte que se tem a “elaboração do revide à estigmatização e marginalização sofridos pelos moradores da periferia” (GATTI, 2018, p. 271). Esse assunto exploraremos na próxima seção.

#### **2.4 Arte e cultura do movimento *Hip-Hop* orlandino: músicas, danças e pichações enquanto táticas do processo de contra-estigmatização da região periférica**

Parte das táticas que tem destacado outras representações e imagens da periferia orlandina, correspondem àquelas que nascem do movimento cultural *Hip-Hop*. Este movimento, começou a tomar forma, na região, por volta do final da década de 1990, a partir da criação de grupos de “danças de rua” e a formação de grupos musicais de *rap*. As atividades por meio da dança, músicas e até mesmo das pichações, denunciaria a imagem negativa que se tem do espaço, bem como dos problemas de infraestrutura e da violência policial contra os jovens, na periferia orlandina e, como pontuaremos, ao longo do terceiro capítulo deste estudo, colaboraria significativamente na formação de uma certa identidade local.

Como destaca Gatti (2018), o movimento cultural *Hip-Hop*, no contexto brasileiro, sobretudo a partir das músicas de *rap*, através de seus versos, colocam em xeque as estratégias de “[...] estigmatização e marginalização sofridas por seus idealizadores e por toda a população

moradora de bairros periféricos” (GATTI, 2018, p. 270), suas músicas podem ser compreendidas enquanto táticas, frente as estratégias de estigmatização e marginalização da população periférica.

Ainda, segundo a pesquisadora:

O gênero rap apresenta uma complexa teia de tensões, tanto em sua produção social como em seus versos, cujos autores pertencem, em sua maioria, aos estratos mais baixos da sociedade brasileira. Seus versos abordam uma encruzilhada de questões sociais, políticas e raciais (GATTI, 2018, p. 270-271).

Moassab (2011), em importante estudo sobre o desenvolvimento da “cultura *Hip-Hop*”, destaca que o movimento nasce nos bairros negros das grandes cidades estadunidenses da década de 1970,

[...] num período caracterizado por lutas pelos direitos civis e políticos por parte dos negros americanos, espalhou-se pelas periferias do mundo, numa relação estreita e essencial com cada lugar no qual se desenvolveu. No Brasil, o Hip-Hop foi rapidamente transformado em ‘uma produção política e cultural dos guetos, das periferias e das favelas’ (MOASSAB, 2018, p. 48).

A pesquisadora ressalta que esse movimento tem por objetivo colocar “[...] em funcionamento uma produção coletiva interessada menos na aferição de lucros e mais no bem comum por meio da construção de outro imaginário para a periferia e para a população pobre e negra deste país” (MOASSAB, 2011, p. 25). Da mesma forma, por tratar-se “[...] de um movimento dos dias atuais, não é um universo fechado, ao contrário, está em curso, constitui-se uma rede em constante ampliação e alterações” (MOASSAB, 2011, p. 42)

No contexto brasileiro, o *Hip-Hop* surge, em São Paulo, por volta da década de 1980, nos tradicionais encontros do metrô de São Bento e na praça Roosevelt. Moassab (2011) destaca que alguns nomes importantes da cena contemporânea do *Hip-Hop* surgem nesse período, como *Racionais MCs*, *Thaíde*, *Dj Hum*, *Styllo Selvagem* e *Região Abissal*. Na década de 1990, são criadas as primeiras comunidades organizadas de *Hip-Hop*. Essas comunidades, “[...] reuniam diversos grupos de uma mesma região da capital paulista, e buscavam instigar a vertente cultural, social, política e educacional do hip-hop junto às comunidades” (MOASSAB, 2011, p. 50).

É, na década de 1990, que o rap do grupo *Racionais MC’s*, com seu álbum *Holocausto Urbano*, ganha enorme destaque no cenário musical brasileiro. O álbum continha músicas que destacam questões do negro, da pobreza, da periferia e da violência policial. Nessa mesma década, despontavam importantes figuras do *Hip-Hop* nacional, como: *GOG* (Brasília), *MV Bill* (Rio de Janeiro), *Sabotage* e *Rappin’Hood* (São Paulo). Em 2000, outros grupos nasceriam,

sob influência dos versos cantados pela geração de 1990, entre eles destacamos: *Z'África Brasil e Núcleo* (São Paulo), *Clã Nordestino* (Maranhão) e *Simple Rap'ortagem* (Bahia).

Cabe reforçar que não é apenas por meio da música que se manifesta o *Hip-Hop*. A expressão cultural e artística desse movimento encontra-se presente em várias manifestações, como no *break*, dança dos *b-boys* e *b-girls*<sup>97</sup>, e, nas pinturas urbanas do *graffiti* (principalmente nas pichações)<sup>98</sup>, contudo, de fato, é através das músicas que o movimento tomou maior reconhecimento. Sobre o *rap*, Moassab (2011) discute que é necessário a distinção "entre o *rap* enquanto estilo musical e o *rap* integrante de um movimento", onde, segundo ela, o *rap*, parte do movimento, corresponde às músicas que "carregam consigo o protesto contra a pobreza e marginalização, bem como a denúncia da violência policial e do racismo, e uma mensagem de valorização e aumento da autoestima da população das periferias, adaptando-se às especificidades de cada local" (MOASSAB, 2011, p. 49-50).

Em síntese, a pesquisadora aponta que:

[...] a história contada e cantada pelo hip-hop apresenta dois vetores fundamentais: aquele que congrega e dá identidade ao próprio grupo (periféricos) e aquele que expõe para a sociedade, através de seu próprio ponto de vista, a imagem de si e dos outros problemas do mundo. Estes dois conjuntos temáticos (a identidade coletiva para a própria comunidade e a imagem de si para o mundo e sobre o mundo) podem ser identificados nos diversos temas abordados nas letras [...] (MOASSAB, 2011, p. 186).

Por fim, Moassab (2018) ressalta que as mídias tradicionais não observam a construção do *Hip-Hop* como "[...] um espaço de reflexão social, discutindo temas como periferia, racismo, violência policial, pobreza, globalização, gênero, desemprego e outras temáticas caras à grande parte da população deste país" (MOASSAB, 2011, p. 58). Em especial, as mídias tradicionais têm destacado, nesse movimento, uma certa "exaltação da violência" e do "tráfico de drogas". Porém, é relevante informar que as temáticas tratadas nas músicas são questões que correspondem ao cotidiano periférico, bem como a violência, em especial a violência policial sofrida por moradores periféricos "[...] não é uma preferência temática aleatória, ao

---

<sup>97</sup> O *Break* é uma das vertentes do *Street Dance* (dança de rua) que surge em meados dos anos 1980. A principal receita do *Break* é a expressão corporal, na dança "é utilizada a mímica, movimentos acrobáticos, ginástica olímpica com rodopios no solo, também chamado de *heavy break*" (VARANI, 2009), os dançarinos deste estilo, são conhecidos como *b-boys* (garotos) e *b-girls* (garotas).

<sup>98</sup> Os *graffitis* correspondem a pinturas encontradas nos meios urbanos, estampando fachadas de prédios, lojas, casas, estabelecimentos públicos e privados, cridas a partir do uso de tintas spray. Se tratando especificamente das pichações, um dos estilos do *graffiti*, estas são baseadas em letras, assinaturas, breves frases, acompanhadas ou não de desenhos. Este estilo busca intervir e se apropriar da paisagem urbana. As pichações, diferentes de outros estilos do *graffiti*, que tem ganhado cada vez mais espaço enquanto arte, continuam sendo discriminadas e criminalizadas (TAVARES, 2010a).

contrário, é uma denúncia da violência policial sofrida cotidianamente pelos moradores dos bairros pobres" (MOASSAB, 2011, p. 201).

No contexto da cidade de Orlândia, principalmente, em seu extremo-leste, o movimento cultural do *Hip-Hop* ganharia destaque a partir de grupos de dança como *Os Maincon's*, criado ao longo da década de 1990, e do grupo de *rap* *Mente Armada*, fundado ao longo dos anos 2000.

O grupo de dança *Os Maincon's*, que teve como um de seus criadores Rodrigo Lima, no bairro José Vieira Brasão, ao longo da década de 1990, foi um entre vários outros grupos, criados no município, que se dedicava a danças do estilo *Hip-Hop*.

William Bonetti Carvalho<sup>99</sup>, ex-morador do conjunto habitacional, entraria para o grupo, por volta de 1994, quando tinha apenas 14 anos, e, permaneceria nele, até o ano de 2004. Segundo o entrevistado, o grupo partia inicialmente do estilo *street dance*, mas, com o passar dos anos migrou para o estilo do *break*. Um dos principais professores e coreógrafos do grupo foi Rodrigo Lima, que teria sido responsável por ensinar William Bonetti e muitos outros jovens a dançar.

*Os Maicon's*, nome inspirado no cantor, compositor e dançarino estadunidense Michael Jackson, realizaria diversas apresentações na cidade de Orlândia e fora dela. Como é destacado por William Bonetti, o grupo teria participado de diversas competições em cidades como Ribeirão Preto, Santos e São Paulo.

Para a participação nestas competições e apresentações, na cidade e no bairro, o financiamento, para alugar ou comprar equipamentos e transporte dos participantes, de modo geral, os custos, eram financiadas pelos próprios dançarinos. Para a arrecadação de dinheiro, os jovens que compunham o grupo realizavam rifas, festas e apresentações no bairro.

Foi somente após o grupo conquistar as primeiras colocações em competições regionais, que esses jovens conseguiriam algum financiamento do poder público. Mas, o financiamento, consistia apenas na disponibilização de vans e ônibus para o transporte dos jovens para as competições em outras cidades.

Na narrativa de William Bonetti, podemos notar algumas questões acerca do processo de estigmatização e marginalização dos jovens. Segundo ele, era rotineiro, no extremo-leste, os “enquadros” e “gerais”, ou seja, as abordagens policiais. William, relatou que nunca “sentiu na pele o preconceito”, mas seus amigos já haviam sofrido inúmeras abordagens, e isto, segundo ele, dava-se devido às roupas:

---

<sup>99</sup> William Bonetti Carvalho, 36 anos, empresário. Entrevista realizada via telefonema em 16 de julho de 2020.

A gente usava aquelas roupas de malandro, roupas de *Hip-Hop*, aquelas roupas largas, bermudão, o corte de cabelo que a gente usava, aqueles com risquinhos sabe? Acho que era mais por causa disso, porque a gente não usava drogas nem nada. Mas as roupas causavam essa imagem (WILLIAM BONNETI, 2020)

Segundo o entrevistado, devido aos confrontos (brigas) que ocorriam entre grupos rivais, em competições e apresentações, poderiam também ter colaborado para a representação desses indivíduos como violentos e perigosos. Para ele, quando os nomes dos grupos apareciam em mídias locais, como em jornais e rádios, quase sempre, eram mencionadas brigas nos eventos promovidos pelos grupos, desta forma, acabava sendo “justificável a apreensão dos PMs” sobre os jovens (WILLIAM BONETTI, 2020).

Na concepção de Tavares (2010b):

A juventude envolvida no hip-hop, especialmente em grupos de break, era criminalizada a partir da perspectiva das gangues e tribos urbanas. As matérias [jornalísticas] utilizavam-se de um jargão técnico para descrever as terminologias dos grupos, bem como aspectos relacionados aos estereótipos da indumentária, como cabelos e roupas. Contudo, as trajetórias sociais e orientações coletivas dos jovens eram suprimidas, em seu lugar, generalizações de cunho policialesco associavam todos os jovens à delinquência e referenciais de um imaginário de ‘gangues nova-iorquinas’ (TAVARES, 2010b, p. 316).

William Bonneti também comentou sobre a fama do Brasão, "Brasão eram mal falado né, bairro de brigão, bairro de ladrão, bairro de traficante [...] tinha traficante na época, mais isso nunca foi parte do meu cotidiano, além de ser coisas isoladas, né” (WILLIAM BONETTI, 2020). Essa representação, destacada por William e debatida pelo pesquisador acima, corresponde também ao imaginário acerca do extremo-leste e, consecutivamente, de sua população.

As representações sobre a periferia, em especial aquelas que estigmatizaram o espaço e marginalizaram seus moradores, seriam mais bem exploradas em outra vertente do movimento *Hip-Hop*, em especial através do *rap*.

No contexto do extremo-leste, um grupo de *rap* que se destacou foi o grupo *Mente Armada*, fundado na primeira década do século XXI e composto pelos *rappers*: Sam, Mano Wolf, Pixota e RJ. O grupo realizaria uma série de shows no extremo-leste, assim como em outros espaços da cidade, no Centro de Lazer Edgar Benini e Centro de Lazer Luiz Oscar Alves, e fora dela, em casas de shows fora do município de Orlandia.

Nas letras das músicas, podemos observar uma série de referências aos grandes nomes do *rap* brasileiro e internacional, como *Sabotage* e *Racionais MC's* (grupos da capital paulista que tiveram grande influência no cenário musical e do movimento *Hip-Hop*) e o “rei do *rap* *Thu Pack*” (importante *rapper* estadunidense).

No repertório deste grupo, com as músicas *Vida difícil*, *Oposição vai se ferra*, *É sempre assim na periferia*, entre outras, encontramos temas que tratam o cotidiano periférico, as amizades, as perdas, a violência, na e contra a periferia (a violência do tráfico de drogas e a policial contra, principalmente, os jovens), conscientização sobre o uso de drogas, a falta de infraestrutura e o abandono, por parte da prefeitura, referentes ao espaço e à construção de uma identidade local.

As músicas desse grupo de *rap*, assim como de outros grupos e MC's, espalhados por todas as periferias do Brasil, contribuem para “ampliar a visibilidade e a discussão pública de uma série de tensões vividas por boa parte das pessoas que vivem em territórios onde a falta de perspectivas é uma constante” (FLORES; CAMPOS, 2007, p. 274).

Salientamos que outros grupos e Mc's se destacaram no cenário do movimento *Hip-Hop*, em Orlândia, feito os *rappers*: *Dimas*, *SP-Doug*, *Mano LP*, *MerKaBah*, *Ricardin VH*, e os grupos *Classe A* e *Kamikaze Fantasma*. Os participantes e as agremiações pertenciam a outros espaços estigmatizados da cidade de Orlândia, como “Vilinha” (extremo-oeste de Orlândia) e Mutirão (que corresponde ao conjunto habitacional CECAP, localizado no nordeste do município). Esses grupos e *rappers* despontaram, no movimento *Hip-Hop*, a partir do final da década de 2010.

Ainda, no contexto orlandino, as pichações, uma das classificações do *grafitti*, que também faz parte do movimento *Hip-Hop*, assim como o *rap* e o *break*, foram importantes instrumentos de protesto e visibilidade ao movimento *Hip-Hop*. As pichações, que consistem em pequenas frases que, na maioria das vezes, representam marcas de um grupo ou sujeito, e servem para marcar território ou correspondem a frases de protesto, encontram-se espalhadas pelos muros da escola Sylvia Ferreira Jorge Schaffer, da igreja Santa Rita e de algumas casas e estabelecimentos públicos do bairro e fora dele. Estas pichações carregam frases como: “fora porcos”<sup>100</sup>, “PM bom é PM morto”, “FBZ pra sempre” (Família Brazão), entre outras.

Em síntese, as produções artísticas e culturais desses cidadãos, sejam dos *rappers*, dançarinos e/ou pichadores, contribuem significativamente enquanto táticas para a ressignificação do processo de estigmatização e marginalização da região periférica, configurando-se um importante mecanismo no desenvolvimento de autoestima para os moradores.

Como é destacado por Moassab (2011), a periferia nas músicas do *rap*, na dança *break* e nas pichações dos sujeitos - em sua maioria sem rostos (anônimos), aos poucos reformulam

---

<sup>100</sup> Porcos correspondem a uma clássica referência nas periferias aos policiais militares.



a perspectiva do perímetro de “não-cidade”, ou seja, de “um espaço fora do ideário de cidade hegemonicamente construído”. Essas novas “reformulações” buscam modificar a imagem de um local compreendido enquanto “lugar da violência, da criminalidade, da desestruturação familiar, da pobreza, da falta de recursos, de infraestrutura e de cultura da criminalidade e de outras tantas imagens desqualificadoras” (MOASSAB, 2011, p. 86).

A localidade, aos poucos vem ganhando outras imagens e significações, seja por meio dos jovens que participavam do movimento *Hip-Hop*, seja pelas narrativas dos moradores mais velhos que, em qualquer oportunidade, a menor que fosse, buscam incluir outros adjetivos ao extremo-leste. Estas táticas, como propõe Certeau (1994), são pequenos “golpes”, “astúcias sutis”, táticas de resistência”, que aos poucos ressignificam o extremo-leste, alterando os objetos e os códigos, e estabelecendo uma (re) apropriação do espaço e do uso, ao jeito de cada um.

As narrativas, as músicas, as danças e até mesmo as pichações, enquanto táticas, jogam luz a outras características desta região, apresentam seu cotidiano, as dificuldades, adversidades, mas também as relações de amizade e companheirismo entre os moradores, sejam eles os jovens e os mais velhos.

Contudo, cabe ainda compreendermos um pouco mais a fundo o cotidiano dessa região, para além da perspectiva do processo de estigmatização. Compreender seu cotidiano, a arte, o dia a dia, para além da imagem de região periférica como um espaço abarrotado de adjetivos negativos. É sobre isso que dedicaremos o terceiro capítulo deste estudo: analisar, além dos aspectos do cotidiano, os espaços de sociabilidades e lazer, as festas, os bares, os bailes de forró, os *shows* de *rap*, as rodas de dança *break*, salientando que foi desse cotidiano e dos espaços de lazer e sociabilidades que se forjaram algumas identidades locais nesta região.

Ao longo do terceiro capítulo também destacaremos que, além do estigma de “moradores periféricos”, muitos moradores do lugar ainda carregavam outras marcas, especialmente a de migrante nordestino.

Conforme o exposto, ao longo deste capítulo, a ocupação dessa região foi composta principalmente de novos sujeitos, novos rostos na cidade, seja de migrantes de outras cidades paulistas, mas também de migrantes de outros estados, notadamente de Estados da região Nordeste do Brasil.

Os moradores do extremo-leste, aos poucos, criaram laços de amizade, companheirismo e até mesmo de compadrio. Contudo, tais laços ocorreram, em grande parte, apenas entre os moradores paulistas, excluindo os migrantes nordestinos.

Isto ocorreu, pois, a maioria dos migrantes nordestinos que se instalavam na cidade, correspondiam aos volantes (safristas), desta forma, por se estabelecerem e ficarem apenas nos períodos de safra da cana-de-açúcar, a relação com os moradores locais, acabou sendo superficial e curta.

Devemos ressaltar, ainda, que a migração de nordestinos para cidade de Orlandia é um processo que antecede à fundação dos bairros, como pudemos observar ao longo do primeiro capítulo. E, a entrada dos migrantes nesta região se deu por duas formas, a primeira pelo aluguel de casas no Jardim Santa Rita, e a segunda, devido ao sorteio das casas no conjunto Habitacional Brasão, que, de modo geral, beneficiou os migrantes que já haviam optado por morar na cidade ao longo da década de 1980.<sup>101</sup>

Assim, destacamos que, desde a criação e desenvolvimento dos bairros, no final da década de 1980 e início de 1990, muitos migrantes nordestinos passaram a ocupar esse espaço, sejam aqueles que optam por viver na cidade de Orlandia ou os safristas, que residiam ali por um curto período.

Outrossim, a ocupação dos espaços periféricos por migrantes se torna cada vez mais rotineira, pois, como é indicado pelos próprios migrantes, os moradores de outras regiões de Orlandia passaram a se negar a alugar residências para eles, nos bairros centrais. Da mesma forma, os valores baixos de aluguel eram um atrativo no qual contribuiria para a atração de migrantes para esses lugares.

João Mathias, Raimundo Nonato, Maria Dalva, Francisco Chagas, Luiza Marques, entre tantos outros migrantes, nas décadas de 1990 a 2010, se instalariam nesta região periférica, junto aos demais moradores, os paulistas. E todos, sejam paulistas e nordestinos, sofreriam com os problemas relativos à segregação urbana, ao processo de marginalização e estigmatização. Mas os migrantes, também sofreriam com um outro estigma, o de ser um “piauí” (PEREIRA; SCHORNER, 2020; PEREIRA, 2020a).

---

<sup>101</sup> Como destacado, para participar do sorteio, uma das condições para a concessão da casa no conjunto habitacional era de que os sujeitos já deveriam estar morando no município há alguns anos.

### **Cotidiano, Sociabilidades e identidades no extremo leste orlandino: considerações sobre os sujeitos periféricos, moradores locais e os piauí**

Ao caminhar por uma cidade, ainda que tenhamos nas mãos o seu mapa, os passos traçam outras ruas imaginárias, pois percorremos também pelas histórias que contam daqueles lugares (SILVA, 2012, p. 137).

Ao longo do segundo capítulo desta dissertação, concentramo-nos em apresentar, em um primeiro momento, as narrativas que cercam a história da cidade de Orlândia. Debruçamo-nos em sua história, construída por alguns memorialistas, e, da mesma forma, destacamos outra narrativa, observada enquanto marginal.

No segundo capítulo, discutimos a criação e ocupação do extremo-leste orlandino. Iniciado a partir do loteamento do que seria o bairro Santa Rita e, poucos anos depois, a construção do Conj. Hab. José Vieira Brasão pela CDHU.

A ocupação do extremo-leste analisada, a partir da trajetória de alguns de seus moradores, evidenciou um começo “um tanto difícil”, como destacou José Osmar, ou pela pouca infraestrutura ou pelo período de violência nesse espaço (início da década de 1990). Ressaltamos, ainda, que tal período foi a base de criação de uma série de adjetivos negativos à localidade e a seus moradores, difundidos por fofocas, comentários e/ou pelas mídias locais, como jornais e rádios. Violento, lugar de bagunça, de gente que não presta, de bandidos e vagabundos... essas eram algumas das rotineiras expressões utilizadas para se referir ao espaço e a seus habitantes.

Da mesma forma, no final deste segundo capítulo, buscamos apresentar que os habitantes da região, aos poucos, passaram a criar uma série de táticas que visavam ressignificar o processo de estigmatização da região. Seja através das oportunidades que tinham de falar sobre as qualidades do local com outros moradores de Orlândia, seja através da arte, cultura e música, sobretudo, através do movimento *Hip-Hop*.

Realizado esta rápida revisão do capítulo anterior, destacamos que nossa proposta, neste terceiro capítulo, visa discutir os processos identitários formados a partir do cotidiano, do lazer e dos espaços de sociabilidades no extremo-leste orlandino.

O cotidiano, o qual analisaremos, partindo da perspectiva do historiador Michel de Certeau (1994), e a qual adotaremos, não possui nada de entediante, aborrecido e/ou rotineiro, ou mera repetição mecânica dos mesmos gestos, desde o café da manhã até o anoitecer, de maneira geral, o cotidiano nada tem de monótono. Certeau rompe com a definição

de cotidiano, como rotinização, para dar lugar à ideia de cotidiano como movimento, para o autor, o cotidiano também se constitui de rupturas, e não apenas de regularidades normativamente esperadas.

Como destacaremos, o dia a dia da periferia não pode ser resumido apenas no acordar, sair do bairro para trabalhar e retornar a sua habitação para descansar para próximo dia de trabalho. Ao considerarmos este cotidiano tão resumido, reforçamos ideais de que a região periférica é um mero local de mão de obra à espera de atender os desejos do capital.

Ao propormos nos debruçar nas análises do cotidiano periférico buscaremos destacar as relações dinâmicas, as formas distintas de apropriação do espaço, a formação de lugares e o rompimento de fronteiras que demarcam sócio espacialmente a vida urbana. Nossa proposta, também neste capítulo, é destacar as relações de amizade, solidariedade, criação de laços de compadrio, assim como as relações de intrigas, brigas e disputas, todas presentes no cotidiano do extremo-leste orlandino.

Em nossa proposta de se estudar o cotidiano, buscamos dar visibilidade ao "[...] conhecimento de realidades múltiplas, portadoras de minúcias muitas vezes menosprezadas", neste sentido "[...] refletir sobre o cotidiano é se debruçar sobre pequenas partes de um grande mosaico" (ANDRADE, 2009, p. 1).

Desta forma, pelos relatos dos sujeitos que compõem esta pesquisa, temos por objetivo observar os caminhos percorridos por tais indivíduos, destacando os “[...] itinerários que fazem aparecer à multiplicidade das experiências, a pluralidade de seus contextos de referência, as contradições internas e externas das quais elas são portadoras” (REVEL, 1998, p. 22).

Assim, partindo das considerações de Certeau (1994), destacamos que a "vida social torna-se espaço de negociação dentro de um cotidiano improvisado, sempre possível de ser reinventado". A ação dos indivíduos ou suas “maneiras de fazer”, como salienta o autor, “constituem mil práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sociocultural” (CERTEAU, 1994, p. 41). Desta forma, buscaremos compreender, através dos depoimentos de nossos entrevistados, que “[...] é na vida de todo dia que os sujeitos constroem suas histórias” (ANDRADE, 2009, p. 11).

Da mesma forma, evidenciaremos que foi em meio ao cotidiano periférico que se construíram uma série de identidades locais. Sejam elas a de “sujeito periférico”, “morador local” e a de “piauí”.

Estas identidades, no extremo-leste orlandino, são compreendidas enquanto processos de identificação entre os sujeitos, construídas por laços de naturalidade, de vizinhança, de amizade, solidariedade, companheirismo e compadrio, a partir das relações cotidianas, bem

como dos espaços do trabalho, de lazer e das sociabilidades. Partimos da perspectiva de Stuart Hall (2012), que compreende as identidades sociais, enquanto construções que se criam a partir das representações dos discursos culturais/sociais; que informam como um determinado grupo vive e compartilha seus significados.

Outra importante referência para nossas investigações é Michael Pollak e suas considerações acerca da memória e sua relação com a identidade. Para Pollak (1992), a memória é constituída por acontecimentos vividos, bem como por acontecimentos “vividos por tabela”, ou seja, “acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer”, estes últimos, segundo o autor, [...] são acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não” (POLLAK, 1992, 201). Ainda, seguindo a perspectiva do autor, além desses acontecimentos, a memória é constituída por pessoas, personagens e lugares, e corresponde a um fenômeno seletivo e em constante construção.

Pollak (1992), ainda ressalta que as memórias são constituídas por marcos variantes e invariáveis, e possuem, em vista, determinados acontecimentos que perpassam as vivências dos indivíduos e constituem parte fundante de sua identidade e da identidade de outros. A identidade, como salienta o autor, constitui-se de três elementos essenciais: físico, temporal e coerência.

Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados (POLLAK, 1992, p. 204).

Neste terceiro capítulo, evidenciaremos que as identidades, encontradas no extremo-leste orlandino, e, em certo ponto, até mesmo fora desta região, constituíram-se a partir de sua busca por uma criação e diferenciação entre o “nós” em contraponto aos “outros”. Conforme expõe Oliveira (1976), “[...] quando uma pessoa ou grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição” (OLIVEIRA, 1976, p. 5). Seguindo a proposta desse pesquisador, as identidades, sejam elas individuais ou coletivas, não se afirmam de forma isolada, existe sempre a necessidade de um “outro” como seu contraponto<sup>102</sup>.

---

<sup>102</sup> Sobre estas questões, Pollak (1992) salienta que “[...] a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros” (POLLAK, 1992, p. 204).

O processo de construção, reconstrução e manutenção das identidades no extremo-leste, as quais destacaremos ao longo deste terceiro capítulo, dão-se, principalmente, pelas memórias individuais e coletivas (ou sociais) dos sujeitos que habitam a região.

A memória, segundo Canabarro, Moser e Ernesto (2018),

[...] não é algo contínuo, uma vez que ela se dá pouco a pouco, com base na experiência vivida, rememorada, retida anteriormente e sintetizada, construída ou reconstruída. E é em virtude disso que a memória é um componente essencial para a identidade, uma vez que está correlacionada ao compartilhamento de uma cultura, sendo assim, ela é uma representação social entre indivíduos (CANABARRO; MOSER; ERNESTO, 2018, p. 114).

Para Tedesco (2004),

[...] a memória está ligada a um papel importante no mundo social, a de conservar informações psíquicas capaz de atualizar impressões passadas, assim como representações sociais que são naturalizadas do cotidiano de um grupo, informando ainda a estes indivíduos inseridos em uma coletividade o sentido de sua própria colocação no tempo, interligando o passado ao presente (TEDESCO, 2004, p. 31).

Neste sentido, como destacam Canabarro, Moser e Ernesto (2018), ao analisarem as contribuições de Tedesco (2004), para o debate acerca da memória, pode-se afirmar; que as memórias de grupos sociais possuem “[...] quadros de significação, com estratégias, simbologias, representações, experiências da vida cotidiana que criam temporalidades e espacialidades” (CANABARRO, MOSER; ERNESTO, 2018, p. 115). Essas perspectivas, ou melhor, visões de mundo, relacionam-se ao que Hall (2012) compreendeu, enquanto “centralidade cultural”. A memória gera pertencimento entre os membros de um mesmo grupo que compartilham sua significação, resultando na identidade, justamente quanto forma simbólica, pois se “veem” como iguais, por compartilharem uma mesma perspectiva de mundo.

Outra importante referência, nas discussões acerca da memória, é Halbwachs (2003). Esse pesquisador compreende a memória sendo um instrumento social, que corresponde a uma construção coletiva. Para Halbwachs (2003), a memória se vincula à afetividade das pessoas do convívio social, as lembranças se relacionam aos contextos e às pessoas que estavam presentes nele. Da mesma forma, a memória se constitui por vivências inerentes aos sujeitos e são produzidas em determinadas localidades, em diálogo com os respectivos contextos sociais dos mesmos.

Pollak (1992), ao analisar as contribuições de Halbwachs, destaca que esse investigador, já havia sublinhado, nas décadas de 1920-1930, que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, “como um fenômeno

construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p. 201).

Canabarro, Moser e Ernesto (2018) salientam, ainda, que as contribuições de Halbwachs (2003) são relevantes para as discussões acerca das identidades. Segundo os autores:

Pode ser considerado válido dizer, que a obra de Halbwachs, é de suma importância para se analisar questões de identidade. Quando esse autor concentra sua análise na memória, refletindo sobre como ela é compartilhada em uma dada coletividade, em um tempo e um espaço, mostra funções de identidade cultural, uma vez que revela que o grupo pensa um passado a partir de um presente e, ao mesmo tempo pensando no futuro; é o passado como uma forma de transmissão de significações e tradições que se ligam a centralidade cultural do grupo que compartilha tais sentimentos e representações. Halbwachs mostra, então, como as lembranças de um grupo trazem noções de localização e temporalidade como a forma da casa, os móveis, a forma de expressão da religião que são experiências que se ligam ao cotidiano do grupo (CANABARRO; MOSER; ERNESTO, 2018, p. 117).

Vale ressaltar, que as identidades, nas quais nos debruçaremos, construíram-se através do cotidiano e dos espaços de sociabilidades no extremo-leste. Bem como as identidades de “morador local” e “piauí”, são construídas e reconstruídas a partir da memória dos sujeitos que vivem na região. Como ressalta Pollak (1992): “[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 204).

Tratando-se acerca da importância dos espaços de sociabilidades, no cotidiano do extremo-leste, e sua importância no que tange à formação das identidades nesta região, salientamos que, nesses espaços, houve, por meio das narrativas dos sujeitos, o estreitamento dos laços entre eles.

Os espaços de sociabilidades, além de proporcionarem o relaxamento próprio do lazer, também contribuem, significativamente, para com o compartilhamento de memórias do passado e/ou das agruras do presente, como construção do passado. Neste sentido, tais locais não correspondem somente enquanto espaços de interação entre os sujeitos. Compreendemos por sociabilidade, partindo da perspectiva de Simmel (2006), como uma forma lúdica de socialização, na qual os indivíduos, em razão de variados interesses, desenvolvem uma espécie de unidade comum, produzindo novas formas de ser e estar com o outro, ou seja, de interações.

Neste sentido, partindo das considerações de Alves (2013), o qual realiza uma importante síntese das contribuições de Simmel, para a contextualização do conceito de sociabilidade. Alves destaca que, para que exista a sociabilidade, é necessário que os indivíduos, além de estarem sociados/interagindo por interesses específicos, se relacionem em

função de certos sentimentos e por uma satisfação mútua de estarem socializados. Assim, a sociabilidade consiste em uma derivação da interação.

Sabe-se que interesses e necessidades individuais, conteúdos, fazem com que indivíduos se juntem. Isso por si só, se configura numa interação, ou seja, sociação. No entanto, para que tal vinculação se converta em sociabilidade é preciso que esses indivíduos além de estarem sociados por interesses específicos, se relacionem em função de um ‘sentimento e por uma satisfação mútua de estarem socializados’. Numa relação em que a sociabilidade consista numa derivação da interação. Dito de outro modo, para que a relação seja de sociabilidade é preciso que ambas as pessoas que estejam envolvidas, sintam o prazer nessa sociação (ALVES, 2013, s.p.).

Ressaltamos, ainda, que a consequência, as condições, bem como os resultados desses processos de sociabilidade são exclusivamente dos sujeitos que se encontram em interação, numa situação em que a sociabilidade permanece limitada somente a seus participantes (SIMMEL, 2006). Partindo de tal prerrogativa, nos espaços, onde ocorrem a sociabilidade – por exemplo, as festas comunitárias, os shows e apresentações de *rap* e dança, bem como nos bailes de forró – não eram todos os sujeitos que se encontravam ligados às redes de sociabilidades, construídas nesses locais. Neste sentido, para muitos sujeitos, que frequentavam, tais locais são tomados apenas como espaços de lazer ou de interação.

Nossa proposta caminha em discutir que alguns espaços, no extremo-leste (e fora dele), correspondem a locais de sociabilidades por possuírem funções mais complexas que o lazer e a interação. Estes espaços, além de locais onde os sujeitos “gastam seu tempo livre”, também possuíam como funções: estreitar os laços de amizade e solidariedade, reviver as raízes, bem como, nestes locais, forjaram-se ou se redefiniram identidades locais.

Os espaços de sociabilidades, como ressalta Úria (2015), possuem uma grande potencialidade para análise histórica, análise dos seus significados e implicações que possuem em seu cotidiano. Neste capítulo, tais espaços possuem grande implicações nas construções de laços e, conseqüentemente, das identidades locais. Como salienta Agulhon, “a história da sociabilidade é um pouco da história cotidiana [...]” (AGULHON, 2019, p. 20).

Por fim, cabe ressaltar que, ao nos debruçarmos sobre a temática das sociabilidades, teremos como objetivo entender sociabilidade igual a “um fenômeno polissêmico e dinâmico [...]”, ou seja:

[...] como um modo de convivência, mais ou menos formal, quase sempre associado à confiabilidade pessoal de estar junto – o que pressupõe algo como ‘estar entre iguais’ –, seja em atividades lúdicas e prazerosas como festas, bares, cafés ou outras maneiras menos formais de encontro [...] (RIBEIRO, 2019, p. 55).

Desta forma, partimos das preocupações discutidas por Ribeiro (2019), em considerar a sociabilidade, enquanto uma expressão do modo de vida e uma categoria de análise histórica.



Ao considerarmos que a sociabilidade deve ser compreendida como dinâmica e complexa, seja em sua configuração formal quanto informal (AGULHON, 2019), e como um processo que ocupa um papel simbólico na vida das pessoas (ALVES, 2013), partiremos do objeto de estudo deste capítulo, para que possamos apresentar as especificidades no extremo-leste orlandino e sua contribuição para com a criação, consolidação e renovação das identidades locais.

Partindo dessas considerações, acerca dos processos de formação de identidades, bem como das ponderações acerca do conceito de sociabilidade, dividiremos o terceiro capítulo em três seções.

Na primeira, nossas análises se concentraram na identidade dos “sujeitos periféricos”. Neste tópico, buscamos discutir que tal identidade é forjada pelos jovens que vivem nessa periferia, especialmente os jovens que participariam ativamente do movimento *Hip-Hop* e de seus desdobramentos. Nesta seção, para além dos depoimentos orais dos moradores, ou seja, pelas entrevistas realizadas, um outro tipo de fonte será de grande importância, as músicas. Em especial as músicas de *rap*. Partindo do aporte teórico-metodológico de autores como Napolitano (2002), Brito (2007) e Manoel (2014), discutiremos a potencialidade deste tipo de fonte para as análises historiográficas, seja do cotidiano, do lazer, das solidariedades, dos problemas enfrentados em tal região periférica, bem como sua influência na construção identitária dos “sujeitos periféricos”.

Além do uso das melodias, os depoimentos orais serão de grande importância, neste terceiro capítulo, pois, a partir deles, observaremos os espaços de difusão das músicas analisadas, como os encontros, reuniões e apresentações de grupos ligados ao movimento *Hip-Hop*, especialmente dos jovens periféricos.

Ademais, as fontes orais serão relevantes nas seções seguintes. Ao longo da segunda seção, analisaremos a formação de uma segunda identidade nessa região, a de “moradores locais”. Neste momento de nosso estudo, defenderemos a hipótese de que a formação da segunda identidade se deu através das festas comunitárias ocorridas, pois foi a partir desses eventos que sujeitos, desconhecidos entre si, começaram a desenvolver os primeiros laços de amizade, solidariedade, e de compadrio.

A começar pela Quermesse de Santa Rita, da Festa Junina da Travessa X, e de outros lugares como bares, igrejas etc., os sujeitos começaram a desenvolver uma noção de unidade, de sentimentos de pertença ao espaço. A partir dessa noção de unidade e sentimentos de pertença que se forjou a identidade de “morador local”. Tal identidade foi base para a criação de uma distinção entre moradores locais e os de fora, estes “de fora” correspondendo, sobretudo, aos migrantes nordestinos.

Por fim, na terceira seção, debruçaremos-nos a respeito da terceira identidade encontrada nessa região, a de “piauí”. O “piauí” corresponde aos migrantes nordestinos, sejam eles os safristas, que ficavam na cidade por um curto período, ou os moradores de longa data (que se encontram na cidade a 10, 20, 30 anos ou mais). O “piauí” corresponde a uma identidade que, inicialmente, foi forjada para estes sujeitos, ou seja, diferente das outras duas que correspondem a uma criação do grupo para o grupo, esta terceira identidade é uma criação dos moradores locais para com os nordestinos.

Esta terceira identidade, criada para os sujeitos, aos poucos, foi apropriada pelos migrantes e, a ela, estes indivíduos acrescentaram um novo acervo de características, principalmente, positivas. Contudo, mesmo que um novo acervo seja incorporado à identidade, muitos migrantes nordestinos, em Orlândia, ainda se negam a pertencer a ela, pois, evidenciam que tal identidade foi forjada na busca da diferenciação e da estigmatização desses sujeitos.

Na finalização deste terceiro capítulo, discutiremos que os habitantes dessa região poderiam pertencer a mais de um dos grupos identitários, ou seja, um “piauí” ou um “morador local”, poderiam se considerar “sujeito periférico”. Contudo, isto não ocorria entre a mudança de identidade “locais” e “piauí”, pois os moradores locais sempre buscavam construir uma série de outras características para seu grupo, isto é, atualizavam as diferenciações sempre visando que os “outros”, os nordestinos, ficassem de fora.

### **3.1 Cotidiano, lazer e a sociabilidade jovem: contribuições do movimento cultural do *Hip-Hop* e do grupo *Família Brazão* na construção da identidade de sujeitos periféricos<sup>103</sup>**

Como destacado na introdução deste capítulo, o cotidiano periférico deve ser compreendido como um palco onde se desenvolvem e se realizam as tramas do dia a dia. Nele, observamos relações de amizade, solidariedade, mas também de intrigas e disputas. Conforme ressalta Lacerda (2017), “[...] é na vida cotidiana que se passam e se proliferam histórias (cujo enredo e sentido são conferidos por aqueles que as vivenciam)” (LACERDA 2017, p. 119). Logo, compreendemos que é em meio a eventos cotidianos microscópios, que “desdobram-se possibilidades insuspeitáveis para o conhecimento de si – o que revela que a vida cotidiana não abriga uma história rasa, mas se tece em uma miríade de bifurcações férteis” (LACERDA, 2017, p. 125-126).

O cotidiano do extremo-leste orlandino não é diferente. Pois, seus moradores nos relatam que suas rotinas nada tinham de monótonas, não se resumia apenas em acordar, sair

---

<sup>103</sup> Parte das discussões desta seção foram adaptadas e publicadas na Revista *História & Cultura*, v. 10, n. 1, 2021, p. 487-506. Ver: PEREIRA, 2021c.

para trabalhar e retornar, no final do dia ao bairro, a fim de descansar, ou melhor, preparar-se para um novo dia de trabalho.

O dia a dia desses sujeitos é construído por uma série de situações que fogem e se entrelaçam às lógicas “casa-trabalho-casa”. Entre a casa e trabalho e do trabalho a casa, observa-se um infindo número de outras situações que enriquecem o cotidiano deles, tornando-o nada monótono.

Ao sair de casa, antes de ir ao trabalho, os sujeitos se dirigiam para as padarias, ali tomavam um “pingado” (cafezinho), compravam pães para o café da manhã, viam alguns de seus conhecidos, trocavam bom dias e outras informações e, depois, seguiam para casa a fim de aproveitar o café da manhã. Os jovens iam à escola, os adultos ao trabalho, estes, antes de adentrar aos espaços de trabalho, novamente se cruzam com vizinhos, que seguem o mesmo itinerário, e outras informações e bom dias são trocados. Após o trabalho, alguns vão aos botecos, outros ao mercado ou mercearia. Ali, reveem amigos, vizinhos, parentes ou conhecidos, e, mais uma vez, novas informações são trocadas. Notícias, fofocas, oportunidades de trabalhos, assuntos sobre o tempo, sobre a política, são variadas temáticas, nas conversas. Nos estabelecimentos, entre uma conversa e outra, um convite para o fim de semana, para jogos de futsal, futebol, almoços, jantares, ou uma saída para ir ao bar, a um show. Esses encontros, casuais ou marcados, tornavam o cotidiano dinâmico.

Poderíamos dizer que esta descrição, um tanto geral do cotidiano dos sujeitos, no extremo-leste orlandino, era dividida por todos. Partindo disto, podemos afirmar que, nesses encontros entre a casa e o trabalho, constroem-se as relações de vizinhança, de amizade, solidariedade, mas também das intrigas e das fofocas.

Os pequenos encontros, nos quais tais laços são construídos, não se resumem apenas aos adultos, ou seja, aos homens e mulheres que saem da casa ao trabalho e, nesse meio tempo, conversam, interagem, fazem convites e fofocas com/sobre seus vizinhos. Existe, no extremo-leste orlandido, também as relações entre os jovens.

A rotina de muitos deles não se resume a casa-escola-casa, ou como é o caso de muitos jovens da periferia, casa-escola-trabalho-casa. Esses jovens, entre uma atividade e outra, também constroem espaços para fora das escolas ou de seus respectivos trabalhos, interagem com outros indivíduos de sua idade, criam laços de amizade, solidariedade e companheirismo.

Segundo salienta Amaral (2014), os jovens, nas periferias, possuem seu cotidiano marcado por

[...] um espaço social caracterizado pela pobreza, precariedade e restrições relacionadas à violência os jovens tendem a produzir espaços de sociabilidade,

expressões coletivas que se constituem como referência nos processos de construção identitária e de tomadas de posição frente ao social para estes sujeitos, a partir de um campo simbólico que é compartilhado com seus pares (AMARAL, 2014, p. 1).

Notadamente, tais espaços de sociabilidades informais<sup>104</sup> são construídos através de encontros nas praças, nas quadras de esporte, nas ruas, nas esquinas dos bairros Jardim Santa Rita e Conjunto Habitacional José Vieira Brasão, ou até mesmo de outras regiões da cidade de Orlandia.

A apropriação desses jovens, nos espaços públicos do extremo-leste orlandino, configuram, partindo da perspectiva de Sposito (1993), “uma forma peculiar de apropriação do espaço urbano e do agir coletivo” que é capaz de mobilizar os jovens em torno de uma identidade comum (SPOSITO, 1993, 167).

Destacamos que uma das identidades, forjadas por encontros nas esquinas, ruas, praças ou quadras, foi a de “sujeito periférico”. Esta identidade corresponde a aceitação e o questionamento do dia a dia na periferia, ela encontra-se permeada por sentimentos de exclusão, segregação e abandono por parte do poder público, seja com estes sujeitos ou com o espaço em que habitam. A identidade, compartilhada por esses jovens, também se pauta em valorizar os sujeitos periféricos e os espaços na periferia.

Esta identidade de ‘sujeito periférico’, ou melhor, de se reconhecer enquanto um sujeito periférico, foi forjada e definida a partir dos encontros dos jovens e de suas apropriações das pautas do movimento cultural do *Hip-Hop*.<sup>105</sup>

No contexto orlandino, em especial em seu extremo-leste, o movimento cultural do *Hip-Hop* serviu como importante ferramenta para questionar a estigmatização do espaço e marginalização de seus moradores, seja através das pichações, nos espaços públicos e privados, das danças, e das músicas de *rap*.

Destacamos que a produção artístico-cultural desse movimento, em Orlandia, deu-se sobretudo através dos e para os jovens periféricos, que construíram e consolidaram o movimento por meio dos encontros e apresentações realizadas na periferia e fora dela.

É pelo movimento *Hip-Hop* e pela construção dos “pedaços” – que correspondem a espaços de cultivo e fruição de uma cultura que termina por reforçar vínculos de sociabilidade

---

<sup>104</sup> Por “sociabilidades informais” compreendemos, a partir da perspectiva de Agulhon (2019), enquanto encontros regulares entre um grupo de sujeitos em determinado espaço onde tais grupos possui certa coesão - gênero/idade/ocupação/etc.

<sup>105</sup> Como destacamos ao longo do final do segundo capítulo, o Hip-Hop no Brasil e no mundo se construiu enquanto um movimento cultural que buscava questionar a falta de infraestrutura, o abandono e segregação da população pobre e negra nas regiões periféricas. E, da mesma forma, foi um movimento de grande importância para a criação de identidades comuns a sujeitos periféricos na luta contra a estigmatização, valorização e busca por melhores condições de vida para as populações pobres.

e pertencimento (MAGNANI, 1992) -, frequentados por jovens que dividem os mesmos gostos, estilos musicais, as mesmas noções identitárias, pautadas, aqui, na concepção de “sujeitos periféricos”, que esses jovens constroem um novo acervo de representações para com o espaço e com os sujeitos.

Neste sentido, compreendemos que tal acervo é construído pela organização de grupos de dança (como o grupo *Os 'Maicons*), grupos de *rappers* (como o grupo *Mente Armada*), e pelas pichações espalhadas pelo bairro que, por um lado, denunciam os problemas na periferia, a violência policial, e também “formalizam” os grupos que vivem ali, como, por exemplo, a expressão FBZ, que corresponde ao grupo Família Brazão.

Inicialmente, o *Hip-Hop*, no extremo-leste, tomou forma a partir do grupo *Os 'Maicons*, criado por jovens do Conjunto Habitacional José Vieira Brasão e Jardim Santa Rita, no início dos anos 1990. O grupo possuía o intuito, segundo um de seus participantes, de “retirar a criançada da rua, construir um lugar pra eles dançar, socializar se divertir, mas também conversar sobre tudo, sobre a vida deles aqui, eram um lugar para nós, para os vizinhos, os conhecidos, era o pessoal daqui” (WILLIAM BONETTI, 2020), este grupo funda assim, um “pedaço”, ou seja, uma “rede de relações que combina laços de parentesco, vizinhança, procedência, vínculos definidos por participação em atividades comunitárias” (MAGNANI, 1992, p. 193).

Esse grupo, aos poucos, passou de uma sociabilidade informal para uma formal. Como salienta Agulhon (2019), a associação entre os sujeitos “começa facilmente com um grupo de amigos, de frequentadores regulares, antes de chegar ao grupo organizado e constituído; é a transição do ‘informal’ para o ‘formal’” (AGULHON, 2019, p. 31)<sup>106</sup>. Ou seja, nota-se que, se em um primeiro momento, observamos uma sociabilidade marcada por encontros ocasionais, eventuais, espontâneos, ou seja, não previamente marcados, entre um grupo de sujeitos que possuem certa coesão (gênero/idade/ocupação/gostos músicas/etc.), a partir da formalização dos grupos, observa-se uma institucionalização, tal sociabilidade abandona um sentido

---

<sup>106</sup> Na busca de uma melhor visualização sobre a distinção entre cada uma destas categorias, Ribeiro (2019) acrescenta: “Enquanto a formal se apresenta como um fenômeno mais visível, a partir de um conjunto de práticas e registros diversos que informam o essencial sobre a sua existência, a sociabilidade informal, pelo seu caráter espontâneo e volátil, invoca numerosos problemas quanto às provas documentais, decorrendo uma maior dificuldade em visibilizá-la. A primeira estaria relacionada às experiências com algum grau de institucionalização, como por exemplo as confrarias e irmandades, os sindicatos, os clubes sociais e esportivos. Já a segunda estaria associada à fluidez do coloquial, como a conversação, a coqueteria ou encontros eventuais em bares ou cafés. É evidente que a diferenciação entre uma e outra é tênue e dinâmica e a distinção serve como um esforço metodológico de compreensão da realidade estudada” (RIBEIRO, 2019, p. 48).

horizontal (informal) e passa a tornar-se vertical (formal), onde existem lugares em que cada um ocupa, há uma relação hierárquica<sup>107</sup>.

Consideramos que seja a partir dos encontros para os ensaios, apresentações e o contato com a cultura *Hip-Hop* (nacional e internacional), que os jovens, na região periférica de Orlandia, passam a criar uma unidade e uma identidade pautada nas questões apresentadas acerca dos “sujeitos periféricos”, quais sejam: compreender o processo histórico de estigmatização da periferia e de seus sujeitos, a busca por uma ressignificação de tal processo, e a valorização do espaço e dos moradores.

Se por um lado, o grupo, no qual William Bonetti participou, possibilitou a criação de uma unidade na qual os jovens periféricos, como ele, sentiam-se acolhidos e podiam conversar sobre suas realidades e extravasar os seus problemas particulares e coletivos a partir da dança, destacamos que é através de um outro estilo do movimento *Hip-Hop*, o *rap*, que os jovens na periferia poderiam dialogar com um público mais amplo, para além dos colegas, dos “manos” de seu grupo, de seu “pedaço”.

Segundo Amaral (2014), “[...] ao falar sobre o espaço onde vivem, os sujeitos evidenciam também suas relações sociais: expressam consentimentos, reprovações, cumplicidades, silenciamentos – que compõem a trama de seu cotidiano” (AMARAL, 2014, p. 3).

Por meio das músicas de *rap*, falava-se, abertamente, o que se passava na periferia para um público mais amplo, narrava-se o cotidiano, cantava-se sobre suas vidas, seus dilemas, denunciavam ou ridicularizavam o que ocorria na sociedade de modo geral e na periferia.<sup>108</sup>

No extremo-leste orlandino, um grupo que se destacaria, no estilo *rap*, seria o *Mente Armada*, composto pelos *rappers* Sam, Mano Wolf, Pixota e RJ. Alguns dos integrantes do grupo de *rap* participavam também do grupo de dança *Os'Maicons*, e, a partir da amizade formada no grupo de dança, acabaram por fundar o grupo de *rap*.<sup>109</sup>

O grupo, fundado no início dos anos 2000, construiu um repertório de músicas que tratavam temáticas do cotidiano periférico, as amizades, as perdas, a violência na e contra a

---

<sup>107</sup> Como exemplo, o grupo passa a ter uma liderança, alguém que passa a representá-lo, bem como é delegada a cada membro uma função específica, como por exemplo a de coreógrafo.

<sup>108</sup> Sposito (1993), ao discutir sobre as músicas de *rap* e sobretudo as temáticas abordadas por tal estilo destaca que era “[...] está a tônica de denúncia predominante na produção musical dos *rappers*, podendo ser traduzida em expressões variadas, pois cada grupo que se forma desenvolve o seu estilo peculiar acentuando o humor ou a sátira, a denúncia política ou o romantismo” (SPOSITO, 1993, 168).

<sup>109</sup> Salientamos que existiu no contexto do extremo-leste outros grupos de *rap*. Contudo neste estudo daremos destaque ao *Mente Armada*, pois, foi o único que encontramos um acervo disponível para a realização das investigações.

periferia (em especial a violência policial contra jovens), conscientização quanto ao uso de drogas, a falta de infraestrutura e o abandono, por parte da prefeitura, desse espaço.

No repertório grupo, encontramos músicas, como: *Vida difícil*, *Oposição vai se ferra*, *É sempre assim na periferia*, *Mano vai lá*, *Vou me vinga*, *Maldita polícia* e *Venha mano*, todas de autoria do grupo<sup>110</sup>. Da mesma forma, o grupo, em suas apresentações, também cantava músicas de outros conjuntos de *rap*, por exemplo, *Racionais MC's*.

Podemos observar que, no repertório, as letras das músicas evidenciam as tramas do dia a dia, do viver na região de Orlândia. Cotidiano, violência, sociabilidade, laços de solidariedade e de amizade, são pontos apresentados nas melodias.

Ao longo últimos anos, um considerável número de historiadores tem destacado a potencialidade das músicas como importantes fontes para a História. Conforme discute Brito (2007):

[...] uma ainda incipiente produção historiográfica tem voltado sua atenção para o campo da música, pensando essa expressão cultural como objeto a ser explorado e importante fonte de acesso às tramas que buscam dar sentido à realidade estudada, esteja ela localizada no passado recente ou em tempos remotos (BRITO, 2007, p. 209).

Com base na produção historiográfica do assunto, ou seja, das músicas, enquanto fontes para a História (MORAES, 2013), pode-se afirmar que a utilização delas como fonte documental para os estudos historiográficos, trazem à tona novas perspectivas exploratórias ao revisitar e analisar determinados períodos e realidades.

Partindo da perspectiva de Napolitano (2002) que destaca as músicas sendo fontes para a pesquisa histórica, ele utiliza-se do binômio “documento-canção” para se referir a elas. Para o pesquisador, as músicas constituem “um grande conjunto de documentos históricos para se conhecer não apenas a história da música brasileira, mas a própria História do Brasil, em seus diversos aspectos” (NAPOLITANO, 2002, p. 110).

Em sua investigação, acerca da potencialidade das músicas, o autor as destaca como um documento histórico e não apenas um arranjo sonoro, e salienta que estas são possíveis de serem exploradas em investigações sobre diferentes temas. Da mesma forma, entendemos que a música é uma fonte pela qual o conhecimento histórico circula e é, também, uma produção cultural, que possui sua historicidade.

Napolitano (2002) ainda acrescenta:

[...] é fundamental a articulação entre ‘texto’ e ‘contexto’ para que a análise não se veja reduzida, reduzindo a própria importância do objeto analisado. O grande desafio

---

<sup>110</sup> As músicas gravadas deste grupo encontram-se disponíveis na plataforma *Youtube*.

de todo pesquisador em música popular é mapear as camadas de sentido embutidas numa obra musical, bem como suas formas de inserção na sociedade e na história, evitando, ao mesmo tempo, as simplificações e mecanicismos analíticos que podem deturpar a natureza polissêmica (que possui vários sentidos) e complexa de qualquer documento de natureza estética (NAPOLITANO, 2002, p. 53).

Considerando as ideias de Napolitano (2002), faz-se necessário analisar o contexto da criação, produção, circulação e recepção, além de sua apropriação por parte de seus consumidores.

Outro pesquisador que se debruça sobre a importância e potencialidade das músicas/canções, para as investigações em História, é Manoel (2014). Em seu estudo, o autor discute que:

Não há dúvida de que as canções são vestígios importantes e pouco utilizados pelos historiadores na tentativa de produzir um discurso histórico que tenha como fonte primária um bem cultural de fácil poder de apropriação e disseminação, composto por elementos que traduzem e ilustram a 'realidade' de um período. As informações presentes nas canções ajudam a ilustrar os acontecimentos sociais, políticos, econômicos e eventos do cotidiano de determinado país. Grosso modo, podemos dizer que a canção é uma interlocutora de acontecimentos culturais e sociais no mundo contemporâneo (MANOEL, 2014, p. 4).

Neste sentido, entendemos que as músicas reúnem uma infinda quantidade de informações acerca de diversos aspectos de um período histórico, seja por seu poder de comunicação ou apropriação pelos indivíduos.

Wisnik (1999), outro importante pesquisador da relação história x músicas, destaca que “[...] as canções absorvem frações do momento histórico, os gestos e o imaginário, as pulsões latentes e as contradições, das quais ficam impregnadas, e que poderão ser moduladas em novos momentos, por novas interpretações” (WISNIK, 1999, p. 214). Sua proposta reforça nossa compreensão acerca da utilização das músicas enquanto fontes documentais para a História.

Retomando as considerações de Napolitano (2002), as quais corroboram para as questões destacadas por Wisnik (1999) e Manoel (2014), ele salienta que “[...] a canção ocupa um lugar especial na produção cultural, em seus diversos matizes, ela tem o termômetro, caleidoscópio e espelho não só das mudanças sociais, mas, sobretudo, das nossas sensibilidades coletivas mais profundas”. Deste modo, o pesquisador constata que as músicas/canções se configuram enquanto expressões artísticas que contém o reflexo do que uma sociedade sente nos seus mais infindos aspectos.

Pelas considerações expostas, nos últimos parágrafos, propomos que, ao analisarmos as músicas de *rap*, em especial as produzidas pelo grupo *Mente Armada*, podemos compreender melhor alguns aspectos e representações do cotidiano periférico do extremo-leste, bem como a sua importância e contribuição no que se refere à construção identitária dos sujeitos periféricos.



Pois, como destaca Kehl (1999), “[...] o real é a matéria bruta do dia a dia da periferia, é a matéria a ser simbolizada nas letras do *rap*. Uma tarefa que, como todo trabalho de simbolização, depende de um trabalho de criação de linguagem que só pode ser coletivo” KEHL, 1999, p. 104).

Boa parte das músicas do grupo *Mente Armada* são cantadas em primeira pessoa, seja do singular ou do plural (eu ou nós), e, pautam-se em narrativas do dia a dia, sobretudo, narrando os problemas enfrentados na periferia, como: a violência (policial e do tráfico de drogas), a pobreza, o abandono do poder público e o preconceito (principalmente o racial e de classe). Os jovens cantam a sua realidade social e a relacionam com contextos mais amplos, a nível local, colocando em evidência experiências de outros sujeitos, os “irmãos” e “manos” das “quebradas” (extremo-leste e outros espaços periféricos de Orlândia), ou o nacional, ao abordarem outros espaços do Brasil, notadamente os grandes centros urbanos, com destaque as quebradas (periferias) da capital paulista (São Paulo).

Em *Oposição vai se ferra*, o grupo narra um cotidiano marcado pela pobreza e pela falta de oportunidades, o que acaba por gerar a saída dos sujeitos do espaço (periferia), na busca de melhores condições, também a entrada de muitos no tráfico de drogas, sendo a única possibilidade para muitos.

Um dia na periferia onde nasci, vivi, cresci Junto com a pobreza/ Humildade, malandragem, vários que tiveram sair cedo ou tarde/ para fazer alguma coisa/ Ei irmão nunca se esqueceremos da sua pessoa/ Morreu nessa vida, vida louca, afim de ter vida boa/ O crime foi a única escolha (MENTE ARMADA, 2009).

Esta mesma temática é tratada em outras músicas, como *Mano vai lá*, onde o grupo se pauta em detalhar a vida diária de um “mano” que, recentemente, havia saído da prisão, e, pela falta de oportunidade, esse sujeito acabaria retornando ao crime, como única forma de sobrevivência.

Nunca fui convidado pra emprego ou pra trabalho/ Sempre requisitado pra vender pedra ou assalto/ Desde moleque observava os malandro mais velho/ Saindo da cadeia ou indo pro cemitério/ Mesmo sabendo que é sem futuro você se envolve/ Cara quer andar se Cherokee/ Hoje em dia tá difícil levantar vendendo/ Muita gente no mesmo corre, no mesmo veneno/ Por isso não posso perder tempo vou me envolvendo em 157/ Vou pro arrebento pra chegar a hora/ O processo não é lento/ A quadrilha está unida, esquematizando o momento/ A juventude na periferia a sociedade fechou as portas/ Então não adianta ficar em choque agora (MENTE ARMADA, 2009).

O desfecho da vida desse mano e de muitos outros, conforme é narrado na música, iria variar entre apenas duas possibilidades, novamente a prisão ou o cemitério. Para o protagonista da narrativa cantada pelo *Mente Armada*, seu desfecho, após a uma frustrada tentativa de assalto a um banco, foi novamente retornar a prisão.

O grupo se utiliza da história desse personagem como forma de conscientização. Busca-se discutir, por exemplo, em *Vida difícil*, que, mesmo com a falta de oportunidades na periferia, o crime, o “dinheiro rápido” – através de assaltos, roubos e pelo tráfico de drogas –, é apenas uma ilusão, onde o destino dos sujeitos, que optam por tal caminho, seria a cadeia ou o cemitério (morte). Quanto à primeira opção (cadeia), o grupo, na música citada acima, narra o dia a dia em um presídio, evidenciando o abandono dos indivíduos, nesse espaço, e, caracterizam-no um “inferno na terra”, local onde não existe “redenção”.

Ao longo do repertório do grupo, um tema que se sobressai é o da violência, sobretudo, a violência policial. Isto pode ser observado, por exemplo, nas letras das músicas: *É Sempre assim na periferia*, *Maldita polícia*, *Mano vai lá*, e *Vou me vinga*.

Quer saber do nosso dia a dia/ Cola na esquina da periferia/ Venha ver o que acontece todo dia/ Só correria, só bandido tá nas pistas/ Chega devagar, mas não demora/ Pra chegar de boa sente o cheiro da marola/ É o que rola pra tirar a depressão/ Ameniza a mente dos irmãos/ Que o dia a dia não tá fácil não/ A polícia tá de camburão/ Loco pra jogar na detenção/ Os maloqueiros do mundão, né não/ É sempre assim, como cão e gato/ Um sai correndo o outro pula o telhado/ Filho da puta ta dizendo que quer me ver algemado/ Tá enganado, Dessa vez não vai conseguir/ Sou mano Wolf, vou me esconder ali/ Pra ver se um dia eu consigo a vitória/ Mas com a polícia eu só encontro a derrota/ É foda saber que não tem jeito/ É foda pra sempre eu sou suspeito/ Porque sou pobre, sou negro/ É desse jeito, é puro preconceito (MENTE ARMADA, 2009).

Mas uma vez eu vejo a viatura/ A blazer coral, quatro porta cheia de filho da puta/ O que dá proteção deles, a intenção deles é maldade/ Trazendo a violência a comunidade/ Proteção dos playboy/ Mas aqui Mente Armada desabafa, fala que é nois/ Fala que é nois/ [...] A polícia humilha, esculacha os manos da periferia/ Não tenho medo desses porcos, tenho a voz ativa/ Cachorro rapper Sam, pago pro sistema e denuncio a violência/ Violência, violência policial, tratando qualquer um como marginal/ E eles vem com a sua valentia, desrespeitando os manos da periferia/ E eles dizem que são a proteção, eles vêm aqui para humilhar os irmãos/ Pra humilhar os irmãos (MENTE ARMADA, 2009).

Os dois trechos acima, retirados das músicas *É sempre assim na periferia* e *Maldita polícia*, respectivamente, dão dimensão da forma como o braço armado do Estado é representado nas letras de *rap*. Coxinhas, porcos, palhaços de farda, protetores dos playboys, gambé<sup>111</sup>, são algumas expressões encontradas, nas letras de *rap* (e nas pichações espalhadas pelos muros dos bairros no extremo-leste), para se referir aos policiais militares.

A descrença na polícia militar, nas músicas, se dá, principalmente, devido às abordagens truculentas dos jovens nas periferias (ANUNCIACÃO; TRAD; FERREIRA, 2020). Como salientamos, no capítulo anterior, partindo da narrativa de William Bonetti, o

---

<sup>111</sup> “gambé” corresponde a uma gíria comum entre jovens periféricos e se faz presente em boa parte das músicas de *rap*. A gíria “gambé” para policial militar teria surgido devido a prática de grampos na rede telefônica feitos pelo setor de inteligência da polícia e faz referência ao inventor do telefone, Alexander Graham Bell. A gíria teria surgido nas grandes periferias de São Paulo.

entrevistado narrou que era comum os jovens sofrerem abordagens policiais, os famosos “enquadros”, que, na maioria das vezes, eram truculentas, recheados de tapas e ofensas.

Essa representação da PM, também pode ser observada na letra de *Vou me vingar*, onde o grupo *Mente Armada*, em certo momento da música, narra a chegada da PM na periferia, e esta, é, segundo a narrativa, sempre observada com receio, medo e preocupação, pois, a chegada dos “homens fardados”, na maioria das vezes, tinha por único objetivo “fazer outra vítima”.

Na hora da blitz só tapa na cara/ Não conversa vagabundo se não vai pra vala/ É assim em todas as quebradas/ No Brasil filho da puta anda de farda/ Bleiser colorida é a polícia/ Vieram aqui só pra fazer outra vítima/ Outra correria na periferia (MENTE ARMADA, 2009)

Segundo Gatti (2018), o repertório das músicas de *rap* “[...] abordam uma encruzilhada de questões sociais, políticas e raciais” e partem da perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos *rappers*. Essas músicas podem ser compreendidas enquanto narrativas que tratam “[...] de um cotidiano marcado pela violência extrema, em que a morte prematura é um destino quase inescapável, evidenciando o baixo valor que as vidas de pobres e negros têm para a sociedade brasileira” (GATTI, 2018, p. 270).

Partindo da perspectiva da autora, ao abordar as temáticas das músicas de *rap* e sua relação com o cotidiano periférico, destacamos que o grupo *Mente Armada*, em músicas como *Vou me vinga* e *Venha mano*, constrói narrativas que se caracterizam enquanto desabafos. Em *Vou me vinga*, especificamente, o grupo, na voz de Mano Wolf, narra a trajetória de um jovem que teria perdido o pai, assassinado em uma operação policial, e evidencia seu drama cotidiano, a violência policial e do tráfico, a falta de oportunidades e o preconceito, identificando, sobretudo, o governo, a polícia, e as mídias por serem culpadas e coniventes de tais problemas.

To cansado de ver desordem nessa terra/ Tráfico de drogas, homicídios, guerras/ Aqui a violência sempre quebra as pernas/ A mídia sempre se fez de cega/ Não vê o problema que acontece na favela/ Problema social tipo fome miséria/ O desemprego integra esse palco de medo/ Orlândia interior sou mano Wolf/ Tirando o teu sossego/ O governo vê e não faz nada/ Deixa irmão de pregos de farda/ Que sobem aqui só com bala e granada/ Na hora da blitz só tapa na cara/ Não conversa vagabundo se não vai pra vala/ É assim em todas as quebradas/ No Brasil filho da puta anda de farda (MENTE ARMADA, 2009)

Podemos dizer que as músicas de *rap* tem por objetivo, ou melhor, tem por função, falar/narrar as questões que se passam no dia a dia dos sujeitos periféricos, dando atenção aos problemas enfrentados na periferia, como a violência, o preconceito e o abandono. Cantam sobre seus dilemas e dificuldades sempre com um tom de denúncia.

Retornando às músicas *Vida difícil* e *É sempre assim na periferia*, respectivamente, as vozes de Sam, Wolf e RJ identificam e traduzem as funções do *rap* para o grupo.

O rap é a nossa alternativa/Para nos distanciar do mal/A justiça na periferia não foi leal a comunidade/Por isso nós relatamos a verdade/Mente enfumaçada não é viagem/  
A família Mente Armada no seu estilo de vida/ [...] O rap é a nossa alternativa/ Para nos distanciar do mal/ A justiça na periferia não foi leal a comunidade/ Por isso nós relatamos a verdade/ Mente enfumaçada não é viagem (MENTE ARMADA, 2009).

Nem mesmo assim, vão me segurar/Nem mesmo assim, vão me conseguir parar/Que eu tô pronto, pronto pra disparar/Varias rajadas de palavras/E agora o que que eu vou fazer/Vem aqui na esquina só pra você ver/Tá na hora da ronda da polícia/Vamos sair da esquina (MENTE ARMADA, 2009).

Na perspectiva dos *rappers*, suas músicas servem para “tirar o seu sossego”, “relatar a verdade”, também é uma forma de “se distanciar do mal”. Este último ponto, pode ser entendido como a segunda função do *rap*, ou seja, para além da denúncia, serviria como forma de conscientização ao uso de drogas, bem como os malefícios do tráfico.

Contudo, cabe salientar que embora as músicas desse grupo tenham foco principal o tom de denúncia, especificamente, dos problemas encontrados no cotidiano periférico, outro tema tratado, nas letras, de forma significativa, refere-se aos laços de solidariedade na periferia, em especial aos laços entre os jovens.

Como destaca Amaral (2014), as temáticas das músicas de *rap*, não se concentram apenas nas questões que envolvem a pobreza e a violência,

[...] existem nestas músicas uma complexa construção de significados que transitam, relacionados à amizade, as redes de solidariedade, aos códigos morais, à produção cultural, entre outros, que se destacam como elementos constitutivos dos processos de produção de sujeitos (AMARAL, 2014, p. 14).

Em todo o repertório do grupo *Mente Armada*, encontramos referências aos “manos” e “irmãos” que seguem ou seguiam juntos na mesma caminhada do dia a dia, que dividem e dividiam juntos problemas comuns, bem como esses mesmos irmãos e manos dividem as vitórias no próprio cotidiano. Os laços de solidariedade são construídos, a partir dos problemas enfrentados, seja pela violência, preconceito ou falta de oportunidades (principalmente de empregos).

Segundo salientamos, em parágrafos acima, o movimento cultural do *Hip-Hop* seja através da dança, das pichações e do *rap*, construindo, ocupando ou reinventando os espaços (pedaços) ao longo dos bairros que compõem o extremo-leste e fora dele, serviu como um movimento aglutinador, que acabou por forjar uma identidade jovem na periferia, identidade esta que corresponde ao “sujeito periférico”.

A identidade construída pelo movimento, em um primeiro momento, serviu para denunciar as mazelas sofridas pelos sujeitos e pelo abandono do espaço. Da mesma forma, tal identidade também serviu para a construção de uma conscientização ao uso de drogas, de uma autoestima e pertencimento à periferia, independente dos problemas enfrentados. Sem sombra de dúvidas, tais questões podem ser observadas ao longo do repertório do grupo *Mente Armada*, construído por versos que denunciam a violência e o abandono, a criação de laços de solidariedade e buscam a valorização, a partir da criação de uma autoestima, para os sujeitos que habitam a região orlandina.

Outrossim, destacamos que esta identidade forjada pelos encontros, shows, músicas, danças e pichações, dar-se-ia a partir de um sentimento de oposição entre o “nós” (manos, irmãos, moradores da periferia) que sofrem, diariamente, com o racismo, preconceito e violência, em contraponto ao “eles” ou “outros” (os *boys*, *playboys*, *coxinhas*) que correspondem aos sujeitos “pertencentes a uma elite econômica, com privilégios, acesso ao consumo e ao poder e serviços públicos, principalmente à proteção policial”, observa-se “eles” como aqueles que propagam os estereótipos, violência e estigmas referente à região e seus moradores (GATTI, 2018, p. 271).

Evidenciamos, ainda, que esta identidade foi propagada, incorporada, significada e ressignificada entre os jovens dessa região, na explanação, das músicas em encontros nas esquinas, quadras, ruas etc., assim como em participações em shows dos grupos de *rap* e dança. O *Hip-Hop*, no extremo-leste, e fora dele, acabou por formar uma rede de sociabilidades que impulsionou a criação dessa imagem/identidade (nós), construindo coesão ao grupo/identidade (FELIX, 2005).

Ao longo do final da primeira década do século XXI, os grupos *Mente Armada* e *Os Maicons* chegariam ao fim. Os motivos que levaram o encerramento variam, sejam por brigas internas, falta de tempo para a realização de ensaios e *shows*, pela falta de recursos para a compra de equipamentos e locomoção para eventos.

Contudo, a identidade e os laços construídos entre os jovens, na periferia, pelas suas contribuições mantiveram-se. E contribuíram, significativamente, na construção de uma identidade periférica que pode ser traduzida, hoje, por meio do grupo *Família Brazão*.

A *Família Brazão* foi criada no final da década de 2010, inicialmente, como um bloco de carnaval de moradores da periferia, que, em sua grande maioria, eram os jovens. O grupo criou, ao longo dos anos, uma série de abadas que trazem o nome do grupo, estampas como imagens de figuras ligadas ao *Hip-Hop* ou de outras pessoas. Os abadas traziam frases que valorizam a periferia e os sujeitos que a compõem.

Entretanto, a FBZ não corresponde apenas a um grupo criado para “pular carnaval”. Em suas entrelinhas, o grupo também é utilizado como dispositivo de solidariedade, ativado, muitas vezes, em situações de confronto (em especial contra outros grupos de outras regiões periféricas, policiais e contra grupos de playboys – jovens de classe média alta, moradores de regiões nobres de Orlândia). O grupo criou uma página na plataforma *Facebook* que serve de espaço de divulgação de eventos (sobretudo de *Hip-Hop* e *Funk*), realizados na cidade e região. Da mesma forma, serve para a interação dos membros e divulgação de trabalhos, oportunidade de empregos, memórias de encontros e convites para “jogar conversa fora”, “tomar uma bera [cerveja]” e “queimar uma carne [fazer churrasco]”.

André Marcos Silva Rodrigues, “Chicão” para os manos e os chegados<sup>112</sup>, é um dos fundadores da FBZ. Nascido e criado no Conjunto Habitacional José Vieira Brasão, ao falar um pouco da trajetória do grupo, das suas influências, explicita que:

A FBZ a gente criou pra se divertir com o carnaval aí depois criou o grupo [no *Facebook*], que também no início era pra divulgar a camisa [abada] pra ver quem queria comprar. Só que depois, que acabava o carnaval, a gente usava o grupo pra interagir, pra conversar, pra marcar uns encontros ali na quadra, jogar um futsal depois tomar uma cerveja no Gordim [Bar no bairro Brasão, localizado na rua 12] (ANDRÉ MARCOS, 2020).

Nota-se, que o grupo FBZ, na perspectiva de André, pode ser compreendido da mesma forma que o grupo *Os’Maicons* era para William Bonetti, ou seja, o grupo é útil enquanto espaço de criação e aprofundamento de laços de amizade e solidariedade. Também é valioso para os sujeitos conversarem questões pessoais e coletivas, especialmente, de situações cotidianas da periferia e de fora dela.

A gente se encontrava mais ali na quadra, no meio do Brasão ali [avenida Z], ia todo mundo do grupo ali, tudo as molecadas, a gente jogava uma bola ali e depois sentava por ali mesmo e ia tomar uma cerveja, ia conversar sobre o que aconteceu na semana de cada um, sobre os problemas que os cara tava passando, via no que cada um podia ajudar, conversava sobre o que tava rolando na cidade, jogava umas conversa fora (ANDRÉ MARCOS, 2020).

Marcos Flavio Enos<sup>113</sup>, outro integrante, ao ser perguntado sobre as influências desse grupo, narra- nos que:

O grupo nasceu da molecada que tava tudo junto aí entende? Se encontrando nas esquinas, que curti um rap, tinha uns que dançava até que cantava, mas daí os grupos daqui morreu [acabou], aí a gente criou esse grupo pra divulgar outros que cantavam, pra gente ir prestigiar os eventos dos maluco (MARCOS FLÁVIO, 2020).

Marcos, ainda destaca que o grupo FBZ, para ele,

---

<sup>112</sup> André Marcos Silva Rodrigues, 25 anos, paulista, operário da Industria Intelli. Entrevista realizada através de plataforma digital (*WhatsApp*) em 26 de outubro de 2020.

<sup>113</sup> Marcos Flavio Enos, 26 anos, paulista, empresário. Entrevista realizada através de plataforma digital (*WhatsApp*) em 20 de outubro de 2020.

[...] é mais que um grupo de Facebook, ou um grupinho ali que vai pro carnaval, tem mais coisa ai entende? Ali a gente é um grupo de galera da periferia que divide umas ideias, marca pra dar uns pião [encontros] pra falar dos problemas, mas também pra se divertir (MARCOS FLÁVIO, 2020)

*Mente Armada*, *Os' Maincons* e, hoje, a *Família Brazão*, foram, e são, grupos que possibilitaram a criação e ocupação de espaços onde jovens periféricos dialogam e discutem suas realidades cotidianas.

Nos versos do grupo *Mente Armada*, conhecemos um dia a dia marcado por uma realidade brutal, que, embora com as dificuldades “batendo à porta” a periferia se cerca de laços de amizade e solidariedade. *Os' Maicons* criou e ocupou espaços, na periferia, por meio da dança, mas também serviu como importante grupo de criação de uma consciência e identidade, nos encontros para ensaios e apresentações.

Por fim, na atualidade, a FBZ, além de um grupo criado para pular o carnaval, na criação de seus abadas, reforça a identidade criada pelos outros dois grupos citados, e passa a ocupar, mesmo que por um breve momento (semana de carnaval), espaços para além da periferia<sup>114</sup>. Em um campo simbólico, esses jovens, ao caminhar entre a multidão, nos dias de carnaval, com abadas com estampas que exaltam o movimento *Hip-Hop* e com frases que valorizam a periferia e seus laços, mostram que a periferia vive, excluída e estigmatizada, mas ainda viva, presente, ocupando e (res)significando outros espaços na cidade (CERTEAU, 1994).

Contudo, cabe destacar que mesmo o movimento cultural do *Hip-Hop*, bem como o grupo FBZ, tendo servido como importante forma de ressignificação do processo de estigmatização, valorização da periferia, ocupação e criação de espaços, não são vistos desta perspectiva por todos, seja pelos moradores de fora da periferia ou pelos moradores mais velhos da própria região periférica.

Muitas pessoas, na periferia, em especial os mais velhos, observavam e descaracterizavam os encontros e apresentações dos jovens, julgando-os “desocupados” ou “baderneiros”. Da mesma forma, viam, nas músicas de *rap*, apologias à violência ou ao uso de drogas; as danças, como perda de tempo; as pichações, como depredação do patrimônio público e privado.

José Osmar, morador do bairro Santa Rita, sintetiza muito bem o pensamento de boa parte dos habitantes da localidade e de fora dela, quanto aos grupos de jovens: “Aqui na praça tinha muito disso né, desses grupinhos que vem só pra usar drogas, se reúne só pra isso, não tá

---

<sup>114</sup> Tradicionalmente o carnaval da cidade de Orlândia, tem sido realizado no centro da cidade, em um local ao lado do cinema e da Biblioteca Municipal, localizado na Avenida do Café - marco histórico do município.

certo não. Olha lá a quadra coberta, virou ponto deles, ponto de usuário só” (JOSÉ OSMAR, 2020).

Essa opinião é dividida e compartilhada nas mídias sociais, como os jornais e rádios locais, que publicavam várias notícias sobre brigas e uso de drogas, nos espaços de sociabilidades jovens, acarretando, assim, uma estigmatização contra o movimento cultural do *Hip-Hop* e contra os jovens que compõem o grupo FBZ.<sup>115</sup>

Da mesma forma, não era somente dos encontros entre os jovens, propiciado pelo movimento cultural do *Hip-Hop* e pelo grupo FBZ, que se configuravam os espaços de lazer, de sociabilidades e identitários dos moradores da região. Existiram e existem também outros espaços como: os bares e lanchonetes frequentados por um público mais amplo, sejam de adultos, jovens e crianças, e, principalmente, festas comunitárias. E, com relação as festas, estas também serviriam como base de criação de uma unidade às pessoas do lugar.

No extremo-leste, podemos observar duas festas comunitárias, a Quermesse de Santa Rita e a Festa Junina da Travessa X, que reuniam moradores de todos os cantos dos bairros que compõem a região. Cabe ressaltar que, além de possibilitar um espaço de lazer, a importância de tais eventos anuais, concentra-se, como já destacado, no seu poder de criação de uma extensa rede sociabilidades, baseadas em amizades, companheirismo e de solidariedades entre os sujeitos que organizavam e frequentavam as atividades. Desta forma, criou-se, através desses festejos, sentimentos de unidade e pertença ao espaço (identidade).

Se, neste primeiro tópico, centramos nossas considerações acerca do cotidiano, lazer e sociabilidade jovem, ao longo do segundo tópico, buscaremos nos concentrar em outros espaços, em especial, a duas festas anuais que ocorrem no extremo-leste orlandino: a Festa Junina, organizada na Travessa X e, a Quermesse de Santa Rita, realizada pela paróquia Santa Rita, que correspondem a espaços de lazer e de sociabilidades de um público mais amplo, seja de crianças, jovens, adultos e idosos.

### **3.2 Quermesse Santa Rita e a Festa Junina da Travessa X: espaços de lazer, sociabilidades e criação de sentimentos de unidade e pertença ao espaço<sup>116</sup>**

Ao longo das últimas décadas, as Ciências Humanas e Sociais, por meio da Antropologia, Sociologia, História e Geografia, têm evidenciado a potencialidade de se

---

<sup>115</sup> Vale ressaltar que a potencialidade do movimento *Hip-Hop* e do grupo FBZ se encontram na denúncia dos problemas enfrentados na periferia, bem como constroem e consolidam um tipo específico de sociabilidade e uma identidade (sujeito periférico).

<sup>116</sup> Parte das discussões desta seção foram publicados no periódico *Albuquerque: Revista de História*, v. 13, n. 25, 2021, p. 159-175. Ver: PEREIRA, 2021d.



investigar as festas comunitárias, enquanto importantes espaços de lazer, “erupção de sociabilidades, modos específicos de apropriação do espaço, conceptualização do tempo e vínculos de pertencimentos entre os sujeitos” (OSÓRIO, 2017, p. 494).

Da mesma forma, os estudos das humanidades, têm destacado outro aspecto dessas festas, o seu poder de construção de identidades locais. As festas correspondem, como pontua Osório (2017), a momentos dedicados “à construção de uma identidade regional mais alargada e oficial, ao mesmo tempo em que são afirmados e celebrados vínculos mais específicos, como as redes de parentesco, amizade e de vizinhança” (OSÓRIO, 2017, p. 505).

Para Ferreira (2006), as festas são portadoras de ações concretas, de desenvolvimento e fortalecimento de laços sociais identitários:

As festas podem ser examinadas do ponto de vista da atividade lúdica, mas também como um acontecimento aglutinador da realidade das comunidades envolvidas, no sentido de avaliar seu potencial como formadora da cidadania, da conscientização e da participação social, porque um dos elementos mais significativos no processo de realização da festa é a transformação do indivíduo comum em protagonista daquele evento (FERREIRA, 2006, p. 111-112).

Ao longo deste tópico, temos por objetivo central discutir dois eventos anuais ocorridos no extremo-leste, que são: a Quermesse de Santa Rita, organizada pela Paróquia Santa Rita, ao longo do mês de maio, que conta com a participação e organização do evento pelos fiéis, e a Festa Junina da Travessa X, organizada pelas famílias que habitam essa parte do bairro Brasão. Ambas as festas, que analisaremos, oscilam entre o polo da cerimônia ritual e o da festividade (TEIXEIRA, 2010), e ambas correspondem, partindo da perspectiva de Cruz; Menezes e Pinto (2008): a “momentos sociais nos quais os homens [e as mulheres] reafirmam laços de solidariedade, praticam a sociabilidade, se harmonizam, se unem e, assim, constroem suas identidades sociais” (CRUZ; MENEZES; PINTO, 2008, p. 16).

Esses dois eventos, segundo Oliveira e Cavalcante (2012), relacionam-se, em um primeiro momento, como formas de lazer e manifestações culturais. Contudo se consolidam em importantes espaços de socialização e atrativos turísticos para a região. Em suma, compreenderemos os eventos como manifestações culturais que fazem parte da estrutura social comunitária, e compõem, interagem, influenciam e modificam o cotidiano. As festas comunitárias marcam tempo, pessoas, temas e lugares. E, como discutem Oliveira e Osório (2017), “podem ser pensadas como ocasiões sociais complexas presididas por modelos de ordem que orientam condutas, fornecendo meios para a navegação no mar dos acontecimentos e chaves para decodificação dos sentidos de suas ações” (OLIVEIRA; OSÓRIO, 2017, p. 175).

Um desses eventos, a Quermesse, traz significativas contribuições financeiras à paróquia, o valor arrecadado, durante os eventos, foi investido em construções e reformas na Igreja Santa Rita e na praça em seu entorno. Já a Festa Junina, realizada na Travessa X, não tem por objetivo a arrecadação, o evento é organizado através de doações dos moradores da travessa e de outros moradores das ruas e avenidas da redondeza. A Festa Junina nasceu a partir de um “pagamento de promessa”, porém, deixou de ser algo individual, de uma pessoa/família e acabou por englobar uma série de outros sujeitos.

Destacaremos, ainda, que as contribuições desses dois eventos anuais se encontram, também, na construção e consolidação de laços de amizade e solidariedade entre seus participantes, e constroem uma certa noção e sentimentos de unidade, identidade e pertença ao espaço. Como destacam Silva e Angelo (2016),

As festas enquanto manifestações da cultura fornecem elementos fundamentais de sociabilidade e de tensões sociais, no modo de ser e como ser, na convivência com seu grupo, as interações e conflitos em geral, ou seja, formatam a vida em sociedade. As interações geradas no desenrolar dos festejos, demonstram a estética existencial e as bases de cada festa em particular. Mostram ainda, as formas organizacionais, as lógicas, as lutas da comunidade ou simplesmente a exaltação da alegria ou dá fé, quer individual quer coletivamente. Olhar cada espaço de criação dos eventos, fornece elementos do mundo simbólico dos significados e de (re)significações de cada celebração/festa/acontecimento (SILVA; ANGELO, 2016, s/p).

Concordamos com as autoras de que as festas não correspondem apenas a um mero espetáculo, antes de tudo, são um espaço construído pela comunidade, “como forma de se fazer ver, se fazer sentir e ser” (SILVA; ANGELO, 2016, s/p). Neste sentido, as festas podem ser consideradas importantes momentos “para o exercício da sociabilidade no contexto urbano, as festas [...] ativam a memória dos moradores da cidade, bem como reforçam as tradições culturais, o sentimento de identidade e pertencimento coletivo” (ARAGÃO; MACEDO, 2013, p. 3).

Após tais considerações, começemos pela tradicional Quermesse de Santa Rita. Poucos anos após a criação da Igreja Santa Rita, na década de 1990, circunscrita entre as ruas 12 e 14, e avenidas X e Y, localizada na praça que leva o nome da igreja, Praça Santa Rita, a Paróquia, com auxílio dos fiéis passou a realizar, tradicionalmente, no mês de maio, a Quermesse de Santa Rita.

As Quermesses correspondem a eventos tradicionais no contexto orlandino. No município de Orlandia, observa-se a organização total de cerca de cinco eventos desse tipo, que ocorrem em diferentes pontos da cidade, seja no centro, Jardim Boa Vista, Jardim Teixeira, Conjunto Habitacional Julio Bucci e Jardim Santa Rita, todas ligadas a paróquias de igrejas católicas, presentes nesses espaços.

Tratando especificamente deste evento, no extremo-leste, a Quermesse é realizada anualmente, e ocorria, inicialmente, na Avenida X, avenida de frente à Igreja, mas, ao longo do final da década de 2010, foi alocado, na Escola Sylvia Ferreira, ao lado da Igreja. O evento contava com a realização de bingos (onde como prêmio aos ganhadores era dado um frango assado) e possuía barracas de macarrão, fogazzas, batatas fritas, cachorros-quentes, paçoquinhas, amendoins torrados, pastéis, bebidas (quentão, cerveja, refrigerante e sucos), doces, e uma barraca de pesca. Todo o montante arrecadado com as vendas de cartelas de bingo e dos produtos das barracas, durante o evento, eram revertidos a construções, reparos e manutenção da Igreja e da praça.<sup>117</sup>

O casal Rosa Maria e José Osmar, participantes e organizadores do evento, destacam que a Quermesse de Santa Rita é um dos poucos eventos ocorridos, no extremo-leste, onde os moradores possuíam um espaço para se divertir, conversar e socializar com outras famílias dos bairros Brasão e Santa Rita.

Aqui o que tinha de bom, e pra fazer só [risos] era a Quermesse. A gente que fazia, era a moda antiga sabe, fazíamos no início ali na rua [Avenida X], aí depois que veio a escola a gente fazia dentro da escola. A gente fazia e o dinheiro que arrecadava era para construir a capela Santa Rita, pra aumentar, pra lidar na praça. Então nós fazíamos, eu participei disso, ela [sua esposa, Rosa] participou, meus filhos também depois ajudaram. Trabalhava na barraquinha, ia em uma depois em outra ia ajudando no que podia. A festa que nós tinha era essa aí e jogar futebol sabe ali na Rua Oito tinha um campinho de futebol, era a diversão nossa, aí se você quisesse diversão você tinha que ir lá pro Jardim Boa Vista, pro centro sabe, tipo dança essas coisas assim tinha que ir pra lá, aqui nossa diversão era só a quermesse, uma vez no ano, na semana de maio (JOSÉ OSMAR, 2020).

Ao longo do processo de elaboração desse evento tradicional, ocorreria uma mudança no cotidiano dos moradores do extremo-leste. Como nos narra João Carlos,

Na semana da quermesse as coisas mudam, a gente até fechava os comércios, porque tem que se preparar para ajudar em tudo por lá né. O pessoal mudava a rotina. É uma coisa que se tornou uma tradição por aqui, todo mundo dava uma passada por lá, pra comer, pra ir na missa, ou pra jogar bingo (JOÃO CARLOS, 2020).

Os relatos dos itinerários dos moradores, ao longo do período da Quermesse, evidenciam uma quebra em seus cotidianos, seja pelo fechamento dos comércios mais cedo, como relatou João Carlos, ou pelo voltar mais cedo do trabalho, conforme destaca Raimundo Nonato, “nos dias da Quermesse, o pessoal queria sair mais cedo, pedia pro empregador trazer a gente da roça antes, tinha que se arrumar pra ir lá né, num ia tudo sujo [risos], se divertir um pouco” (RAIMUNDO NONATO, 2020).

---

<sup>117</sup> As quermesses, como destaca Moura (2012), correspondem a eventos organizados, na maioria das vezes, por organizações religiosas, notadamente católicas, que possuem como características marcantes serem domésticas e comunitárias, e na maioria das vezes são festas de arrecadação de fundos.

Da mesma forma, a relação com os lugares se modifica nesse período, a Avenida X deixa de ser uma mera Avenida, local de passagem de veículos e pedestres, torna-se palco de uma festa, local de lazer e de sociabilidades, assim como, com a locação do evento para a Escola, esta passou a ser, ao longo das noites de maio, um lugar para além do ensino. Os relatos dos sujeitos, de seus itinerários (da casa ao trabalho - do trabalho a festa), correspondem a uma série discursiva de operações, neste caso, operações de demarcação, que fundam e articulam espaços (CERTEAU, 1994).

Partindo da perspectiva de Certeau (1994), sobre as relações entre lugar e espaço, observamos que a Avenida ou a Escola, perdem seu caráter de lugar e passam a ser espaços. Segundo o autor, o espaço corresponde à ausência de posições definidas e, é uma ordem móvel que propicia vislumbrar as diferentes experiências espaciais da vida cotidiana. Enquanto o lugar corresponde a certas configurações mais estáveis.

Devemos entender por lugar algo que resulta de uma demarcação física ou simbólica no espaço, cujos usos o qualificam e atribuem sentidos diferenciados, orientando ações sociais e sendo por estas reflexivamente delimitado – a rua, a escola, correspondem a lugares. As práticas das pessoas, a apropriação dos lugares, acabam por subverter lugares em espaços, mesmo em um sentido temporário, como é o caso do evento citado, ao fim deste, a Avenida segue sendo novamente local de passagem de pedestres e veículos, e a Escola com seu público (estudantes e docentes). Há, entre essas categorias, passagens que permitem entender a dinâmica das fronteiras flexíveis que marcam a vida cotidiana<sup>118</sup>.

Retomando às considerações sobre o desenrolar do evento, no interior dessa festa “à moda antiga”, como descreveu José Osmar, constatamos a celebração das famílias, renovação de laços de solidariedade, variados estilos de músicas (do sertanejo raiz à incorporação de estilos mais recentes, como o sertanejo universitário), a realização do bingo, a venda de comidas tradicionais e de outros alimentos da cultura contemporânea.

No começo a gente montava um barracão na Avenida, pegava cadeiras de bares, emprestava ou alugava, colocava um som, antes tinha até quem vinha cantar, depois foi se modernizando, mais variedade de coisas sabe, do jeito de fazer de preparar e da gente se organizar mesmo, porque antes era difícil se reunir, era ir na casa, depois passou a ligar e hoje tem a internet. Mas ainda segue a tradição nossa aqui (JOSÉ OSMAR, 2020).

---

<sup>118</sup> Esta discussão também pode ser aplicada para a compreensão dos “pedaços” fundados pelos jovens, discutido na seção anterior. Os jovens também fundam espaços, apropriam-se de lugares, mesmo que temporariamente e dão novos significados. As quadras, para além do esporte tornam-se espaço da música e da dança, uma parede de uma propriedade pública ou privada torna-se uma “tela” para artistas (pichadores) deixarem suas marcas.

A incorporação de novos alimentos e de tecnologias indica uma certa ressignificação da Quermesse, na medida em que o tradicional conflui com o moderno. Mas, segundo relata o entrevistado, a tradição ainda se mantém, pois, para ele, a tradição corresponde além do modo de fazer a festa:

[...] veja bem, é que é tradicional pra gente porque ela... ela permite sabe que a gente se reúna lá, e a gente faz tudo ano, e só vai chegando gente nova, os filho, neto, entendeu, pode ser que a gente para de vender pastel, substitui por outra coisa da moda, mas a festa vai ta lá, a gente vai ta, só não vou estar quando eu for [morrer] ai não vou mais [risos] (JOSÉ OSMAR, 2020).

Como supracitado, o evento era organizado pela Paróquia Santa Rita com o auxílio de seus fiéis, que colaboravam na organização, e atuavam ao longo do evento, trabalhando na confecção e venda dos alimentos que iriam ser consumidos, vendendo cartelas do bingo, e ajudando com doações de produtos e dinheiro para a realização do evento.

Aqui todo mundo ajudava nos negócios [festas] que tinham por aqui. São... são negócios [festas] bem coletivos. Até quem não ia ajudava de algum jeito, eu sempre ajudei com doações. Nunca fui. Mas os meninos [filhos] aproveitavam bastante. Eles ficavam tudo prontos. Acabava a missa eles já iam pra lá. As vezes nem acabava, ficavam lá na praça esperando (ADRIANA RODRIGUES, 2020).

Antes do início das vendas dos produtos e do bingo, era realizado uma missa na Igreja Santa Rita, após, as pessoas se dirigiam ao evento. A Quermesse possuía o poder de juntar moradores do Santa Rita, Brasão e moradores de outros bairros da cidade de Orlândia. Da mesma forma, devemos destacar que, nem todos os frequentadores do evento eram participantes do rito católico, muitos esperavam o fim da missa em suas casas, ou na praça Santa Rita, e, depois do término da missa, seguiam de onde estavam para o evento, como, por exemplo, é o caso dos filhos da moradora local Adriana Rodrigues Batista<sup>119</sup> e de muitos outros sujeitos.

A Quermesse, pode ser vista como um dos mais importantes espaços comuns de lazer da região periférica, que agregava, ali, um público, de diferentes idades e credos. Chianca (2007) ressalta que eventos, como quermesses e festas juninas, no contexto brasileiro, possuem uma expressão de festa laica e popular que acabam por servir de importantes espaços de renovação da vida social e seus laços comunitários.

Destacamos, aqui, que a importância da Quermesse, nesta região orlandina, além de espaço de lazer periférico, também se encontra em seu poder de criação e formação de laços de amizade, solidariedade e identidade. Como destacado ao longo do capítulo anterior, com a

---

<sup>119</sup> Adriana Rodrigues Batista, 64 anos, paranaense, dobradeira de palha. Entrevista realizada em sua residência, avenida Y, em 28 de janeiro 2020.

formação dos bairros, no loteamento Santa Rita ou no Conjunto Habitacional José Vieira Brasão, os espaços receberam sujeitos advindos de diferentes bairros da cidade de Orlandia, e até mesmo de fora dela, como é o caso da chegada de migrantes de outras cidades do Estado de São Paulo e de outros estados do país.

Neste sentido, a Quermesse acabou por contribuir com a criação de laços entre as pessoas que dividiam, em um primeiro momento, um mesmo credo religioso, no caso, o católico. A realização de um evento comunitário, em que os fiéis trabalhavam, conversavam e dividiam ideias, acabou por criar e estreitar laços entre eles que, até então, eram apenas vizinhos e, em sua maioria, desconhecidos um do outro. Maria Dalva, sintetiza isto, “[...] quando a gente chegou aqui, não conhecia ninguém né, eu até tinha uns conhecidos que vieram para cá também, só que era tudo longe, eu aqui na Y, a minha conhecida lá no fim da Z, era longinho, então os vizinho aqui eu nem sabia quem eram” (MARIA DALVA, 2020).

Contudo, ressalta-se que a Quermesse não possibilitou apenas a relação e construção de laços somente entre um público católico. Adriana Rodrigues, em citação anterior, destacou isto em sua narrativa, Rosa Maria evidencia o mesmo:

A quermesse, eu acho que acabou, por não sei, juntar a gente aqui sabe. Porque tinha gente que nunca se viu aqui, aí fez a igreja, a gente começou a ir aqui. Não precisava ir lá no Boa Vista, na [Igreja] Cristo Rei, tinha um aqui. Aí teve a quermesse, a gente criou ela, era para ajudar a igreja, pra construir, reformar, mas ajudou também a gente se conhecer, e não só os católicos, todo mundo por aqui, não é só católicos que vem na nossa quermesse. Ta todo mundo junto (ROSA MARIA, 2020).

A possibilidade de criação de uma unidade, de laços entre os moradores da região fundada, a partir desse evento, também, pode ser observado na Festa Junina. Este evento nasceu a partir de uma promessa feita por uma moradora da Travessa X, Maria de Lurdes Monteiro<sup>120</sup>. Maria de Lurdes, ou Dona Lurdes como é conhecida por todos, é moradora do Conjunto Habitacional José Vieira Brasão, desde 1993, no início dos anos 2000, acabou sofrendo um acidente de trabalho, e, após o acontecimento, fez uma promessa a Santo Antônio que, caso se recuperasse de tal acidente, realizaria todos os anos, no mês de junho, uma festa junina. Com a recuperação, Maria de Lurdes passou a realizar a festa, inicialmente, com a ajuda da família e, posteriormente, contando com a ajuda de vizinhos.

Eu machuquei a coluna sabe, foi complicado, os médicos diziam que existia pouca chance de eu ficar melhor eu ia perder o movimento das pernas. Na terceira vez que eu ia ser operada eu fiz essa promessa, disse que se Deus me curasse todo o ano eu ia fazer essa festa, e foi assim, já vai fazer 21 anos que eu faço essa festa (MARIA DE LURDES, 2020).

---

<sup>120</sup> Maria de Lurdes Monteiro, 57 anos, paulista, aposentada. Entrevista realizada através de plataforma digital (*WhatsApp*) em 26 de fevereiro de 2021.

Como nos narra, o evento a cada ano vem tomando grandes proporções. No início, Maria de Lurdes apenas realizava uma missa em sua residência, rezavam o terço, levantava os santos<sup>121</sup>, em seguida, servia aos poucos convidados pipoca, quentão de pinga e bolo. Mas, com o passar dos anos, o evento foi atingindo um maior público, variou nos alimentos servidos e saiu do ambiente privado, ganhou a Travessa e parte da Rua Oito.

Começou com pouquinho, só pipoca e quentão, mas cada ano foi mais e mais e agora a gente faz de tudo. Tem até vereador que ajuda a gente aqui a fazer, até o prefeito. Eles já falaram que isso aqui tá virando tradição. Os vizinho ajudam bastante, cada ano vai aumentado mais, da última vez foi quatro galão de 50 litros de quentão, dois galões desse de canjica, cuz-cuz, amendoim [cri-cri], faço caldo de mandioca com carne moída, batata. Doce, bolo, leite achocolatado, tudo, cada ano aumenta mais, glória a deus. É tudo doado e quando sobra a gente divide com os vizinhos no outro dia. Tudo de graça, tudo, tudo (MARIA DE LURDES, 2020).

A festa que, em 2021, entrou em sua vigésima primeira edição<sup>122</sup>, atualmente, possui “aval” do poder municipal para ser realizada. A Prefeitura autoriza o bloqueio da Travessa X e parte da Rua 8, bem como é solicitado a presença de policiais militares para fazer a segurança do evento.

A dinâmica da festa é simples. Na parte da manhã e da tarde, do dia 13 de junho (dia de Santo Antônio), os moradores fazem os preparativos do evento, como a grande fogueira, os enfeites na rua (bandeirinhas e cartazes), e dedicam-se no preparo dos alimentos (que foram doados ao longo da última semana). Já na parte da noite, o evento se inicia com uma missa, realizada na Travessa X, com orações de agradecimento à benção alcançada. Após o momento de oração, são erguidos os santos, na sequência, é realizada a encenação de um casamento na roça, que conta com um par de noivos, um padre (encenado por Dona Lurdes), e vários casais de jovens vestidos de “caipiras”, depois da encenação, começa a dança da quadrilha.

Esta parte do evento, a encenação e dança, não corresponde a algo improvisado. Os jovens que participam, filhos e netos dos moradores da travessa e de outras partes do bairro, ao longo de algumas semanas que antecedem o evento, com o auxílio de alguns adultos, realizariam diversos ensaios para tudo ficar perfeito no grande dia. Como ainda salienta Lurdes, os “que melhor dançarem a gente presenteia com algum prêmio, compro alguma coisinha e dou, é um jeito de agradecer por tá se dedicando” (MARIA DE LURDES, 2020).

---

<sup>121</sup> “Levantar o Santo” na fala da entrevistada corresponde a hastear a bandeira de Santo Antônio. Neste caso, a imagem de Santo Antônio, São Pedro e São João, encontram-se conectadas em um triângulo feito de madeira, este triângulo após as orações é colocado em um bambu e hasteado ao lado da casa da organizadora. Para uma melhor compreensão e visualização desta prática indicamos o documentário *Tradições do Interior: Festa de Santo Antônio da Família Baté em Tibiriça* (TV UNESP, 2012), disponível na plataforma Youtube.

<sup>122</sup> No ano de 2020 não ocorreu a festa devido a pandemia ocasionada pelo COVID-19 provocada pelo novo corona vírus (SARS-COV-2). Contudo, como nos relata Maria de Lurdes, ela manteve as orações com sua família em sua residência, após as orações, Maria, com ajuda dos filhos e marido, “ergueram os santos”.

Findada a apresentação, é servido aos presentes uma série de pratos típicos: quentão de pinga, bolo de fubá, cricri (amendoim açucarado), cachorro-quente, cuscuz e pipoca, como é relatado, no depoimento da entrevistada, em parágrafos acima.

Esta festa que, inicialmente, parte de uma promessa de Maria de Lurdes e de sua família, aos poucos, acabada por envolver boa parte dos moradores da Travessa, bem como das avenidas e ruas próximas. Para a sua realização, os moradores da localidade e seu entorno se unem, e cada um ficaria responsável por uma parte do evento, ou seja, a doação de alimentos, a confecção dos pratos tradicionais, a organização e decoração do espaço, os ensaios com os jovens e, após o evento, a limpeza do local.

Além de proporcionar lazer e diversão, a Festa Junina possui grande importância no que tange à criação e aprofundamento dos laços entre os sujeitos. Também, corresponderia a um espaço de sociabilidade que, inicialmente, observa-se como informal, mas, com o passar dos anos, torna-se formal, institucionaliza-se (AGULHON, 2019), torna-se tradicional. Cada pessoa passa a ter uma função e a organizadora, Maria de Lurdes, coordena todo o evento.

Antes a gente aqui fazia tudo meio na correria sabe, um doa isso o outro aquilo e logo juntava tudo e fazia algo, mas só que com o tempo como foi aparecendo mais gente nós tivemos que se organizar bem melhor, eu explico o que cada um precisa fazer, também tem a questão de que teve que correr atrás da prefeitura pra poder ter autorização, hoje é um evento que agrega muita gente né, então nós temos que se organizar melhor (MARIA DE LURDES, 2020).

Destacamos, ainda, que, assim como a Avenida X e a Escola, no período da Quermesse, perdem seu caráter estático de lugar de pedestres e veículos, a Travessa, no dia 13 de junho, torna-se um lugar-praticado (CERTEAU, 1994), mesmo que, por apenas um curto período, a pequena Travessa, composta de dois quarteirões, torna-se palco de orações (com a reza do terço), de encenação (com o casamento caipira), de dança (com a quadrilha), e do desfrute de pratos típicos. Além de tudo isso, são criados, reforçados e compartilhados laços entre os sujeitos que se encontram ali. Carlos Alexandre Rodrigues Batista<sup>123</sup>, apresenta um pouco disso:

É um evento que dura só um dia, mas só que é muito importante pra todo mundo ali. O pessoal não vai só pra comer, ou pra rezar, tem gente que vai ali pra prestigiar entende, pra rever vizinhos que no dia a dia acaba não vendo por causa do trabalho, dos compromissos, então é um momento que reúne, que a gente conversa, come, bebe, e quem é da religião reza (CARLOS ALEXANDRE, 2020).

---

<sup>123</sup> Carlos Alexandre Batista, 38 anos, paraense, operador de máquinas. Entrevista realizada em sua residência, avenida Y, em 25 de janeiro 2020.



Da mesma forma, salienta-se que muitos sujeitos não participavam, diretamente, desses eventos (quermesse e festa junina), por exemplo: Maria Dalva, Ana Leocádia, Lucia Dias e Adriana Rodrigues, sobretudo, porque os eventos correspondiam a festejos de outros credos que não os seus. Mas, mesmo não participando diretamente, relata Adriana Rodrigues:

A gente ajudava, dava um pacote de canjica lá pra festa junina, ou um litro de óleo ali pro pessoas que faz a quermesse, ou algum trocado, a gente ajuda, porque é tudo conhecido que ta fazendo, a gente faz isso porque é tudo amigo né, tudo conhecido, eu não vou lá porque não é coisa da minha religião, mas daí ajuda como pode. Não lembro bem, acho que nunca fui. Quando a gente fazia coisas ali na minha igreja [Assembleia de Deus], o povo tudo ajudava, é isso, é união da gente daqui (ADRIANA RODRIGUES, 2020).

Partindo da apresentação desses dois eventos, consideramos que ambos proporcionaram momentos para a de criação de laços entre os sujeitos. Acreditamos, ainda, que as duas festas contribuíram, significativamente, para uma unidade, baseada na amizade e na solidariedade com o outro, mesmo, como é caso da entrevistada acima, para aqueles que não participavam diretamente, mas se envolviam por meio de doações de produtos que auxiliassem na realização do evento.

Partindo da hipótese de que os espaços de lazer e de sociabilidades contribuíram para com a criação desse sentimento de unidade, ressaltamos que a relação da festa e união entre os sujeitos, os laços de pertencimento criados, poderiam culminar em uma organização a fim de que pudessem cobrar melhorias para a região. Como discutido, no capítulo anterior, boa parte das melhorias, na infraestrutura dessa região, ocorreu a partir da reivindicação popular, onde tais, como foi exposto por José Osmar, partiu da união dos sujeitos que habitam a região. Carlos Alexandre contribui para este ponto.

Ali, quando a gente estava nas festas que fazemos aqui, era lugar que a gente conversava, sobre tudo, principalmente sobre os problemas aqui dos bairros. Ali dava pra gente até se organizar um pouco sabe, por exemplo a gente combinava de todo mundo ficar ligando na prefeitura, nas rádios pra cobrar a falta de água aqui, que as vezes durava dias, cada um ligava tal hora, ia acumulando lá pra eles as reclamações [risos] (CARLOS ALEXANDRE, 2020).

Partindo deste relato, compreendemos, como ressalta Silva e Angelo (2016), que as “[...] festividades enquanto objetos identificadores das comunidades e meio construtivo que consolidam referência a um determinado lugar ou grupo, também [...] corroboram para a transformação social da cidade” (SILVA; ANGELO, 2016, s/p), ou seja, podemos levantar a hipótese de que as festas ocorridas, na região, ao estreitarem os laços entre os sujeitos, que, como bem salientou Maria Dalva, até então eram desconhecidos entre si, possibilitou a união entre deles e, conseqüentemente, a organização dos mesmos para cobrar/reivindicar melhorias

para a região que habitam (CAPONERO; LEITE, 2010; ANGELO; FOGAÇA, 2015)<sup>124</sup>, isto fica evidente, por exemplo, na narrativa de Carlos Alexandre.

Essas festas, com o passar dos anos acabam por englobar novos sujeitos, tanto na realização como em público. José Osmar, em sua narrativa, citada em páginas anteriores, afirmou que, quando seus filhos atingiram uma certa idade os levou para participarem da Quermesse, para trabalharem nas barracas junto a ele e sua esposa. Na Festa Junina, os jovens ficam responsáveis pela encenação e dança, com o passar dos anos acabam por assumir outras atividades no evento<sup>125</sup>.

A continuidade e renovação dos eventos, ao longo dos anos, com inclusão de novos sujeitos, de novas formas de organização e execução das festas, acaba por construir uma memória coletiva aos moradores desta parte de Orlândia. Ao longo das entrevistas realizadas com os moradores do extremo-leste, em grande parte de suas narrativas, ao ser abordada a temática do lazer e festas, suas respostas são quase automáticas, de modo geral, há uma unanimidade entre eles ao abordarem a Quermesse e a Festa Junina da Travessa X.

Olha só, aqui pra esses lados o que tem assim, de festa, é a Quermesse, que é uma vez por ano, e acho que... não tem a Festa Junina da Lurdes. É são, tem essas, que reúne bastante gente, que a gente revê todo mundo assim, é essas (LÚCIA DIAS, 2020).

Aqui pra cima nunca foi de ter muita festa não, mas tem a Quermesse, tem a Festa Junina, que eu me lembre só tem essas. Que marca a gente né, porque tem todo ano. Porque reúne todo mundo, todo mundo que eu digo é os vizinhos, as pessoas que a gente foi fazendo amizade. Eu não vou... já devo ter ido, não lembro... mas meus filhos sempre vão, eu ajudo com doação né (MARIA DALVA, 2020).

Aqui, coisa de lazer num tem muito não. O que reúne mesmo é a Quermesse, que é tradicional por aqui já, reúne muita gente do bairro, uns pra trabalhar, outros pra se divertir. Lá pro início do Brasão tem uma Festa Junina, acho que é coisa de promessa, nunca fui, mas já doei coisas pro pessoal fazer lá, não custa ajudar. Que eu me lembre é essas ai, é essas festa ai (APARECIDA SÔNIA, 2020)

As lembranças corroboram para a construção das identidades pessoais, locais e coletivas<sup>126</sup>. Da mesma forma, nas considerações de Pollak (1992), sobre as “memórias vividas por tabela”, mesmo os que não participando de tais eventos, como é o caso de Adriana

---

<sup>124</sup> Da mesma forma, as festas comunitárias também podem ser consideradas enquanto espaços onde os sujeitos criam laços identitários. Conforme a proposta de Habermas (1999, p. 180), a identidade é construída subjetivamente em usos, costumes e valores e “recorre a uma dimensão histórica do imaginário social, de modo que o espaço serve de referência, e condensa memória do grupo”.

<sup>125</sup> A ocupação das funções por outra geração, como destaca Semensatto (2012), são comuns em festas comunitárias, e, segundo a pesquisadora, esta passagem para a geração seguinte acaba por criar e reforçar os laços construídos, bem como funda uma tradição nas comunidades, além de contribuir para a sua continuidade.

<sup>126</sup> Por identidade coletiva, partimos da perspectiva de Pollak, “[...] por identidades coletivas, estou aludindo a todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo - quer se trate de família ou de nação - o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência” (POLLAK, 1992, p. 207).

Rodrigues, Aparecida Sônia ou Lúcia Dias, citadas acima, todos possuem recordações das festividades.

Contudo, cabe salientar que, se, por um lado esses moradores sempre recordam dos eventos, seja por fazerem parte de seu cotidiano há décadas, bem como abordam, sobretudo, as relações afetivas e identitárias que a eles foram proporcionadas, por outro, também devemos destacar que a menção às festas pode se dar devido serem as únicas atividades comunitárias que ocorrem nessa região.

Sobre isto, para além dos depoimentos acima, outros entrevistados destacam esta questão, como, por exemplo, Ana Leocádia, que afirma: “[...] aqui para gente sair e ver bastante gente era só com a Quermesse ou a Festa Junina ali de baixo, fora isso tinha nada aqui”, Rosa Maria identifica o mesmo: “[...] aqui o bom é a Quermesse, fora isso não tem mais nada, assim que de para ir todo mundo, ver os vizinhos tudo sabe”; e, por fim, José Osmar acrescenta que: “[...] se você quisesse diversão você tinha que ir lá pro Jardim Boa Vista, pro centro sabe, tipo dança essas coisas assim tinha que ir pra lá, aqui nossa diversão era só a quermesse, uma vez no ano, na semana de maio”.

Lugar para sair, ver gente, local de reunião, de diversão, são expressões, presentes nas narrativas dos moradores, e evidenciam os poucos espaços de lazer na região de Orlândia. Esses relatos contribuem para reforçar as questões, discutidas por Sposito (1993), principalmente, no que se refere aos espaços de lazer em regiões periféricas, “nos bairros periféricos, nos grandes conjuntos habitacionais, as formas de lazer institucionalizadas ou públicas são praticamente inexistentes”.

Retomando as reflexões acerca da potencialidade das festas comunitárias, para com as sociabilidades e o lazer nesta região, sua importância encontra-se, também, nas possibilidades de criação de laços entre os sujeitos. Se ao longo do primeiro tópico do capítulo, buscamos evidenciar que o movimento cultural do *Hip-Hop* e sua influência, na criação do grupo FBZ, serviu enquanto importante forma de criação de uma certa identidade comum entre os jovens da periferia (sujeito periférico), a qual funcionou enquanto mecanismo de denúncia contra estigmatização e violência. Para a valorização da região e de seus moradores, as festas comunitárias, apresentadas ao longo deste tópico, também contribuíram significativamente em um processo identitário.

A identidade criada, nesses locais, corresponde a de “morador local”. Ou seja, os laços de amizade, vizinhança e solidariedade, contribuem para a criação de um certo sentimento de unidade e pertença ao espaço. Neste sentido, o ser “morador local” não corresponde, necessariamente, ao ser nativo do espaço, ou seja, ter nascido no extremo-leste ou na cidade de

Orlândia. Mas sim, corresponde ao sentimento de pertença criado a partir dos laços entre os sujeitos com o local que habitam.

Eu não sou nascida aqui em Orlândia, mas eu vim bem novinha pra cá, mas me considero orlandina, por aqui que eu construí tudo, casei, tive meus filhos, fizemos nossa casinha, tudo aqui. É aqui que eu tenho os meus amigos, que eu considero parte da minha família (LÚCIA DIAS, 2020).

Eu sou de Indaiá [Minas Gerais], mas vim pra cá, pra Orlândia com uns cinco anos, mas eu me considero daqui, porque eu sempre vivi aqui. Aqui eu construí casa, casei algumas vezes [risos], tive minhas crias, e cria dos outros [afilhados]. Construí aqui com a vizinhança, as amizades, aqui é tudo conhecido de anos, é quase família né, tudo mundo passou pelas mesmas dificuldades por aqui (ANA LEOCÁDIA, 2020).

Eu sou natural daqui, daqui de Orlândia, a maioria do pessoal daqui [extremo-leste] não, mas só que a gente considera como daqui entende? Porque todo mundo se conhece a muito tempo, dividiu muita coisa junto, um apadrinho o filho a neta do outro, estávamos juntos na organização da festa, trabalhávamos nos mesmos lugares é isso. Então é gente daqui que construiu isso aqui (JOSÉ OSMAR, 2020).

Estas narrativas exemplificam o sentimento de pertencimento ao espaço. Levam em consideração o tempo que já estão neste local, bem como as relações pessoais construídas através da vizinhança e do apadrinhamento (PRADO, 1995), da divisão dos mesmos espaços de convívio e dos problemas enfrentados juntos – principalmente as dificuldades geradas pela falta de acessibilidade, infraestrutura e de serviços (como explicitado no capítulo anterior).

Cabe destacar que esta unidade, criada a partir dos laços de solidariedades, amizades, e, posteriormente, de compadrio, construídos nas festas comunitárias, dos ritos religiosos, bem como de outros grupos e espaços frequentados, em certos momentos, foram utilizados como mecanismo de diferenciação entre os moradores, no extremo-leste.

As recordações que sujeitos buscam resgatar, em suas memórias, correspondem a marcos de união entre os moradores, como também busca-se consolidar um ideal de pertencimento ao espaço. Neste sentido, tomando como base as discussões de Halbwachs (2006), a memória não deve ser compreendida enquanto um mero resgate de informações do passado, mas sim uma ressignificação de histórias vividas a partir de uma vivência do presente.

Os laços construídos entre os sujeitos, nos respectivos eventos, aqui apresentados, e narrados pelos mesmos, bem como através das relações de vizinhança, compadrio e do compartilhamento de outros locais de lazer e de sociabilidades, também dos espaços de trabalho, acabaram por construir e definir esta noção/sentimento de “moradores locais”.

Como destaca Smith (2002), esta identidade local

[...] trata-se do resultado de um conjunto de relações sociais que passam pela conscientização histórica de pertencer a uma localidade (cujos limites se definem por um grau de relações num mesmo cotidiano, num clima de cumplicidade e relações de vizinhança) [...] Esse sentimento de identidade local fundamenta-se através de representações simbólicas. Na construção de tais ‘representações simbólicas

coletivas' o tempo e a intensidade de vivência no lugar - como o constante cruzar das ruas - são, [...], fundamentais para criar símbolos que retratam a comunidade. Isto é, ela reafirma a centralidade da história local construída, no processo da criação e imaginação da identidade local, ao dizer que essa construção se dá 'ao longo da produção da própria vida em comunidade', e, da história vivida pela comunidade (SMITH, 2002, p. 213).

Cabe destacar, que está a identidade, assim como a de sujeitos periféricos, tratada no tópico anterior, também se funda a partir de um “outro”, neste caso, o outro corresponde àqueles que não dividem os laços criados, estes outros correspondem aos “recém-chegados”, sobretudo aos migrantes nordestinos.

Conforme destacamos, ao longo do primeiro capítulo deste estudo, a migração nordestina, na cidade de Orlândia, antecede o processo de ocupação do extremo-leste. Os nordestinos migram para esta cidade, desde meados da década de 1970, e, essa migração é acentuada, a partir da década seguinte (1980), devido à ampliação dos canais, nesta região, e o aumento da demanda de mão de obra.

Inicialmente, os migrantes têm como destino as regiões mais próximas ao centro da cidade, sua região histórica, pois, como destacado ao longo do capítulo dois, a ampliação se daria somente ao final da década de 1980.

A chegada dos migrantes nordestinos ao extremo-leste se deu por duas formas, a primeira, que corresponderia a maioria dos migrantes nesta região, seria através do aluguel de casas no Jardim Santa Rita, os sujeitos que ocupavam as residências neste bairro correspondiam aos safristas que residiam nesta cidade apenas nos períodos da safra da cana. E, a segunda, através do sorteio das casas no conjunto Habitacional Brasão, que, de modo geral, correspondiam aos migrantes que já haviam optado por morar na cidade ao longo da década de 1980, pois, como destacamos ao longo do capítulo anterior, para conseguirem uma casa por sorteio, um dos requisitos básicos era ser morador do município há alguns anos.

Diante das informações e das considerações realizadas, neste tópico, salientamos que a identidade de “morador local”, não abrangeu a estes migrantes, pois, a maioria deles, correspondiam, inicialmente, a safristas, ou seja, sujeitos que ficavam no município por um curto período, “[...] eles vêm e vão, não são daqui né, acaba a safra eles já iam embora” (ROSA MARIA, 2020).

Contudo, nem todos retornavam ao Nordeste, houve aqueles que decidiram ficar. Foram muitos os sujeitos que haviam optado por viver na cidade de Orlândia, todavia, não eram considerados enquanto locais. Ao longo das narrativas dos moradores locais, observa-se que uma característica inicial que permeia a identidade de morador local, para além do tempo que viviam ali e dos laços criados, foi o da naturalidade com o Estado de São Paulo.

Neste sentido, os migrantes nordestinos, especialmente aqueles que se encontravam nesta região e dividiam do mesmo período de ocupação do espaço que os demais, os paulistas, acabavam sendo excluídos da formação de redes de amizades, solidariedade e de compadrio, que seria base para a construção do ser “morador local”.

A materialização dessa diferenciação, no extremo-leste, entre locais e migrantes, pode ser compreendida pela expressão “piauí”, que corresponde a forma de se referir a todos os migrantes nordestinos (discutida ao longo do final do primeiro capítulo).

Dedicaremos o terceiro tópico deste capítulo, as análises acerca desta terceira identidade presente no extremo-leste, qual seja, a do piauí. Retomaremos, em um primeiro momento, algumas questões da construção dessa identidade, sobretudo, as influências das fofocas. Em seguida, discutiremos como esta identidade se reformulou, principalmente, a partir do desenvolvimento de laços de solidariedade e amizade entre migrantes, e a importância dos espaços de lazer e das sociabilidades neste processo.

### **2.3 Piauí no cotidiano do extremo-leste: considerações sobre a identidade, sociabilidades e lazer de migrantes nordestinos**

Como destacado, ao longo dos últimos dois tópicos deste terceiro capítulo, o cotidiano, no extremo-leste, os espaços de sociabilidades e de lazer foram responsáveis pela criação de laços entre os sujeitos. Tais laços acabariam por criar certos tipos de identidades, seja ela a de ‘sujeito periférico’ por meio do movimento cultural do *Hip-Hop*, seja a de ‘morador local’ pelas festas comunitárias e interações dos sujeitos em outros espaços e grupos.

Essas identidades, especialmente a de morador local, conforme exposto no final do tópico anterior, contribuiria, significativamente, na criação de uma certa diferenciação e distinção entre os sujeitos que habitavam essa região da cidade de Orlândia. Se por um lado encontramos, no extremo-leste, aqueles que se identificam periféricos e/ou locais, por outro, também encontramos os chamados “piauí”.

Cabe destacar, que a terceira identidade não corresponde a uma construção elaborada pelos migrantes nordestinos, como é caso dos ‘sujeitos periféricos’ ou ‘moradores locais’, mas sim, uma identidade que foi imposta a eles, que, com o passar dos anos, foi incorporada e ressignificada pelos próprios.

Os piauí, conforme discutido no final do primeiro capítulo, correspondem aos migrantes nordestinos que vivem na cidade de Orlândia, independentemente do tempo, ou seja, tanto os safristas, aqueles que moravam na cidade por um curto período, ou os migrantes que

residem na cidade há décadas, ambos são considerados piauí. Da mesma forma, o piauí é identificado como nordestino, independente do Estado de naturalidade.

Mediante as considerações, acerca da generalização dos migrantes, enquanto piauí, salientamos que as características utilizadas, nesta construção de representação identitária do “que é um piauí”, foram: o sotaque, a não existência (ou pouca existência) e exclusão destes sujeitos dos laços de amizade, solidariedade e compadrio, não possuir relações de naturalidade com o Estado de São Paulo, bem como utilizava-se do período de moradia na região periférica para se dizer quem eram os locais e os “de fora” (PEREIRA; SCHÖRNER, 2020).

Tais características, muitas vezes, não caminhavam juntas ou eram um tanto contraditórias. Muitos migrantes nordestinos habitavam a região do extremo-leste a tanto tempo quanto os paulistas, da mesma forma alguns destes migrantes frequentaram e dividiram de alguns dos laços construídos através da sociabilidade (como as festas comunitárias), bem como alguns moradores locais não eram naturais do Estado de São Paulo, mesmo assim eram considerados locais<sup>127</sup>. Neste sentido, para a construção da distinção entre locais e piauí bastava apenas evocar uma dessas características e não o seu conjunto.<sup>128</sup>

O processo de criação identitária, imposta aos sujeitos, só foi possível, partindo da teoria de Elias e Scotson (2000), devido ao “poder de coesão” a qual o grupo de moradores locais possuía. Tal poder se originou por laços desenvolvidos por esse grupo, ao longo dos anos, e dos eventos comunitários, destacados no tópico anterior. Em contrapartida, o grupo de migrantes nordestinos, sejam os safristas, que, por ficarem um curto período na cidade, não conseguiam estabelecer laços e redes de amizade e solidariedade com os moradores locais, já os “migrantes de longa data” que, em sua maioria eram desconhecidos entre si, não conseguiam cerrar fileiras e revidar a criação desta identidade (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 25).

Para Elias e Scotson (2000), a construção e consolidação da diferenciação entre quem eram os locais e quem eram os de fora, utilizam-se, como mecanismo chave, as fofocas. Os autores observam, nas fofocas, um importante mecanismo na construção identitária da diferenciação entre os grupos locais e os de fora, seja para com a construção e consolidação da

---

<sup>127</sup> Por exemplo, Ana Leocádia era natural do Estado de Minas Gerais, mas se considerava uma moradora local. Ana partia do tempo que já se encontrava morando na região periférica, bem como, se utilizava dos laços de amizade e compadrio formados nesta região para se afirmar como moradora local. O mesmo pode ser observado no caso de Adriana Rodrigues, paranaense que migrou para o extremo-leste em meados dos anos 2000 “[...] não sou daqui, mas eu me considero daqui, porque eu finquei raízes aqui, pra mim aqui é minha casa, mais do que no Paraná, eu sou orlandina” (ADRIANA RODRIGUES, 2020).

<sup>128</sup> Da mesma forma, com o passar dos anos, com a perda de força destas estruturas de diferenciação, em especial aquelas ligadas a naturalidade, outras formas de distinção foram criadas e incorporadas buscando reforçar o processo de distinção entre os sujeitos. Como por exemplo, a ancestralidade (discutido no final do primeiro capítulo).

coesão de um dos grupos, através das fofocas elogiosas, bem como para estigmatização do grupo de fora, através das fofocas depreciativas, que tem como função excluí-los, marginalizá-los e estigmatizá-los.

A fofoca, no contexto orlandino, foi utilizada no cotidiano dos sujeitos, sobretudo dos moradores locais, e foi a principal arma, ou melhor, mecanismo de construção da identidade dos piauí. Da mesma forma, elas, as fofocas, foram utilizadas enquanto meio de manter a coesão do grupo.<sup>129</sup> As fofocas correspondiam a uma rede de compartilhamento de informações sobre os migrantes, sobre os espaços frequentados por estes, sobre suas casas etc. As fofocas depreciativas também eram utilizadas para se falar de um certo tipo de espaço de sociabilidade frequentado, em sua maioria, por migrantes. Tais lugares correspondiam aos bailes de forró.

Os bailes de forró, a partir de fofocas entre moradores e das mídias locais, como rádios e jornais, possuíam uma perspectiva extremamente negativa de como eram tais espaços (PEREIRA; LOURENÇO, 2018). Esta perspectiva era dividida entre os moradores dos bairros centrais, mas também pode ser observada na narrativa de moradores do extremo-leste. José Osmar e Rosa Maria, ao falarem desses lugares, compreendem-nos como perigosos e violentos.

Tinha bastante desses bar que fazia esses bailes de forró sabe, tinha o Chapa Rau, Caldeirão, mais uns aí que não lembro o nome. Não sei o nome né, não frequentava, aqui do pessoal nosso [moradores locais], poucos se arriscavam [risos], era perigoso, lá o bicho pegava (JOSÉ OSMAR, 2020).

Raimundo Nonato, migrante nordestino, ao falar dos bailes de forró, sintetiza bem o poder que as fofocas e os meios de comunicação contribuíam para a consolidação da imagem dos espaços e dos sujeitos que o frequentavam (migrantes nordestinos), para com os moradores locais, sejam do extremo-leste como dos demais bairros da cidade.

Agora se me diz, se ia querer ir num lugar onde o pessoal fala que só sai briga, morte, que qualquer coisa que se fizer, só olhar torto já vão riscar a faca para você? Pois eu não ia querer. Só que o pessoal não conhece os bailes, não sabiam como era lá. Era a melhor coisa que tinha pra nós Bruno, claro que saía briga, sai confusão, mas isso é caso isolado, uma vez ou outra, mas o problema é que quando saía o povo já tudo saía comentando 'olha lá os piauí brigando, se matando', claro que ninguém ia querer ir lá né (RAIMUNDO NONATO, 2020).

Na narrativa acima, observamos o poder que as fofocas, as notícias publicadas nos jornais e faladas nos rádios possuíam quanto ao compartilhamento de uma perspectiva dos sujeitos que frequentavam os bailes.

---

<sup>129</sup> Por exemplo, ao se comentar sobre as casas onde os migrantes moravam, ou sobre os espaços de sociabilidade frequentados por estes sujeitos, os moradores locais sempre buscavam atribuir a estes espaços perspectivas negativas visando o não envolvimento destes sujeitos aos locais frequentados ou de habitação dos migrantes.



Essas narrativas acerca dos espaços de sociabilidades, que possuíam como público principal migrantes nordestinos, corroboravam significativamente para a construção identitária do que eram estes piauí. Se por um lado, o piauí é aquele que não pertence ao espaço, ou seja, o de fora, pelas narrativas sobre os bailes de forró, o piauí também passou a ser compreendido como o brigão, o bêbado, o violento.

São nas situações cotidianas, nos espaços de lazer e sociabilidades, nos encontros em um bar, em um mercadinho, numa festa ou em uma igreja, que, aos poucos, a identidade é forjada. Carregada de visões negativas, os piauí, em Orlândia, são os nordestinos e seus descendentes, são brigões, que, por qualquer motivo “já riscam a faca”, são os frequentadores dos bailes de forró, são aqueles que trabalham apenas no serviço pesado, como diria Raimundo Nonato, “arrancando toco”. São estas, e outras, representações que permeiam a criação identitária do que é ser um piauí no contexto orlandino (PEREIRA; SCHÖRNER, 2020).

Todavia, com o passar dos anos, essa identidade acabou por trazer alguns benefícios aos sujeitos, da mesma forma, esta foi incorporada e ressignificada por muitos deles. A identidade que homogeneizava o grupo, sem seu consentimento, acabou por aproximar as pessoas e criar laços de amizade e solidariedade, entre os mesmos, o que acabou por facilitar o dia a dia delas.

A criação de tais laços ocorreu pelo trabalho nos canaviais, na construção civil, na extração da palha etc., bem como nos espaços de sociabilidades e de lazer. Os migrantes nordestinos passaram a formar laços de amizade e solidariedade com outros migrantes, sejam aqueles que dividiam os mesmos espaços de moradia, ou com os que já se encontravam estabelecidos, na cidade, há mais tempo.

Em especial, os migrantes que já viviam em Orlândia há mais tempo, executariam as funções de “anjos da guarda” para os recém-chegados. Como destacamos ao longo do primeiro capítulo, esses anjos, executavam funções desde o arranjar empregos e alugar casas, também serviriam como peças fundamentais na socialização dos novos migrantes.

João Mathias, ao falar de seus “anjos da guarda”, em Orlândia, destacou que para além de Cidão, um morador local que ajudou ele e seus companheiros a alugar um espaço para moradia, no Jardim Santa Rita, e contribuiu para que eles fossem empregados em uma usina de cana-de-açúcar, na região. Destaca, ainda, que ao longo de sua trajetória, teve muitos amigos nordestinos que o ajudaram.

Eu fiz muitos amigos aqui, pernambucano, piauiense, baiano, vários, e eles ajudaram muito aqui viu, teve época que a cana tava complicada e teve um pernambucano aí que veio e ajudou a gente, ele, no ônibus que ia trabalhar passou com uma sacola pedindo ajuda pros piauí... pros outros nordestinos... por que explicou nossa situação,

que a gente tava comendo fazia dias só arroz e feijão. Olha a gente ganhou um dinheiro dele e dos amigos, o pessoal sabia né que não tava fácil, que no começo até pegar o jeito com a cana o nego sofria, compramos uns frangos e mais umas carnes baratas fazia dias que não comia tão bem, era só arroz na marmitta. A gente via aqui, era um ajudando o outro, esses um que eu digo era os pia... os nordestinos (JOÃO MATHIAS, 2020).

Outra migrante que destacou a formação das redes de amizade entre migrantes, ao longo do Iº capítulo, foi Luiza Marques. Luiza chegaria, em Orlândia, no início dos anos 2000, a convite de sua irmã que já vivia, na cidade, desde 1995. Nos lugares onde morou, Luiza salienta a importância dos laços que contribuíram com outros migrantes em Orlândia:

A gente passou por vários bairros aqui, mas parou no Santa Rita, mais barato, mas sempre era uns conjuntinhos, várias casinhas, tudo migrante, uns safrististas outros que já tava aqui mais tempo. A gente ali fazia amizade, era gente do Nordeste tudo, a gente as vezes passava perrengue e uns ajudava os outros ali, dava o que tinha, quando não tinha pedia ajuda pra outro piauí, outro nordestino que tinha e assim ia (LUIZA MARQUES, 2020).

A ligação entre os sujeitos quanto aos laços de solidariedade e de amizades, construídos ao longo do cotidiano, acabavam por aliviar, aos poucos, as dificuldades encontradas por eles no dia a dia. Esses laços eram passados, adiante, por outros migrantes a novos sujeitos recém-chegados, como Raimundo Nonato destaca:

Devido eu ter passado por isso muitas coisas né [dificuldades no início], eu falo, eu tenho carro aí, se for emergência eu levo mesmo, não tem problema nenhum, as vezes na rodoviária quando chega parente meu, três quatro horas da manhã, sempre vem, aí chega lá o cara fala não sei o que, não precisa, eu falo ‘rapaz vamo socar tudo dentro do carro eu sei onde é o endereço, se couber vai todo mundo junto’ falam que ‘não tem taxi’, eu já digo ‘não tem nada’, eu falo que não tem problema não, eu já fiz muita entrega aqui, a quanto que é, não é nada o importante é que ta entregue, eu sei o quanto é ruim chegar em um lugar e não ter ninguém pra ajudar, eu tive gente que me ajudou, agora eu ajudo também, eu passei isso, eu sei como que é, eu já sofri muito por isso, então não é nada não, não cobro (RAIMUNDO NONATO, 2020).

No fragmento acima, utilizado, no primeiro capítulo deste estudo, para evidenciar a perda da posição de carneiro-amarrado para a de anjo da guarda, também pode ser observado na passagem dos laços e ampliação das redes de solidariedade para com outros sujeitos.

Raimundo Nonato prossegue informando que parte das dificuldades encontradas, no extremo-leste, correspondia ao não pertencer às redes de laços construídos entre os moradores locais, em contrapartida, sua narrativa também evidencia os laços construídos entre migrantes nordestinos.

Aqui foi difícil cara, quando subi pra cá, aqui pro Brasão, minha esposa estava grávida, e teve algumas vezes que ela passou mal sabe, e eu fui pedir ajuda para os vizinhos aqui, mas eles sempre davam desculpa, não podia ajudar, teve vezes de eu parar viatura [da polícia militar] e conversar com os policiais e eles levar a gente no hospital, a mulher passando mal, e eles levava, é isso mesmo né essa é a vida da gente, tudo bem. Dava pra ver que eles não queriam a gente aqui, não queriam os piauí aqui, isso é triste sabe, mas por sorte a gente teve uns que ajudavam a gente, gente da gente

sabe, nordestinos aqui, os paiu eles falam, teve uns que ajudou, me ajudou ensinando cortar cana, apanhar café, algodão, e depois eu ensinei outros, do jeito que me ajudaram eu também ajudei, ia fazendo esta corrente né (RAIMUNDO NONATO, 2020).

É esta “corrente”, construída através das ajudas mútuas, que aos poucos se apropria da identidade negativa do piauí e dá a ela outros significados, outras características.

O piauí, o nordestino não é só bagunça que nem eles falam não Bruno, a gente também é muito amigo, a gente ta sempre se ajudando, se precisa mais que eu, eu dou, já fui ajudado muito aqui, não custa ajudar o outro também, e assim vai, é piauí ajudando piauí [risos] (JOÃO MATHIAS, 2020)

Quando os paulistas conheciam a gente mesmo ela já falavam ‘mas rapaz o nordestino não é isso que a gente pensa não’, ‘nordestino é gente boa’, eles via que o paiu que tanto eles falava não era o monstro que eles pintava não, é que nem eles falavam ‘fui na casa de um amigo piauí, nossa tanta comida, tanta fartura’, isso, aquilo outro né, ‘me senti tão à vontade, pessoa educada, me respeitou’, então aqueles que via de longe, pela fama de que nordestino, que o piauí só anda armado, com faca e é briguento e eles nunca chegaram a conviver com nordestino, ter aquele contato com nordestino, por que verdade é que o nordestino, os paiuis não é bagunceiro, entende? Muitos que iam nos bailes de forró já via essa imagem nossa, esse nosso outro lado (RAIMUNDO NONATO, 2020)

Ambas as narrativas evidenciam a apropriação do termo piauí, em alguns momentos trocados pelo de “nordestinos”. Nos fragmentos, observamos que a apropriação dessa identidade é marcada pela inclusão e consolidação de outras características, principalmente positivas, como: trabalhador, educado, brincalhão e companheiro. Da mesma forma, em outros relatos, a identidade “piauí” em sua reformulação, realizada pelos próprios migrantes, inclui as seguintes qualidades: honestidade, força de vontade e capacidade de superar as adversidades.

Cabe ressaltar que os laços, desenvolvidos pelos sujeitos, como de amizade e solidariedade, construídos em espaços cotidianos da habitação e do trabalho, foram aprofundados nos espaços de lazer, sobretudo, nos bailes de forró. Tais lugares, na narrativa dos migrantes, não correspondem à descrição extremamente negativa dos moradores locais e das mídias, ou seja, de espaços marcados pela violência.

Nos comentários dos migrantes, os locais possuem um outro acervo de características, como: “o forró era um lugar divertido, de brincadeira” (RAIMUNDO NONATO, 2020), “lugar de família” (MARIA DALVA, 2020), “espaço para relaxar, reviver as raízes nordestinas” (ERINALDO BARNABÉ, 2020), “pra conversar, para fazer amigos, para relembram sobre a vida no Nordeste” (LUIZA MARQUES, 2020). Da mesma forma, não negam a violência no espaço, porém destacam que esta era esporádica, e não uma característica específica dos locais.

Se tinha briga? Claro que tinha briga, mas não era direto como eles dizem por ai não, se sabe dançar forró? [Entrevistador: não], pois bem, forró nordestino é meio bagunçado, e corpo colado, as vezes o pai da guria já não gosta do sujeito e ai já brigam, ou um pisa no pé do outro, ou também tem queles que bebem de mais convida

as moças pra dançar elas se nega e o cara já da uma de machão sabe? Mas isso era de vez em quando, não era sempre não (JOÃO MATHIAS, 2020).

Conforme salientam Junior Baducci e Nascimento (2012) e também pode ser observado, em alguns depoimentos dos entrevistados, estes espaços podem ser compreendidos como “marginais”, pois, segundo os pesquisadores:

Esta característica ‘marginal’ conferida aos bares [...], tem sua origem (senão de todo pelo menos em parte) no sensacionalismo de alguns noticiários [...], que via de regra apresentam os bares da periferia como lugares perigosos; onde se corre risco de morte a todo instante [...] a imprensa contribui com a manutenção do preconceito que atinge, não somente os bares enquanto espaço, mas as pessoas que os frequentam. Transformam um lugar destinado à sociabilidade e à distração em um lugar onde, aparentemente, só se manifesta a violência, o vício e a degradação (JUNIOR BANDUCCI; NASCIMENTO, 2012, p. 54-55).

Chapa Rau, Caldeirão, Bar do Zé Boi, Centro de Lazer Edgar Benini e Forrólândia são alguns dos espaços destacados por Raimundo Nonato, João Mathias, Luiza Marques, Maria Dalva e Erinaldo Barnabé como os principais espaços onde eram realizados os bailes de forró.

Em suas narrativas, nesses espaços, ou “pedaços”, partindo da proposta de Magnani (1992), são construídos e ampliados os laços de amizade e solidariedade entre os migrantes. Da mesma forma, como destaca Paes (2017), nos bailes de forró:

[...] as músicas eram apreciadas e dançadas, traduziam o universo migrante: a relação com a cidade e seus estranhamentos; as trocas de códigos culturais; a revolta, os hábitos, os costumes e as tradições; a saudade; a forma de dançar e expressar seus sentimentos de alegria e angústia; e também a forma de entender, interagir e absorver discursos dominantes por meio da produção de vitimizações, estereótipos e generalizações (PAES, 2017, p. 193).

A pesquisadora, ainda salienta que:

[...] o forró foi um espaço de sociabilidade, da cultura, do cotidiano e também espaço do político, pois foi local em que inúmeros migrantes de origem humilde vindos do Nordeste para os grandes centros efetuaram experiências populares de lazer e luta, experimentaram novas condições de vida, enfrentaram as dificuldades de inserção econômica e de entendimento dos códigos urbanos e da superação do preconceito (PAES, 2011, p. 19-20).

Para Trotta (2012), “o forró se consolida como festa, como lugar de sociabilidade, como repertório cultural, como afirmação de uma identidade regional e como compartilhamento (e processamento) de códigos culturais em trânsito e em conflito” (TROTТА, 2012, p. 159). O pesquisador destaca que a consolidação e consagração desse gênero musical se deu a partir de cantores como Luiz Gonzaga, onde em seu repertório encontram-se músicas que tratam acerca da valorização de atributos como a coragem e resistência dos nordestinos para “[...] enfrentar as dezenas de adversidades do sertão contra as quais ele se depara cotidianamente: a natureza cruel, as explorações do trabalho, a seca, a pobreza, a fome, a violência” (TROTТА, 2012, p.

154). Da mesma forma, a virilidade e a “saudade do nordeste” sempre se encontram nesse repertório.

Contudo, existe uma modificação nas temáticas tratadas nas músicas de forró, ao longo do final do século XX, bem como é introduzido ao estilo uma série de novos instrumentos (baixo, guitarra, bateria e, eventualmente, teclados). Se outrora a sanfona possuía grande destaque nesse gênero musical, a partir da década de 1990, o forró sofre a influência de outros estilos, como, por exemplo o sertanejo do final do século XX. As músicas de forró passam a compor “um novo conjunto imaginário do forrozeiro nordestino, sem nostalgia pelo passado, nem valorização do sertão inocente e sofrido; nordestino pop, moderno, do litoral, das praias, da alegria, da resistência, da bravura, da macheza” (TROTТА, 2012, p. 163).

Mas, segundo o pesquisador, seria simplista imaginar que, ao longo do século XX, com as variações e inclusões de novas temáticas no forró, este processo corresponderia a substituição, ou seja, o tradicional dá lugar ao moderno. Trotta (2012) destaca que, em todo o Nordeste contemporâneo, ambos os modelos do gênero musical convivem e compartilham espaços sociais e simbólicos com maior ou menor grau de enfrentamento e/ou conciliação.

Artistas como Jorge de Altinho ou Geraldinho Lins processam sonoramente um ‘caminho do meio’, utilizando fortes referências à sanfona, assim como narrativas de nordestinidade jovem e urbana, sonorizada em alto volume e com vigorosos naipes de metais. Por outro lado, alguns artistas consagrados no mercado musical, como Santana, Flávio José ou o compositor Xico Bizerra, lutam (o verbo é pertinente) pela valorização do referencial idílico da identidade nordestina, recusando novos imaginários e utilizando a sonoridade da sanfona de maneira quase ortodoxa. Ao mesmo tempo, as bandas de forró eletrônico (como Aviões do Forró, Calcinha Preta e Saia Rodada) negam veementemente o referencial sonoro da sanfona e apostam nas narrativas de um Nordeste cosmopolita e jovem, antenado com o pop internacional e seus referenciais comportamentais e sonoros (TROTТА, 2012, p. 169-170).

Em se tratando do forró, na cidade de Orlândia, ao longo dos anos, tocado nos tradicionais bailes da cidade, esse ritmo sofreu uma série de transformações, ou seja, inovações técnicas, gerando subgêneros modernos como o forró universitário, o forró eletrônico e o “tecnoforró”. Houve uma inclusão de novos temas ao longo das músicas, principalmente de temáticas que envolvem o urbano, mas, mesmo com a inclusão de novos temas, as músicas desse gênero, “em sua maioria, destacam o relacionamento amoroso e a saudade do Nordeste e a celebração de suas tradições” (PINTO, 2018, p. 281).

Luiza Marques e Erinaldo Barnabé destacaram, em suas narrativas, que os bailes de forró, serviam enquanto espaços para além do lazer, mas também para “reviver as raízes nordestinas”, “para relembram sobre a vida no Nordeste”. Principalmente pela musicalidade tradicional do forró, que em suas canções trazem letras do dia a dia no sertão, os problemas como a seca, as relações de amizade e solidariedades, nessa parte do país, cantava-se.

Da mesma forma, na fala de João Mathias, observamos a inclusão de outros temas nas letras desse estilo musical.

Aqui nos bailes agente tinha desde o forró de ouro, aquele forró clássico, que faz a gente se emocionar sabe, aquele que canta sobre a nossa saudade até o forrózinho mais moderno, aquele que já vai ter uma canção que não fica só no sofrimento. Era de Gonzaga a Saia Rodada [risos]. Tinha uns grupos por ai que até cantava sobre como o nordestino tava se dando bem pra esses lados [São Paulo], piauí que tão se destacando (JOÃO MATHIAS, 2020).

Erinaldo Barnabé, pintor, compositor e cantor nordestino, ao longo dos fins de semana, cantava em diversos bailes de forró, na cidade de Orlândia e fora dela. Em seu repertório, Erinaldo relata que buscava, sempre que possível, cantar músicas tradicionais do forró nordestino, como, por exemplo: de Luiz Gonzaga. Igualmente:

Eu também canto as músicas novas sabe, tipo um forró universitário, também canto sertanejo, mas com o jeitinho, com o sotaque do forró [risos], mas a maior parte dos meus shows eles são relacionados a nordestinos, o meu público é de nordestinos, as vezes vai algum paulista, alguém que gosta da minha pessoa que acompanha e admira meu trabalho. Mas a maior parte do meu público é nordestino. Eu compus várias músicas relacionadas ao nordeste. Músicas minhas, vira e mexe eu as apresento no meu trabalho no meu show, as vezes quando dá certo eu apresento (ERINALDO BARNABÉ, 2020).

As músicas de autoria de Erinaldo versam acerca da saudade e das dificuldades, no Nordeste, devido à seca e à falta de políticas públicas para essa região brasileira. Cantar sobre a região, sua terra natal, para o cantor “é reviver um pouco do que vivi lá, e o povo gosta, por que é parte da história que a gente dividiu juntos lá, é maranhense, pernambucano, piauiense e baiano, mas aqui, no forró a gente é um só né, é o nordestino, é os piauí que eles dizem” (ERINALDO BARNABÉ, 2020).

As narrativas de João Mathias e Erinaldo Barnabé reforçam as discussões de Trotta (2012) de que não há substituição entre o tradicional e o moderno. Nos bailes orlandinos, assim como nos do Nordeste brasileiro, os modelos do gênero musical convivem e compartilham os espaços.

De igual modo, a narrativa de Erinaldo reforça nossas discussões acerca do papel que os bailes de forró possuem. Espaço de reviver as raízes, local de união. O forró pode ser observado enquanto um lugar-praticado (CERTEAU), um pedaço (MAGNANI, 1992), que contribui para que os sujeitos interajam, socializem, se divirtam, dividam os problemas e as conquistas. O forró é lazer, é diversão, e, acima de tudo, é espaço onde “a gente é um só” (ERINALDO BARNABÉ, 2020).

Os bailes de forró podem ser pensados como uma forma de lazer, de entretenimento e de diversão no contexto urbano orlandino. No entanto, tais espaços, são, principalmente, um

local de encontro, cujo motivo da reunião não é tanto o fato de que as pessoas ali presentes pertencerem ao mesmo bairro ou região, mas de estarem identificados com um tipo de manifestação cultural (o forró). Da mesma forma, como pontua Osório (2006), outros mecanismos de identificação nesse processo são a ideia do conterrâneo, da comensalidade e dos conteúdos de algumas composições dos cantadores.

Os bailes de forró, partindo das narrativas de seus frequentadores, permitia o cultivo de traços da cultura de referência, além de ampliar e reforçar laços de sociabilidade para além do círculo mais restrito da família. Os bailes permitiram que sujeitos que não se conheciam, se reconhecessem enquanto partícipes não apenas de uma tradição, mas de uma trajetória em comum.

Reforçamos aqui, que os bailes de forró realizados em bares, lanchonetes, galpões e centros de lazer público, na cidade de Orlândia, podem ser compreendidos, além espaços de interação e de lazer, também de sociabilidades informais. A sociabilidade consiste em um sistema de relações que confrontam os indivíduos entre si ou os reúnem em grupos mais ou menos naturais, mais ou menos coercitivos (ÚRIA, 2003; 2015). Partindo desta perspectiva, compreendemos que os espaços de socialidades, como os bailes de forró, em certa medida, contribuíram para redefinição do que corresponderia ser um piauí, assim como as relações cotidianas no trabalho e nas habitações.

Salientamos, segundo as contribuições de Úria (2015), que os bares, principais espaços de realização dos bailes de forró, correspondem a importantes espaços de sociabilidade das camadas mais populares. Nestes locais, para o pesquisador "[...] es, en sin, el espacio para el rumor o las noticias sobre un nuevo trabajo, a la vez que frecuente punto de la partida desde donde articular la resistencia, el conflicto e la negociación de sus duras condiciones" (ÚRIA, 2015, p. 62).

Ainda, quanto à importância destes espaços, o pesquisador salienta que:

[...] la taberna emegió como una realidad omnipresente em la estructura popular del ocio; y como um espacio de enorme significación en ele intercambio y socialización de valores, em la gestión social de los conflictos y consensos de dia a dia, e on la resolución prácticas de las decisiones más elementares de la vida cotidiana popular (ÚRIA, 2015, p. 65).

Neste sentido, para o autor, estes espaços podem ser compreendidos enquanto um local indispensável da vida cotidiana, seja como centro social da comunidade, ou espaço de intercâmbio de informações, notícias e uma oferta de lazer, “era, en definitiva, uno de los espacios de sociabilidad popular más importantes e indispensables em la gestión cotidiana y la socialización inherentes a la vida diaria” (ÚRIA, 2015, p. 66).

Mediante o aspecto dos lugares, Raimundo Nonato se recorda que era em meio aos bares, frequentados por migrantes, que muitos empregadores divulgavam ofertas de emprego ou os próprios migrantes ajudavam a conseguir novos trabalhos.

[...] a gente as vezes tava lá, no bailezinho, ou só com um sonzinho de forró, se divertindo, mas também conversando sobre o trabalho, sobre as dificuldades, que volta e meia apreciam um oferecendo uma vaga no café, na cana, no algodão [...] ou era a gente mesmo que conversando, o cabra tava desgostoso do serviço que tava, aí a gente ia indicava outro, indicava outra turma pra ir [...] íamos se ajudando sabe, fazia as vaquinhas, pra quem a gente sabia que machucou e não tava podendo ir trabalhar, cada um ajudava com o que podia [...] o forró não era só bagunça não Bruno! [risos] (RAIMUNDO NONATO, 2020).

Observamos, a partir de outras narrativas, que, de fato, o forró não era só “bagunça”. Nele, reforçam-se os laços de amizade, sociabilidade e convivência, entre uma cerveja e outra, entre uma música de Gonzaga, Aviões do Forró ou Calcinha Preta, fortaleciam-se laços de amizade e solidariedade. O forró, além de proporcionar o lazer, era local de sociabilidade.

A respeito desta característica, qual seja, de local de sociabilidade, salientamos que, para que exista a sociabilidade, é necessário que os indivíduos além de estarem sociados/interagindo por interesses específicos, se relacionem em função de um “sentimento e por uma satisfação mútua de estarem socializados” (ALVES, 2013, s./p.). Uma relação em que a sociabilidade consista em derivação da interação. A consequência, as condições, bem como os resultados dos processos de sociabilidade são exclusivamente dos sujeitos que se encontram em interação, numa situação em que a sociabilidade permanece limitada somente a seus participantes (SIMMEL, 2006, p. 66). Partindo de tal prerrogativa, não eram todos os sujeitos que frequentavam os bailes de forró, que se encontram ligados às redes de sociabilidade, não eram todos que frequentavam as festas comunitárias, no extremo-leste, que dividiam das relações de sociabilidade presentes ali.

Como discute Magnani (1992) para ser-pertencer ao “pedaço”: “[...] não basta que o indivíduo passe por este território ou o frequente esporadicamente, é necessário que ele esteja situado ‘numa peculiar rede de relações’” (MAGNANI, 1992, p. 193). Assim, salientamos que a presença de moradores locais, nos bailes de forró, não faria com que, necessariamente, dividissem dos laços de amizade e solidariedade, construídos através da sociabilidade. Da mesma forma, o inverso, ou seja, a presença dos migrantes nas festas comunitárias não contribuiria para que eles partilhassem dos laços forjados nesses espaços.

Assim, o queremos dizer, é que, ao nos debruçarmos, nesses espaços de sociabilidades, observamos que tais locais possuem funções mais complexas que somente o lazer. Além de



locais onde os sujeitos “gastam seu tempo livre” também possuem a função de estreitar os laços de amizade e solidariedade, reviver as raízes, forjar e redefinir certas identidades.

Conforme destacado, no início deste tópico, o piauí correspondia a uma identidade criada para o grupo de migrantes nordestinos no extremo-leste. Diferente das identidades de sujeito periférico ou de morador local, esta terceira identidade foi forjada na busca de se criar uma diferenciação entre os sujeitos que habitavam e habitam a região de Orlândia.

Contudo, como pudemos observar, ao longo das últimas páginas, essa identidade, cheia de adjetivos negativos, foi, aos poucos, sendo incorporada e redefinida pelos sujeitos. No entanto, a identidade forjada para este grupo gradualmente se redefinia e se confundia com a identidade cultural/regional de nordestino que se encontra entrelaçada a questões como a religiosidade, a exaltação da virilidade e masculinidade, a miséria, a seca e as relações de solidariedade (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003; 2011).

A essa identidade, o piauí, atrelaram um novo acervo de características, como ser trabalhador, brincalhão, divertido, amigo e companheiro, deixando de lado a carga negativa a qual possuía.

Hoje em dia me chamar de piauí eu não ligo, eu pra mim sei o que significa o piauí, piauí é nordestino, é povo trabalhador, sempre que precisa ta aí pra ajudar, isso é o piauí, entende? Então eu não ligo que chamem assim, para ofender vai ter que chamar de outra coisa (JOÃO MATHIAS, 2020).

Piauí é um Estado, num é gente, aqui é nordestino, eu sou alagoana, mas também se quer chamar de piauí pois chame! [risos] Se piauí é nordestino, eu sei o que é o nordestino, é gente que ta aí, veio aí pra trabalhar, deu dinheiro pra tudo esses comércio aqui, o nordestino é gente forte, batalhadora, que ta sempre ajudando o próximo (LUIZA MARQUES, 2020).

Hoje em dia até que eles pararam um pouco, não tem muito preconceito como era antes não, eles chama a gente de piauí por que ficou por isso né, ficou por piauí, mas piauí como eu disse, é o nordestino que veio aqui e mudou tudo, ajudou muito aqui, eu não ligo de ser chamado assim mais não... [pausa na fala] só que a gente sabe... [pausa na fala] tem ainda um pouco de preconceito, tem sim, la no fundo tem, e uma vez ou outra isso derruba um ou outro (RAIMUNDO NONATO, 2020).

Partindo dessas três narrativas, percebemos que a expressão piauí passou a ser aceita pelo grupo como forma de designação dos migrantes. Pois, eles levam em consideração que, ser um piauí, não corresponde aos adjetivos negativos imputados a eles pelos moradores locais. Da mesma forma, a expressão piauí, acabou por gerar uma certa coesão aos sujeitos, uma identificação coletiva.

Contudo, mesmo com a ressignificação da expressão generalizante, é notório que nem todos os migrantes nordestinos, nesta região, assim como na cidade com um todo, sentiam-se pertencentes aos “piauí”, muitos ainda seguem negando esta identidade, sobretudo, por reconhecerem, nela, um complexo processo de estigmatização que os segregou e os excluiu.

Por exemplo: Francisco Chagas salienta que “Olha eu sou do Piauí, mas como eu disse eu não gosto que me chame assim, me chame de piauiense então, por que a gente sabe que o ser piauí aqui, para eles não é coisa boa (FRANCISCO CHAGAS, 2020). A mesma perspectiva é dividida por Tays Coelho:

Aqui pra eles todos são piauí, eu odeio que me chama assim, eu sou do Estado do Piauí, mas não gosto, por que não é certo, por que a gente sabe que o piauí que eles falam é uma coisa preconceituosa entende? É uma coisa que fazem pra tentar ser mais do que os outros (TAYS COELHO, 2020).

As narrativas de Tays e Francisco identificam que essa expressão, essa identidade, foi forjada enquanto forma de diferenciação entre os sujeitos que viviam e vivem no município de Orlândia.

Como destaca Lúcia Dias, moradora local, o piauí, além de representação de um grupo específico, tornou-se também um sinônimo de coisas negativas<sup>130</sup>. Em parte de sua entrevista, Lúcia comenta “[...] o povo daqui os paulistas, as vezes eles querem criticar o outro e daí chama de piauí para irritar [risos]. O outro fica bravo, porque ele não quer ser piauí” (LUCIA DIAS, 2020).

Raimundo Nonato expõe que havia uma variação, no emprego da expressão, em algumas ocasiões, a expressão era usada de forma a valorizar este grupo, quando envolvia questões ligas ao trabalho braçal, “[...] eles diziam ‘esse é bão pra trabalho pesado, é piauí’, mas nós servimos pra muito mais coisa que isso” (RAIMUNDO NONATO, 2020). Em outras situações, sobretudo negativas, o termo era colocado da mesma forma, ‘[...] cansei de vê o pessoal fala assim ‘vai toma banho, se não vai fica que nem os piauzinho’, ‘nossa como ta magrinho, parece um piaui’ [riso] ou ainda diziam quando o cabra tava comendo muito, ‘opa ta passando fome, não tem comida em casa piaui’” (RAIMUNDO NONATO, 2020), estas eram algumas das situações a qual Raimundo lembrava quanto aos diferentes empregos dessa expressão local.

Destacamos que, mesmo que o emprego dessa expressão fosse usada de forma valorativa ao grupo, em algumas situações, em suas entrelinhas, o seu uso representava outra

---

<sup>130</sup> Sobre esta questão, Albuquerque Júnior (2012) em investigação acerca dos migrantes nordestinos em São Paulo (capital) no início do século XX, destaca que os migrantes no período em questão eram generalizados a partir do termo/expressão “bairianos”. Segundo ele, esta generalização de propor todos os migrantes vindos do Nordeste no início do século XX para São Paulo como “bairianos” evoca dimensões que estão muito além da origem geográfica. Da mesma forma o pesquisador evidencia que o termo “bairiano” rompe com as questões que envolvem apenas a naturalidade do grupo migrante, assim, tal expressão em suas entrelinhas carrega toda uma representação indetnária do que significa ser este “bairiano”. Da mesma forma, o “bairiano” a “bairanada” e outras nomenclaturas, tornam-se sinônimos de representações negativas, do mal-feito, sobretudo daquilo que o grupo a qual forja tal identidade não quer ser.

característica negativa do que seria um piauí, ou seja, sujeitos que possuíam apenas utilidade para serviços braçais.

Embora Raimundo Nonato diga que não liga mais ser chamado assim, o entrevistado salienta que “lá no fundo, a gente sabe né, que piauí pra eles ainda é algo ruim”. Apesar de as ressignificações da expressão pelo grupo migrante, com as modificações e incorporações de novas características e adjetivos, sobretudo positivos, ela ainda traz, nas entrelinhas, diversas implicações no dia a dia destes sujeitos, em especial, quando utilizada por um morador local.

Quando eu chamo o Mané de piauí, e ele é maranhense, ele não vai ligar, porque eu e ele a gente é nordestino, então quando eu chamo ele, ou ele me chama, é uma coisa, é isso que ele e eu a gente sabe quando a gente se chama assim, como já disse piauí pra mim é o sujeito trabalhador, o meu irmão de terra, brincalhão, é o companheiro do forró. Agora quando o Zé, que é um morador local, é orlandino, chama a gente assim, mesmo que eu seja do Piauí ai a gente se endiaba [risos]. Por que na boca dele, a gente sabe bem o que piauí significa (RAIMUNDO NONATO, 2020).

Raimundo, em seu relato, traz à luz a complexidade que a expressão piauí possui. Ao ser empregada por um migrante nordestino, esta remete a uma identidade valorativa que exalta qualidades dos migrantes (trabalhador, brincalhão, solidário etc.), uma identificação coletiva (“irmão de terra” [nordestino]). Já o seu emprego por um morador local, ou alguém de fora do grupo migrante, é visto com maus olhos, pois, como discutido, a partir dos depoimentos de Tays Coelho, Francisco Chagas, entre outros, o piauí corresponde a uma identidade e expressão negativa (brigão, trabalhador braçal, sujo, miserável).

Por fim, salientamos que muitos dos sujeitos que habitam a região, podem se identificar com uma ou duas destas identidades apresentadas ao longo deste capítulo. Alguns migrantes nordestinos, principalmente os jovens, identificavam-se também enquanto sujeitos periféricos, e o mesmo ocorria com os moradores locais. Contudo, a identificação de um migrante como local é uma situação a qual este estudo não encontrou, pois, como identificamos, ao longo do final do primeiro capítulo desta dissertação, na gênese da identidade do que corresponde ser um morador local, os dados para tal identificação permanecem em constante construção, em uma busca incessante em manter a diferenciação entre eles-nós (locais) e os outros (piauí).

Da mesma forma, acrescentamos que a ressignificação do que corresponde ser um piauí, no contexto orlandino, também pode ser observada como um processo em constante construção. Este processo pode ser observado como construção de uma certa “coesão grupal”, ou seja, de uma identificação coletiva (ELIAS; SCOTSON, 2000). É válido pensar que, com tal ressignificação, esse grupo, aos poucos, possa serrar fileiras aos processos de estigmatização, pois, segundo Elias e Scotson, quando os mecanismos, criados para ferir o grupo estigmatizado, passam a perder o seu valor, como é caso da perda do *status* negativo da

expressão piauí, é um sinal de que as relações de forças entre os grupos estão mudando. A fala de João Mathias, ilustra bem esta questão “[...] Então eu não ligo que chamem assim, para ofender vai ter que chamar de outra coisa” (JOÃO MATHIAS, 2020).

As construções identitárias, analisadas neste terceiro capítulo, dão-nos um pouco da dimensão e da complexidade do cotidiano nessa região da cidade de Orlândia. O extremo-leste, observado a partir do lazer, das sociabilidades, das disputas, das fofocas, mostram-nos um cotidiano que transforma lugares em espaços, funda identidades, cria laços de amizade, solidariedade e intrigas. O cotidiano e suas relações permitem que os moradores dessa região periférica orlandina construam táticas frente as estratégias de estigmatização e se unam por pautas comuns (como por exemplo a falta de infraestrutura).

Seus relatos, apresentados e analisados ao longo destes três capítulos, apontam-nos a complexidade cotidiana de sujeitos que, por muito tempo, encontraram-se às margens da história oficial e das preocupações da administração pública orlandina. Suas falas destacam as agruras da vida na periferia, as relações e sentimentos de pertença, amor, amizade e inimizades, nos espaços, e os sujeitos que dividem e vivem o extremo-leste orlandino.

## Considerações Finais

Ruas são tão humanas que vivem de conflitos, como a Avenida Maria Antônia em São Paulo e a Avenida I em Orlandia. Político foge de rua, sabe que rua é como cobra, tem veneno. Ruas assim mostram que pensam. A ruas que morrem moça, como a Avenida 1 que não chega a lugar algum. Outras como Avenida 2, onde antigamente havia certas casas 'não santas', hoje é a rua dos intelectuais, de um professor Cyro, um Eugênio e Ângelo Bucci, além da Casa da Cultura e do Museu. Mais, talvez, do que qualquer outra é a Avenida 6, lá por perto da Coimbra, nas mais densas sombras leva a outras impertinências íntimas. Por que não chamar, logo, de rua do Amor, de prazeres suspeitos, blandícias.

Agora, Ruas como a 14, pouco honestas, hoje, acabam tomando vergonha. Já a Avenida D, no Jardim Boa Vista, guarda algo de encantamento, de saudade, há, por exemplo, músicos nordestinos que embalam a nostalgia e pessoas sentadas na calçada, ouvindo-os. Já se disse que o mundo cabe, certamente, em uma cidade. Por isso, a Rua 1 é teimosa e irresponsável artéria da cidade, nos diz que diz dos políticos de antigamente, dos comícios, comemorações e do contagiante carnaval do passado. Hoje, segue sendo uma rua de lazer e encontros, ao passo que aos finais de semana, ela torna-se uma comédia com aquele reviravoltio de carros (SERAFIM, 2010, p. 84-85).

Assim como abri a introdução desta investigação com a crônica *A alma encontradora das ruas* de Serafim (2010), fecho este estudo com a mesma crônica, mas com uma passagem diferente. Se, em sua produção, o cronista destacou as primeiras ruas e letras do alfabeto, que correspondem às avenidas e ruas das antigas Villas Tatu e Orlando, e deu a elas novos adjetivos e características, para além daqueles já dados pelos tradicionais memorialistas dessa cidade, em minha investigação, também busquei apresentar sujeitos, trajetórias, cotidianos e adjetivos, ao final do alfabeto orlandino.

Ao longo da escrita desta dissertação, percorri caminhos que fizeram parte de minha trajetória em Orlandia. Por anos estive nas esquinas, nas ruas, nas quadras e praças do extremo-leste, junto aos jovens, escutando as músicas de *rap*. Acompanhei a paixão de parte de minha família, em especial, de meu irmão mais velho (Sandro), pelos bailes de forró e junto a muitos, nesse espaço, senti, na pele, o incômodo, que a estigmatização e a violência policial proporcionaram ao extremo-leste.

Na busca de colocar um tijolo a mais na história desta cidade, destacando sujeitos, cotidianos e sociabilidades pouco conhecidas ou conhecidas apenas por um certo viés, notadamente, o negativo, escrevi, ainda, parte de minha história e da história de minha família, em Orlandia.

As discussões e análises expostas, aqui, correspondem a um estudo de histórica local, contudo, as investigações realizadas evidenciam que as questões trabalhadas, como, por exemplo, os processos de segregação urbana, periferização e os problemas decorrentes da falta de infraestrutura e da estigmatização encontrados, no extremo-leste desta pequena cidade,

podem ser observados, tanto em médios como em grandes centros urbanos, espalhadas por todo o Brasil, quem sabe, pelo mundo.

Mesmo que nossas reflexões tenham se concentrado em um pequeno recorte, ou seja, uma região periférica de um pequeno município interiorano de São Paulo, por meio dos referenciais utilizados, neste estudo, buscamos destacar que Orlândia, não corresponde a uma “curva fora da reta”, ou seja, as configurações discutidas ao longo dos três capítulos, seja a migração, o espaço e as identidades locais, podem ser observadas em intensidades variadas em outros espaços, em outras cidades.

Os fenômenos da migração, da estigmatização e das formações identitárias, são temáticas tradicionais dos estudos das Ciências Humanas e Sociais. Na História, Antropologia, Sociologia, Geografia e demais humanidades, avolumou-se o número de produções que destacam a preocupação com os fenômenos sociais nos meios urbanos.

Tratando-se especificamente da relação História e Cidade, sobretudo desta segunda, como objeto da primeira, os escritos de historiadores/as sobre as cidades variaram com o tempo, não permanecendo estáticos. Como salienta Sousa (2001), nas últimas décadas, as trajetórias e perspectivas teórico-metodológicas, a partir das quais as cidades vêm sendo estudadas, no Brasil, têm percorrido temáticas como: cidade do progresso e civilização, cidade do capital e dos conflitos sociais, cidade do espetáculo e, ainda, cidade disciplinar. Segundo o pesquisador, essas abordagens são “[...] alguns dos olhares que têm marcado com maior intensidade a historiografia brasileira e mundial nos últimos tempos” (SOUSA, 2001, p. 13).

O cotidiano citadino, as relações sociais entre os sujeitos que ocupam a urbe, as redes de amizades, intrigas, solidariedades, de poder, a arquitetura, a apropriação e as representações dos espaços, as políticas públicas, bem como as sociabilidades, são temáticas que permeiam os estudos da História acerca das cidades e do urbano.

Neste emaranhado de discussões, percepções e análises, as temáticas da migração nordestina, das periferias e das construções identitárias, trabalhadas ao longo deste estudo, não correspondem a temas novos nas investigações em História. Todavia, este estudo possui suas particularidades, e buscou trazer certos avanços às produções desta área do conhecimento.

Quanto à migração nordestina, mesmo que exista uma quantidade razoável de estudos das áreas das Humanas e Sociais referente ao tema, tratando-se, especificamente, das investigações em História, pouco se produziu, nas últimas décadas, acerca da migração para o interior paulista. Se por um lado, muito conhecemos sobre os migrantes nordestinos, suas ocupações, motivações, redes de contatos, seu cotidiano, espaços de sociabilidade e identitários, na capital e região metropolitana, desde as primeiras décadas do século XX a

meados de 1970, por outro lado, pouco se conhece a respeito dos sujeitos que migraram para as regiões interioranas desse Estado, principalmente, para as pequenas cidades.

Da mesma forma, as investigações em História pouco discutiram, nos últimos anos, acerca do cotidiano, do lazer e dos espaços de sociabilidade em pequenas cidades. Assim como, pouco se analisou os impactos dos processos de periferização e estigmatização em pequenos municípios.

Neste sentido, acreditamos que esta investigação se caracteriza, em grande parte, por um estudo exploratório, e, parte de suas contribuições, concentram-se em avançar em um campo pouco explorado pelas investigações em História.

Outrossim, salientamos que os processos analisados, nesta dissertação, não se encontram encerrados. Como observado pelas narrativas dos moradores da região, este espaço, ao longo dos últimos anos, vem sendo valorizado, seja por seus moradores, bem como pelo poder público. A valorização dessa região tem causado a queda das características negativas, construídas ao longo das últimas décadas. A região, principalmente, o Brasão, vem perdendo, ou melhor, redefinindo sua imagem e fama construídas, ao longo do final do século XX.

Mas, isto não quer dizer que os processos que estigmatizam os espaços e os moradores desapareceram desta cidade. Como observamos nas narrativas dos moradores, estes, na busca de quebra do processo de estigmatização sofrido, identificam, hoje, outros lugares como sendo perigosos na cidade. Esses novos espaços correspondem, notadamente, aos recentes conjuntos habitacionais, construídos na última década. O extremo-leste, herdeiro das características negativas da antiga Villa Tatu, vem aos poucos perdendo sua posição de região periférica, em especial, no que corresponde ao seu sentido simbólico.

Os novos herdeiros de tal posição, possivelmente, corresponderão aos novos conjuntos habitacionais, pois, a ligação, que em outrora se fazia entre a classes pobres e classes perigosas para com a antiga Villa Tatu e para o Brasão, pouco a pouco vem sendo feita com os novos espaços de habitação social. No meio urbano, onde as decisões e políticas públicas, tomadas pelo poder municipal, bem como as representações publicadas e difundidas pelas mídias locais, mantém seu viés segregacionista e estigmatizante, tendem a repetir, continuamente, uma trajetória histórica que acaba por acarretar diversas implicações no dia a dia dos sujeitos, de modo especial dos moradores de regiões periféricas.

Na mesma linha de raciocínio, acreditamos que as identidades discutidas (morador local, sujeito periférico e piauí) ao longo do terceiro capítulo, também não se encontram encerradas, mas sim em movimento, em constante construção e ressignificação, em uma busca incessante de se diferenciar de um 'outro'. Morador local, sujeito periférico ou piauí, em

Orlândia, correspondem a certas identidades que seguem sendo ressignificadas por meio dos relatos, das memórias e das trajetórias dos habitantes, em seus cotidianos e espaços de sociabilidades.



## Fontes

### Orais

Adriana Rodrigues Batista, 64 anos, paranaense, dobradeira de palha. Entrevista realizada em sua residência, avenida Y, em 28 de janeiro 2020.

Ana Leocadia Silva, 64 anos, mineira, ex-empregada doméstica. Entrevista realizada em sua residência, na avenida Y, em 18 de fevereiro de 2020.

André Marcos Silva Rodrigues, 25 anos, paulista, operário da Industria Intelli. Entrevista realizada através de plataforma digital (*WhatsApp*) em 26 de outubro.

Aparecida Sonia Rodrigues Pinto, 61 anos, paulista, pensionista. Entrevista realizada em sua residência, na rua 14, em 01 de fevereiro de 2020.

Carlos Alexandre Batista, 38 anos, paraense, operador de máquinas. Entrevista realizada em sua residência, avenida Y, em 25 de janeiro 2020.

Erinaldo Barnabé, 40 anos, pintor e cantor de forró, natural de Valença-PI. Entrevista realizada em sua residência, Jardim Siena, em 29 de janeiro de 2020.

Francisco Chagas de Araújo, 65 anos, aposentado, natural de Aroazes-PI. Entrevista realizada através de telefone em 28 de julho de 2020.

Lidiane Marques da Silva, 27 anos, dobradora de palha, natural de Arapiraca-AL. Entrevista realizada em sua residência, avenida Y, em 28 de janeiro 2020.

Lúcia Dias Enos, 68 anos, paulista, cabelereira. Entrevista realizada em sua residência, na avenida Y, em 29 de janeiro de 2020.

Luiza Marques da Silva, 55 anos, dobradora de palha, natural de Arapiraca-AL. Entrevista realizada em sua residência, avenida Y, em 28 de janeiro 2020.

Maria de Lurdes Monteiro, 57 anos, paulista, aposentada. Entrevista realizada através de plataforma digital (*WhatsApp*) em 26 de fevereiro de 2021.

Manoel Ferreira, 24 anos, soldador industrial, natural de São João Belmonte-PE. Entrevista realizada em sua residência, em Sales Oliveira (cidade vizinha), em 20 de fevereiro de 2020.

Marcos Flavio Enos, 25 anos, paulista, assistente técnico eletrônico. Entrevista realizada via telefonema em 20 e plataforma digital (*Messenger*) de outubro de 2020.

Maria Dalva dos Santos Borges, 62 anos, costureira, natural de Novo Oriente-PI. Entrevista realizada em sua residência, avenida Y, em 17 de fevereiro de 2020.

João Carlos Barbim, 61 anos, paulista, farmacêutico. Entrevista realizada em seu estabelecimento comercial (Drogaria Santa Rita), avenida W, em 04 de fevereiro de 2020.

João Matias Barbosa, 56 anos, ex-safrista, atualmente pedreiro, natural de Bacaber-MA. Entrevista realizada em sua residência, avenida U, em 16 de fevereiro de 2020.

José Osmar Melo, 58 anos, paulista, auxiliar de comércio. Entrevista realizada em seu estabelecimento comercial (Sorveteria Lagoa Azul), rua 12, em 04 de fevereiro de 2020.

Raimundo Nonato Pereira Alves, 55 anos, ex-safrista, atualmente operador de empilhadeira, natural de Valença-PI. Entrevista realizada em sua residência, na avenida Y, em 02 de fevereiro de 2020.

Rosa Maria Gazola, 49 anos, comerciante. Entrevista realizada em seu estabelecimento comercial (Sorveteria Lagoa Azul), rua 12, em 04 de fevereiro de 2020.

Tays Coelho de Assis, 24 anos, conferente de mercadorias, natural de Arozes-PI. Entrevista realizada em sua residência (Bairro Jardim Boa Vista), em 14 de março de 2020.

William Bonetti Carvalho, 36 anos, empresário. Entrevista realizada via telefonema em 16 de julho de 2020.

### **Bibliográficas**

ARAÚJO, Karina de. **Orlândia na belle époque: um sonho do coronel**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Franca: Universidade Estadual de São Paulo - UNESP, 1999.

BASTOS, Adélia Diniz Junqueira. **Lendas e tradições da família Junqueira**. Ribeirão Preto: Ed. Hucitec., 1979.

\_\_\_\_\_. **O que tia Adélia não contou mm lendas e tradições da família Junqueira**. Orlândia: Edição do Autor, 1989.

\_\_\_\_\_. **Os filhos da invernada: família Junqueira**. Orlândia: Edição do Autor, 1995.

JUNQUEIRA, João Francisco Franco de. **Orlândia de Antigamente: Uma Memória Fotográfica**. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1999.

PRETA, Cyro Armando Catta. **Querença: um pouco da história de Orlândia contada em sonetos**. Orlândia: Edição do Autor, 1998.

\_\_\_\_\_. **Orlândia de Tempos Idos**. Orlândia: Edição do Autor, 1997.

\_\_\_\_\_. **Orlândia de Outros Tempos**. Orlândia: Editora Folha de Orlândia Ltda, 2007.

SERAFIM, Luís. **Vila Tatu (Crônicas)**. Franca: Fundação Mario de Andrade, 1997.

\_\_\_\_\_. **Meninos das Quebradas: os meninos de pés sujos**. São Paulo: Clube de Autores, 2010.

## Referências

ABREU, Dirce de; MORAES, Luiz Antônio de, NASCIMENTO, Edinalva Neves; OLIVEIRA, Rita Aparecida de. A produção da cana-de-açúcar no Brasil e a saúde do trabalhador rural. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 09, n. 02, 2011, p. 49-61.

AGULHON. Maurice. A sociabilidade, a sociologia e a história. In: DORE, Andrea; RIBEIRO, Luiz Carlos (Orgs.). **O que é sociabilidade?** São Paulo: Intermeios, 2019.

\_\_\_\_\_. Os círculos: definições, antecedentes, pontos de partida. In: DORE, Andrea; RIBEIRO, Luiz Carlos (Orgs.). **O que é sociabilidade?** São Paulo: Intermeios, 2019.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Nordestino: uma invenção do falo; uma História do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)**. Maceió: Editora Catavento, 2003.

\_\_\_\_\_. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5 Edição. São Paulo: Cortez, 2018.

ALESSI, Neiry Primo.; SCOPINHO, Rosemeire A. A saúde do trabalhador do corte de cana-de-açúcar. In: ALESSI, Neiry Primo. **Saúde e trabalho no Sistema Único de Saúde**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 121-151.

ALVES, Fabio Lopes. A dinâmica da sociabilidade em Georg Simmel. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, 2013, s/p.

ALVES, Francisco. Porque morrem os cortadores de cana? **Saúde e Sociedade**, v. 15, n. 03, 2006, p. 90-98. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902006000300008>. Acessado em: 25 de maio/2020.

AMARAL, Márcio de Freitas. Jovens e seus modos de viver: experiências de sociabilidade na periferia. X Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação - Sul. Florianópolis: **Anais da X ANPED - Sul**, 2014, p. 1-16. Disponível em: [http://xanpedsul.faed.udesc.br/publicacao/trabalhos\\_completos.php](http://xanpedsul.faed.udesc.br/publicacao/trabalhos_completos.php). Acessado em: 28 de outubro/2020.

ANDRADE, Josiane Thethê. Reflexões historiográficas acerca do cotidiano. In: Ciclos de Estudos Históricos. Ilhéus: **Anais do Ciclos Históricos** - Universidades Estadual de Santa Cruz, 2009, p. 1-12. Disponível em: [http://www.uesc.br/eventos/cicloshistoricos/index.php?item=conteudo\\_anais.php](http://www.uesc.br/eventos/cicloshistoricos/index.php?item=conteudo_anais.php). Acessado em 06 de janeiro/2020.

ANGELIN, Paulo Eduardo. **Mulheres migrantes no contexto das fronteiras de gênero e arranjos familiares**. Tese (Doutorado em Sociologia), São Carlos: Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, 2012.

ANGELO, Elis Regina Barbosa; FOGAÇA, Isabela Fatima. Festas Populares: Representações Culturais como estratégia de Resistência e de Melhorias Sociais, a Compreensão a partir de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, Brasil. **O Ideário Patrimonial**, v, n. 05, 2015, p. 144-161.

ANUNCIACÃO, Diana; TRAD, Leny Alves Bonfim; FERREIRA, Tiago. “Mão na cabeça!”: abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste. **Saúde & Sociedade**, v. 29, n. 01, 2020, p. 01-13. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020190271>. Acesso em: 29 de outubro/2020.

ARAGÃO, Ivan Rêgo; DE MACEDO, Janete Ruiz. Festa, Memória e Turismo Cultural Religioso: A Procissão ao Nosso Senhor dos Passos em São Cristóvão-Sergipe. **Rosa dos ventos - Turismo e Hospitalidade**, v. 5, n. 1, 2013.

ARAÚJO, IlzeArduini de. **Experiências de migrantes nordestinos em Uberlândia: estranhamentos, preconceitos e estratégias de pertencimento**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia - UFU, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/19132>. Acessado em: 23 de maio/2020.

ÁVILA, Milene Peixoto. "**Periferia é periferia em qualquer lugar?**" Antenor Garcia: Estudo de uma periferia interiorana. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), São Carlos: Universidade Federal de São Carlos - UFSC, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/1507/DissMPA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 de setembro/2020.

BACELLAR, Olavo Ivahoé de B. LIMA, Gerson Portela. **Causas e tendências do processo migratório piauiense**. Carta CEPRO. Teresina: Fundação CEPRO, 1990.

BAENIGER, Rosana Baeninger. São Paulo no contexto dos movimentos migratórios interestaduais. In: \_\_\_\_\_. **Regiões, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes – Brasil 1980-1996**. Tese (Doutorado em Sociologia), Campinas: Universidade de Estadual de Campinas – UNICAMP, 2002. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jsui/handle/REPOSIP/280774>. Acessado em: 13 de maio/2020.

BOECHAT, Cássio Arruda. Mobilidade de Trabalho no Brasil: A recepção da obra de Jean-Paul de Gaudemar e uma perspectiva crítica para os estudos migratórios. In: XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Vitória: **Anais do XVI SIMBURB**, 2019, p. 1197-1216. Disponível em: <http://simpurb2019.ufes.br/conteudo/anais>. Acessado em: 14 de maio/2020.

BRITO, Eleonora Zicari Costa de. História e música: Tecendo memórias, compondo identidades. **Textos de História**, v. 15, n. 01-02, 2007, p. 209-223. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27993>. Acessado em: 09 de out./2020.

BRESCIANI, M. S. M. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). **Revista Brasileira de História**, v. 05, n. 08-09, 1985.

\_\_\_\_\_. As sete portas da cidade. **Espaço & Debates**. Dossiê: Cidade e História, n. 34, 1991.

\_\_\_\_\_. Permanência e ruptura nos estudos da cidade. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras (Orgs.). **Cidade e História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX**. Salvador: FAU-UFBA, 1992, p. 11-26.

\_\_\_\_\_. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos César de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Ed. USF-Contexto, 1998, p. 237-258.

CANABARRO, Ivo Dos Santos; MOSER, Lilian Maria; ERNESTO, Eduardo Servo. História, memória e identidade: refletindo sobre a oralidade como aporte para leitura de uma cultura. **Revista Memória em Rede**, v. 10, n. 14, 2018, p. 112-127. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15210/rmr.v8i14.7485>. Acessado em: 04 de novembro/2020.

CANETTIERI, Thiago; PEREIRA, Thiago; LIBERATO, Rita de Cássia. Revisão sobre o conceito de segregação urbana: o componente espacial da exclusão. **Chão Urbano**, v. 14, n. 04, 2014, s/p. Disponível em: <http://www.chaourbano.com.br/visualizarArtigo.php?id=79>. Acessado em: 24 de julho/2020.

CAPONERO, Maria Cristina; LEITE, Edson. Inter-Relações entre festas populares, políticas públicas, patrimônio imaterial e turismo. **Revista Eletrônica Patrimônio: Lazer & Turismo**, 2010.

CARBONARI, María Rosa. De cómo explicar la región sin perderse en el intento. Repasando y repensando la Historia Regional. **História Unisinos**, v. 13, n. 01, 2009, p. 19-34. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5070>. Acesso em: 03 de agosto/2020.

CARPINTERO, Marisa Varanda T. **A construção de um sonho**: os engenheiros, arquitetos e a formulação política habitacional no Brasil. Campinas: UNICAMP, 1997.

CARPINTERO, Marisa Varanda Teixeira; CERASOLI, Josianne Francia. A cidade como história. **História: Questões & Debates**, n. 50, 2009, p. 61-101. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/15672/10413>. Acessado em 15 de julho/2020.

CÁSSIA, Rita de. Políticas públicas no Nordeste do Brasil: a produção de enclaves e de desigualdades socioespaciais. **GOT - Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 08, 2015, p. 11-31. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17127/got/2015.8.002>. Acessado em: 28 de maio/2020.

CAVALIERI, Lúcia. **Migração e reprodução social**: tempos e espaços do cortador de cana e de sua família. Tese (Doutorado em Geografia), São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 2010. Disponível em: <http://diversitas.fflch.usp.br/node/3025>. Acessado em: 15 de maio/2020.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 63-80.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHIANCA, Luciana. Devoção e diversão: Expressões contemporâneas de festas e santos católicos. **Revista Antropológicas**, v. 18, n. 2, 2007. p. 49-74.

COSTA, Maria Luiza dos Santos. **A migração piauiense e as atividades sucroalcooleiras em Morro Agudo (SP)**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia - UFU, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16103>. Acessado em: 15 de maio/2020.

COSTA, Sérgio. Regimes de Coexistência interétnica no Brasil e na Alemanha: contribuições a um debate inexistente. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Número temático: “Imigração, Diversidade e Convivência Cultural”, 2012, p. 235-259.

CRUZ, Mércia Socorro Ribeiro; MENEZES, Juliana Santos; PINTO, Odilon. Festas Culturais: Tradição, comidas e celebrações. In: I Encontro Baiano de Cultura – I EBECULT – FACOM/UFBA - Salvador: **Identidade, Cultura e Expressões Regionais - ICER**, 2008, p. 1-36

DORE, Andrea; RIBEIRO, Luiz Carlos (Orgs.). **O que é sociabilidade?** São Paulo: Intermeios, 2019.

ELIAS, Cristiane da Rosa. **Por uma história do negro em Itapira**: antiga Vila da Penha do Rio do Peixe (1869-1888). Dissertação (Mestrado em História), Irati: Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná - UNICENTRO, 2020.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Estabelecidos e outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESTRELA, Ely Souza. **Os sampauleiros**: cotidiano e representação. São Paulo: Humanitas/Educ, 2003.

FAZITO, Dimitri; RIOS-NETO, Eduardo Luiz Gonçalves. Emigração internacional de brasileiros para os Estados Unidos: as redes sociais e o papel de intermediação nos deslocamentos exercido pelas agências de turismo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 25, n. 02, 2008, p. 305-323. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982008000200007>. Acessado em: 20 de maio/2020.

FERNENDEZ, Camila Collpy Gonzalez. **Entre dois países, sonhos e ilusões**: e/ imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo: E-Manuscrito, 2018.

FERREIRA, Maria Nazareth. Comunicação, Resistência e Cidadania: as Festas Populares. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 111–117, 2006.

FELIX, João Batista de Jesus. **Hip hop: Cultura e política no contexto paulistano**. Tese (Doutorado em Antropologia), São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2005.

FLORES, Maria Bernadete Ramos; CAMPOS, Emerson César de. Carrosséis urbanos: da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas). **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53, 2007, p. 267-296. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882007000100012>. Acessado em: 15 de julho/2020.

FONTES, Paulo Roberto. **Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais**: São Miguel Paulista (1945-1966). Tese (Doutorado em História), Campinas: Universidade de Estadual de Campinas – UNICAMP, 2002. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280752>. Acessado em: 13 de maio/2020.

GALIANO, André de Mello. **Trabalho e migração**: estudo com jovens trabalhadores no corte da cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto – SP. Dissertação (Mestrado em Ciências, área de concentração: Psicologia), Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo – USP, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-08112013-143908/pt-br.php>. Acessado em: 15 de maio/2020.

GALIANO, André de Mello; VETTORASSI, Andréa; NAVARRO, Vera Lúcia. Trabalho, saúde e migração nos canaviais da região de Ribeirão Preto (SP), Brasil: o que percebem e sentem os jovens trabalhadores? **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 37, n. 125, 2012, p. 51-64. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0303-76572012000100009>. Acessado em: 20 de maio/2020.

GATTI, Vanessa Vilas Boas. Manos e Playboys: uma análise da construção da imagem-nós nas músicas de Racionais MC's. **Teoria e Cultura**, v. 13, n. 02, 2018, p. 269-282. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2018.v13.13917>. Acessado em: 09 de outubro/2020.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, Iara Quele. **Gato, preposto, turmeiro**: elo empregador e empregado no trabalho análogo a de escravo. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas), Salvador: Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/>. Acessado em: 23 de maio/2020.

GOMES, Monalisa Borges. **Os Turmeiros no agronegócio canavieiro**: mediadores dos trabalhadores migrantes e da usina. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, 2013. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/131>. Acesso em: 20 de maio/2020.

GONÇALVES Hugo Feitosa; MONTENEGRO, Rosilene Dias; AGRA, Nadine Gualberto. Desenvolvimento do nordeste nos governos FHC e Lula. In: VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional: Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios, Santa Cruz do Sul: **Anais do VIII SIDR UNISC**, 2017, s/p. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/index>. Acessado em 28 de maio/2020.

GUIMARÃES, Leandro da Silva. Periferia e espaços periféricos: notas gerais. **Revista Perspectiva Geográfica**, v. 10, n. 13, 2015, p. 109-118. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica>. Acessado em 11 de setembro/2020.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **Da Diáspora, identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.



JULIÃO, Leticia. Sensibilidades e representações urbanas na transferência da capital de Minas Gerais. **História (São Paulo)**, v. 30, n. 01, 2011, p. 114-147. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/his/v30n1/v30n1a06.pdf>. Acessado em: 15 de julho/2020.

JUNIOR BANDUCCI, Álvaro; NASCIMENTO, Valdir Aragão do. De bar em bar: notas etnográficas sobre os bares da periferia. **Almanaque: Journal of History**, v. 04, n. 07, 2012, p. 43-63. Disponível em: <https://doi.org/10.46401/ajh.2012.v4.3997>. Acessado em: 28 de outubro/2020.

KALIFA, Dominique. **Os Bas-fonds**: histórias de um imaginário. Trad. Márcia Aguiar. São Paulo: Ed. USP, 2017.

KEHL, Maria Rita. Radicais, raciais, racionais: a grande fratria do rap na periferia de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 03, 1999, p. 95- 106. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88391999000300013>. Acessado em: 09 de outubro/2020.

LACERDA, Mitsi Pinheiro de. Traços do cotidiano, essa vida de "pouco caso". **Momento: Diálogos em Educação**, v. 26, n. 01, 2017, p. 118-142.

LAVERDI, Robson. Memórias dos Estranhamentos. In: \_\_\_\_\_. **Tempos diversos, vidas entrelaçadas**: trajetórias itinerantes de trabalhadores no extremo Oeste do Paraná. Curitiba, 2005, p. 153-224.

LEHNEN. Leila. Narrativas fora do lugar. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 45, 2015, p. 13-20. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2316-40184523>. Acessado em: 14 de julho/2020.

LEITE, Rogerio Proença. A inversão do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea. **Revista Dados**, vol. 53, n. 3, 2013, p. 737-756. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582010000300007>. Acessado em: 04 de agosto/2020.

LIMA, Rosana de Almeida. **Trabalho, família, amigos**: construções de identidade de um migrante nordestino no Rio de Janeiro em entrevista de pesquisa. Dissertação (Mestrado em Letras), Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ, 2009. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=13349@1>. Acessado em: 21 de maio/2020.

MACHADO, Maria Teresa Garbin. **O ensino profissional estadual paulista dos anos 1940 a 1970**: trajetória na cidade de Orlandia. Tese (Doutorado em Educação), Araraquara: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", UNESP, 2014. Disponível em: [http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao\\_escolar/3251.pdf](http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/3251.pdf). Acessado em: 16 de setembro/2020.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Da periferia ao centro: pedaços & trajetos. **Revista de Antropologia**, 1992, v. 35, p. 191-203. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1992.111360>. Acessado em: 26 de outubro/2020.

MANOEL, Diogo Silva. Música para historiadores: [re] pensando canção popular como documento e fonte histórica. In: XIX Encontro Regional de História Profissão Historiador: Formação e Mercado de Trabalho. Juiz de Fora: **Anais do XIX ERH (ANPUH-MG)**, 2014.



p. 1-10. Disponível em: <http://www.encontro2014.mg.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acessado em: 09 de out./2020.

MARCUSSO, Ricardo Antônio. **Estigma social do lugar: estudo de caso sobre o morar na cidade de Carapicuíba**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), São Paulo: Pontifícia Universidade Católica São Paulo - PUC-SP, 2018. Disponível em: Acessado em: 04 de agosto/2020.

MARINELI, Edson Bastos. A saga do migrante nordestino em São Paulo. **Revista Educação - UNG – SER**, v. 02, n.01, 2007, p. 03-17. Disponível em: <http://revistas.ung.br/index.php/educacao/article/view/49>. Acessado em: 18 de maio/2017.

MELO, Beatriz Medeiros de. **Migração, memória e território**. O trabalho rural nordestino na Ibaté Paulista. Dissertação (Mestrado em Geografia), Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2008. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis\\_teses/08/beatrizmedeiros.pdf](http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/08/beatrizmedeiros.pdf). Acessado em 23 de maio/2020.

MOASSAB, Andréia. **Brasil Periferia (s): A comunicação insurgente do hip-hop**. São Paulo: EDUC, 2011. Tese (Doutorado em Comunicação), São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/5158>. Acessado em: 05 de agosto/2020.

MORAES, José Geraldo Vinci de. **História e Música no Brasil**. São Paulo: Alameda Editorial, 2013

MORAES, Maria Silva de; PRIULI, Roseana Mara Aredes. Migração e Saúde: os trabalhadores do corte da cana de açúcar. **Revista Interdisciplina de Mobilidade Humana - REMHU**, a, 09, n. 37, 2011. p. 231-245. Disponível em: <http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/285>. Acessado em: 25 de maio/2020.

MOREIRA JUNIOR, Orlando. Segregação urbana em cidades pequenas: algumas considerações a partir das escalas intra e interurbana. **Ra'ega**, n. 20, 2010, p. 133-142. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v20i0.20617>. Acessado em: 24 de julho/2020.

MORLAN, Metalúrgica Orlândia S. A. **Institucional: nossa história**. Morlan [online]. Disponível em: <https://www.morlan.com.br/nossa-historia>. Acessado em: 21 de maio/2020.

MOURA, Larissa Geórgia Bráulio. **Vozes de resistência: tradição, inovação e participação da juventude no congado de Estrela do Indaiá - Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Viçosa: Universidade Federal de Viçosa - UFV, 2012. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/4164/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em: 27 de outubro/2020.

NAPOLITANO, M. **História & Música: história cultural da música popular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

NIEMEYER, Ana Maria de. Favela: “iguais e desiguais”. **Revista de Antropologia (USP)**, v. 22, 1979, p. 113-131. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1979.110808>. Acessado em: 03 de julho/2020.

NODARI, Eunice Sueli. Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras. **Esboços: História em Contextos Globais**, v. 10, n. 10, 2002, p. 29-51. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/23336>. Acessado em: 14 de maio/2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, 1993, p. 07-28. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acessado em: 09 de setembro/2020

NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco. **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

NUNES, Danielle Milenne Príncipe; SILVA, Marcelo Saturino da; CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira. A experiência de trabalho e dos riscos entre os trabalhadores-migrantes nordestinos nos canaviais paulistas. **Saúde e Sociedade**, v. 25, n. 04, 2016, p. 1122-1132. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902016145485>. Acessado em: 20 de maio/2020.

OJIMA, Ricardo; FUSCO, Wilson. **Migrações nordestinas no século 21: um panorama recente**. São Paulo: Ed. Edgard Blücher, 2015.

OLIVEIRA, Alini Nunes de; CAVALCANTE, Maria Del Carmen Matilde Huertas Cavalcante. As múltiplas funções das festas no espaço geográfico. **Interações**, v. 13, n. 01, 2012, p. 81-92. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/inter/v13n1/a07v13n1.pdf>. Acessado em: 27 de outubro/2020.

OLIVEIRA, Lucas de Albuquerque; OSÓRIO, Patricia Silva. Da Festa de São Pedro à Festa do Pescador: Dinâmicas identitárias em uma comunidade ribeirinha de Mato Grosso. **ACENO**, v. 4, n. 7, 2017, p. 172-186.

OLIVEIRA; Kleber Fernandes de; JANNUZZI, Paulo de Martino Jannuzzi. Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. **São Paulo em Perspectiva**. V. 19, n. 04, 2005, p. 134-143. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392005000400009>. Acessado em: 18 de maio/2020.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

OSÓRIO, Patricia Silva. Cantoria de Pé de Parede: a atualização da cantoria nordestina em Brasília. **Cadernos de Campo**, n. 14/15, 2006, p. 65-81.

\_\_\_\_\_. Festivais de cultura popular e patrimônios: campos de batalhas nas políticas de identidades. **Etnográfica**, v. 21, n. 3, 2017, p. 493-508.

PAES, Jurema Mascarenhas. O forró de Pedro Sertanejo: experiências culturais dos migrantes nordestinos na cidade de São Paulo. XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Paulo: **Anais dos XXVI SNH-ANPUH**, 2011, p. 1-20. Disponível em:

<http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares#J>. Acessado em: 03 de novembro/2020.

PAES, Jurema Mascarenhas. Forró: sociabilidade e levante. **Algazarra**, n, 05, 2017. p. 166-194. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/algazarra/article/view/35506>. Acessado em: 03 de novembro/2020.

PAIVA, Luciana Rodrigues. A triste agonia da Galo Bravo. **CanaOnline**, 2017a, s/p. Disponível em: <http://www.canaonline.com.br/>. Acessado em 22 de maio/2020.

PAIVA, Kauê Felipe. **Urbanização e planejamento**: a produção do espaço em pequenas cidades do eixo rodoferroviário da Alta Mogiana - Triângulo Mineiro. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, 2017.

\_\_\_\_\_. Urbanização não-metropolitana no nordeste paulista: a reprodução do espaço intra-urbano em pequenas cidades contíguas à rodovia Anhanguera. In: XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Natal: **Anais XVIII ENANPUR**, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anais/>. Acessado em: 24 de julho/2020.

PEREIRA, Bruno César; LOURENÇO, Alexandra. 'Todos nós somos pobres, mas eles são um tipo de pobre diferente': Análise do poder simbólico presente nas relações sociais entre Estabelecidos e Outsiders em Orlandia-SP. In: VIII Congresso Internacional de História, Maringá: **Anais do VIII Congresso Internacional de História - UEM**, 2017, p. 617-625. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.4025/8cih.pphuem.3677>. Acessado em: 26 de maio/2020.

\_\_\_\_\_. "Não vejo eles como diferentes, só não vejo aqui como o lugar deles": Análise do poder simbólico presente nas relações sociais entre estabelecidos e outsiders em Orlandia-SP. **Cidades, Comunidades e Territórios (Portugal)**, v. 36, 2018, p. 56-67. Disponível em: [http://scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2182-30302018000100005](http://scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-30302018000100005). Acessado em: 26 de maio/2020.

\_\_\_\_\_. Mulheres e a migração: trajetórias e motivações de migrantes nordestinas na Cidade das Avenidas. **História em Revista**, v. 26, n. 2, 2021, p. 43-61. Disponível em: <HTTPS://DOI.ORG/10.15210/HR.V26I2.20945>. Acesso em 21 de setembro/2021.

PEREIRA, Bruno César; VAZ, Vania. “Violência, desordem e bebedeiras”: a construção da imagem do clube Forrólandia no município de Orlandia-SP (2000-2010). In: SILVESTRE, Luciana Pavowski Franco. **Estado e Sociedade frente às Questões Sociais**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019, p. 35-45. Disponível em: <https://doi.org/10.22533/at.ed.0141921114>. Acessado em: 26 de maio/2020.

PEREIRA, Bruno César. Entre estigmas & segregações: a (re)organização dos espaços nos bairros José Vieira Brasão e Jardim Santa Rita no município de Orlandia-SP (1990-2010). **Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)**, v. 11, n. 01, 2020a, p. 114-130. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/2177-6644.20200007>. Acessado em 03 de fevereiro/2020.

\_\_\_\_\_. Periferia, migração e cotidiano: notas acerca da inserção de migrantes nordestinos em um pequeno município paulista (1990-2010). **Revista História UEG**, v. 09, n. 01, 2020b, p. 01-10. Disponível em:

<https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/9755>. Acessado em: 13 de julho/2020.

\_\_\_\_\_. Motivos para migrar... Motivos para ficar: trajetórias de migrantes nordestinos em Orlandia-SP (1980-2010). **Revista Aedos**, v. 12, n. 27, 2020c, 194-214. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/108387>. Acessado em 16 de junho/2021.

\_\_\_\_\_. O Nordeste, a usina e a cidade: trabalho e migração na região do “mar de cana” (1980-2010). **Revista Espaço Acadêmico**, v. 21, n.230, 2021a, 261-274.

\_\_\_\_\_. Uma cidade entre narrativas: construções históricas sobre a história de Orlandia-SP. **Revista Eletrônica Trilhas da História**, v.10, n. 20, 2021b, p. 91-110.

\_\_\_\_\_. “Ae irmão, quer saber do nosso dia a dia? Cola na esquina da periferia”: reflexões sobre o movimento hip-hop e a formação identitária de sujeito periférico no extremo-leste orlandino (1990-2010). **Revista História & Cultura**, v. 10, n. 1, 2021c, p. 485-506.

PEREIRA, Bruno César; SCHÖRNER, Ancelmo. O que é ser “piauí”? A representação dos migrantes nordestinos em um município paulista (1980-2020). **Boletim Historiar**, vol. 07, n. 02, 2020d, p. 73-94. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/historiar/article/view/14383>. Acessado em 22 de janeiro/2021.

PINTO, Nathalia. A dupla articulação de tradição e ruptura na canção de Rapadura. **Revista Juçara**, v, 02, n. 02, 2018, p. 271-289. Disponível em: <https://doi.org/10.18817/rlj.v2i2.1708>. Acessado em: 03 de novembro/2020.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 05, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>. Acessado: em 13 de novembro/2020.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, v. 01, n. 02, p. 59-72, 1996.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, v. 14, p. 25-39, 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11233>. Acessado em: 21 jul. 2020.

PRADO, Rosane M. Cidade pequena: paraíso e inferno da personalidade. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, n. 01, 1995, p. 31-56.

PRADO, Luiz. Nordeste, um quebra-cabeça feito de fome, elites e interesses: Professores refletem sobre a ideia do Nordeste como unidade, mapeiam suas origens e os interesses envolvidos. **Jornal da USP [online]**, Caderno Cultura, 2019. Disponível em: <http://jornal.usp.br/?p=237444>. Acessado em 28 de maio/2020.

REIS, Nerci Aparecida dos Reis. **A migração do nordestino trabalhador rural e a educação escolar de seus filhos**. Frutal: Prospectiva, 2016. Disponível em: <https://www.aacademica.org/repositorio.digital.uemg.frutal/25.pdf>. Acessado em 22 de maio/2020.

REVEL, Jacques (Org.) **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Luiz Carlos. A sociabilidade na narrativa histórica. In: DORE, Andrea; RIBEIRO, Luiz Carlos (Orgs.). **O que é sociabilidade?** São Paulo: Intermeios, 2019.

RIGAMONTE, Rosani Cristina. Severinos, Januários e Raimundos: notas de uma pesquisa sobre Migrantes Nordestinos na cidade de São Paulo. In: MAGNANI, José Guilherme C.; TORRES, Lilian de Lucca (Orgs.). **Na Metrópole: textos de Antropologia Urbana**. EdUSP; FAPESP, 2000.

ROGÉRIO JÚNIOR, Teodorio. **“A gente leva o dinheiro, mais fica o couro”**: a vida e a lida de camponeses piauiense após o trabalho no corte de cana em agroindústrias brasileiras. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SANTOS, Ana Cristina Silva. Sociabilidade e cotidiano na periferia de Londrina. **Revista Mediações**, v. 06, n. 02, 2001, p. 149-177. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2001v6n2p149>. Acessado em: 20 de setembro/2020.

\_\_\_\_\_. Vida cotidiana na periferia de Londrina: estratégias de sobrevivência e redes de sociabilidade. **Cadernos CERU**, v. 02, n. 14, 2003, p. 241-256. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/75317>. Acessado em: 20 de setembro/2020.

SALGADO, Ivone; PSCCINATO JUNIOR, Dirceu. O saber técnico de profissionais das engenharias na conformação do urbano no nordeste do Estado de São Paulo. Estudos de caso: Cristais Paulista e Orlândia. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, v. 11, n. 02, 2011, p. 95-111. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau/article/view/6065>. Acessado em 15 de julho/2020.

SCHÖRNER, Anselmo. **A pedra, o migrante e o morro: feridas narcísicas no coração de Jaraguá do Sul/SC - 1980/2000**. Tese (Doutorado em História), Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/89376/236498.pdf?sequence=1>. Acessado em: 13 de julho/2020.

SEMENSATTO, Simone. **Informação, memória e identidade: as festas comunitárias do município de Estrela – Rio Grande do Sul**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Biblioteconomia), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2005.

SILVA, Cristina Maria da. Da cidade utópica à cidade metafórica: reflexões para uma Antropologia nas cidades a partir de Campinas. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 132, 2012, p. 130-141. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/16879>. Acessado em: 16 de julho/2020.

SILVA, Elisa Paes; ANGELO, Elis Regina Barbosa. Festas, turismo e identidade iguaçuana. In: XVII Encontro de História ANPUH-RIO. Rio de Janeiro: **Anais do XVII Encontro Regional de História - ANPUH/RIO**, 2016, s./p.



SILVA, Marcelo Saturino da. Trabalhadores-migrantes nos canaviais paulistas: sociabilidades, condições de trabalho e formas de resistência! Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, 2011.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. **Agrária**, n. 02, 2005, p. 2-39. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i2p2-39>. Acessado em: 15 de maio/2020.

\_\_\_\_\_. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool. In: J.R. Novaes e F.Alves (Orgs.) **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos, EduFSCAR, 2007.

\_\_\_\_\_. A morte ronda os canaviais paulistas. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 33, n. 02, 2006, p. 111-144. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=13554>. Acessado em 25 de maio/2020.

SILVA, Patricia Regina de Lima. Entre andanças e lembranças: algumas reflexões sobre migração e história oral. **Canoa Do Tempo**, v. 12, n. 01, 2020, p. 104-123. Disponível em: <https://doi.org/10.38047/rct.v12.n01.2020.d5.p.104.123>. Acessado em 22 de janeiro/2020

SILVA, Uvanderson Vitor da. **Velhos caminhos, novos destinos: migrantes nordestinos na região metropolitana de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-27082009-162742/pt-br.php>. Acessado em: 14 de maio/2020.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Cidade, corporação e periferia urbana: acumulação de capital e segregação espacial na (re) produção do espaço urbano**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

SIMMEL, Georg. A sociabilidade. In: \_\_\_\_\_. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

\_\_\_\_\_. Como as formas sociais se mantêm. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org). **Georg Simmel: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983

SINGER, Paul. Migrações Internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: \_\_\_\_\_. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 29-62.

SMITH, Warley. Barão Geraldo: história e identidade local. **Revista de História Regional**, v. 07, n. 02, 2002, p. 207-230. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2162>. Acessado em: 04 de novembro/2020.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Cartografias e imagens da cidade: Campinas Grande - 1920-1945**. 2001. Tese (Doutorado em História), Campinas: Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2001. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280993>. Acessado em: 11 de novembro/2020.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Humanitas, 2009.

SOUZA, Mariana Barbosa. Práticas espaciais: reflexões sobre a segregação urbana e as cidades fragmentadas do litoral norte do Rio Grande do Sul. In: XVI Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. Santa Cruz do Sul: **Mostra Internacional de Trabalhos Científicos**, 2019, sem/página. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/19546/1192612263>. Acessado em 25 de janeiro/2021.

SOUZA, Michele; WHITACKER, Arthur. Produção social do espaço urbano e produção da desigualdade na cidade. **Revista Geo Temas**, v; 08, n. 01, 2018, p. 23-41. Disponível em: <https://doi.org/10.33237/geotemas.v8i1.2724>. Acessado em: 24 de julho/2020.

SOUZA, Regina Maria de. **Trabalho e vivência cotidiana no complexo canavieiro**: a experiência do migrante nordestino em Iturama-MG. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Franca: Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2009. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/#!/ensino/pos-graduacao/stricto-sensu/servico-social/dissertacoes/2009/>. Acessado em 22 de maio/2020.

SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. **Tempo Social**, v. 05, n. 01-02, 1993, p. 161-178. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ts.v5i1/2.84954>. Acessado em: 09 de outubro/2020.

TANAKA, Giselle Megumi Martino. **Periferia**: conceito, práticas e discursos; práticas sociais e processos urbanos na metrópole de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, 2006. Disponível em: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP\\_9191361177d763c6983e82c88b3cfd90](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_9191361177d763c6983e82c88b3cfd90). Acessado em: 28 de julho/2020.

TAVARES, Andréa. Ficções urbanas: estratégias para a ocupação das cidades. **ARS**, v. 18, n. 16, 2010, p. 21-31. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-53202010000200002>. Acessado em: 15 de setembro/2020.

TAVARES, Breitnher. Geração hip-hop e a construção do imaginário na periferia do Distrito Federal. **Revista Sociedade e Estado**, v 25, n. 02. 2010b. p. 309-327. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v25n2/08.pdf>. Acesso em: 05 de agosto/2020.

TEDESCO, João Carlos. **Nas Cercanias da Memória**: temporalidade, experiência enarração. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

TEIXEIRA, Joaquim de Sousa. Festa e identidade. **Comunicação & Cultura**, n. 10, 2010, p. 17-33.

TELLES, Vera da Silva. Favela, favelas: interrogando mitos, dogmas e representações. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 62, 2006, p. 141-143. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092006000300011>. Acessado em: 19 de setembro/2020.

TROTTA, Felipe. Som de cabra-macho: sonoridade, nordestinidade e masculinidades no forró. **Comunicação, Mídia e Consumo**, v. 09, 2012, p. 151-172. Disponível em:

<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/349>. Acessado em: 03 de novembro/2020.

URÍA, Jorge. La taberna: unespacio multifuncional de sociabilidad popular em la restauración enpsñola. **Hispania**, n. 24, 2003. p. 571-604.

VARANI, Reinaldo. Os estilos dos anos 80 - Break. **Projeto ATOBAH [blog]**, 2009. Disponível em: [www.autobahn.com.br/estilos/break.html](http://www.autobahn.com.br/estilos/break.html). Acessado em: 15 de set./2020.

VIEIRA, Anna. Paula Ferraz Dais; ESTEVES JÚNIOR, Milton. Cidade e Narrativa: Discurso e direito à cidade nos espaços opacos. **V!RUS [online]**, n. 17, 2018, s./p. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus17/?sec=4&item=5&lang=pt>. Acessado em: 14 de julho/2020.

WISNIK, José Miguel. **O som e o sentido**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.



Autorizo a divulgação integral deste trabalho no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.

Autorizo apenas a divulgação do resumo e do *abstract* no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.

Irati(PR), 29 de novembro de 2021.

Bruno César Pereira  
Bruno César Pereira